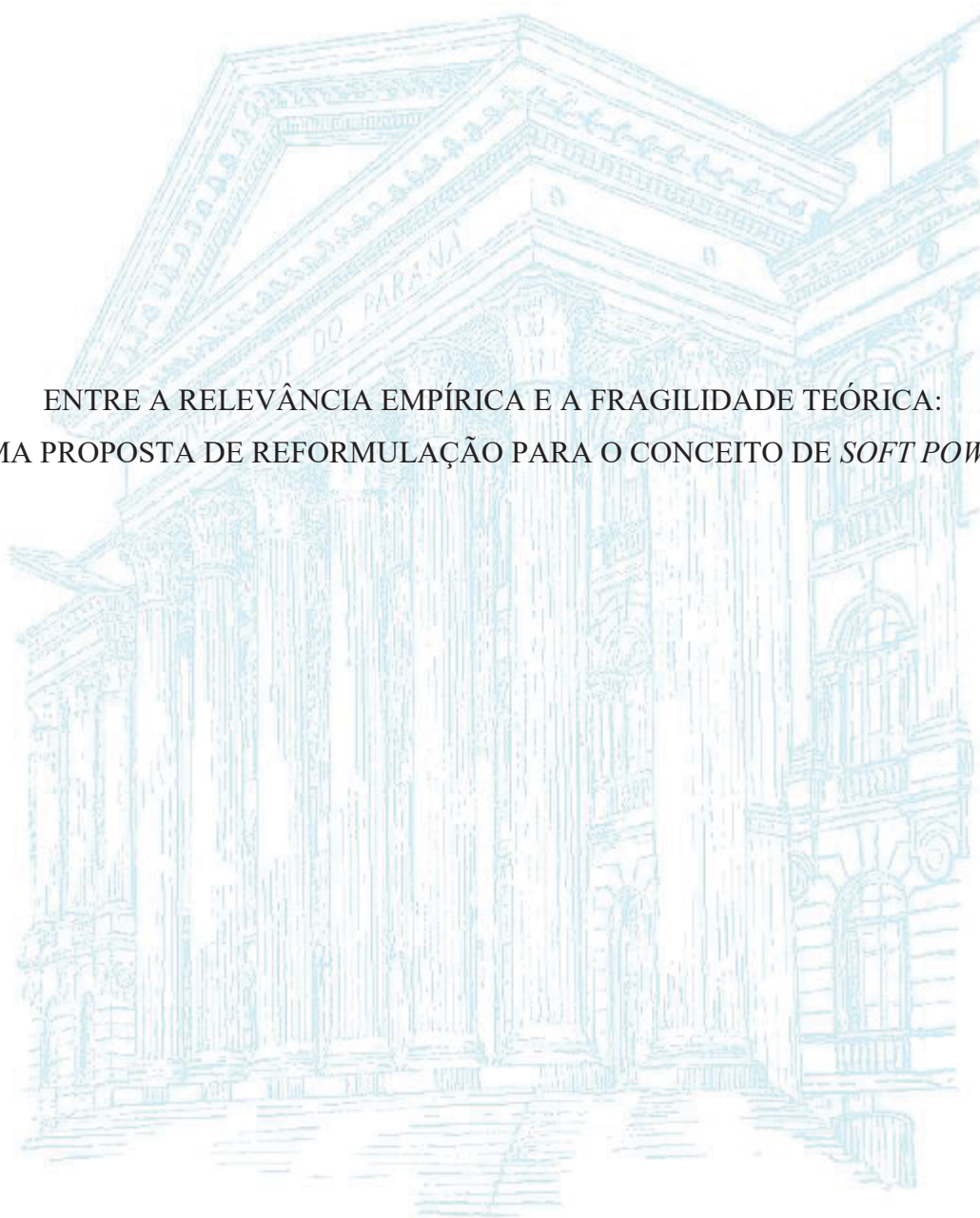


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI

ENTRE A RELEVÂNCIA EMPÍRICA E A FRAGILIDADE TEÓRICA:
UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO PARA O CONCEITO DE *SOFT POWER*



CURITIBA

2023

DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI

ENTRE A RELEVÂNCIA EMPÍRICA E A FRAGILIDADE TEÓRICA:
UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO PARA O CONCEITO DE *SOFT POWER*

Tese apresentada como requisito final à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Novelli, Douglas Henrique

Entre a relevância empírica e a fragilidade teórica: uma proposta de reformulação para o conceito de *Soft Power*. / Douglas Henrique Novelli. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira.

1. Poder (Ciências Sociais). 2. Relações internacionais - Filosofia.
3. Ciência política – Relações econômicas internacionais. I. Pereira, Alessandro Eugênio, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

ATA Nº01

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três às 14:00 horas, na sala Videoconferência , UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI**, intitulada: **Entre a relevância empírica e a fragilidade teórica: Uma proposta de reformulação para o conceito de soft power** , sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA), LEONARDO MERCHER COUTINHO OLIMPIO DE MELO (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL), RENATO MONSEFF PERISSINOTTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca atribuiu nota 100,00 (cem) à tese.

CURITIBA, 27 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica
28/09/2023 10:53:16.0
ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/09/2023 09:59:58.0
ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA)

Assinatura Eletrônica
28/09/2023 14:32:15.0
LEONARDO MERCHER COUTINHO OLIMPIO DE MELO
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica
28/09/2023 13:24:32.0
RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI** intitulada: **Entre a relevancia empirica e a fragilidade teorica: Uma proposta de reformulacao para o conceito de soft power**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/09/2023 10:53:16.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/09/2023 09:59:58.0

ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA)

Assinatura Eletrônica

28/09/2023 14:32:15.0

LEONARDO MERCHER COUTINHO OLIMPIO DE MELO

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica

28/09/2023 13:24:32.0

RENATO MONSEFF PERISSINOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Doctor,

Quando levamos você para casa, filhotinho, pouco antes de iniciar o doutorado, nunca imaginaria que você nos deixaria antes que eu concluísse essa jornada.

Infelizmente, a vida é cheia de surpresas. Você ter nos deixado, tão jovem e de forma tão súbita, foi com certeza a pior surpresa que eu já tive. Mas eu sei que só doeu tanto – e ainda dói – porque a sua presença na minha vida foi tão maravilhosa.

Você me ajudou em um dos períodos mais difíceis pelos quais eu já passei. Independente do quão triste ou sobrecarregado eu estivesse, bastava olhar para seus olhos, enormes e gentis, que tudo estava bem.

Obrigado por me acompanhar nessa jornada o tanto que você pode.

Este trabalho é para você.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar os agradecimentos desta tese sem mencionar meu orientador, professor Dr. Alessandro Eugênio Pereira, que desde o mestrado me acompanhou e guiou pelos caminhos da vida acadêmica. Atribuo parte considerável de meu crescimento enquanto cientista político aos seus conselhos, sempre serenos e incentivadores, aos quais serei sempre grato.

A realização desta pesquisa envolveu a utilização de um vasto conjunto de ferramentas metodológicas para enfrentar os diversos desafios que me propus a abordar. Isso só foi possível graças ao alto nível do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Agradeço especialmente aos professores que contribuíram diretamente para a minha formação metodológica durante o mestrado e o doutorado, com destaque aos professores Renato Monseff Perissinotto, Adriano Nervo Codato, Ednaldo Aparecido Ribeiro, Emerson Urizzi Cervi, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques e Wellington Nunes.

A pesquisa também contou com a contribuição de vários pesquisadores e pesquisadoras que debateram partes do trabalho em diversas ocasiões, sempre oferecendo comentários construtivos muito generosos. Nesse ponto, dedico um agradecimento especial às professoras Ludmila Culpi e Claudia Stephan, assim como aos professores Alexandre Cunha Leite, Bruno Mendelski de Souza, Leonardo Mèrcher e Naren Chitty.

Também desejo expressar minha gratidão à minha companheira, que conheci neste mesmo programa de pós-graduação, a qual logo evoluiu de uma colega que eu respeitava muito para uma amiga querida e, com o tempo, minha parceira de vida – sem jamais perder os dois primeiros aspectos. Por fim, quero agradecer imensamente à minha mãe, por seu apoio e orientação em tudo o que eu faço, sendo a principal responsável por todas as minhas conquistas na vida.

“The History of every major Galactic Civilization tends to pass through three distinct and recognizable phases, those of Survival, Inquiry and Sophistication, otherwise known as the How, Why, and Where phases.

For instance, the first phase is characterized by the question ‘How can we eat?’ the second by the question ‘Why do we eat?’ and the third by the question ‘Where shall we have lunch?’”

— Douglas Adams, The Restaurant at the End of the Universe.

RESUMO

Inicialmente proposto por Joseph Nye em 1990, o conceito de *soft power* foi popularizado ao longo da segunda metade da década de 2000, passando a integrar o vocabulário da política internacional tanto em círculos acadêmicos quanto de políticos profissionais. Apesar dessa popularização, pesquisas estruturadas em torno do termo historicamente parecem ser marcadas por uma conceitualização teórica problemática, com pesquisadores encontrando dificuldades em definir como determinado conjunto de recursos pode gerar *soft power*, como esse *soft power* opera e como ele pode ser instrumentalizado como parte de uma estratégia de política externa. Esses problemas parecem se originar na própria gênese do conceito, com sua definição se dando a partir do conceito de atração, sem detalhar a fundo a natureza dos processos cognitivos aos quais o termo se refere. Nesse sentido, a pesquisa é guiada por duas perguntas: (1) em quais circunstâncias o conceito de *soft power* pode ser efetivamente aplicado em estudos da área de política internacional?; E (2) quais aprimoramentos são necessários ao atual arcabouço conceitual para superar as dificuldades que pesquisas empíricas atualmente encontram em sua operacionalização? Duas hipóteses são apresentadas para responder às perguntas propostas: (H₁) A utilização do conceito de *soft power* como base para uma teoria geral das Relações Internacionais é inviabilizada por sua natureza altamente contextual, mas este pode servir de base para teorias de médio alcance aplicadas a estudos de caso; e (H₂) o conceito *soft power* pode ser melhor operacionalizado por pesquisas empíricas se for reformulado como “a capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o *soft power*”. Para tanto, após o capítulo introdutório, o capítulo 2 analisa a literatura mais relevante sobre o conceito, explorando suas origens, desenvolvimentos na obra de seu principal autor e conceitos concorrentes, argumentando que nenhuma das opções analisadas resolve apropriadamente os problemas notados no conceito de *soft power*. Os capítulos 3 e 4 buscam por indícios empíricos que comprovem o fenômeno, com o primeiro explorando aspectos do *soft power* direto; enquanto o segundo explora aspectos do *soft power* indireto. Os capítulos 5 e 6 exploram como o conceito é aplicado em estudos empíricos, primeiro buscando entender padrões gerais de uso e, então, se aprofundando em exemplos dos três Estados mais citados pela literatura. O capítulo 7 retoma a discussão teórica iniciada no capítulo 2, apresentando uma proposta de reconceitualização para *soft power* a partir da leitura de textos da psicologia social, com o capítulo 8 apresentando as conclusões da tese, as quais consideram que as hipóteses apresentadas foram confirmadas.

Palavras-chave: Atitudes. Atração. Soft Power.

ABSTRACT

Initially proposed by Joseph Nye in 1990, the concept of soft power was popularized throughout the second half of the 2000s, becoming part of the vocabulary of international politics both in academic circles as well as those of professional politicians. Despite this popularization, research structured around the term has historically appeared to be marked by a problematic theoretical conceptualization, with researchers finding it difficult to define how a given set of resources can generate soft power, how this soft power operates, and how it can be instrumentalized as part of a foreign policy strategy. These problems seem to originate in the very genesis of the concept, with its definition being based on the concept of attraction, without detailing in depth the nature of the cognitive processes to which the term refers. In this sense, the research is guided by two questions: (1) under what circumstances can the concept of soft power be effectively applied in studies of international politics; and (2) what improvements are required in the existing conceptual framework to overcome the difficulties that empirical research currently encounters in its operationalization? Two hypotheses are presented to answer the proposed questions: (H₁) The use of the concept of soft power as a basis for a general theory of International Relations is unfeasible due to its highly contextual nature, but it can serve as a basis for medium-range theories applied to case studies; and (H₂) the concept of soft power can be better operationalized by empirical studies if it is reformulated as “the capacity to alter the attitudes of a certain audience so that these attitudes lead to the adoption of certain behaviors intended by the actor applying the soft power”. To this end, after an introductory chapter, chapter 2 analyzes the most relevant literature on the concept, exploring its origins, developments in the works of its main author, and competing concepts, arguing that none of the options analyzed properly address the problems noted in the concept of soft power. Chapters 3 and 4 look for empirical evidence to support the phenomenon, with the former exploring aspects of direct soft power, while the latter explores aspects of indirect soft power. Chapters 5 and 6 explore how the concept is applied in empirical studies, first seeking to understand general patterns of use and then delving into examples drawn from the three states most cited by the literature. Chapter 7 takes up the theoretical discussion begun in chapter 2, presenting a reconceptualization proposal for soft power based on the reading of texts from social psychology, with chapter 8 presenting the conclusions of the thesis, which consider that the hypotheses presented have been confirmed.

Keywords: Attitudes. Attraction. Soft Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – MAPA DA LITERATURA CRÍTICA AO <i>SOFT POWER</i> E SUAS ALTERNATIVAS CONCEITUAIS	48
Figura 4.1 – DIAGRAMA DE VENN COM A ANÁLISE CONFIGURACIONAL DOS RESULTADOS	78
Figura 5.1 – FLUXOGRAMA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SISTEMÁTICO	89
Figura 5.2 – REDE DE COOCORRÊNCIA DAS PALAVRAS-CHAVE DOS 527 ARTIGOS DA AMOSTRA..	91
Figura 5.3 – REDE DE COCITAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CITADAS PELOS 527 ARTIGOS DA AMOSTRA	93
Figura 5.4 – REDE DE COOCORRÊNCIA ENTRE AS CATEGORIAS.....	99
Figura 6.1 – MODELO ANALÍTICO PROPOSTO POR OHNESORGE (2020)	104
Figura 6.2 – MODELO ANALÍTICO ADAPTADO A PARTIR DE OHNESORGE (2020)	107
Figura 6.3 – FLUXOGRAMA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SISTEMÁTICO PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA	109
Figura 6.4 – ASPECTOS FALHOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> ESTADUNIDENSE	111
Figura 6.5 – ASPECTOS EFETIVOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> ESTADUNIDENSE	112
Figura 6.6 – ASPECTOS FALHOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> CHINESA.....	114
Figura 6.7 – ASPECTOS EFETIVOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> CHINESA	116
Figura 6.8 – ASPECTOS FALHOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> RUSSA	117
Figura 6.9 – ASPECTOS EFETIVOS DA ESTRATÉGIA DE <i>SOFT POWER</i> RUSSA.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – DIMENSÕES DO PROCESSO DE PESQUISA EMPÍRICA	20
Quadro 2.1 – TRÊS FACES DOS COMPORTAMENTOS DE PODER	36
Quadro 2.2 – <i>SOFT POWER</i> : MODELOS CAUSAIS DIRETO E INDIRETO	38
Quadro 2.3 – EVOLUÇÃO NO CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> NA OBRA DE JOSEPH NYE	39
Quadro 3.1 – MODELO DE TABELA QUÁDRUPLA.....	60
Quadro 3.2 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}	60
Quadro 5.1 – VARIÁVEIS CENTRAIS EM ESTUDOS DE CASO E COMPARATIVOS QUE APLICAM O CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i>	85
Quadro 5.2 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO QUANTITATIVA	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – RESUMO DOS COEFICIENTES Q_{xy} NAS HIPÓTESES TESTADAS	61
Tabela 4.1 – RESULTADOS DO TESTE DE NECESSIDADE	78
Tabela 4.2 – TABELA VERDADE	79
Tabela 4.3 – SOLUÇÃO INTERMEDIÁRIA DA ANÁLISE	79
Tabela 5.1 – FREQUÊNCIA DOS 5 TERMOS DE MAIOR OCORRÊNCIA EM CADA CLUSTER.....	90
Tabela 5.2 – FREQUÊNCIA DAS 5 REFERÊNCIAS MAIS CITADAS EM CADA CLUSTER	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – CALIBRAÇÃO FUZZY, OPINIÕES POSITIVAS	71
Gráfico 4.2 – CALIBRAÇÃO FUZZY, OPINIÕES NEGATIVAS	72
Gráfico 4.3 – CALIBRAÇÃO FUZZY, TROCAS COMERCIAIS	73
Gráfico 4.4 – CONCORDÂNCIA ENTRE OS ESTADOS DA AMOSTRA VS. A DISTÂNCIA DE SEUS PONTOS IDEAIS NA AGNU (2017)	75
Gráfico 4.5 – CALIBRAÇÃO FUZZY, COMPORTAMENTO POLÍTICO	76
Gráfico 5.1 – VOLUME ANUAL DE ARTIGOS SOBRE <i>SOFT POWER</i> NA WEB OF SCIENCE.....	95

LISTA DE SIGLAS

AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
GRULAC-ONU	– Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas
PCC	– Partido Comunista Chinês (PCC)
QCA	– Qualitative Comparative Analysis
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
TAR	– Teoria da Ação Racional
TCP	– Teoria do Comportamento Planejado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	O CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i>.....	21
2.1	A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO: AS ORIGENS E A GENEALOGIA DO TERMO “ <i>SOFT POWER</i> ”.....	22
2.2	A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO: O <i>SOFT POWER</i> NA BIBLIOGRAFIA DE JOSEPH NYE.....	28
2.3	INSUFICIÊNCIAS, LACUNAS E CONTRADIÇÕES: OS PROBLEMAS NO CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> E ALGUMAS DAS ALTERNATIVAS QUE JÁ FORAM PROPOSTAS	42
2.4	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	49
3	EVIDÊNCIAS PARA O <i>SOFT POWER</i> DIRETO: MENSURANDO O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO ESTADUNIDENSES SOBRE O COMPORTAMENTO INTERNACIONAL DE OUTROS ESTADOS	51
3.1	INTERCAMBIOS ACADÊMICOS COMO INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO.....	52
3.2	CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES TESTÁVEIS.....	55
3.3	MATERIAIS E MÉTODOS.....	57
3.3.1	Métodos de coleta e descrição dos dados	57
3.3.2	Métodos de análise	59
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
3.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	62
4	EVIDÊNCIAS PARA O <i>SOFT POWER</i> INDIRETO: A OPINIÃO PÚBLICA COMO VARIÁVEL CONDICIONANTE AO COMPORTAMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL.....	64
4.1	METODOLOGIA: ANÁLISE QUALITATIVA COMPARADA (QCA).....	65
4.1.1	A Análise Qualitativa Comparada de Conjuntos Difusos (fsQCA)	66
4.2	DESCRIÇÃO E CALIBRAGEM DAS VARIÁVEIS	68
4.2.1	Relações de <i>soft power</i> indireto: atração e repulsão.....	69
4.2.2	<i>Hard Power</i>	72
4.2.3	Variável de resultados: comportamento político internacional	74
4.3	RESULTADOS	76
4.3.1	Análise de necessidade	77

4.3.2	Análise de suficiência.....	78
4.4	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	80
5	A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> EM ESTUDOS EMPÍRICOS.....	82
5.1	OS ELEMENTOS BÁSICOS PARA ANALISAR ESTRATÉGIAS DE <i>SOFT POWER</i>	82
5.2	METODOLOGIA	87
5.3	ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA AMOSTRA	90
5.4	ANÁLISE DE CONTEÚDO: OS PADRÕES GERAIS DE APLICAÇÃO DO CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> EM ESTUDOS EMPÍRICOS	94
5.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	100
6	APROFUNDANDO OS USOS DO CONCEITO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>SOFT POWER</i> DE EUA, CHINA E RÚSSIA	102
6.1	UM MODELO ANALÍTICO PARA ENTENDER ESTRATÉGIAS DE <i>SOFT POWER</i>	102
6.2	METODOLOGIA	107
6.3	RESULTADOS	110
6.3.1	Mecanismos do <i>soft power</i> estadunidense.....	110
6.3.2	Mecanismos do <i>soft power</i> chinês	113
6.3.3	Mecanismos do <i>soft power</i> russo.....	116
6.4	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	119
7	MUDANÇAS DE ATITUDES, PERSUAÇÃO E <i>SOFT POWER</i>: UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CONCEITO A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	122
7.1	O CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> E SUAS VARIANTES: MECANISMOS (DIS)FUNCIONAIS	123
7.2	UMA AVALIAÇÃO CRITERIOSA DO CONCEITO DE ATRAÇÃO	125
7.3	ALTERNATIVAS PARA O CONCEITO DE ATRAÇÃO: O CONCEITO DE ATITUDES.....	130
7.4	UMA PROPOSTA DE RECONCEITUALIZAÇÃO PARA O <i>SOFT POWER</i> A PARTIR DO CONCEITO DE ATITUDES	137
7.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	145
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

APÊNDICE A – COLETA E ANÁLISE DOS DADOS DO CAPÍTULO 4	172
A.1 COLETA E LIMPEZA DOS DADOS	172
A.1.1 Proximidade política entre dois Estados.....	172
A.1.2 <i>Soft Power</i>	174
A.1.3 Fluxo comercial entre os Estados	175
A.1.4 Relações militares.....	186
A.2 ANÁLISE INICIAL E CALIBRAÇÃO <i>FUZZY</i>	188
A.2.1 Proximidade política entre dois Estados.....	188
A.2.2 <i>Soft power</i> indireto (atração)	192
A.2.3 <i>Soft power</i> “negativo” (repulsão)	195
A.2.4 Fluxo comercial	197
A.2.5 Relações Militares	199
A.3 fsQCA	201
A.4 CONCLUSÃO	204
APÊNDICE B – ARTIGOS EXCLUÍDOS DA BASE DE DADOS DO CAPÍTULO 5 ..	206
B.1 ARTIGOS QUE NÃO ERAM SOBRE <i>SOFT POWER</i>	206
B.2 ARTIGOS PURAMENTE TEÓRICOS	208
B.3 ARTIGOS QUE EMPREGAVAM METODOLOGIAS DE <i>LARGE-N</i>	210
APÊNDICE C – LIVRO DE CÓDIGOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	212
APÊNDICE D – RESULTADOS DOS TESTES DE CONFIABILIDADE	214
APÊNDICE E – RELATÓRIO COMPLETO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	215

1 INTRODUÇÃO

Embora descenda de uma tradição intelectual ainda mais antiga, o conceito de *soft power*, em sua forma atual, foi inicialmente proposto por Joseph Nye na obra “*Bound to lead: the changing nature of American power*” (1990a), na qual o autor, contrariando teses então correntes de que o poder norte-americano estava em declínio, defende que os Estados Unidos se mantinham como o Estado mais poderoso do sistema internacional não apenas em termos militares e econômicos, mas também em uma terceira dimensão, nomeada pelo autor de “*soft power*”. Originalmente definido como “quando um Estado consegue fazer outros Estados desejarem o que ele deseja” (NYE, 1990b, p. 166)¹, em 2004, Nye retoma o tema, dedicando um livro completo a debater o conceito, que passa então a ser entendido como “a habilidade [de um Estado] de conseguir o que deseja por meio da atração ao invés da coerção ou oferta de recompensas. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas adotadas por uma nação” (NYE, 2004a, p. x)².

Nos anos que se seguiram, o conceito passou a integrar o vocabulário da política internacional, tanto como teoria, quanto como prática. Por exemplo, em 2007, o então Secretário da Defesa norte-americano, Robert Gates, declarou a necessidade de “fortalecer nossa capacidade [dos EUA] de utilizar nosso ‘*soft power*’” (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2007)³. Em 2011, um comunicado, emitido após o encontro do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, anunciou a necessidade de ampliar o *soft power* cultural da China e transformar o país em uma “superpotência cultural socialista” (THE ECONOMIST, 2013)⁴. Já em 2014, o presidente chinês, Xi Jinping, defendeu a necessidade de “ampliar o *soft power* chinês, criar uma boa narrativa chinesa e melhor comunicar a mensagem chinesa para o mundo” (SHAMBAUGH, 2015)⁵.

Contudo, apesar da preponderância do conceito, pesquisas centradas em *soft power* historicamente parecem ser marcadas por uma conceitualização teórica problemática. Mesmo

¹ Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas de forma livre, com as citações originais sendo apresentadas em notas de rodapé. “*When one country gets other countries to want what it wants*”.

² “*the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies*”.

³ “*strengthening our capacity to use ‘soft’ power*”.

⁴ “*it is a pressing task to increase the state's cultural soft power*” and to “*build our country into a socialist cultural superpower*”.

⁵ “*We should increase China's soft power, give a good Chinese narrative, and better communicate China's messages to the world*”.

Nye, ainda em 2006, já alertava para o fato de que, com frequência, o termo era “esticado e torcido, às vezes além do reconhecimento” (NYE, 2006)⁶. Outros autores reforçaram essas advertências, apontando que pesquisas tratando sobre *soft power* tendiam a ser sub-teorizadas e imprecisas do ponto de vista analítico (LI, 2009; WOMACK, 2010), enquanto o conceito era mal entendido e mal utilizado devido à falta de refinamento acadêmico (ICHIHARA, 2006). Conforme colocado por Roselle *et al.* (2014, p. 74), por mais que o conceito de *soft power* pareça ocupar lugar central na compreensão da política internacional contemporânea, ainda é difícil (1) identificar quais recursos podem ser entendidos como recursos de *soft power*; (2) identificar os processos pelos quais o *soft power* opera; e (3) entender sob quais circunstâncias os recursos de *soft power* podem ser instrumentalizados como parte de uma estratégia de política externa. Por sua vez, conforme apontado por teóricos críticos ao conceito (HALL, 2010; LEE, 2009; LUKES, 2007), esses problemas parecem se originar ainda em sua gênese, tendo em vista que elementos básicos como os mecanismos de conversão envolvidos em sua aplicação e os processos cognitivos aos quais se refere não são adequadamente especificados por Nye em nenhuma de suas obras.

Partindo disso, a pesquisa aqui proposta se justifica ao objetivar uma contribuição concreta para a área da política internacional ao apresentar um refinamento do conceito de *soft power*, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Destarte, duas perguntas problema guiarão a presente tese doutoral: (1) em que circunstâncias o conceito de *soft power* pode ser efetivamente aplicado em estudos da área de política internacional? E (2) quais aprimoramentos são necessários ao atual arcabouço conceitual para superar as dificuldades que pesquisas empíricas atualmente encontram em sua operacionalização?

O texto da tese se divide em oito capítulos, organizados em quatro partes. Após o presente capítulo introdutório, a tese avança para sua revisão teórica, com o capítulo 2 sendo dedicado inteiramente a explorar as construções teóricas por trás do conceito de *soft power*, objeto central desta tese. O capítulo se divide em três grandes partes, sendo a primeira voltada para as origens do conceito e suas conexões com o conceito de poder no subcampo das Relações Internacionais como um todo. Em seguida, avança para a revisão da produção bibliográfica de Joseph Nye sobre o tema, o qual, enquanto criador e principal teórico, ocupa posição central nas pesquisas que tratam ou instrumentalizam o conceito. Já a terceira seção é

⁶ “the term has been stretched and twisted, sometimes beyond recognition”.

dedicada a apresentar um levantamento sobre as principais críticas ao conceito nos termos postulados por Nye, focando no mapeando de alternativas conceituais que, embora respondam algumas das críticas levantadas, deixam outras em aberto.

Isto posto, uma das críticas mais comuns ao conceito se refere a sua própria validade empírica, com a capacidade de estratégias baseadas *soft power* para afetar a política internacional sendo questionada, haja visto as dificuldades de pesquisas empíricas que instrumentalizam o conceito encontram para comprová-lo. Assim, a segunda parte da tese é dedicada ao levantamento de evidências empíricas que corroborem a existência do fenômeno ao qual o conceito de *soft power* se refere, sendo dividida em dois capítulos, com o capítulo 3 voltado para o *soft power* direto – quando as estratégias de *soft power* de um Estado são voltadas as lideranças de outro Estado –, enquanto o capítulo 4 apresenta evidências para o *soft power* indireto – voltado para grandes grupos populacionais, que carecem da capacidade para afetar diretamente as decisões de política internacional de seus Estados.

A terceira parte da tese avança na direção de entender como o conceito é efetivamente aplicado em pesquisas empíricas que buscam operacionaliza-lo. O capítulo 5 abre listando as estratégias de coleta da base de dados empregada, feita a partir de uma *string* de busca na plataforma Web of Science. A partir da amostra coletada, ainda no capítulo 5 são conduzidas duas análises, a primeira de natureza cientométrica, buscando observar os principais temas e referências listadas por esses artigos; e a segunda uma revisão bibliográfica sistemática, ancorada em uma análise de conteúdo quantitativa, cujo foco é entender os principais padrões observáveis nos estudos empíricos que operacionalizam o conceito, destacando a presença – ou ausência – de descrições dos mecanismos causais por trás das estratégias de *soft power* que cada artigo da amostra busca analisar.

Embora essas estratégias metodológicas produzam um quadro geral da aplicação do conceito, sua utilidade é limitada no que tange ao detalhamento dessa aplicação. Destarte, o capítulo 6 parte dos dados coletados no capítulo anterior para se aprofundar em um conjunto específico de textos, selecionados com base em dois critérios: (1) serem estudos de caso ou comparativos focados nos EUA, na Rússia ou na China; e (2) apresentarem de modo detalhado a descrição dos mecanismos causais das estratégias de *soft power* sendo estudadas, sejam elas consideradas pelos autores como bem sucedidas ou não.

Assim, seguindo o exemplo de Bauer, Gaskell e Allum (2008, p. 19), o Quadro 1.1 resume as dimensões dos processos de pesquisa que serão desenvolvidos dentro de cada um dos quatro capítulos empíricos que integram a tese.

Quadro 1.1 – DIMENSÕES DO PROCESSO DE PESQUISA EMPÍRICA

	Princípios de delineamento	Geração de dados	Análise dos dados	Interesses do conhecimento ⁷
<i>Capítulo 3</i>	Levantamento por amostragem	1. Coleta de índices já elaborados; 2. Prosopografia	Q de Yule	Testar a teoria
<i>Capítulo 4</i>	Estudo comparativo	Coleta de índices já elaborados	fsQCA	Testar a teoria
<i>Capítulo 5</i>	Levantamento por amostragem	Revisão sistemática da literatura	1. Análise cientométrica; 2. Análise de conteúdo quantitativa	Identificar padrões gerais
<i>Capítulo 6</i>	Estudo comparativo	Revisão sistemática da literatura	Análise de conteúdo qualitativa	1. Identificar padrões gerais; 2. Refinar a teoria

Fonte: Elaboração própria.

A partir das problemáticas e resultados levantados até esse ponto, a quarta e última parte da pesquisa apresenta sua tese central, com o capítulo 7 propondo o argumento de que os desafios identificados na aplicação do conceito podem ser superados através de uma ressignificação do termo *soft power*, abandonando sua definição baseada no conceito de atração – cujas bases teóricas e os processos cognitivos envolvidos são indefinidos – em prol de uma definição baseada no conceito de atitudes, o qual já serve de base para os estudos sobre socialização identificados no capítulo 3. São lançadas duas hipóteses para responder as perguntas problema da pesquisa: (H₁) A utilização do conceito de *soft power* como base para uma teoria geral das Relações Internacionais é inviabilizada por sua natureza altamente contextual, mas este pode servir de base para teorias de médio alcance aplicadas a estudos de caso; e (H₂) o conceito *soft power* pode ser melhor operacionalizado por pesquisas empíricas se for reformulado como “a capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o *soft power*”.

Concluída a apresentação dos capítulos que integram a presente tese doutoral, avança-se agora para sua revisão teórica.

⁷ Ver: Ragin (1994, p. 32–37).

2 O CONCEITO DE *SOFT POWER*

O objetivo desse capítulo inicial é fornecer o substrato teórico para a discussão sobre o conceito de *soft power* que será conduzida ao longo da tese. Seus objetivos incluem apresentar as origens do conceito, seus elementos constitutivos e as principais insuficiências teóricas percebidas na literatura. Em sua primeira parte, é examinada a genealogia por trás do termo, destacando sua relação com tradições intelectuais mais antigas que tratam do conceito de poder como um todo, sublinhando ideias semelhantes em obras de autores como Edward Carr (2001), Hans Morgenthau (2003) e Steven Lukes (2005), buscando compreender a evolução dessas ideias dentro do contexto mais amplo do poder na política internacional.

A segunda seção do capítulo é estritamente focada na revisão do conceito na forma apresentada por Nye ao longo de sua prolífica produção sobre o tema (NYE, 1990a, 1990b, 2021, 2002, 2004a, 2007, 2008a, 2008b, 2011, 2013a, 2017), recorrendo nessa etapa a outras fontes de literatura sobretudo para auxiliar no mapeamento das alterações e refinamentos que o conceito sofreu ao longo dos anos. Como será futuramente demonstrado pela revisão cientométrica conduzida como parte do capítulo 5, os trabalhos de Joseph Nye ainda hoje ocupam posição central nos estudos sobre *soft power*, estruturando todo o campo de pesquisa que visa discutir ou instrumentalizar o conceito. Conforme apontado por Bakalov (2019), mesmo os autores e autoras críticos ao conceito apresentam seus argumentos em justaposição aos trabalhos de Nye, fazendo sentido, portanto, ancorar revisões teóricas sobre *soft power* em sua produção⁸.

Naturalmente, apesar de ser o principal nome na literatura centrada em *soft power*, Nye está longe de ser o único autor a trabalhar com o tema, sendo notada sua popularização nos círculos acadêmicos sobretudo após 2004, ano da publicação de seu principal livro sobre o assunto (NYE, 2004a). Uma parcela considerável dessa literatura, contudo, é composta por comentários críticos a sua obra, muitas vezes acompanhados de proposições alternativas ao conceito de *soft power*. Nesse sentido, a terceira parte do capítulo é dedicada ao mapeamento e revisão dos principais textos desse conjunto da literatura, destacando, ainda que brevemente, conceitos como o de força representacional, de Janice Mattern (2005); investimento afetivo,

⁸ Se admite que a própria prática de centrar as revisões sobre *soft power* nos trabalhos de Joseph Nye, por si só, ajuda a cimentar os estudos em questão no centro do debate. Contudo, como será demonstrado ao longo da tese, as considerações levantadas por Nye em suas obras, assim como os problemas em suas proposições, ainda estão longe de se tornarem obsoletos ou superados.

de Ty Solomon (2014); o também popular conceito de narrativas estratégicas, proposto por Laura Roselle, Alister Miskimmon e Ben O’Loughlin (2013, 2014) e utilizado em trabalhos como os de Hartig (2015), Szostek (2016, 2017), Lams (2018), Chang (2020) e Zhukova, Sundström e Elgström (2021); e os conceitos de poder reputacional e poder institucional, cuja aplicação na literatura sobre *soft power* foi sugerida por Todd Hall (2010). Como será demonstrado, embora esses conceitos alternativos respondam algumas das críticas levantadas ao longo do capítulo, o fazem ao custo de sua abrangência empírica, sendo soluções pouco adequadas ou satisfatórias aos problemas teóricos e metodológicos identificados na aplicação do conceito de *soft power*.

2.1 A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO: AS ORIGENS E A GENEALOGIA DO TERMO “*SOFT POWER*”

Qualquer revisão de literatura voltada para uma tese doutoral tal qual a aqui apresentada, na qual o conceito de *soft power* ocupa posição central, deve se iniciar tecendo considerações sobre um conceito ainda mais primordial: o poder. Contudo, fazer um levantamento exaustivo sobre o assunto em um único capítulo seria impraticável, sobretudo ao ser considerada a natureza do poder enquanto um conceito complexo e contestado, “cuja diferentes interpretações são unidas mais por uma semelhança familiar do que por um significado central” (BERENSKOETTER, 2007, p. 1)⁹.

No campo da política internacional, pesquisadores usualmente adotam uma definição semelhante àquela proposta por Robert Dahl, segundo a qual “A tem poder sobre B na medida em que ele pode fazer B fazer algo que B não faria de outra forma” (DAHL, 1957, p. 202)¹⁰, ou, como colocam Barnett e Duvall (2005, p. 40)¹¹, “há uma conceituação amplamente aceita [nos estudos sobre política internacional] que é vista como a única maneira de entender o poder: como um Estado usa seus recursos materiais para compelir outro Estado a fazer algo que não quer fazer”¹². Nesse sentido, embora pessoalmente defendam uma taxonomia baseada

⁹ “*with different interpretations held together more by a family resemblance than a core meaning*”.

¹⁰ “*A has power over B to the extent that he can get B to do something that B would not otherwise do*”.

¹¹ “*there is a widely accepted conceptualization that is viewed as the only way to understand power: how one state uses its material resources to compel another state to do something it does not want to do*”.

¹² Em concordância com Barnett e Duvall, Baldwin (2013, p. 273) ainda afirma que “embora definições alternativas de poder sejam abundantes, nenhuma rivaliza esta [definição apresentada por Dahl (1957)] em aceitação generalizada”.

em quatro tipos de poder¹³, entendem que as análises no campo da política internacional estiveram, até este ponto, limitadas ao entendimento de poder enquanto a relação de controle de um ator sobre outro – o que identificam como a faceta do “poder compulsório” –, tipicamente associado à vertente realista das Relações Internacionais. Na visão dos autores, “aqueles que querem expandir a conceitualização de poder frequentemente colocam a deles como um suplemento ou uma alternativa para a visão realista. Nye, por exemplo, oferece seu conceito de ‘*soft power*’ como um contraponto à ênfase realista no ‘*hard power*’” (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 43)¹⁴.

Como apontado por Ohnesorge (2020, p. 27), essa definição proposta por Dahl pode ser interpretada como uma síntese construída a partir da tradição weberiana, para qual o “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2012, p. 33). Renato Perissinotto (2008, p. 31) ressalta como essa definição já é “admiravelmente sintética”, contendo uma série de implicações metodológicas que seriam posteriormente desenvolvidas. Nesse sentido, destaca e destrincha seus termos fundamentais, iniciando pelos conceitos de fundamento e probabilidade. No que diz respeito ao primeiro, aponta como todo poder exige aquilo que Robert Dahl (1988, p. 34) chama de “recurso”, com diferentes tipos recursos produzindo tipos distintos de poder, de modo que “o ‘fundamento’ não apenas viabiliza o exercício do poder como permite diferenciar ‘espécies de poder’” (PERISSINOTTO, 2008, p. 32)¹⁵. Isso posto, o recurso não é o poder em si, haja visto a necessidade de se considerar fatores contextuais em sua aplicação – razão pela qual o poder, em Weber, é definido como uma probabilidade.

Um dos principais fatores contextuais a ser considerado reside na própria disposição do agente que controla os recursos de poder em mobilizá-los. Isso implica em outro princípio fundamental da definição weberiana, o da intencionalidade dos resultados, ou, como colocado por Bertrand Russell (2004, p. 23)¹⁶, “o poder pode ser definido como a produção dos efeitos pretendidos”, de modo que, “para que um determinado efeito seja a prova do poder de um

¹³ Além do poder compulsório (1), ainda incluem: (2) o poder institucional; (3) o poder estrutural; e (4) o poder produtivo (ver: BARNETT; DUVALL, 2005, p. 43).

¹⁴ “those who want to expand the conceptualization of power frequently pose theirs as a supplement or an alternative to the realist bench- mark. Nye, for example, offers his concept of ‘*soft power*’ as a counterpoint to the realist emphasis on ‘*hard power*’”.

¹⁵ Exemplos óbvios nas relações entre Estados incluem o poder econômico, derivado de recursos econômicos; e o poder militar, produzido pelos recursos militares de uma nação.

¹⁶ “Power may be defined as the production of intended effects”.

agente, é preciso estabelecer uma relação causal entre o efeito produzido e a intenção do agente de produzi-lo” (PERISSINOTTO, 2008, p. 33). Esses efeitos, como exposto na definição weberiana e sintetizado por Dahl, necessariamente se dão “dentro de uma relação social” (WEBER, 2012), sendo, portanto, um fenômeno de natureza intrinsecamente relacional, onde o poder de A é definido com base em sua capacidade de instrumentalizar certo conjunto de recursos para afetar, de modo intencional, as ações de B.

Embora limitadas, essas reflexões já fornecem um ótimo ponto de partida para se discutir os aspectos conceituais que permeiam o *soft power*: sua natureza e as dinâmicas as quais está associado se relacionam a um entendimento restrito do conceito de poder, sendo, ao menos a princípio, inserido na tradição weberiana e próximo a síntese proposta por Dahl (1957). No campo da política entre os Estados, mesmo que o *soft power* seja desenvolvido como um complemento à visão realista, o conceito proposto por Nye ainda se desenvolve estritamente como uma relação na qual “A tem poder na medida em que afeta as ações de B” – ou, como o mesmo explicitamente coloca, “poder é a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os resultados que se deseja” (NYE, 2004a, p. 2)¹⁷.

Mas, afinal, o que é *soft power*? A resposta para essa pergunta também apresenta certo grau de complexidade, tendo em vista que, conforme notado por Zahran e Ramos (2010, p. 16), a definição fornecida por Nye é pouco rigorosa, sendo seu uso “problemático e incerto”, tornando difícil a obtenção de uma definição simples e direta ao conceito. Adicionalmente, é necessário considerar que Nye ofereceu definições distintas para o termo ao longo dos anos, as quais, embora tenham mantido seus elementos centrais constantes ao longo do tempo, foram sendo expandidas e tendo a descrição de seus elementos acessórios alteradas, sendo essas múltiplas definições, em maior ou menor medida, referenciadas até a atualidade.

A primeira menção ao termo “*soft power*” na obra do referido autor se deu no livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (NYE, 1990a), no qual nos oferece a seguinte definição:

Um país pode alcançar os resultados que deseja na política mundial porque outros países querem segui-lo ou concordaram com um sistema que produz tais efeitos. [...] Este aspecto do poder – ou seja, conseguir que outros queiram o que você quer – pode ser chamado de poder indireto ou cooptativo. É um contraste ao poder de ativamente comandar comportamentos para conseguir que outros façam o que você quer. O poder cooptativo pode repousar na atração das próprias ideias ou na

¹⁷ “power is the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants”.

capacidade de definir a agenda política de uma forma que molde as preferências que outros expressam. [...] A capacidade de estabelecer as preferências tendem a ser associadas a recursos intangíveis de poder, tais como cultura, ideologia e instituições. Esta dimensão pode ser pensada como *soft power*, em contraste ao *hard power* geralmente associado a recursos tangíveis como os militares e a força econômica (NYE, 1990a, p. 31–32)¹⁸.

Em um artigo publicado no mesmo ano na revista *Foreign Policy*, complementa:

O poder cooptativo do *soft power* é tão importante quanto a habilidade de comandar do *hard power*. Se um Estado pode fazer seu poder parecer legítimo aos olhos de outros, encontrará menos resistência a seus desejos. Se sua cultura e ideologia forem atraentes, outros seguirão mais facilmente. Se ele puder estabelecer normas internacionais consistentes com sua sociedade, é menos provável que tenha que se adaptar. Se puder apoiar instituições que fazem com que outros Estados desejem canalizar ou limitar suas atividades da maneira que o Estado dominante prefere, pode ser poupado do dispendioso exercício dos meios coercitivos do *hard power* (NYE, 1990b, p. 167)¹⁹.

Logo nessa conceitualização inicial, é possível encontrar elementos semelhantes aos que Perissinotto (2008, p. 31) destaca na definição weberiana para o conceito de poder. A frase “um país pode alcançar os resultados que deseja na política mundial porque outros países querem segui-lo” já apresenta os elementos de probabilidade (“pode alcançar”); vontade (“os resultados que deseja”); e relação social (“um país [...] outros países”). A noção de fundamento também está presente, com o *soft power* sendo definido a partir da “capacidade de estabelecer as preferências”, as quais tendem “a ser associadas a recursos intangíveis de poder, tais como cultura, ideologia e instituições”. Sugere também, ainda que brevemente, um mecanismo causal pelo qual os recursos em questão produziram poder – a atração.

¹⁸ “A country may achieve the outcomes it prefers in world politics because other countries want to follow it or have agreed to a system that produces such effects. [...] This aspect of power—that is, getting others to want what you want—might be called indirect or co-optive power. It is in contrast to the active command power behavior of getting others to do what you want. Co-optive power can rest on the attraction of one’s idea or on the ability to set the political agenda in a way that shapes the preferences that others express. [...] The ability to establish preferences tends to be associated with intangible power resources such as culture, ideology, and institutions. This dimension can be thought of as soft power, in contrast to the hard command power usually associated with tangible resources like military and economic strength.”

¹⁹ “Soft co-optive power is just as important as hard command power. If a state can make its power seem legitimate in the eyes of others, it will encounter less resistance to its wishes. If its culture and ideology are attractive, others will more willingly follow. If it can establish international norms consistent with its society, it is less likely to have to change. If it can support institutions that make other states wish to channel or limit their activities in ways the dominant state prefers, it may be spared the costly exercise of coercive or hard power.”

Isto posto, embora o conceito de resistência apareça nominalmente, seu tratamento é um tanto mais complicado, tendo em vista que, na forma como é definido, o *soft power* não busca superar a resistência dos sujeitos submissos ao poder, mas sim reduzi-la ao alterar as preferências desses sujeitos. Nesse mesmo sentido, a ideia de imposição está ausente, sendo substituída pela ideia de cooptação²⁰, o que, dentro do arcabouço teórico proposto por Robert Dahl (1961, 1988), aproximaria o *soft power* mais do conceito de influência do que do de poder propriamente dito²¹.

Notavelmente, embora mesmo Nye (1990a, p. 188) reconheça que o fenômeno que descreve “não é novo”, o próprio conceito de *soft power* parece descender de uma tradição intelectual muito mais antiga, remetendo pelo menos ao início da disciplina²². Por exemplo, Edward Carr, em sua obra *The Twenty Years' Crisis: 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations* (2001, original de 1939) – considerado um dos textos fundadores do realismo clássico e do subcampo das Relações Internacionais como um todo –, defende a possibilidade de dividir o poder político no âmbito internacional em três categorias, sendo elas (i) o poder militar; (ii) o poder econômico; e (iii) “o poder sobre a opinião”, sendo esse último referente a capacidade da elite de moldar a opinião pública através da manipulação da informação, do uso da mídia para propagar mensagens específicas e do controle da educação e da cultura (CARR, 2001, p. 172–180). Essa divisão apresenta um evidente paralelo com aquela proposta por Nye décadas depois, com o poder militar e econômico integrando o *hard power*, enquanto o poder sobre a opinião, em muitos aspectos, se aproxima do *soft power*.

Hans Morgenthau, outro importante teórico do realismo clássico, também oferece um conceito próximo ao aventado por Nye. Em sua obra *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (2003, original de 1948), argumenta a existência do que chama de “política de prestígio”, responsável por garantir que as demais partes em um sistema de

²⁰ Janice Mattern (2005, p. 586) desenvolve uma crítica interessante a esse respeito, argumentando que as dinâmicas identificadas por Nye como *soft power* não estão livres de aspectos coercitivos, dado que envolvem um processo de construção de narrativas que afetam diretamente a percepção da audiência alvo sobre a realidade material, efetivamente impondo sobre essas audiências a vontade do ator que detém o *soft power*.

²¹ Admite-se que esse fator levanta questionamentos sobre a própria natureza do *soft power* enquanto um tipo poder. Todavia, tendo em vista a própria natureza contestada do conceito de poder, essa discussão não será aprofundada ao longo da tese, haja visto que os objetivos da pesquisa se voltam muito mais para a construção de um arcabouço teórico-metodológico que facilite a solução de problemas operacionais notados em análises estruturadas em torno do fenômeno em questão, procurando manter, até onde possível, as nomenclaturas empregadas pela literatura.

²² A similaridade do *soft power* com conceitos que o antecedem já foi notada por diversos outros autores, incluindo Lee (2011), Warren (2014) e Ohnesorge (2020).

relações sociais criem uma imagem mental favorável ao seu autor (MORGENTHAU, 2003, p. 148). A política externa moderna, assim, não seria conduzida tendo apenas como base a diplomacia tradicional e o poder militar, mas também a propaganda. Conforme coloca,

A luta pelo poder no cenário internacional não se resume hoje a uma luta pela supremacia militar ou dominação política, mas sim, em um sentido específico, a uma disputa pela mente dos homens. Desse modo, o poderio de uma nação passou a depender não somente da capacidade de sua diplomacia e do vigor de suas forças armadas, mas também do grau de simpatia que sua filosofia, suas instituições e suas normas políticas tenham conseguido conquistar em outras nações (MORGENTHAU, 2003, p. 292).²³

Para além da subárea das Relações Internacionais, mais recentemente o conceito de *soft power* também foi comparado com a “terceira face do poder”, proposta por Steven Lukes no livro *Power: A Radical View* (2005, original de 1974), no qual o autor apresenta uma divisão conceitual do poder em “três faces”, sendo (1) o poder para tomar decisões; (2) o poder para definir agendas; e (3) o poder ideológico, voltado para “assegurar consentimento para a dominação de sujeitos dispostos” (LUKES, 2005, p. 109)²⁴. Embora Lukes e Nye sejam autores contemporâneos e ambos já tenham admitido a proximidade conceitual entre a terceira face do poder (proposta por Lukes em 1974) e o *soft power* (proposto por Nye em 1990), Nye (2021) afirma só ter tido contato com o conceito de autoria de Lukes após ter proposto seu próprio conceito de *soft power*²⁵. Apesar dessa proximidade, ambos parecem concordar que os conceitos são “similares, mas não idênticos” (NYE, 2021, p. 201)²⁶, com Lukes discutindo essas diferenças em um texto crítico ao conceito proposto por Nye (LUKES, 2007)²⁷. Não obstante, embora ambas as teorias enfatizem a importância de formas não coercivas de poder, diferem em seu entendimento de como o poder opera, com Lukes apresentando um entendimento fundamentalmente sociológico, tomando o poder como uma força abrangente que molda crenças e preferências; enquanto Nye desenvolve seu conceito de

²³ Maria Regina Soares de Lima (2018, p. 38) sugere que essa talvez tenha sido a inspiração para o conceito de *soft power*, mas admite que Morgenthau não chega a aprofundar plenamente essa parcela de seu argumento.

²⁴ “*securing the consent to domination of willing subjects*”.

²⁵ Não está claro em qual momento Nye teve contato com a obra de Lukes, porém ela não chega a ser mencionada em seus artigos publicados na década de 1990 ou no primeiro livro inteiramente dedicado ao seu próprio conceito (NYE, 2004a), sendo citada apenas no seu livro seguinte (NYE, 2008b). É possível que seu primeiro contato com o conceito proposto por Lukes tenha ocorrido através do livro *Power in World Politics* (Org. BERENSKOETTER; WILLIAMS, 2007), para o qual ambos contribuíram com capítulos voltados a debater o conceito de *soft power* (LUKES, 2007; NYE, 2007).

²⁶ “*my concept of soft power is similar but not identical with his third face of power*”.

²⁷ Essa crítica será aprofundada mais adiante neste capítulo.

uma perspectiva estratégica, “mais preocupada com as ações dos agentes” (NYE, 2021, p. 202)²⁸, se concentrando na capacidade de Estados em influenciar ações alheias através da atração.

Mesmo considerando as diferenças entre o *soft power* e conceitos semelhantes que o precederam, é notável como a proposta de Joseph Nye, ao menos em sua forma inicial, carece de grande originalidade. O que justifica, então, a construção de uma tese voltada a este tema? Trata-se de um conceito que angariou grande popularidade após meados da década de 2000, dentro e fora dos círculos acadêmicos²⁹. Essa popularidade, por si só, não o torna teoricamente relevante, mas, como será demonstrado, garantiu que houvesse um aumento expressivo de pesquisas associadas ao termo. Considerando os problemas persistentes notados no uso e aplicação do conceito, se demanda, com certa urgência, a realização de uma problematização mais aprofundada de seus significados, incluindo seus elementos constitutivos e acessórios, iniciando por sua evolução ao longo da bibliografia de seu criador e principal teórico, Joseph Nye.

2.2 A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO: O *SOFT POWER* NA BIBLIOGRAFIA DE JOSEPH NYE

Conforme já mencionado, a criação do conceito de *soft power* por Joseph Nye (1990a) se deu no contexto de popularização de teses que percebiam um crescente declínio do poder estadunidense.³⁰ Zahran e Ramos (2010, p. 13) destacam como a ideia central defendida por esses autores era que os EUA haviam ampliado excessivamente sua presença militar ao longo do globo, implicando em custos econômicos e políticos em sua esfera doméstica que, em última instância, provocariam um enfraquecimento da posição estadunidense no sistema internacional. Em *Bound to Lead* (1990a), Nye argumenta que essa era uma interpretação errônea do cenário, por duas razões principais.

²⁸ “*I was more concerned with the actions of agents*”.

²⁹ Dois momentos parecem importantes para a construção da popularidade do conceito: o primeiro, em 2004, é a publicação do livro homônimo por Joseph Nye (2004a); o segundo, em 2007, é o início de menções nominais ao conceito de *soft power* por políticos importantes, tanto nos EUA quanto na China (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2007; FEHER, 2020).

³⁰ O exemplo mais proeminente dessa corrente de pensamento foi a obra *The Rise and Fall of the Great Powers*, do historiador estadunidense Paul Kennedy (1988).

Em primeiro lugar, considera que a ideia do declínio relativo do poder militar e econômico estadunidense, ancorada em análises de dados iniciados na Segunda Guerra Mundial, apresenta uma grande distorção inicial, dado que, nesse momento, os EUA dispunham de um volume muito mais elevado de recursos pelo simples fato do conflito não ter sido travado em seu território, preservando sua infraestrutura. Considerar o fim da guerra como ponto de partida para qualquer análise naturalmente irá demonstrar um aparente declínio relativo do poder estadunidense, dado o processo de reconstrução dos Estados europeus que se seguiu. Assim, o autor nota que, uma vez ignorada a distorção inicial, os recursos econômicos e militares dos EUA demonstraram uma estabilidade relativa a dos demais Estados ao longo das décadas de 1970 e 1980, refutando as teses de seu declínio no período (NYE, 1990a, p. 72–89).

Em segundo lugar, aponta como essas teorias ignoram mudanças importantes nas dinâmicas de poder no sistema internacional, com seu foco recaindo na mensuração de recursos de poder como população, tamanho do território, tamanho da economia, disponibilidade de recursos naturais e forças armadas – aquilo que Nye chama de recursos de *hard power*. Nesse sentido, argumenta que as teses declinistas do poder norte-americano falham ao não considerar um segundo aspecto essencial da política externa estadunidense durante a Guerra Fria, isto é, seu *soft power* (NYE, 1990a, p. 110–111).

Após essa proposição inicial (NYE, 1990a, 1990b), Nye voltaria a mencionar o termo na segunda edição da obra *Power and Interdependence*, assim como no artigo *Power and Interdependence in the Information Age*, ambos escritos em parceria com Robert Keohane (KEOHANE; NYE, 1997, 1998), mas sem propor novos avanços ao conceito. Esses só viriam em 2002, com a publicação do livro *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone* (NYE, 2002), no qual retoma a discussão do *soft power* no contexto da política externa estadunidense.

Embora seus escritos do início da década de 1990 sejam marcados por uma postura crítica das teses declinistas e uma defesa da manutenção dos EUA enquanto um Estado hegemônico ainda firmemente ancorado em seu *hard* e *soft power*, as mudanças no contexto internacional nos anos que se seguiram impuseram alterações nas perspectivas do autor. Zahran e Ramos (2010, p. 15) notam como nesse período duas novas correntes de pensamento passaram a influenciar o debate público sobre política externa nos EUA. A primeira dessas correntes, identificada pelos autores como isolacionismo, pregava que, frente a preponderância do poderio norte-americano combinada aos elevados custos de atuação

internacional, os EUA deveriam restringir sua atuação as pautas que fossem estritamente necessárias a manutenção de seu status hegemônico.³¹ Em contrapartida, a segunda corrente, o triunfalismo, reconhecia o surgimento de novas redes transnacionais descentralizadas, a quais representariam a emergência de novas ameaças como o terrorismo transnacional, as quais deveriam ser respondidas de modo ativo pelos EUA, mesmo que ao custo de sua legitimidade de atuação aos olhos internacionais.

É nesse contexto que *The Paradox of American Power* é escrito, com Nye se posicionando como um crítico de ambas as mencionadas correntes. Até certo ponto, considera que a leitura triunfalista está correta na identificação do surgimento de uma esfera de relações transnacionais, paralela às esferas de relações de poder militar e econômico. Entretanto, aponta como apenas estratégias de *soft power* seriam efetivas ao nível transnacional, ao passo que ameaças dessa natureza precisam ser enfrentadas por meio da cooperação internacional, tornando imperativa a utilização de estratégias cooptativas e consensuais (NYE, 2002, p. 39–40). Assim, em sua leitura, a então maior ameaça ao poder norte-americano repousava precisamente em sua inépcia em capitalizar seus recursos de *soft power* em estratégias coesas e adequadas aos novos desafios.

Apesar da definição do conceito em si continuar sendo construída estritamente a partir da análise da política externa norte-americana e se manter essencialmente a mesma que aquela inicialmente apresentada em *Bound to Lead*, a presença de dois avanços importantes pode ser constata na obra de 2002. Em primeiro lugar, a relação entre *soft power* e atores não-estatais passa a ser melhor problematizada, com Nye admitindo que muitos desses atores irão adquirir seu próprio grau de *soft power* ao passo que constroem coalizações que ultrapassam fronteiras nacionais, podendo complicar ou, até mesmo, obstruir esforços governamentais para obter seus resultados pretendidos (NYE, 2002, p. xiii, 73). Em segundo lugar, considera que, nas dinâmicas da esfera transnacional, o crescente fluxo de informações tem produzido o chamado “paradoxo da plenitude”, onde “a plenitude de informações leva a uma pobreza de atenção” (NYE, 2002, p. 67)³². Nesse sentido, argumenta que a credibilidade da fonte se torna, por si só, um recurso de poder, tendo em vista que ela determina em grande parte quais mensagens recebem atenção e quais são ignoradas. Uma vez que a produção de *soft power*

³¹ Conforme notam, essa corrente perdeu força após os eventos do 11 de Setembro.

³² “One of the most interesting aspects of power in relation to increasing flows of information is the ‘paradox of plenty.’ A plenitude of information leads to a poverty of attention.”

está diretamente associada a construções narrativas, conclui que “o *soft power* depende da credibilidade” (NYE, 2002, p. 69)³³.

Seria apenas em 2004 que Nye publicaria um livro especificamente voltado ao aprofundamento do debate teórico em torno do conceito que havia cunhado anos antes. Assim, em *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, embora ainda referencie a política externa estadunidense com frequência, essa deixa de ser o foco primário, com esse recaindo sobre o conceito de *soft power* em si, finalmente detalhando vários de seus aspectos. A definição do termo é então novamente atualizada, passando a focar muito mais no mecanismo da atração. Conforme coloca, “[*soft power*] é a habilidade para conseguir o que se deseja por meio da atração ao invés da coerção ou suborno. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas praticadas por um país” (NYE, 2004a, p. x).³⁴ Assim, “em termos comportamentais, *soft power* é poder atrativo. Em termos de recursos, recursos de *soft power* são instrumentos que produzem essa atração” (NYE, 2004a, p. 6).³⁵

Mesmo nessa breve definição, construída a partir de dois trechos separados por algumas poucas páginas, já é possível notar inconsistências na definição oferecida por Nye na ocasião. Se no prefácio estabelece que o *soft power* de uma nação é gerado por um conjunto limitado de recursos, em seguida sugere que o *soft power* pode ser gerado por qualquer recurso com a capacidade de produzir atração sobre determinada audiência – tornando as possibilidades de recursos em potencial virtualmente infinitas. A terminologia aplicada também é confusa, dado que, por exemplo, Nye (2004a, p. 6)³⁶ afirma que “recursos de *soft power* tendem a ser associados com o lado cooptativo do espectro do comportamento, enquanto os recursos de *hard power* são usualmente associados ao comportamento de comando”, mas, se a definição de determinado instrumento enquanto recurso de *soft* ou *hard power* se dá com base nos comportamentos que produz e há intersecção entre os dois grupos, não é possível dizer *a priori* se determinado elemento é instrumentalizado como um recurso de *soft* ou *hard power* sem considerar seu contexto de aplicação, sendo sim, no máximo, passível de se afirmar que alguns recursos geralmente estarão associados a dinâmicas de *soft* ou *hard power*.

³³ “*soft power rests on credibility.*”

³⁴ “*What is soft power? It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies.*”

³⁵ “*in behavioral terms soft power is attractive power. In terms of resources, soft-power resources are the assets that produce such attraction.*”

³⁶ “*Soft-power resources tend to be associated with the co-optive end of the spectrum of behavior, whereas hard-power resources are usually associated with command behavior.*”

Apesar desse ponto de confusão, nessa mesma obra Nye desenvolve um argumento convincente sobre recursos tradicionalmente associados ao *hard power* de um Estado também serem capazes de produzir *soft power*. Conforme aponta, mitos de prosperidade e invencibilidade tem um bom potencial para gerar atração em determinadas audiências, ao passo que o declínio econômico e militar tende a vir acompanhado de uma queda de prestígio e da capacidade de afetar a agenda internacional (NYE, 2004a, p. 9). Para além dos aspectos ideacionais, Nye (2004a, p. 114) ainda destaca como mesmo as forças armadas, exemplo máximo de um recurso de *hard power*, também desempenham importante papel na geração de *soft power*, haja visto iniciativas como intercâmbio de oficiais, treinamentos conjuntos e programas de assistência em tempos de paz proporcionam canais de influência não disponíveis através da diplomacia tradicional.

Partindo desse argumento, é necessário questionar sobre que tipo de audiência o *soft power* atua, tendo em vista que, ao menos nesse ponto, o autor ainda parecia construir o conceito tendo a opinião pública de outro Estado como audiência-alvo, mas as dinâmicas supracitadas parecem atuar majoritariamente sobre uma fração da burocracia estatal. Embora ainda seja possível argumentar que, em algumas situações, as forças armadas podem atuar como recurso de *soft power* ao gerarem um impacto positivo na opinião pública internacional³⁷, outro exemplo fornecido pelo autor são as relações estabelecidas entre as agências de inteligência de cada Estado (2004a, p. 115), as quais, por sua própria natureza, tendem a permanecer ocultas ao público em geral. Assim, apesar do autor chegar a reconhecer os efeitos dispares que um mesmo recurso de *soft power* pode provocar em audiências distintas dentro de um país – no caso, os diferentes efeitos da cultura popular estadunidense sobre jovens e elites governamentais iranianas (NYE, 2004a, p. 52) –, ainda não se aprofunda nas implicações que esses diferentes tipos de público-alvo têm sobre os aspectos práticos e teóricos do *soft power*.

Outro ponto subdesenvolvido no arcabouço teórico proposto pelo autor são as dinâmicas que chama de “repulsão”³⁸. Conforme coloca, para que o *soft power* tenha efeito, é necessário que os recursos de *soft power* sejam atrativos para audiências específicas, e que essa atração afete as políticas produzidas pelo comportamento desses atores (NYE, 2004a, p.

³⁷ Para um exemplo nesse sentido, ver Capie (2015).

³⁸ Notavelmente, termo aparece poucas vezes ao longo do texto, ao ponto de sua definição ser fornecida por meio de uma única nota de rodapé.

34). A repulsão, portanto, seria produto de uma relação onde os recursos de *soft power*, além de não gerarem atração, produzem o resultado inverso. Conforme destaca, embora esse fenômeno também seja capaz de impelir as audiências à ação, os resultados produzidos usualmente não serão desejados pelos atores que detém os recursos de *soft power*, de modo que o termo “*soft power* negativo”, empregado por alguns autores, é inconsistente com a definição de poder enquanto a capacidade de produzir os resultados desejados – razão pela qual prefere utilizar o termo “repulsão”, em direta oposição ao conceito de “atração” (NYE, 2004a, p. 150).

No livro de 2004, Nye ainda introduz o conceito acessório de diplomacia pública, a qual é vista como um meio de “transmitir informações e promover uma imagem positiva [do país] [...], envolvendo também a construção de relações de longo prazo que criam um ambiente propício para as políticas governamentais” (NYE, 2004a, p. 107)³⁹. Para o autor, esse processo se daria em três dimensões, sendo elas: (i) comunicação diária, onde são detalhados os contextos das decisões de política doméstica e externa; (ii) comunicação estratégica, onde temas começam a ser desenvolvidos e fortalecidos, em um sistema semelhante a campanhas de marketing político; e (iii) construção de relacionamentos duradouros, onde são estabelecidos vínculos profissionais e afetivos com indivíduos chave através de intercâmbios estudantis, seminários, conferências e acesso a canais de mídia (NYE, 2004a, p. 107–109). Embora tente associar esse conceito ao de *soft power*, a relação exata entre ambos não fica clara, não sendo possível determinar se nesse ponto o autor via a diplomacia pública como um recurso de *soft power*; um conjunto de recursos de *soft power* que compartilham determinadas características; um instrumento pelo qual os recursos são empregados; ou, até mesmo, simples sinônimos⁴⁰. Esse problema em particular só seria solucionado anos depois, com a publicação do artigo “*Public diplomacy and soft power*”, com a diplomacia pública passando a ser definida pelo autor como “um instrumento que os governos utilizam para mobilizar estes recursos [de *soft power*] para se comunicar com e atrair o público de outros países” (NYE, 2008a, p. 95)⁴¹, utilizando, entre outras estratégias, veículos de comunicação em massa, subsídios à exportação de produtos culturais e

³⁹ “Conveying information and selling a positive image is part of it, but public diplomacy also involves building long-term relationships that create an enabling environment for government policies.”

⁴⁰ Apesar do texto sugerir o contrário, Nye (2004a, p. 124) utiliza os dois termos como sinônimos na tabela 4.1.

⁴¹ “Public diplomacy is an instrument that governments use to mobilize these resources to communicate with and attract the publics of other countries”.

intercâmbios estudantis para chamar a atenção internacional para os recursos em questão. Ressalta, porém, que a efetividade dos recursos em produzir *soft power* depende, em última instância, do fato destes serem atrativos ou não para as audiências-alvo, com estratégias de diplomacia pública sendo ineficientes – se não contraproducentes – quando os recursos divulgados não são atrativos.

Isto posto, no que pese seus problemas e contradições, o livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics* foi um marco nas pesquisas sobre *soft power*, sobretudo quando considerado seu papel em popularizar o conceito nas discussões acadêmicas. Após sua publicação, Nye escreveria algumas análises de conjuntura envolvendo o termo, as quais, pela sua própria natureza, não ofereceram avanços teóricos perceptíveis ao conceito (NYE, 2005, 2006). Do ponto de vista do desenvolvimento teórico, sua próxima publicação relevante viria em 2007, ocasião da publicação do livro *Power in World Politics* (Org. BERENSKOETTER; WILLIAMS, 2007), para o qual contribuiu com o capítulo *Notes on a soft-power research agenda* (NYE, 2007). Como o próprio título sugere, nesse texto o foco do autor recai em discutir as críticas apontadas após a publicação de seu livro de 2004, assim como levantar novos questionamentos aos quais admite a necessidade de serem retrabalhados no futuro. Os comentários mais relevantes recaiam sobre o próprio conceito de atração, o qual havia passado a ocupar posição basilar em sua definição para *soft power*. Ao tratar da crítica de Janice Mattern (2005) sobre o assunto, admite que “muito mais trabalho deve ser conduzido sobre o conceito de atração” (NYE, 2007, p. 163)⁴², avançando então para uma breve discussão ontológica sobre ser um fenômeno natural ou socialmente construído – sem jamais oferecer uma definição direta e consistente para aquilo que entende por “atração”.

Apesar dos avanços nesse aspecto terem se mantido debilitados, Nye ao menos admite as dificuldades notadas na aplicação empírica do conceito, discutindo três pontos em particular. Primeiro, reconhece a necessidade de mais pesquisas sobre as conexões entre produtos culturais e o comportamento político, apontando como eventuais afinidades históricas entre dois povos tendem a produzir elevado impacto sobre essa relação (NYE, 2007, p. 164). Em segundo, reconhece ainda as dificuldades em distinguir os efeitos de coerção, indução e atração oriundos dos mesmos recursos, notando que, em muitos cenários, mais de um desses efeitos estará envolvido na eventual produção do resultado desejado pela

⁴² “Janice Bially Mattern make the point that much more work needs to be done on the concept of attraction. I agree.”

parte que detém o poder em determinada relação (NYE, 2007, p. 166). Em terceiro lugar, aprofunda a discussão sobre o controle Estatal sobre os recursos de *soft power* de sua nação, ressaltando as várias dificuldades em integrar o *soft power* a uma estratégia de política externa coesa, as quais incluem (1) a divisão descentralizada do controle desses recursos; (2) o fato de que muitos desses recursos se quer estão sob controle governamental, sendo sim diretamente produzidos pela sociedade civil; (3) a subjetividade inerente às relações de *soft power*, haja visto que a efetividade dos recursos é dependente da interpretação das audiências alvo; e (4) o fato de que, por vezes, a produção de resultados por meio de estratégias de *soft power* pode demandar muito tempo, sendo pouco atrativas para políticos com poder decisório que desejam um rápido retorno dos recursos investidos (NYE, 2007, p. 171).

No ano seguinte, Nye (2008b) publicaria “*The Powers to Lead*”, outro livro voltado a discutir a temática do poder nas relações internacionais. Contudo, ao contrário das obras anteriores, essa não é exatamente dedicada ao conceito de *soft power*, o qual é tratado de modo mais instrumental ao conceito central trabalhado no livro, o de *smart power*. Embora o conceito não tenha sido cunhado nesse livro⁴³, é aqui que ele ganha alguma substância, sendo definido como “a habilidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia efetiva” (NYE, 2008b, p. 43)⁴⁴. Nesse sentido, o livro argumenta que liderança eficaz demanda uma combinação de estratégias baseadas tanto em *hard*, quanto em *soft power*, algo naturalmente esperado quando consideramos que, dentro da matriz teórica proposta pelo autor, *hard power* e *soft power* são as pontas de um mesmo espectro comportamental (NYE, 2004a, p. 8). Isto posto, nota-se que o conceito de *smart power* parece ter falhado em obter a mesma aceitação que o de *soft power*⁴⁵, de forma que, apesar de ainda permanecer presente na bibliografia de Joseph Nye desse ponto em diante – sendo, inclusive, objeto de mais um artigo no ano seguinte (NYE, 2009) –, de modo geral, o conceito de *smart power* passa a ocupar uma posição marginal e de pouco destaque na obra do autor.

Em 2011, Nye publicaria seu terceiro livro dentro dessa temática, *The Future of Power* (NYE, 2011), onde oferece soluções para alguns dos problemas levantados até aqui. Uma das

⁴³ A primeira menção ao conceito de *smart power* parece ter se dado no artigo “*Soft Power and American Foreign Policy*” (NYE, 2004b). Dito isso, Nye apenas menciona a expressão na frase final do artigo, fornecendo pouco contexto e nenhuma explicação adicional.

⁴⁴ “*The ability to combine hard and soft power into an effective strategy is smart power*”.

⁴⁵ Uma busca rápida na *Web of Science*, realizada no dia 24/04/2023, revela 872 documentos, publicados nos campos da Ciência Política e Relações Internacionais, mencionando o termo “*soft power*” desde 2004. No mesmo período e com parâmetros semelhantes de busca, o termo “*smart power*” retornou apenas 41 resultados.

questões abordadas é a própria relação do conceito de *soft power* com as três faces do poder, arcabouço teórico composto pela sobreposição das contribuições de Robert Dahl (1961), Peter Bachrach e Morton Baratz (1970), e Steven Lukes (2005, original de 1974). Conforme destacado anteriormente, embora o conceito de *soft power* seja com frequência comparado à terceira face do poder proposta por Lukes (2005), nesse ponto Nye (2011, p. 90) esclarece como o “o *soft power* enquadra-se nas três faces ou aspectos do comportamentais do poder”⁴⁶, podendo, tal qual o *hard power*, ser instrumentalizado de múltiplas formas. Nesse sentido, oferece o quadro explicativo reproduzido abaixo:

Quadro 2.1 – TRÊS FACES DOS COMPORTAMENTOS DE PODER

PRIMEIRA FACE Dahl (1961): INDUZIR OUTROS A FAZER O QUE DE OUTRA FORMA NÃO FARIAM. <i>Hard</i> : A utiliza a força ou pagamentos para alterar as estratégias atuais de B. <i>Soft</i> : A utiliza a atração ou persuasão para mudar as preferências existentes de B.
SEGUNDA FACE Bachrach e Baratz (BACHRACH; BARATZ, 1970): ELABORAÇÃO E DEFINIÇÃO DE AGENDA. <i>Hard</i> : A utiliza a força ou pagamentos para restringir a agenda de B (quer B goste ou não). <i>Soft</i> : A utiliza atração ou instituições para que B veja a agenda proposta por A como legítima.
TERCEIRA FACE Lukes (1974): MOLDAR PREFERÊNCIAS ALHEIAS. <i>Hard</i> : A utiliza a força ou pagamentos para moldar as preferências de B (“síndrome de Estocolmo”). <i>Soft</i> : A utiliza a atração e/ou as instituições para moldar as preferências iniciais de B.

Fonte: Nye (2011, p. 91, tradução nossa).

Nesse ponto, Nye também amplia sua explicação sobre o mecanismo da atração, embora seus microprocessos ainda permaneçam subdesenvolvidos. Conforme expõe, “a atração é mais complexa do que parece à primeira vista. Pode se referir a chamar a atenção – seja ela positiva ou negativa – assim como criar fascínio ou um efeito magnético positivo” (NYE, 2011, p. 91–92)⁴⁷. Ressalta, porém, que nem toda atração deve ser vista como *soft power*, com esse estando restrito a “atração positiva, no sentido de ‘fascínio’” (idem)⁴⁸. No campo da política internacional, se refere ao trabalho de Alexander Vuving (2009) para elencar três conjuntos de qualidades que seriam centrais para a produção de atração: (1) “bondade”, que se refere à como o ator A é percebido como benigno por sua audiência, o que tende a gerar simpatia, confiança, credibilidade e aquiescência; (2) competência, que se refere a capacidade de executar ações de maneira que produza admiração, respeito e emulação; e (3)

⁴⁶ “*soft power fits all three faces or aspects of power behaviour*”.

⁴⁷ “*Attraction is more complex than it first appears. It can refer to drawing attention—whether positive or negative—as well as creating alluring or positive magnetic effects*”.

⁴⁸ “*Soft power relies on positive attraction in the sense of ‘alluring.’*”

carisma, aspecto ligado a relação do ator A com ideais, valores e visões, com potencial para produzir inspiração e adesão (NYE, 2011, p. 92). Nota ainda que, sem esse tipo de qualidades, um determinado recurso pode acabar produzindo indiferença, ou até mesmo “repulsa – o contrário de *soft power*” (idem)⁴⁹, apontando como atores ou ações percebidos como malignos, manipulativos, incompetentes ou pretenciosos, ao serem objeto de atenção, tendem a produzir repulsa.

Isto posto, a maior contribuição fornecida pelo autor nessa obra parece ser a divisão do fenômeno do *soft power* de acordo com suas estruturas básicas de funcionamento, organizadas em dois eixos centrais: o *soft power* ativo e passivo; e o *soft power* direto e indireto. O primeiro desses eixos se refere aos meios pelos quais os recursos de *soft power* são comunicados às audiências alvo, seja através da adoção consciente de estratégias comunicacionais (*soft power* ativo), ou, no caso da ausência desse tipo de estratégias, por um contato natural que as audiências têm com esses recursos, muitas vezes ocasionado por uma posição central que o ator que os possui ocupa no cenário internacional.

Embora nesse primeiro eixo a diferenciação teórica por parte do autor seja sutil e não explícita, Nye é bem mais incisivo ao diferenciar o *soft power* direto do indireto, os apontando como dois modelos causais distintos pelos quais o *soft power* afeta suas audiências. Conforme expõe, em sua forma direta, o comportamento político de um Estado no sistema internacional pode ser afetado por seus líderes serem atraídos pelos recursos de *soft power* – sejam eles quais forem – de outro Estado, com relações pessoais e redes transnacionais de elites ocupando posição central (NYE, 2011, p. 94). Por outro, o *soft power* indireto é descrito como um “modelo em duas etapas”⁵⁰ (idem), no qual populações internacionais são influenciadas e então, por sua vez, afetam o comportamento das lideranças de suas nações. Conforme aponta, nesse segundo cenário, identificado pelo autor como mais comum, o *soft power* acaba sendo responsável por produzir cenários que viabilizam decisões favoráveis ao ator que possui esse *soft power*, ao passo que, alternativamente, se seu comportamento gerar repulsão ao invés de atração, acaba produzindo cenários desfavoráveis. O Quadro 2.2 reproduz uma figura fornecida pelo autor, a qual resume o argumento em questão.

⁴⁹ Nesse ponto, Nye utiliza o termo “*revulsion*” ao invés de “*repulsion*”, mais comum na literatura e anteriormente empregado pelo autor (NYE, 2004a). Isto posto, não parece haver diferença prática entre os dois termos, com Nye os empregando como sinônimos.

⁵⁰ “*two-step model*”.

Quadro 2.2 – *SOFT POWER*: MODELOS CAUSAIS DIRETO E INDIRETO

MODELO 1 EFEITOS DIRETOS Recursos → Elites governamentais → Atração → Decisão da elite e resultado
MODELO 2 EFEITOS INDIRETOS Recursos → População → Atração/repulsão → Criação de ambientes favoráveis/desfavoráveis → Decisão da elite

Fonte: Nye (2011, p. 95, tradução nossa).

A partir desse ponto, o foco da produção de Joseph Nye se voltou para outros temas, com o conceito de *soft power*, assim como as relações de poder na política internacional como um todo, deixando de ser o assunto principal. Embora o autor ainda instrumentalize o conceito nos livros que publicou na última década, não oferece novos avanços teóricos nas obras em questão (NYE, 2013b, 2015, 2020). Isto posto, continuou a debater o conceito em alguns artigos publicados até 2021, discutindo sobretudo sua adoção por lideranças internacionais e seu desenvolvimento teórico ao longo dos anos.

Ainda em 2013, publica na *Foreign Policy* o artigo *What China and Russia Don't Get About Soft Power*, onde apresenta uma crítica à abordagem limitada que a China e a Rússia têm adotado em relação ao uso do *soft power* em suas políticas externas, o reduzindo meramente a estratégias de diplomacia pública e propaganda (NYE, 2013a). Seus dois artigos posteriores – últimas publicações do autor sobre o tema no momento da redação dessa tese – são mais interessantes do ponto de vista conceitual, tendo em vista que refletem sobre seu próprio papel enquanto propositor e principal autor associado ao termo, revisando como suas próprias ideias e concepções sobre o fenômeno evoluíram ao longo dos anos. Por um lado, em *Soft power: the origins and political progress of a concept* (NYE, 2017), argumenta como, apesar das constantes expansões que o conceito recebeu, sua concepção central permaneceu constante ao longo do tempo; reconhece, porém, que o termo tomou vida própria ao passo que evoluía de um conceito puramente analítico e ganhava ressonância na prática política. Por outro, em *Soft power: the evolution of a concept* (NYE, 2021), admite que muitas das críticas que sofreu ao longo dos anos são fundamentadas, ao menos do ponto de vista da falta de

clareza resultante, observável, por exemplo, em sua descrição do papel dos recursos de poder ao distinguir *soft* e *hard power*, entrementes distinguidos com base em critérios behavioristas.

Abre, contudo, um novo ponto de crítica em potencial ao tratar das diferenças – admitidamente sutis – entre seu conceito de *soft power* e o de *sharp power*, cunhado por Walker e Ludwig (2017), o qual opera de modo semelhante, porém distinta ao primeiro, recorrendo ao uso de propaganda, desinformação, censura e outras táticas comunicacionais para promover a agenda política do Estado ou ator em questão. Enquanto o *soft power* seria uma abordagem dependente de uma “atração voluntária”, argumenta que o *sharp power* empregaria mentiras e manipulação para limitar as escolhas da audiência, na prática se tornando uma estratégia coercitiva (NYE, 2021, p. 203–204). Notavelmente, não parece haver uma distinção clara entre os processos cognitivos pelos quais os dois fenômenos ocorrem – talvez em parte pela própria indefinição com a qual esses processos cognitivos são tratados ao longo da literatura estudada – e, dado a ligação automática que Nye (2021, p. 204) estabelece entre o *soft power* e democracias liberais, e entre o *sharp power* e Estados autoritários (nomeadamente, China e Rússia), acaba por fim dando ao seu próprio conceito a aparência daquilo que sempre negou ser: um conceito normativo.

Concluída a revisão dos principais trabalhos de Joseph Nye sobre o conceito de *soft power* e tendo em mente os sutis e nem sempre claros avanços que sua definição sofreu ao longo do tempo, o Quadro 2.3 é pensado para resumir o conteúdo da presente seção, apresentando as definições oferecidas por Nye ao longo da bibliografia revisada, além dos conceitos acessórios introduzidos na literatura com o passar dos anos.

Quadro 2.3 – EVOLUÇÃO NO CONCEITO DE *SOFT POWER* NA OBRA DE JOSEPH NYE

Título	Ano	Tipo	Definição para <i>soft power</i>	Novos conceitos acessórios
<i>Bound to lead: the changing nature of American power</i>	1990	Livro	“Este aspecto do poder – ou seja, conseguir que outros queiram o que você quer – pode ser chamado de poder indireto ou cooptativo. É um contraste ao poder de ativamente comandar comportamentos para conseguir que outros façam o que você quer. O poder cooptativo pode repousar na atração das próprias ideias ou na capacidade de definir a agenda política de uma forma que molde as preferências que outros expressam. [...] A capacidade de estabelecer as preferências tendem a ser associadas a recursos intangíveis de poder, tais como cultura, ideologia e instituições. Esta dimensão pode ser pensada como <i>soft power</i> .” (NYE, 1990a, p. 31–32).	Atração; preferências.

Quadro 2.3 – EVOLUÇÃO NO CONCEITO DE *SOFT POWER* NA OBRA DE JOSEPH NYE (continuação)

Título	Ano	Tipo	Definição para <i>soft power</i>	Novos conceitos acessórios
<i>Soft Power</i>	1990	Artigo científico	“A capacidade de um país de estruturar uma situação para que outros países desenvolvam preferências ou definam seus interesses de forma coerente com seus próprios interesses. Tende a surgir de recursos como atração cultural e ideológica, bem como de regras e instituições de regimes internacionais.” (NYE, 1990b, p. 168).	-
<i>The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone</i>	2002	Livro	“Este aspecto do poder – conseguir que outros queiram o que você quer – eu chamo de <i>soft power</i> . Ele coopta as pessoas em vez de coagilas. Repousa na capacidade de definir a agenda política de uma forma que molda as preferências dos outros. [...] tende a ser associado a recursos intangíveis de poder, tais como uma cultura, ideologia e instituições atraentes.” (NYE, 2002, p. 9).	Credibilidade
<i>Soft Power: The Means to Success in World Politics</i>	2004	Livro	“a habilidade para conseguir o que se deseja por meio da atração ao invés da coerção ou suborno. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e da política praticada por um país.” (NYE, 2004a, p. x). “Em termos comportamentais, <i>soft power</i> é poder atrativo. Em termos de recursos, recursos de <i>soft power</i> são instrumentos que produzem essa atração.” (NYE, 2004a, p. 6).	Repulsão; diplomacia pública.
<i>Notes on a soft-power research agenda</i>	2007	Capítulo de livro	“Empreguei uma definição de poder centrada no agente que se aproxima bastante do uso comum sugerido pelo dicionário – a capacidade de afetar outros para obter os resultados desejados. Das três principais maneiras de afetar o comportamento dos outros – coerção, indução ou atração – usei o termo ‘ <i>soft power</i> ’ para a terceira.” (NYE, 2007, p. 163).	-
<i>Public diplomacy and soft power</i>	2008	Artigo científico	“Um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países querem segui-lo, admirando os seus valores, imitando o seu exemplo, e/ou aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura [...] Este <i>soft power</i> – fazer com que os outros queiram os resultados que você deseja – co-opta as pessoas em vez de as coagir.” (NYE, 2008d, p. 94–95).	-

Quadro 2.3 – EVOLUÇÃO NO CONCEITO DE *SOFT POWER* NA OBRA DE JOSEPH NYE (conclusão)

Título	Ano	Tipo	Definição para <i>soft power</i>	Novos conceitos acessórios
<i>The Powers to Lead</i>	2008	Livro	“Por vezes, é possível obter os resultados pretendidos definindo a agenda e atraindo outros sem qualquer ameaça ou pagamento. Isto é <i>soft power</i> : obter os resultados pretendidos atraindo os outros em vez de manipular os seus incentivos materiais. Coopta as pessoas em vez de as coagir. [...] baseia-se na capacidade de moldar as preferências dos outros para que queiram o que você quer. [...] Pode basear-se num sentimento de atração, amor ou dever numa relação, e apelar a valores sobre a justiça de contribuir para esses valores e propósitos compartilhados.” (NYE, 2008b, p. 29–31).	<i>Smart power</i>
<i>The Future of Power</i>	2011	Livro	“Em sua definição completa, o <i>soft power</i> é a capacidade de afetar os outros por meio de meios cooptativos de definir a agenda, persuadir e provocar atração positiva para obter os resultados desejados.” (NYE, 2011, p. 20–21).	<i>Soft power</i> ativo / passivo; <i>Soft power</i> direto / indireto.
<i>What China and Russia Don't Get About Soft Power</i>	2013	Artigo de opinião	“O poder é a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados desejados, e isso pode ser conseguido de três maneiras principais – por coerção, pagamento ou atração. Se conseguir adicionar o <i>soft power</i> da atração ao seu kit de ferramentas, pode economizar em cenouras e paus [sic].” (NYE, 2013a, p. n.p).	-
<i>Soft power: the origins and political progress of a concept</i>	2017	Artigo científico	“ <i>Soft power</i> é a capacidade de obter resultados desejados através da atração ao invés da coerção ou do pagamento” (NYE, 2017, p. 1).	-
<i>Soft power: the evolution of a concept</i>	2021	Artigo científico	“Como já disse, ‘muitos tipos de recursos podem contribuir para o <i>soft power</i> , mas isso não significa que o <i>soft power</i> seja qualquer tipo de comportamento. O uso da força, o pagamento e alguma definição de agenda com base neles é o que chamo de <i>hard power</i> . A definição de agenda que é considerada legítima pelo alvo, a atração positiva e a persuasão são as partes do espectro de comportamentos que incluo no <i>soft power</i> . O <i>hard power</i> é empurrar; o <i>soft power</i> é puxar’. Ou, para estender uma metáfora comum, o <i>hard power</i> é como brandir cenouras ou paus; o <i>soft power</i> é mais como um ímã.” (NYE, 2021, p. 201).	<i>Sharp power</i>

Fonte: elaboração própria a partir da bibliografia de Joseph Nye.

2.3 INSUFICIÊNCIAS, LACUNAS E CONTRADIÇÕES: OS PROBLEMAS NO CONCEITO DE *SOFT POWER* E ALGUMAS DAS ALTERNATIVAS QUE JÁ FORAM PROPOSTAS

Conforme demonstrado ao longo da seção anterior, apesar de sua popularização tanto dentro quanto fora da academia, o conceito de *soft power* apresenta lacunas e contradições do ponto de vista teórico, as quais impactam diretamente na qualidade dos estudos empíricos que buscam operacionalizá-lo. Essas críticas são tampouco novas, haja visto que algumas delas vêm sendo levantadas por outros autores por pelo menos duas décadas (FERGUSON, 2003). Mesmo autores como Ichihara (2006), que foca suas críticas na falta de rigor científico das tentativas de aplicação do conceito – em geral adotando uma postura apologética ao próprio Nye –, ainda assim admitem que o conceito, na maneira como foi estabelecido, não atingia os requisitos para a própria definição de poder sobre a qual se baseava, isto é, um fenômeno relacional que demanda alvos claros, ao passo que a definição inicial para *soft power* foge dessa exigência (ICHIHARA, 2006, p. 199).

Notavelmente, muitos desses pesquisadores apresentaram proposições alternativas ao conceito proposto por Nye, argumentando que essas seriam capazes de solucionar, ou ao menos minimizar, os problemas notados no conceito de *soft power*. Tendo em vista que a presente tese doutoral se constrói a partir de uma proposta semelhante, é necessário (1) demonstrar como a proposta teórica aqui apresentada se difere das que a precederam; e (2) expor como essas demais propostas ainda apresentam importantes lacunas, nomeadamente no que diz respeito à explicação dos processos cognitivos pelos quais o *soft power* e conceitos semelhantes operam na prática – sendo nesses espaços onde a presente pesquisa visa contribuir.

Uma das primeiras críticas importantes ao conceito de *soft power* nos termos propostos por Joseph Nye veio de Janice Mattern, em um texto originalmente publicado como artigo e, posteriormente, republicado como um capítulo da obra *Power in World Politics*, já mencionada na seção anterior (MATTERN, 2005, 2007). A autora concentra suas críticas sobretudo no tratamento oferecido ao mecanismo da atração, o qual, segundo ela, não apenas seria teoricamente subdesenvolvido, como também apresentaria sérios problemas ontológicos em sua concepção. Em suas palavras,

Como o principal analista e defensor contemporâneo do *soft power*, seria crucial que Nye tivesse uma visão suficientemente ponderada e articulada desse fenômeno. Mas Nye não fala muito sobre o caráter da atração. Na verdade, para descobrir o que Nye pensa, é preciso ler nas entrelinhas – e até mesmo seu discurso implícito apresenta inconsistências decepcionantes. Por exemplo, por um lado, Nye teoriza (implicitamente) a atração como uma experiência objetiva natural ao descrever os valores supostamente universalmente atraentes do cosmopolitismo, da democracia e da paz (NYE, 2004a, p. 11). Por outro lado, Nye dá a entender que a atração é uma construção social; ele enfatiza a utilidade da diplomacia pública para ‘converter’ estrangeiros de modo que eles se sintam atraídos pelos valores de quem exerce o *soft power* (NYE, 2004a, p. 111). Em resumo, Nye atribui dois status ontológicos à atração: um como condição essencial e outro como resultado da interação social. Essa ontologia dupla é meta-teoricamente problemática, o que torna a teoria ruim; mas, pior ainda, ela semeia confusão sobre os tipos de expectativas práticas que podem ser depositadas no *soft power* (MATTERN, 2007, p. 103).⁵¹

A autora busca assim propor um *framework* alternativo para pensar sobre a atração na política internacional, objetivando um modelo mais claro e rigoroso no qual o *soft power* possa ser construído. O modelo que oferece rejeita de modo categórico a possibilidade de uma “atração natural”, ao invés disso argumentando que a atração deve ser vista como parte de uma “realidade socialmente construída”, admitidamente adotando uma abordagem construtivista que contrasta diretamente com a matriz liberal-institucionalista adotada por Nye. Partindo da crítica de Lyotard (1979) à visão habermasiana de uma comunicação racional e universal, argumenta que a realidade da atração seria produzida por meio de uma “luta verbal” entre os agentes, com cada lado tendo incentivos para definir sua percepção da realidade a partir das necessidades ontológicas de preservação de sua própria subjetividade sociolinguisticamente construída, de modo que, “ao invés de tentar persuadir um ao outro sobre o significado ‘verdadeiro’ de ‘realidade’, eles lutam (verbalmente) por isso” (MATTERN, 2007, p. 99).⁵² Esse conflito se daria por meio da força representacional⁵³ de cada ator, uma forma de poder que opera por meio das estruturas narrativas que representam

⁵¹ “As the premier contemporary analyst and advocate of soft power, it would seem crucial that Nye have a sufficiently considered and articulated view of this phenomenon. But Nye is quiet on the character of attraction. In fact, in order to figure out what Nye thinks, one must read between the lines – and even his implied account yields disappointing inconsistencies. For instance, on the one hand, Nye (implicitly) theorises attraction as a natural objective experience when he describes the allegedly universally attractive values of cosmopolitanism, democracy and peace (NYE 2004a: 11). On the other hand, Nye implies that attraction is a social construct; he emphasises the utility of public diplomacy for ‘converting’ foreigners so that they become attracted to one’s own values (NYE 2004a: 111). In short, Nye assigns two ontological statuses to attraction – one as an essential condition and one as a result of social interaction. This dual ontology is meta-theoretically problematic, which makes for bad theory; but, even worse, it sows confusion about the kinds of practical expectations one can stake on soft power.”

⁵² “rather than trying to persuade one another of the ‘true’ meaning of ‘reality’, they fight over it (verbally).”

⁵³ Representational force, no original.

os entendimento de “realidade” para seu orador, organizada de tal modo que impõe ameaças à segurança ontológica da audiência, explorando fragilidades das “realidades” sociolinguísticas que constituem sua autopercepção (MATTERN, 2007, p. 100–101). Nesses termos, conclui que o *soft power* não deixa de ser uma forma de coerção, mesmo que opere por meios sociolinguísticos ao invés de físicos (*idem*).

Críticas dessa natureza, que apontam dualidade contraditória do conceito de *soft power* nos termos definidos por Nye, foram também apresentas por outros autores, muitas vezes destacando aspectos variados do conceito, evidenciando sua fragilidade teórica sob múltiplos prismas. Ainda na obra *Power in World Politics*, Steven Lukes (2007) também escreve um capítulo no qual desenvolve outra crítica contundente ao *soft power*, apontando a falta de clareza com que Nye trata os processos cognitivos envolvidos. Nesse sentido, sugere que há pelo menos duas formas de “afetar corações e mentes”, sendo (1) aquelas que limitam as capacidades dos indivíduos de julgar e decidir por si mesmos; e (2) aquelas que facilitam e expandem essas capacidades – ao passo que, da maneira como descrito por Nye (2004a), ambos os processos seriam resultados causais do *soft power*, sem qualquer distinção clara entre eles (LUKES, 2007, p. 91–92). De modo bem semelhante, Lee (2009) aponta como a conceitualização do *soft power* é definida tanto em termos behavioristas quanto a partir dos recursos empregados, o que gera uma teoria confusa na qual os mesmos instrumentos podem produzir atração ou medo⁵⁴; enquanto Lock (2010) destaca que, da forma como é estruturado, o conceito se associa tanto a uma leitura relacional quanto estruturalista de poder, com Nye falhando em articular claramente qualquer uma das duas – por exemplo, ao tratar de democracia, Nye (NYE, 2007, p. 164–165) fala em usar o *soft power* para “alterar valores”, mas também em “usar valores compartilhados para atrair audiências”, comportamentos esses que, embora possam ser mutuamente classificados como formas de poder, ainda representam formas bem distintas de se exercê-lo.

Partindo desse tipo de críticas, outros autores apresentaram suas próprias propostas de como interpretar o fenômeno do *soft power*. Craig Hayden (2012, 2017a), por exemplo, toma como ponto de partida as críticas feitas por Lukes (2007) e Mattern (2005), em particular concordando com a interpretação que a segunda faz do *soft power* como um processo

⁵⁴ Como já mencionado, Nye (2021, p. 200) posteriormente admite que a menção a “recursos intangíveis” na definição original de *soft power* derivou de uma tentativa, não muito bem sucedida, de reconciliar uma definição de poder baseada nos recursos com a definição behaviorista que de fato pretendia empregar, concluindo que apenas os aspectos comportamentais devem ser tomados como um critério definidor.

comunicacional que molda percepções da realidade, mas discordando de seu teor necessariamente coercitivo. Nesse sentido, argumenta que a própria natureza do *soft power* deve ser tomada como subjetiva, uma vez que, mesmo que seja genericamente entendido como uma estratégia comunicacional aplicada à política internacional, o próprio significado de “comunicação” irá variar de acordo com cada ator (HAYDEN, 2012, p. 7). Propõe assim que seja adotada uma metodologia construtivista para entender *soft power* através de seu significado prático, concluindo que a relevância do conceito não reside em seu potencial para produzir uma teoria generalizável, mas sim em sua “performatividade efetiva”, através da qual atores adaptam sua diplomacia para refletir seus entendimentos sobre *soft power* e sobre a política internacional como um todo (HAYDEN, 2017a, p. 4). Consequentemente, se o “*soft power* é, em grande parte, um significante vazio; por si só afirmando – mais do que elaborando – como pode ser uma força na política mundial” (HAYDEN, 2017a, p. 2)⁵⁵, ele “é importante não como uma constante da política internacional, mas como um conjunto de reivindicações constitutivas que se manifestam em transformações institucionais” (HAYDEN, 2017a, p. 21).⁵⁶

Por sua vez, Roselle, Miskimmon e O’Loughlin (2013, 2014) destacam como o conceito de *soft power* não oferece um framework analítico capaz de captar os processos cognitivos que definem como uma audiência é afetada e reage ao *soft power* de um ator. Conforme apontam, mesmo após de sua concepção e subsequente popularização, pesquisas que buscam operacionalizar o conceito ainda apresentam dificuldades em corretamente identificar (1) os recursos de *soft power*, (2) os processos pelos quais o *soft power* opera e (3) sob quais condições esses recursos podem ser usados como ferramentas de política externa (ROSELLE; MISKIMMON; O’LOUGHLIN, 2014, p. 74). Partindo dessa crítica, constroem a partir dos trabalhos de Mattern (2005) e Hayden (2012), argumentando que as dinâmicas de *soft power* no sistema internacional devem de fato ser entendidas como relações comunicacionais. Isto posto, discordam de Mattern (2005) no que concerne à sua interpretação do *soft power* como base de relações necessariamente coercitivas (embora admitam que elas possam adquirir essa configuração); ao passo que entendem essas dinâmicas

⁵⁵ “*Soft power is largely an empty signifier; by itself, it asserts — more than it elaborates — how it can be a force in world politics.*”

⁵⁶ “*Soft power matters, not as a constant of international politics, but as a set of constitutive claims that manifest themselves in institutional transformation.*”

como algo que vai além de meros atos performativos que revelam entendimentos subjetivos sobre o sistema internacional (HAYDEN, 2012). Argumentam, assim, que o uso do *soft power* seja compreendido na forma de “narrativas estratégicas”, que, em termos de política externa, serão construídas em três níveis: (1) narrativas sobre o sistema internacional, que descrevem de forma normativa uma visão de mundo; (2) narrativas nacionais, que estabelecem a história e os objetivos de determinado Estado ou nação; e (3) narrativas sobre tópicos específicos, que estabelecem razões para a adoção de dada política, seu desenho desejável e como podem ser implementadas, determinando também seu contexto, atores relevantes, natureza do problema e opções a serem consideradas (ROSELLE; MISKIMMON; O’LOUGHLIN, 2014, p. 76)⁵⁷. Nessa concepção, recursos de *soft power* podem gerar atração sob determinada audiência ao reforçarem certas narrativas pré-existentes, enquanto as próprias narrativas também podem ser tomadas como um recurso de poder, ao passo que por si só podem atrair pessoas para determinados atores, eventos ou políticas. Conforme resumem, “narrativas estratégicas [...] abordam diretamente a formação, projeção, difusão e recepção de ideias no sistema internacional”⁵⁸.

Essa abordagem de reconceitualizar o *soft power* como um todo – e o mecanismo da atração de forma mais específica – como um processo narrativo e linguístico, contudo, não está livre de críticas. Citando diretamente os trabalhos de Hayden (2012) e Mattern (2005), Solomon (2014) desenvolve uma ponderação também aplicável aos trabalhos de Roselle, Miskimmon e O’Loughlin (2013, 2014), apontando como, apesar de representarem um avanço teórico significativo ao essencialismo rudimentar com que Nye (2004a, 2008b, 2011) desenvolve o conceito, sua abordagem ainda desvaloriza o papel que o afeto e as emoções exercem sobre a construção da atração. Nesse sentido, busca construir uma abordagem alternativa a partir dos trabalhos de Laclau (2004, 2005) sobre afeto e sua distinção entre “forma” e “força”, argumentando que, para melhor compreensão das estratégias de *soft power* na política internacional, analistas não devem se focar meramente nas formas narrativas e linguísticas que estruturam as relações e identidades, mas também na força afetiva gerada pelos investimentos emocionais nessas identidades (SOLOMON, 2014, p. 736–737). Sugere

⁵⁷ Destacam ainda como o conceito de narrativas estratégicas pode ajudar a preencher a lacuna entre os conceitos de *hard* e *soft power*, ao passo que o uso das forças armadas, por exemplo, pode ser interpretado como parte da narrativa estratégica de um Estado em múltiplos níveis.

⁵⁸ *Strategic narrative, then, directly addresses the formation, projection and diffusion, and reception of ideas in the international system.*

assim que o *soft power* seja compreendido a partir do conceito de investimento afetivo, na medida em que “a atração gerada pelo *soft power* não decorre apenas de sua influência cultural ou de sua construção narrativa, mas [...] do investimento afetivo do público com as identidades que ele produz” (SOLOMON, 2014, p. 720).⁵⁹

A utilidade prática dessas abordagens é, contudo, questionável. Lina Benabdallah (2017), embora destaque a importância das contribuições teóricas de Janice Mattern (2005) e Ty Solomon (2014) ao estudar o *soft power* chinês na África, conclui que os frameworks teóricos para explicar o conceito de atração a partir de construções narrativas ou do investimento afetivo são insuficientes para elucidar a manutenção da atratividade chinesa a longo prazo, a qual se baseia muito mais na “produção de conhecimento e difusão de saberes técnicos” (BENABDALLAH, 2017, p. 498)⁶⁰, especificamente argumentando que programas de formação profissional destinados a jornalistas africanos “produziriam e moldariam entendimentos subjetivos sobre o papel da China na África” (*idem*).⁶¹ Conforme também destaca, esses treinamentos frequentemente são realizados na China e envolvem atividades culturais variadas, o que produziria um impacto positivo sobre esses indivíduos – na prática, retornando ao argumento dos intercâmbios culturais já levantado por Nye (2011, p. 96), o qual encontra dificuldades em ser explicado puramente com base nas abordagens de construção de narrativas trabalhadas até aqui.

Nesse sentido, a proposta de Todd Hall (2010) avança numa direção diferente. Apesar de considerar outras fontes de literatura, seu ponto de partida é uma crítica contundente ao conceito de atração, identificado como mecanismo causal principal aos efeitos do *soft power* na forma como descrito por Nye (HALL, 2010, p. 190). Conforme coloca,

o próprio conceito de atração é uma ferramenta teórica pouco útil. Os escritos de Nye apresentam a atração como um mecanismo psicológico, mas carecem da psicologia que os sustente. Consequentemente, não é claro o que gera a atração, se a atração assume ou não formas diferentes ou se é transferível entre categorias, como a atração pode ser traduzida em apoio ou até que ponto a atração é permanente. Em resumo, a atração é um mecanismo muito ambíguo (HALL, 2010, p. 206–207).⁶²

⁵⁹ *The attraction of soft power stems not only from its cultural influence or narrative construction, but more fundamentally from audiences’ affective investments in the images of identity that it produces.*

⁶⁰ *knowledge production and dissemination of technical know-how.*

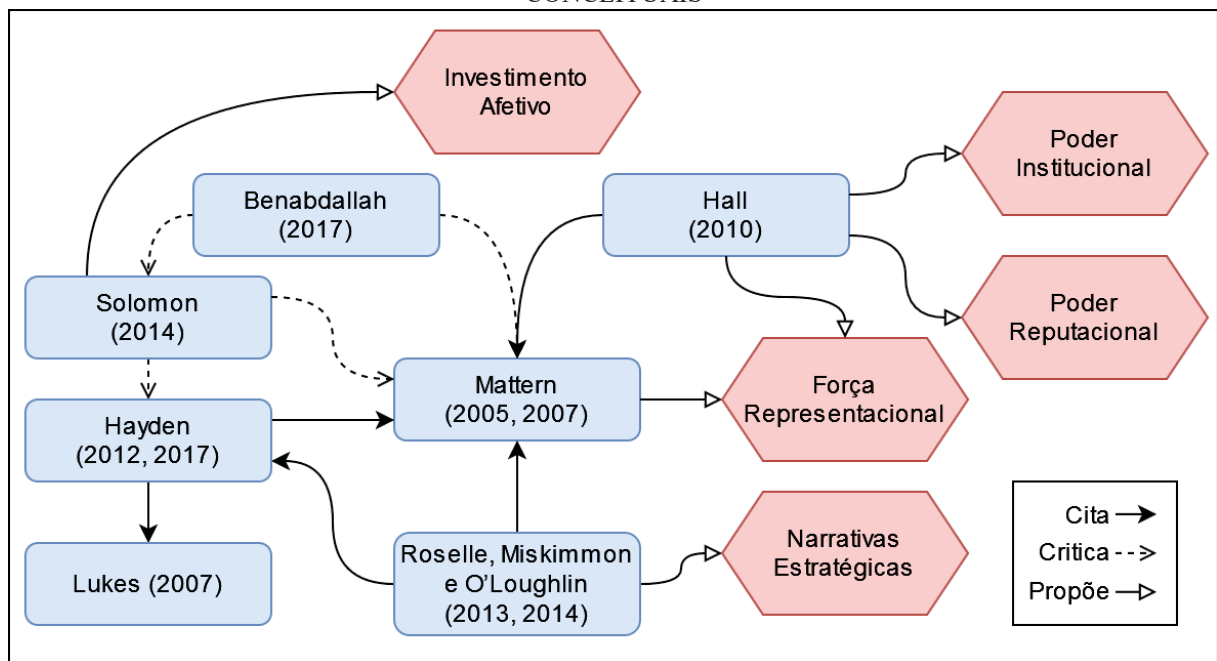
⁶¹ *professionalisation trainings for African journalists produce expert knowledge and form subjectivities about China’s role in Africa.*

⁶² *the concept of attraction itself makes for an un-wieldy theoretical tool. Nye’s writings present attraction as a psychological mechanism, but the psychology behind it is missing. It is hence unclear exactly what generates*

Propõe assim que o conceito de *soft power* seja desagregado em diferentes categorias de análise – múltiplos “*soft powers*”, como coloca –, cada qual operando por uma via distinta e oferecendo “mecanismos claros e testáveis”, elaborados com base nas fontes de poder identificadas por Nye (HALL, 2010, p. 207). Sugere uma lista inicial e não exaustiva composta pelo “poder representacional”, diretamente derivado do conceito de força representacional oferecido por Janice Mattern (2005); “poder institucional”, nos termos descritos por Michael Barnett e Raymond Duvall (2005); e “poder reputacional”, proveniente das percepções e reconhecimento que um indivíduo ou grupo possui em termos de confiança, prestígio e respeito.

Concluindo, a Figura 2.1 resume a literatura citada, destacando os textos mais importantes no que diz respeito à crítica teórica ao conceito de *soft power* nos termos elaborados por Joseph Nye, além das alternativas sugeridas.

Figura 2.1 – MAPA DA LITERATURA CRÍTICA AO *SOFT POWER* E SUAS ALTERNATIVAS CONCEITUAIS



attraction, whether or not attraction takes different forms or is transferable across categories, how attraction can be translated into support, and how permanent an asset's attraction actually is. Concisely stated, attraction is a very ambiguous mechanism.

2.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O presente capítulo teve o objetivo expresso de fornecer as bases conceituais ao debate teórico, metodológico e empírico que será desenvolvido no restante da tese, observando a genealogia do conceito de *soft power*, sua evolução ao longo da bibliografia de seu principal teórico, e críticas recorrentes das quais tem sido alvo, além de conceitos alternativos que, em princípio, se prezam a tentativa de superar essas mesmas críticas.

Conforme demonstrado no início do capítulo, o conceito está longe de ser uma proposta inovadora, pertencendo a uma tradição intelectual muito mais antiga, remetendo ao menos até o surgimento do subcampo das Relações Internacionais. Dentro dessa tradição, que preconiza que o poder na relação entre Estados é definido por mais do que suas meras capacidades materiais, o *soft power* pode ser considerado como a manifestação teórica mais recente – e, possivelmente, a de maior popularidade – a descrever um fenômeno há muito já identificado por outros autores, mas que ainda carece de confirmações empíricas mais robustas.

No tocante especificamente a pesquisa sobre *soft power*, essa dificuldade na materialização do conceito parece, ao menos em parte, derivar das frágeis bases teóricas nas quais ele é construído, haja visto que, como apontado por múltiplos autores e demonstrado ao longo do capítulo, a obra de Joseph Nye sobre o tema é confusa e omissa, quando não contraditória, em diversos aspectos importantes que permeiam o fenômeno e a definição do conceito.

Ao longo dos anos, múltiplos autores demonstraram compartilhar dessas críticas, oferecendo proposições teóricas alternativas com o objetivo de superar, mesmo que parcialmente, os variados problemas notados no conceito. Embora avanços importantes tenham sido realizados, a presente tese parte do argumento que nenhuma dessas proposições alternativas é satisfatória, uma vez que conceitos como o de força representacional (MATTERN, 2005), narrativas estratégicas (ROSELLE; MISKIMMON; O'LOUGHLIN, 2013) e investimento afetivo (SOLOMON, 2014), embora sejam bem sucedidos em explicar partes do fenômeno, encontram dificuldades em elucidar outros aspectos. Por outro lado, a abordagem sugerida por Todd Hall (2010) de desagregar o conceito em diferentes categorias, embora apresente potencial para ser uma solução para estudos empíricos, é convoluta do ponto de vista teórico, uma vez que gera uma multitude de “tipos de poder” que, potencialmente, irão operar pelos mesmos mecanismos no nível cognitivo.

Destarte, os próximos capítulos buscam explorar o conceito e o fenômeno do *soft power* sobre vários ângulos, tendo vista, por fim, sugerir uma solução que contorne os problemas notados tanto na matriz teórica proposta por Joseph Nye, quanto na produção de outros autores que buscaram oferecer proposições alternativas.

3 EVIDÊNCIAS PARA O *SOFT POWER* DIRETO: MENSURANDO O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO ESTADUNIDENSES SOBRE O COMPORTAMENTO INTERNACIONAL DE OUTROS ESTADOS⁶³

Não é nova a ideia de que os intercâmbios acadêmicos em instituições de ensino norte-americanas são um instrumento relevante para ampliar a influência dos Estados Unidos pelo mundo. A lógica fundamental por trás desse argumento gira em torno da ideia de socializar os valores e a cultura norte-americana em jovens que, talvez um dia, farão parte das elites governantes de seus respectivos países. Exemplos de pensamento nesse sentido podem ser encontrados advindos de diversas fontes, como grupos da sociedade civil organizada (NAFSA, 2003); importantes políticos estadunidenses, como Colin Powell (2001), então Secretário de Estado dos Estados Unidos; e pesquisadores de alcance internacional, com Joseph Nye (2004a, p. 45)⁶⁴ apontando como intercâmbios acadêmicos e científicos “desempenham um papel significativo em aumentar o *soft power* norte-americano”.

Dentro da matriz teórica proposta pelo autor, iniciativas nesse sentido impactariam, sobretudo, a faceta do *soft power* de causalidade direta (*soft power* direto), isto é, aquela voltada a atrair as elites, presentes ou futuras, de determinado Estado. Conforme coloca:

por vezes existe um modelo [de *soft power*] de uma só etapa, com efeitos diretos sobre os formuladores de políticas, que não passa pela opinião pública. 46 atuais e 165 ex-chefes de governo são produtos do ensino superior dos EUA. Nem todos os quase 750.000 estudantes estrangeiros que vêm aos Estados Unidos anualmente são atraídos para o país, mas uma grande maioria o é. [...] Além disso, tais programas podem ter “efeitos de ondulação” benéficos para os participantes indiretos. Os resultados podem ser dramáticos. Por exemplo, a adesão de Mikhail Gorbachev à *perestroika* e à *glasnost* foi influenciada por ideias aprendidas nos Estados Unidos por Alexander Yakovlev décadas antes. E mesmo que o fim da Guerra Fria tenha envolvido múltiplas causas, há amplo testemunho das elites da antiga União Soviética sobre como as ideias interagiram com seu declínio econômico (NYE, 2011, p. 96)⁶⁵.

⁶³ Uma versão desse capítulo foi publicada em Novelli e Pereira (2023b).

⁶⁴ “*Academic and scientific exchanges played a significant role in enhancing American soft power.*”

⁶⁵ “*sometimes there is a one-step model with direct effects on policymakers that does not go through public opinion. Forty-six current and 165 former heads of government are products of U.S. higher education. Not all of the nearly 750,000 foreign students who come to the United States annually are attracted to the country, but a large majority are. [...] Moreover, such programs can have beneficial ‘ripple effects’ on indirect participants. The results can be dramatic. For example, Mikhail Gorbachev’s embrace of perestroika and glasnost was influenced by ideas learned in the United States by Alexander Yakovlev decades earlier. And even though the end of the Cold War involved multiple causes, there is ample testimony by former Soviet elites about how ideas interacted with their economic decline.*”

Até certo ponto, estratégias dessa natureza vêm sendo comprovadas por pesquisas empíricas, que, ao longo dos anos, têm consistentemente evidenciado como estudantes de intercâmbio tendem a retornar para seus países de origem com uma visão mais positiva do país no qual estudaram (RICHMOND, 2003; SELLTIZ et al., 1963; WANG, 1991; WATSON; LIPPITT, 1958; WILSON; BONILLA, 1955). Contudo, a produção de resultados políticos a nível internacional, derivados do *soft power* direto produzido por esses intercâmbios, apesar de muito especulada, ainda carece de estudos empíricos que a sustente.

O presente capítulo se volta para essa lacuna, buscando evidências ao fenômeno do *soft power* direto ao utilizar o exemplo estadunidense para explorar o argumento de que Estados são mais propensos a adotar um comportamento favorável aos interesses de outro Estado quando seus respectivos líderes vivenciaram períodos de socialização em instituições de ensino desses países. Para tanto, adota uma estrutura de cinco seções em seu desenvolvimento, iniciando com uma breve revisão teórica sobre o conceito de socialização, seguida de uma seção voltada para a apresentação dos argumentos e construção das hipóteses que serão testadas, exposição dos materiais e métodos empregados, apresentação dos resultados e, por fim, a discussão e as considerações finais do capítulo.

3.1 INTERCAMBIOS ACADÊMICOS COMO INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO

Desde o início do século XXI, autores como Alastair Johnston (2001) e Jeffrey Checkel (2005) vêm apontando como o conceito de socialização tem sido historicamente subutilizado no campo das Relações Internacionais, especialmente se comparado às demais ciências humanas, nas quais, com frequência, exerce posição de destaque⁶⁶. Do ponto de vista conceitual, mesmo se forem consideradas as vertentes teóricas das RI que lhe dão alguma significância, como o Construtivismo e a Escola Inglesa, em geral o conceito de socialização ainda parece ser subteorizado e ter seus microprocessos majoritariamente ignorados. Já no que toca aos estudos empíricos, o conceito tem sido principalmente empregado por trabalhos voltados a entender como o ambiente internacional pode influenciar positivamente nos

⁶⁶ Exemplos incluem a Sociologia e a Psicologia Social, com teorias sobre formação de identidade social e cumprimento das normas do grupo (CIALDINI, 1987; NAPIER; GERSHENFELD, 1987; NISBETT; COHEN, 1996; TURNER, 1987); a Ciência Política, com estudos sobre a formação de orientações políticas entre jovens e explicações para movimentos sociais (BECK; JENNINGS, 1991); e o Direito Internacional, com pesquisas sobre o papel da condenação social para assegurar o cumprimento de tratados (CHAYES; CHAYES, 1996; MORAVCSIK, 1995; SUSSKIND, 1994; YOUNG, 1992).

processos domésticos de democratização, seja através do papel socializador exercido pelas organizações internacionais sobre as elites políticas domésticas (BELLIN, 2012; DIMITROVA; PRIDHAM, 2004; GREENHILL, 2010; KELLEY, 2004; NOVELLI; PEREIRA, 2023b; PEVEHOUSE, 2002a, 2002b); ou através do impacto causado pelo intercâmbio de oficiais estrangeiros em academias militares estadunidenses sobre o desenvolvimento de instituições democráticas em seus países de origem (ATKINSON, 2006, 2010; COPE, 1995; MILLER, 2006; RUBY; GIBLER, 2010).

Conforme apontado por Beyers (2010), socialização diz respeito ao processo pelo qual indivíduos desenvolvem uma ligação com um grupo social e adaptam seu comportamento para se adequar as expectativas advindas do mesmo. Nas palavras de Stryker e Statham (1985, p. 325)⁶⁷, “socialização é o termo genérico utilizado para designar os processos pelos quais o recém-chegado – seja ele o recém-nascido, o novato ou o estagiário, por exemplo – se incorpora nos padrões organizados de interação”. Sua função básica é criar um senso de pertencimento social, pelo qual os entendimentos intersubjetivos dessa sociedade são internalizados e tomados como fatos (JOHNSTON, 2001). Implica que o agente socializado evolua de uma lógica de consequências para uma lógica de adequação, com suas ações sendo tomadas independentemente de qualquer estrutura de incentivos ou sanções em particular, sendo a aceitação das normas e expectativas socialmente impostas internalizadas como “a coisa certa a ser feita” (CHECKEL, 2005, p. 804)⁶⁸.

O mecanismo causal da socialização, tal qual instrumentalizado pelos estudos que tratam da socialização democrática promovida por intercâmbios acadêmicos, envolve a alteração de atitudes em relação a determinado tema ou agente, promovido graças a experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas em torno desses temas ou por esses agentes. Assim, um conceito acessório imprescindível ao de socialização é o conceito de atitudes, que podem ser entendidas como “disposições avaliativas” (COOPER; BLACKMAN; KELLER, 2016; FREYBURG, 2011), que são aprendidas e podem ser alteradas através da comunicação social ou de experiências pessoais diretas, podendo envolver tanto componentes

⁶⁷ “Socialization is the generic term used to refer to the processes by which the newcomer – the infant, rookie, or trainee, for example – becomes incorporated into organized patterns of interaction.”

⁶⁸ “the right thing to do”.

afetivos (baseados em emoções) quanto cognitivos (baseados em crenças). Nas palavras de Perloff (2017, p. 89–90)⁶⁹:

Ter uma atitude significa que você classificou algo e fez um julgamento do seu valor. Significa que você já não é neutro em relação ao tema. Isso não significa que não possa ter sentimentos mistos, mas a sua opinião sobre o assunto já não é neutra ou isenta de cor. [...] Atitudes (e valores) organizam o nosso mundo social. Elas nos permitem categorizar pessoas, lugares e eventos rapidamente e descobrir o que está acontecendo. São como marca páginas, etiquetas para categorizar uma coleção de livros favoritos, ou formas de organizar aplicativos para smartphones. As atitudes moldam as percepções e influenciam os julgamentos. Se você é republicano, provavelmente avalia os líderes políticos republicanos favoravelmente e tem uma reação negativa, ao nível do instinto, a alguns políticos democratas. E vice-versa, se for um democrata. Por outro lado, se odeia a política e desconfia dos políticos, filtra o mundo político através de um conjunto de lentes céticas.

Assim, conforme resumido por Lomer (2017), o argumento central, empregado por trabalhos que analisam o potencial socializador de intercâmbios acadêmicos, gira em torno da concepção de que estudantes internacionais tendem a alterar suas atitudes e se identificar com o país receptor como um resultado de experiências positivas no processo de socialização. O intercâmbio acadêmico em instituições de ensino superior seria particularmente efetivo ao promover a socialização desses estudantes, pois, conforme apontam Gift e Krcmaric (2017, p. 5)⁷⁰, “o ensino superior [...] está entre os meios mais importantes através dos quais os indivíduos desenvolvem crenças políticas”, sendo “o início da idade adulta [...] o período mais formativo da vida de uma pessoa”. Ademais, como apontam autores como Anna Wojciuka, Maciej Michałekb e Marta Stormowskac (2015), atualmente a educação parece ser “um valor universal”, com aspectos como sua qualidade e alcance sendo apreciados independentemente da cultura e do país, ao passo que é individualmente valorizada como condição para a prosperidade econômica – tornando-se assim um veículo ideal para “ganhar corações e mentes” (NYE, 2008a).

⁶⁹ “Having an attitude means that you have categorized something and made a judgment of its net value or worth. It means that you are no longer neutral about the topic. That doesn’t mean you can’t have mixed feelings, but your view on the issue is no longer bland or without color. [...] Attitudes (and values) organize our social world. They allow us to categorize people, places, and events quickly and to figure out what’s going on. They are like notebook dividers, labels to categorize a collection of favorite books, or ways to organize smartphone apps. Attitudes shape perceptions and influence judgments. If you’re a Republican, you probably evaluate Republican political leaders favorably and have a negative, gut-level reaction to some Democratic politicians. And vice versa if you are a Democrat. On the other hand, if you hate politics and distrust politicians, you filter the political world through a skeptical set of lenses.”

⁷⁰ “Higher education is an especially powerful form of interpersonal contact because it is among the most important ways in which individuals develop political beliefs and because early adulthood is arguably the most formative period of a person’s life”.

Destarte, tal qual intercâmbios acadêmicos apresentam o potencial para estimular a socialização democrática ao alterar as atitudes dos participantes em relação à democracia, graças à promoção de experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas por democracias estabelecidas (FREYBURG, 2011); é possível que esse mecanismo também possa gerar nos participantes atitudes positivas duradouras em relação aos Estados receptores, que podem vir a se converter em ganhos políticos para esses Estados caso esses estudantes um dia ocupem posições políticas com poder decisório em seus países de origem. Essa dinâmica exemplificaria precisamente aquela descrita por Nye (2011, p. 95) em seu modelo de *soft power* de causalidade direta, onde os recursos de *soft power* afetam diretamente as elites governamentais responsáveis pela definição da política externa de seu Estado, de modo que, embora o *soft power* opere no nível individual, seus resultados serão verificáveis no nível institucional a partir dos cursos de ação adotados internacionalmente pelos Estados.

O presente artigo explora essa ideia, focando especificamente em chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino norte-americanas.

3.2 CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES TESTÁVEIS

O capítulo testa o argumento base de que um Estado é mais propenso a adotar um comportamento internacional favorável aos EUA quando seu atual chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino estadunidenses. Isto posto, definir parâmetros para o que pode ser considerado um comportamento internacional favorável aos EUA é uma problemática de difícil resolução, tendo em vista a natureza multidimensional das relações internacionais. Contudo, a literatura tem demonstrado que existem fortes evidências de que o governo norte-americano atribui importância real aos resultados das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), exercendo pressão política sobre seus pares com o objetivo de assegurar resultados que lhe sejam favoráveis (ANDERSEN; HARR; TARP, 2006; BENNIS, 1997; DREHER; NUNNENKAMP; THIELE, 2008; THACKER, 1999). Nas palavras de Bailey, Strezhnev e Voeten (2017, p. 2)⁷¹, “as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tornaram-se a fonte de dados normalizada para a construção de

⁷¹ “*Votes in the United Nations General Assembly (UNGA) have become the standard data source for constructing measures of state preferences, as they are comparable and observable actions taken by many countries at set points in time.*”

medidas de preferências estatais, uma vez que são ações comparáveis e observáveis tomadas pelos países em determinados momentos”. Assim, os padrões de votação na AGNU podem ser efetivamente aplicados como uma variável *proxy*⁷² para medir o comportamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, pois, ainda que não contemplem totalmente a complexidade das relações que podem ser estabelecidas entre estes Estados, esses padrões de voto fornecem sólidos indícios sobre o posicionamento geral de seus atores. Logo, se a propensão individual a certos cursos de ação pode ser inferida a partir de uma análise do perfil prosopográfico desses indivíduos, a eventual transferência e manifestação dessas propensões a nível estatal, em teoria, podem ser verificadas a partir dos mencionados padrões de votação.

Baseado nesses argumentos se deriva a primeira hipótese de trabalho específica ao capítulo:

H₁: Um Estado é mais propenso a votar junto com os EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Um fator relevante que também precisa ser levado em consideração é a ampla variedade de pautas que se tornam objeto de votações na AGNU. Como apontam Dreher, Nunnenkamp e Thiele (2008), é provável que nem todos os votos sejam de importância para o governo norte-americano, de forma que restringir a análise apenas as votações que abordem pautas importantes pode acabar gerando resultados mais significativos. Embora rotular as votações como importantes ou não seja um processo altamente subjetivo, esse desafio pode ser solucionado ao utilizar a própria categorização empregada pelo Departamento de Estado norte-americano, que desde 1983 indica quais foram as “votações sobre questões que afetaram diretamente interesses importantes dos Estados Unidos e em relação às quais os Estados Unidos fizeram um amplo lobby” (US PUBLIC LAW 101-246, *apud* UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2018)⁷³. Assim, a segunda hipótese deriva-se de uma variação

⁷² Uma variável *proxy* (ou variável substituta) refere-se a uma variável que não é diretamente relevante para o objeto de estudo, mas que é utilizada em substituição a uma variável não observável ou de difícil mensuração, com a qual a literatura indica haver uma correlação próxima. No caso, os padrões de voto na AGNU serão utilizados para substituir o posicionamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, variável essa de difícil mensuração.

⁷³ “votes on issues which directly affected important United States interests and on which the United States lobbied extensively”

direta da primeira, limitando a análise exclusivamente aos votos codificados como importantes pelo governo dos EUA.

H₂: Um Estado é mais propenso a votar junto com os EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Ademais, ao trabalhar com os votos da AGNU, ainda é relevante considerar os padrões históricos de aliança entre Estados que podem ser observados. Ao longo das décadas, pesquisadores tem demonstrado como os Estados do ocidente mantêm um padrão de votos coeso e próximo entre si, sobretudo nos casos nos quais existem alianças formais entre esses atores, como a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (CAMPBELL, 1971; HOLLOWAY, 2009; KIM; RUSSETT, 1996; POTRAFKE, 2009). Assim, é razoável supor a possibilidade de que países governados por chefes de Estado que tenham passado por um período de socialização acadêmica em Estados aliados aos EUA, aqui recortados como os membros da OTAN, também apresentem um padrão de votos mais alinhado aos interesses norte-americanos. Dessa ideia, derivam duas hipóteses complementares que serão testadas:

H₃: Um Estado é mais propenso a votar junto com os EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

H₄: Um Estado é mais propenso a votar junto com os EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.3.1 Métodos de coleta e descrição dos dados

A pesquisa apresentada nesse capítulo recorreu a duas bases de dados distintas, derivando suas conclusões a partir da confrontação de ambas.

Em primeiro lugar, como já mencionado, para medir o posicionamento de cada um dos Estados analisados em relação aos EUA, foi adotada como variável *proxy* os padrões de votação desses Estados na AGNU, comparados aos padrões de votação estadunidenses. Para tanto, foi utilizada a base de dados já compilada por Bailey, Strezhnev e Voeten (2009), disponível como parte do projeto *Harvard Dataverse*⁷⁴.

De início, foi necessário aplicar dois recortes, um com relação aos Estados que seriam observados e outro com relação ao recorte temporal que seria considerado pela pesquisa. No que toca ao primeiro recorte, foi feita a opção pelos Estados que compõem o Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas (GRULAC-ONU)⁷⁵, escolha que se deu tendo em vista a proximidade geográfica com os Estados Unidos. Notavelmente, essa proximidade amplia as possibilidades de acesso aos programas de intercâmbio em universidades estadunidenses⁷⁶, o que, por sua vez, aumenta as chances de localizar políticos que tenham tido contato prévio com instituições de ensino estadunidenses antes de assumirem os cargos de chefe de Estado em seus respectivos países, possibilitando que a análise seja feita com base em um número razoável de notações heterogêneas. Já no que toca ao recorte temporal da pesquisa, optou-se por iniciar a análise imediatamente após o fim da Guerra Fria, em dezembro de 1991, se estendendo até o ponto no qual os dados haviam sido compilados, em dezembro de 2017.

Ao todo, existem quatro possibilidades de voto que os Estados podem tomar em cada votação: sim; não; abstenção; e ausência. Seguindo o padrão utilizado por autores como Kegley e Hook (1991), foram descartadas ocorrências nas quais os EUA, ou o Estado ao qual sua votação era comparada, se abstiveram ou estavam ausentes. Do mesmo modo, seguindo Dreher e Sturm (2012), foram excluídos os casos de votação por consenso, nos quais todos os Estados analisados votaram da mesma forma. Os votos dos EUA foram então individualmente comparados com aqueles feitos pelos Estados do GRULAC, notando como 1 os votos iguais entre os EUA e determinado Estado em dada votação; e 0 para os votos destoantes. Seguindo

⁷⁴ Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7910/DVN/LEJUQZ>>.

⁷⁵ Os Estados membros do GRULAC são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁷⁶ Confirmado através de uma análise de variância (ANOVA), disponível em <https://douglasnovelli.github.io/global_students_flow_to_US/>.

essas regras de recorte e tratamento, foram totalizadas 32.461 notações individuais ao longo de todo o *corpus*, coletadas em 1.180 votações.

Por sua vez, a segunda base de dados foi compilada especificamente para a execução da presente pesquisa. A base em questão foi desenvolvida através de um levantamento prosopográfico dos chefes de Estado que estiveram à frente dos países que compõem o GRULAC no período analisado, se limitando a observar quais destes tiveram contato com instituições de ensino superior ou militares estadunidenses⁷⁷. Ao todo, foram coletados dados de 189 políticos, dos quais 62 (32,8%) haviam tido contato com instituições de ensino norte-americanas e 39 (20,6%) haviam tido contato com instituições de ensino de outros Estados membros da OTAN.

3.3.2 Métodos de análise

Por se tratarem de duas variáveis dicotômicas, foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule (Q_{xy}) para verificar a força da relação entre elas. Conforme exposto por Cervi (2019, p. 36), “o teste de independência Q_{xy} serve para identificar se: i) duas variáveis dicotômicas estão relacionadas entre si; ii) de quanto é a intensidade da relação; e, iii) se os resultados podem ser usados em generalizações para toda a população quando se está testando a associação em amostras”. Ainda de acordo com o autor, o coeficiente de associação Q_{xy} apresenta dois postulados base: (1) deve ser igual a zero quando as variáveis x e y forem independentes; e (2) deve ser de, no máximo, +1,00, no caso de associações positivas, e de -1,00, no caso de associações negativas (CERVI, 2019, p. 40). A fórmula para a aplicação do Q de Yule é a seguinte (YULE; KENDALL, 1937):

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)}$$

Onde, em uma tabela quádrupla, usada para representar as possíveis combinações existentes entre as duas variáveis dicotômicas, temos:

⁷⁷ Nos casos em que um chefe de Estado tenha frequentado mais de uma instituição de ensino superior ou militar no mesmo país, apenas a instituição no qual se graduou foi considerada. Nos casos em quem chefe de Estado tenha frequentado mais de uma instituição, sendo uma delas nos EUA ou de outros Estados da OTAN, foi considerada apenas a instituição de ensino frequentada nestes Estados, dando primazia as instituições de ensino dos EUA. Os resultados do estudo prosopográfico foram disponibilizados através do seguinte link: <<https://github.com/DouglasNovelli/world-leaders-educational-data>>.

Quadro 3.1 – MODELO DE TABELA QUÁDRUPLO

	Não-Y	Y	Total
X	A	B	Marginal X
Não-X	C	D	Marginal Não-X
Total	Marginal Não-Y	Marginal Y	Total de Casos (N)

Fonte: Cervi (2019).

Partindo ainda dos postulados básicos do Coeficiente de Yule, Davis (1976) sugere a forma adequada de interpretar os valores de Q_{xy} , organizados por grau de intensidade conforme exposto no Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}

Valor de Q_{xy}	Leitura
+0,7 ou mais	Associação positiva muito forte;
+0,5 a +0,69	Associação positiva forte;
+0,3 a +0,49	Associação positiva moderada;
+0,1 a +0,29	Associação positiva baixa;
+0,01 a +0,09	Associação positiva desprezível;
0	Associação inexistente;
-0,01 a -0,09	Associação negativa desprezível;
-0,1 a -0,29	Associação negativa baixa;
-0,3 a -0,49	Associação negativa moderada;
-0,5 a -0,69	Associação negativa forte; e
-0,7 ou mais	Associação negativa muito forte.

Fonte: Davis (1976, p. 70).

Apresentado o método de análise que foi empregado, passa-se agora para a apresentação dos resultados, onde foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule para cada uma das quatro hipóteses testadas.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi feita a opção metodológica de testar individualmente cada uma das hipóteses listadas na Seção 3.2, buscando o Coeficiente de Associação de Yule referente a cada uma delas⁷⁸. Iniciando com a primeira hipótese (H_1), que sugere que um Estado está mais inclinado a votar junto com os EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com

⁷⁸ Em todas as hipóteses o valor-p retornou resultados inferiores a 0,001, refutando a hipótese nula.

instituições de ensino norte-americanas, os resultados mostraram um valor de Q_{xy} de +0,162, indicando uma associação positiva entre esses dois fatores e sugerindo que tal contato pode ter alguma influência, ainda que pouca, nas decisões de voto.

Similarmente, a segunda hipótese (H_2) trata-se de uma variação da primeira, explorando a relação entre o contato prévio com instituições de ensino norte-americanas por parte dos chefes de Estado e o voto conjunto com os EUA, mas considerando na análise apenas as pautas indicadas como importantes pelo governo norte-americano. Nesse caso, os resultados revelaram um valor de Q_{xy} de +0,173, indicando novamente uma associação positiva.

A terceira e a quarta hipóteses (H_3 e H_4) ampliam a análise para considerar o contato prévio com instituições de ensino norte-americanas ou de outros membros da OTAN. Os resultados para essas hipóteses revelaram, respectivamente, os valores de Q_{xy} de +0,103 e +0,105, ainda indicando associações positivas, mas mais fracas que nas hipóteses anteriores.

Retomando os postulados de Davis (1976) sobre a interpretação adequada para os valores de Q_{xy} , temos que todas as variações do teste retornaram resultados flutuando entre +0,103 e +0,173, se situando dentro do intervalo considerado pelo autor como “associações positivas baixas”. A Tabela 3.1 resume os resultados do teste Q_{xy} em todas as hipóteses testadas, diferenciando-as com base nas alterações das variáveis x e y .

Tabela 3.1 – RESUMO DOS COEFICIENTES Q_{xy} NAS HIPÓTESES TESTADAS

	Votou com os EUA em determinada votação	Votou com os EUA em determinada votação importante
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses	+0,162 (H_1)	+0,173 (H_2)
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses ou de outros membros da OTAN	+0,103 (H_3)	+0,105 (H_4)

Fonte: Dados da pesquisa.

A alteração na variável x , presente nas hipóteses 2 e 4, que considera apenas as votações indicadas como importantes pelo governo estadunidense, representou um aumento no coeficiente de associação de Yule se comparado às suas contrapartes nas hipóteses 1 e 3, que consideram as votações em sua totalidade. Tal aumento, contudo, foi marginal (de +0,162 para +0,173; e de +0,103 para +0,105), estando de acordo com estudos produzidos por outros autores que há anos indicam que o recorte exclusivo sobre as votações consideradas

importantes pelos EUA não produz alterações significativas nos resultados das pesquisas (KEGLEY JR.; MCGOWAN, 1981; WITTKOPF, 1973).

Por outro lado, ao alterar a variável y , considerando também os chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino de países aliados aos EUA (aqui recortados como os Estados membros da OTAN), os coeficientes Q_{xy} sofreram uma queda digna de nota (de +0,162 para +0,103; e de +0,173 para +0,105), o que vai na direção de invalidar o argumento de que a socialização acadêmica em países aliados também produziria alterações positivas nas atitudes desses chefes de Estado com relação aos EUA. Isso reforça a ideia de que a teoria pode ter algum fundamento, mas exclusivamente quando consideramos indivíduos que tiveram contato com instituições de ensino estadunidenses e, em tese, foram diretamente afetados por seu *soft power*.

3.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Os resultados forneceram indícios que corroboram com a hipótese de que o contato prévio com instituições de ensino norte-americanas por parte de chefes de Estado produz uma postura mais positiva dessas nações em relação aos EUA. Nos termos apresentados por Nye (2004a, 2011), essa relação pode ser descrita como uma dinâmica de *soft power* direto, onde os recursos de *soft power* (processo de socialização na cultura e sociedade norte-americanas por meio de intercâmbios acadêmicos) afetam positivamente elites governamentais (chefes de Estado que tiveram experiências acadêmicas anteriores nos EUA) moldando suas decisões de política externa (votação alinhada aos interesses norte-americanos na AGNU). Apesar de o impacto notado ser baixo, é relevante notar que o mesmo é produzido por políticas que custam relativamente muito pouco aos cofres públicos norte-americanos, apresentando, ao menos em teoria, uma excelente relação custo-benefício se comparada a outras políticas destinadas a ampliar a influência internacional dos EUA, como ajuda financeira internacional e gastos na indústria militar.

Naturalmente, esses resultados são apenas o primeiro passo para verificar se a teoria se sustenta e mensurar os impactos reais que programas de intercâmbio destinados a futuros líderes exercem sobre o comportamento internacional de outros Estados, com alguns dos principais desafios encontrados no presente capítulo derivando das próprias limitações do desenho de pesquisa empregado. Apesar de apresentar a vantagem de ser estatisticamente testável em grande escala – razão pela qual este desenho de pesquisa foi escolhido –,

apresenta também os mesmos impasses já notados em pesquisas semelhantes, notavelmente: não ser capaz de mensurar a profundidade e extensão das interações sociais entre os estudantes e a população local (ATKINSON, 2010); desconsiderar fatores como se o aluno recebeu uma bolsa ou pagou seus próprios estudos, além da possibilidade de ter tido experiências desapontadoras ou mesmo solitárias (LOMER, 2017); e não ser capaz de fatorar as chances da exposição prolongada a cultura e sociedade norte-americanas acabarem por destacar os aspectos negativos das mesmas, produzindo uma duradoura animosidade em relação ao país (FREYBURG, 2015) – isto é, provocar repulsão ao invés de atração. Nesse sentido, ainda é relevante considerar a vastidão institucional representada por um Estado, o que, por si só, levanta questionamentos sobre a capacidade de transferência das posições individuais de um chefe de Estado ao comportamento internacional desse país, o qual tenderá a variar muito de acordo com uma série de variáveis contextuais da política doméstica e incentivos materiais associados a cada situação.

Logo, em termos objetivos, os resultados apresentados indicam que os Estados-membros do GRULAC, no período entre o fim da Guerra Fria e dezembro de 2017, parecem ter sido mais propensos a votar junto com os EUA na AGNU quando governados por um chefe de Estado que teve contato com instituições de ensino norte-americanas no passado. Apesar da generalização ser especulável em termos teóricos, esses resultados carecem de confirmação para quaisquer casos que fujam ao que foi empiricamente testado. Assim, uma agenda de pesquisa futura nesse tema deve envolver a expansão do teste aqui executado, verificando sua validade em Estados que não fazem parte da região da América Latina e Caribe, além de procurar incluir as variáveis aqui apresentadas em modelos estatísticos mais completos voltados a entender os padrões de votação dos Estados na AGNU.

Concluída a análise, o próximo capítulo avança na direção de buscar indícios empíricos para o segundo modelo de causalidade proposto para dinâmicas de *soft power* – o modelo indireto –, voltado para populações internacionais como um todo.

4 EVIDÊNCIAS PARA O *SOFT POWER* INDIRETO: A OPINIÃO PÚBLICA COMO VARIÁVEL CONDICIONANTE AO COMPORTAMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL

Conforme já mencionado, embora o conceito de *soft power* tenha se popularizado desde sua proposição original por Joseph Nye (1990a), pesquisas envolvendo o conceito notavelmente ainda apresentam dois problemas críticos: (1) conceitualização teórica problemática; e (2) carência de bases empíricas. Com isso em mente, o presente capítulo busca avançar na proposta do anterior, dessa vez apresentando um teste empírico ao conceito proposto por Nye em sua modalidade indireta – quando a audiência alvo do *soft power* são populações estrangeiras que não possuem a capacidade para afetar diretamente a política externa de seus Estados –, derivando o modelo teórico a ser testado diretamente de trabalhos posteriores do autor dedicados ao conceito (KEOHANE; NYE, 1998; NYE, 2004a, 2008b, 2009, 2011).

Parte-se do pressuposto básico de que, conforme apontado por Nye (2004a, p. 6), a melhor forma de medir o volume de *soft power* indireto gerado por uma nação seria através de pesquisas de opinião realizadas entre as populações dos Estados sujeitos a esse *soft power*. Todavia, pesquisas dessa natureza, que avaliam o quão bem ou mal vistos são certos Estados pelas populações de outros países, não costumam ser realizadas no nível internacional em um volume que permita o teste do conceito utilizando métodos quantitativos formais, o que, em parte, explica a dificuldade de trabalhos anteriores para confirmá-lo ou refutá-lo. Deste modo, a presente pesquisa se propõe a adotar uma abordagem distinta, aplicando o método da Análise Qualitativa Comparada (QCA, do inglês *Qualitative Comparative Analysis*) ao questionar em quais circunstâncias o *soft power* indireto de uma nação é uma condição suficiente, ou parte de uma combinação causal suficiente, para garantir a aproximação das posições internacionais de dois Estados.

Para tanto, adota-se uma estrutura de cinco seções. Após essa seção introdutória, o capítulo avança para a apresentação da metodologia utilizada, baseada no QCA, dando destaque para sua modalidade de conjuntos difusos (fsQCA), a qual foi aplicada na presente parte da pesquisa. A seção seguinte é dedicada a apresentação das variáveis empregadas e sua calibração *fuzzy*. Avança, então, para a apresentação dos resultados, seguida das conclusões obtidas ao longo do capítulo.

4.1 METODOLOGIA: ANÁLISE QUALITATIVA COMPARADA (QCA)

Conforme apontado por Perissinotto e Nunes (2023), embora a utilização da teoria dos conjuntos esteja longe de ser uma novidade no campo das Ciências Sociais, tendo em vista que sua lógica serve de base para muitas abordagens qualitativas, a técnica da Análise Qualitativa Comparada (QCA), originalmente proposta por Charles Ragin (1987), se destaca por apresentar uma alternativa formal e sistematizada para a exploração de fenômenos de causalidade complexa ao oferecer procedimentos rigorosos e replicáveis para tratar determinado problema – o que, em geral, seria feito de maneira informal, intuitiva e pouco sistematizada por outras abordagens qualitativas. Sua relevância para o campo das Ciências Sociais em geral, e para o da Ciência Política e Relações Internacionais em específico, deriva-se, portanto, da elevada frequência com que essas áreas do conhecimento precisam lidar com fenômenos dessa natureza⁷⁹, nos quais determinado resultado pode emergir de várias combinações causais distintas, ou, conforme expresso por Ragin (2008, p. 23)⁸⁰, “de diferentes ‘receitas’ causais”.

Nesse sentido, conforme Schneider e Wagemann (2007) enfatizam, os métodos derivados da teoria dos conjuntos⁸¹ essencialmente buscam analisar os padrões que emergem a partir da análise dos subconjuntos, interpretando-os em termos de necessidade e suficiência. Embora essa seja a mesma lógica básica sobre a qual o QCA é construído, a abordagem se distingue dos demais métodos em questão por três características centrais. Em primeiro lugar, o QCA tem como objetivo base permitir ao pesquisador que sejam realizadas interpretações causais, o que, como apontam Perissinotto e Nunes (2023, p. 63), não é necessariamente válido para as demais abordagens, que podem ser aplicadas com a finalidade de elaborar conceitos ou criar tipologias, não demandando interpretações causais dos resultados. Em segundo lugar, o QCA apresenta como sua principal ferramenta analítica o uso das tabelas

⁷⁹ Mearsheimer e Walt (2013), por exemplo, alertam que a complexidade dos fenômenos internacionais frequentemente inviabiliza o teste de hipóteses através de modelos lineares, destacando a necessidade de teorias robustas aplicadas a técnicas de pesquisa mais eficientes. Nesse sentido, Campos (2017) destaca o potencial do QCA para tratar conceitos típicos das RI que não são automaticamente observáveis ou determinados, como *spill over effects*, hostilidade ou *soft power*; enquanto Betarelli Junior e Ferreira (2018) apontam como o método é particularmente útil para a análise da prática política ao possibilitar a identificação de variados caminhos causais para determinado resultado, tendo em vista que a eficácia de determinadas estratégias são altamente dependentes de aspectos como o contexto, alcance e tradições culturais nas quais estão inseridas.

⁸⁰ “from different causal ‘recipes’”.

⁸¹ *Set-theoretic methods*, no original.

verdade (*truth tables*), as quais possibilitam a visualização e análise de todas as possíveis combinações entre as condições causais mobilizadas pela pesquisa e sua variável de resultado, formalizando o processo de verificação se os casos que compartilham entre si determinadas condições causais também compartilham o mesmo resultado. E, em terceiro lugar, o QCA permite a realização sistemática de minimizações lógicas, que nada mais são do que a apresentação da informação empírica de uma forma mais parcimoniosa – embora logicamente equivalente⁸². Conforme explica Ragin, essa possibilidade deriva diretamente do uso das já citadas tabelas verdades que,

Ao listar as diferentes combinações de condições logicamente possíveis, [tornam] possível avaliar não apenas a suficiência de uma receita específica [...] mas também a suficiência das outras combinações logicamente possíveis de condições que podem ser construídas a partir dessas condições causais (RAGIN, 2008, p. 25)⁸³.

Destarte, o QCA não busca mensurar efeitos individuais de determinadas variáveis causais sobre uma variável de resultado, mas sim verificar em quais configurações de condições o resultado em questão irá emergir, buscando apresentar soluções que, embora simples, considerem toda a complexidade dos fenômenos estudados em sua elaboração. Assim, conforme apontado por John Gerring (2001, p. 207), o QCA acaba por oferecer uma “estação intermediária” entre análises de *large-* e *small-N*, permitindo o que Freitas e Bizzarro Neto (2015, p. 107) chamam de “generalizações modestas”; e, dado que o processo de definição dos conjuntos é essencialmente qualitativo, o QCA possibilita a análise de conceitos abstratos, como o de *soft power*, explorado na presente pesquisa.

4.1.1 A Análise Qualitativa Comparada de Conjuntos Difusos (fsQCA)

Antes de ser uma única abordagem, o QCA pode ser encarado como um “termo guarda-chuva” que abriga três técnicas que compartilham princípios básicos, mas se diferem a partir do tipo de *data-set* utilizado pelo pesquisador (PERISSINOTTO; NUNES, 2023, p. 77).

⁸² Embora esse processo não seja uma possibilidade exclusiva do QCA, Schneider e Wagemann (2007, p. 9) destacam que a minimização lógica é ainda pouco empregada, sendo geralmente realizada de uma forma intuitiva ao invés de sistemática.

⁸³ “By listing the different logically possible combinations of conditions, it is possible to assess not only the sufficiency of a specific recipe [...] but also the sufficiency of the other logically possible combinations of conditions that can be constructed from these causal conditions”.

A primeira dessas técnicas trata-se da que foi originalmente formulada por Ragin em 1987, empregando conjuntos nítidos (*crisp-set*, ou csQCA) e limitada a uma lógica booleana (0 ou 1), nos quais os casos pertencem ou não a determinado conjunto, sem a possibilidade de aplicar gradações intermediárias. Nesse sentido, a variante de valores múltiplos (*multi-value*, ou mvQCA) foi posteriormente introduzida como uma alternativa para empregar os princípios do QCA em fenômenos não dicotômicos, permitindo a descrição de variáveis com múltiplas categorias ordinais, ampliando a complexidade das análises. Finalmente, a variante de conjuntos difusos (*fuzzy-set*, ou fsQCA) é considerada a modalidade mais desenvolvida do método⁸⁴, permitindo que cada caso apresente um grau de pertencimento a determinado conjunto através da transformação das variáveis quantitativas base em variáveis *fuzzy*, que variam no intervalo entre 0 (completa exclusão de dado conjunto) e 1 (completo pertencimento a dado conjunto)⁸⁵.

Nesse ponto é relevante destacar a forma pela qual uma variável quantitativa contínua é transformada em uma variável *fuzzy*. Nas palavras de Ragin (2008, p. 30)⁸⁶, “um *fuzzy set* pode ser visto como uma variável contínua, que propositadamente foi calibrada para indicar seu grau de adesão em um conjunto bem definido e especificado”. Essa calibração é feita com base em critérios qualitativos externos, isto é, definidos com base no conhecimento teórico do pesquisador sobre cada uma das variáveis empregadas – razão pela qual a próxima seção do capítulo se debruça unicamente a descrever e calibrar as variáveis que emprega.

Ragin (2008) apresenta ainda duas possibilidades para a calibração das variáveis contínuas em variáveis *fuzzy*⁸⁷. Na presente pesquisa, opta-se pelo método de calibração direto, no qual o pesquisador estabelece três “limiares” qualitativos que servirão de âncoras para um *fuzzy-set*. Esses pontos se referem ao limiar de pleno pertencimento de um caso a

⁸⁴ Conforme apontado por Freitas e Bizzarro Neto (2015, p. 111), o fsQCA é ideal para tratar fenômenos de grande complexidade e nos quais as condições causais analisadas são majoritariamente derivadas de variáveis quantitativas contínuas – situação que, conforme será demonstrado, se aplica à presente pesquisa.

⁸⁵ A análise de conjuntos difusos é relativamente nova no campo das Ciências Sociais, tendo sido originalmente proposta por Michael Smithson (1987). Isto posto, conforme apontado por Ragin (2008, p. 71), suas aplicações parecem ter sido poucas até sua introdução ao método da análise qualitativa comparada.

⁸⁶ “A *fuzzy set* can be seen as a continuous variable that has been purposefully calibrated to indicate degree of membership in a well-defined and specified set”.

⁸⁷ Além do método de calibração direto, Ragin (2008) ainda apresenta o método de calibração indireto, no qual o pesquisador atribui cada caso em uma de seis categorias, prosseguindo então para a realização de um cálculo que estima os valores *fuzzy* em cada caso. Como o próprio autor afirma (RAGIN, 2008, p. 97), o método de calibração direto deve ser priorizado, tendo em vista que tende a produzir menos distorções em relação a teoria que orienta a pesquisa, reservando o método indireto aos casos nos quais o pesquisador tenha carência de critérios externos que orientem o adequado estabelecimento dos limiares qualitativos. As fórmulas matemáticas por trás de ambos os métodos de calibração podem ser consultadas em sua obra supracitada.

determinado conjunto [1] (por exemplo, “o país A é uma democracia plena”); ao limiar de plena exclusão de um caso de determinado conjunto [0] (“o país B é um regime autoritário”); e ao *crossover point* [0.5], que define o ponto de referência para considerar se um caso, que não está nem totalmente dentro nem totalmente fora de determinado conjunto, está mais próximo de pertencer ou não a esse conjunto dentro da escala *fuzzy* adotada. Nesse sentido, o autor ressalta como esses valores não devem ser interpretados como probabilidades, mas sim como simples transformações de variáveis intervalares em graus de pertencimento a determinado conjunto teórico (RAGIN, 2008, p. 88).

4.2 DESCRIÇÃO E CALIBRAGEM DAS VARIÁVEIS

Conforme mencionado anteriormente, a técnica do fsQCA demanda que todas as variáveis sejam calibradas no formato de variáveis *fuzzy*, o que é feito com base em critérios qualitativos externos teoricamente orientados. Para usar um exemplo semelhante ao citado por Ragin (2008, p. 8), uma pesquisa que instrumentalize dados sobre renda possui, de saída, uma variável quantitativa referente à renda de cada caso, mas como deve ser feita a determinação de qual faixa de renda qualifica um caso ao completo pertencimento no conjunto de “alta renda”? Esse valor não pode ser induzido a partir de uma simples distribuição de frequência, mas deve sim ser baseado em conhecimento teoricamente orientado que ofereça diretrizes externas com validade facial. Em resumo, diz o autor, “a tradução específica das classificações ordinais para as classificações *fuzzy* depende do ajuste entre o conteúdo específico das categorias ordinais e a conceituação e rotulagem do conjunto *fuzzy* por parte do pesquisador” (RAGIN, 2008, p. 32)⁸⁸.

Assim, abaixo são descritas cada uma das variáveis que foram instrumentalizadas para a realização da presente pesquisa, juntamente com os critérios de calibração que foram utilizados em cada uma delas⁸⁹.

⁸⁸ “the specific translation of ordinal ranks to fuzzy membership scores depends on the fit between the specific content of the ordinal categories and the researcher’s conceptualization and labeling of the fuzzy set”.

⁸⁹ Para a calibração dos dados em variáveis *fuzzy*, foi utilizado o pacote QCA, de autoria de Adrian Duşa (2019), disponível para a linguagem de programação R. O projeto completo, incluindo os procedimentos de coleta, limpeza e calibração dos dados utilizados, está disponível no Apêndice A da presente tese. Uma versão com gráficos interativos foi disponibilizada no seguinte link: <https://douglasnovelli.github.io/fsQCA_soft_power/>.

4.2.1 Relações de *soft power* indireto: atração e repulsão

Conforme mencionado no capítulo anterior, Nye (2011, p. 95) sugere dois modelos causais para entender os efeitos do *soft power* sobre a política internacional. O modelo direto, onde os alvos do *soft power* são elites governamentais com capacidade para afetar os resultados da política externa, já foi explorado no Capítulo 3. Assim, o presente capítulo se debruça sobre o outro aspecto do fenômeno, buscando evidências que corroborem ao *soft power* indireto, voltado para populações de outros Estados, cuja opinião pode moldar ambientes domésticos favoráveis ou desfavoráveis a tomada de determinadas posições de política externa.

Parte-se aqui do pressuposto que, conforme sugerido por Nye (2004a, p. 6), a melhor forma de medir o *soft power* indireto de uma nação é através de pesquisas de opinião realizadas internacionalmente. Assim, o presente capítulo empregará dados derivados da pesquisa de opinião organizada através da parceria entre a empresa de consultoria GlobeScan e o Program for Public Consultation (PPC) da Universidade de Maryland, financiada pela BBC World News (2017). Especificamente, a pesquisa questiona aos entrevistados se eles percebem determinado Estado como uma influência majoritariamente positiva ou negativa no mundo, retornando dados sobre a percepção de cada Estado em cada país onde a pesquisa foi feita, além da percepção média observada. Recorrendo a uma edição anterior dessa mesma pesquisa, Rose (2016) foi capaz de observar a correlação entre o volume de percepções positivas de um Estado x em um país y e o volume de exportações de x com destino a y. Como aponta o autor, o índice BBC/GlobeScan é um bom meio de medir *soft power*, tendo em vista que questiona explicitamente sobre a atratividade de uma nação (ROSE, 2016, p. 219).

A pesquisa adotará uma lógica relacional, na qual a unidade de análise são os pares de casos, e não os casos individuais (ver: DAVIS, 1976, p. 18). Essa escolha metodológica se dá tendo em vista que o próprio conceito central sobre o qual a pesquisa se debruça – isto é, o conceito de poder – é, por definição, um conceito relacional. As notações serão assim feitas com base na comparação das avaliações entre todos os possíveis pares de Estados entre aqueles analisados, um em relação ao outro. Isto posto, apesar de avaliar 16 Estados, o índice BBC/GlobeScan apresenta apenas 10 destes como avaliadores⁹⁰ – ou seja, além de terem seu país avaliado, indivíduos desses 10 países foram entrevistados para a composição do índice.

⁹⁰ Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Paquistão, Índia, França, China e Brasil.

Assim, o n da pesquisa será de 45 casos, referente às 45 combinações únicas possíveis entre dois dos dez Estados analisados.

Antes de apresentar os limiares qualitativos necessários para a calibração *fuzzy*, é necessário notar a existência de lacunas teóricas importantes no que diz respeito ao tratamento dos dados. Em primeiro lugar, não está claro se as populações de ambos os países precisam nutrir opiniões positivas a respeito do outro país da díade. Sendo as relações de poder um fenômeno relacional por definição, opta-se por trabalhar com as médias das opiniões positivas registradas em cada díade de Estados analisados, haja visto que ambas as populações nutrindo opiniões mutuamente positivas deve fortalecer os incentivos para que seus governos aproximem suas políticas externas, tornando essa aproximação mais provável.

Ademais, a teoria não fornece indicações sobre o tratamento que deve ser dado às opiniões negativas, apenas sugerindo que estas podem afetar o *soft power* de uma nação tanto quanto as opiniões positivas das populações de outros Estados sobre a nação em questão, com alguns autores chegando a utilizar o termo “*soft power* negativo” para se referir a esse tipo de fenômeno (para exemplos, ver: CALLAHAN, 2015; RUTLAND; KAZANTSEV, 2016). Embora Nye (2004a, p. 150)⁹¹ admita que “repulsão e ódio também podem levar as pessoas a agir”, considera que “os resultados que produzem geralmente não são desejados por aqueles que os geram”, razão pela qual refuta o uso do termo “*soft power* negativo”, preferindo tratar o fenômeno simplesmente como “repulsão”, em oposição direta à “atração” supostamente gerada pelo *soft power* – contudo, apesar desse reconhecimento, o fenômeno não chega a ser discutido com profundidade em sua obra.

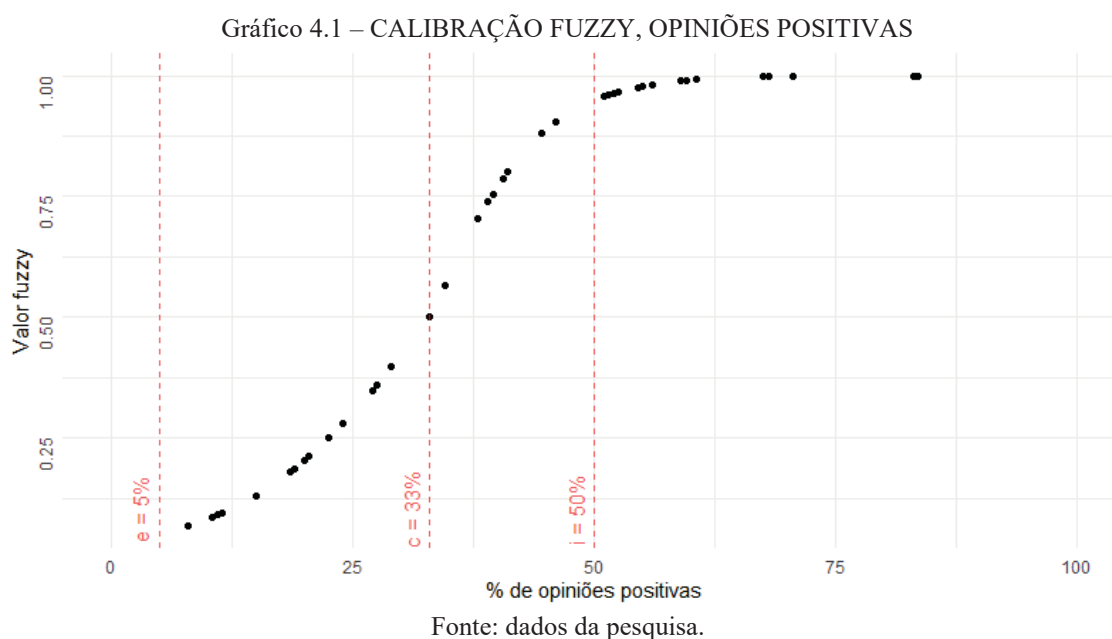
Isto posto, a natureza da base de dados trabalhada, que apresenta separadamente os valores referentes às opiniões positivas e negativas em cada díade, aliada a tendência epistemológica do QCA de favorecer a desagregação de métricas em múltiplas escalas referentes a conjuntos distintos, abre a possibilidade de simplesmente dividir essa variável em duas: uma referente às opiniões positivas entre cada díade; e outra referente às opiniões negativas.

Avançando para a calibração propriamente dita, considera-se que, mesmo entre os países que não são democracias, se 50% da população de um Estado (isto é, sua maioria) possuir visões positivas a respeito de outro país, isso, em tese, deve garantir apoio suficiente

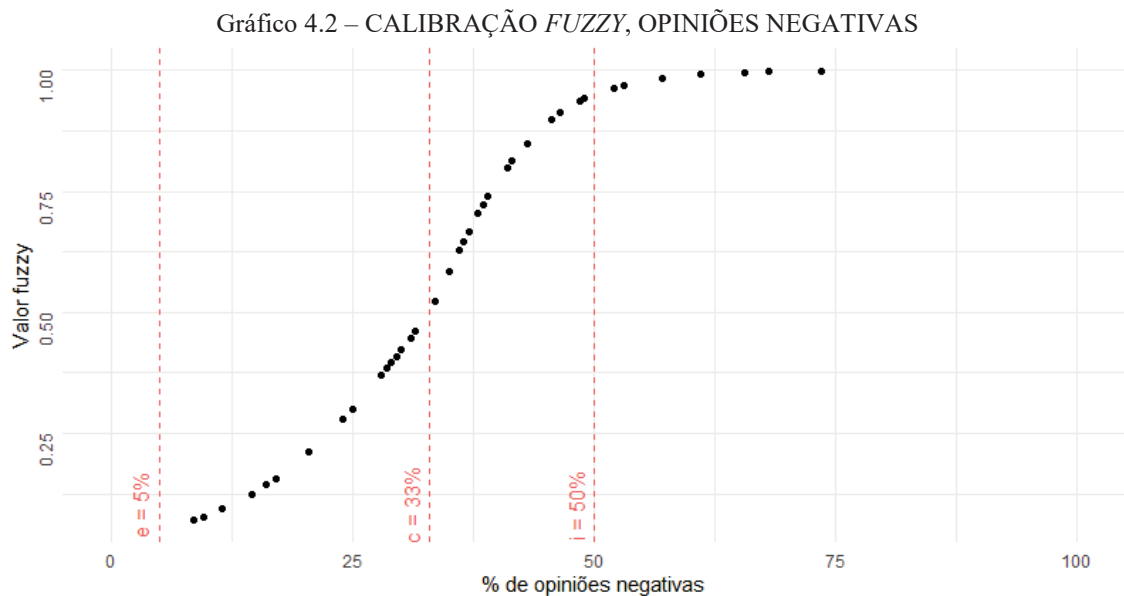
⁹¹ “*Repulsion and hatred can also move people to act, but the outcomes they produce are usually not desired by those who generate them*”.

para que o primeiro Estado aproxime sua política externa do segundo – ao menos partindo de uma interpretação geral de que o *soft power* indireto funcionará conforme previsto por Nye. Por outro lado, se espera que índices inferiores a 5% apresentem situações nas quais as populações destes Estados não manifestem qualquer pressão relevante por uma aproximação de suas políticas externas, tornando a relação entre essas efetivamente independente do *soft power* de qualquer uma das partes⁹². Por sua vez, algo próximo a 1/3 da população de um Estado apresentar opiniões positivas sobre o outro parece apresentar o ponto máximo de ambiguidade. Essas mesmas conjecturas ainda parecem válidas para pensar o fenômeno da repulsão, ou, como é chamado por alguns autores, “*soft power* negativo”. Assim, para os limiares qualitativos de calibração *fuzzy* nessas variáveis, se estabelece 50% como o limiar de completo pertencimento dos casos aos conjuntos de díades nas quais ao menos uma das partes exibe elevada atração / repulsão em relação a outra; 5% como o limiar para a completa exclusão dos mencionados conjuntos; e 33% como o ponto de máxima ambiguidade.

Com base nesses limiares, os Gráficos 4.1 e 4.2 apresentam a distribuição dos casos para as variáveis em questão, assim como suas respectivas calibrações *fuzzy*.



⁹² É relevante ressaltar que esse protocolo tem como deficiência ignorar a capacidade heterogênea de indivíduos e grupos de interesse distintos para pressionar seus governos, sendo essa discussão aprofundada no capítulo 6. Embora se defenda novamente que o índice BBC/Globescan é uma das melhores métricas disponíveis para medir o *soft power* indireto de um grupo amplo de países, essa fragilidade específica reforça as dificuldades de mensuração que envolvem o conceito.



4.2.2 *Hard Power*

Conforme destacado por Barnett e Duvall (2005, p. 40)⁹³, no campo dos estudos sobre política internacional “há uma conceituação amplamente aceita que é vista como a única maneira de entender o poder: como um Estado usa seus recursos materiais para compelir outro estado a fazer algo que não quer fazer”; logo, “mesmo aqueles que querem expandir a conceituação de poder frequentemente colocam a deles como um suplemento ou uma alternativa para a visão realista. Nye, por exemplo, oferece seu conceito de ‘*soft power*’ como um contraponto à ênfase realista no ‘*hard power*’” (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 43)⁹⁴. Assim sendo, partindo da conceitualização teórica proposta por Nye, é imperativo que estudos que buscam avaliar a efetividade do *soft power* na política internacional também busquem instrumentalizar variáveis referentes a sua contraparte, isto é, o *hard power*, definido pelo autor como “o uso da coerção e pagamento” (NYE, 2009, p. 160)⁹⁵, baseado em incentivos econômicos (“cenouras”) e ameaças militares (“porretes”) (KEOHANE; NYE, 2012; NYE, 2008b).

⁹³ “there is a widely accepted conceptualization that is viewed as the only way to understand power: how one state uses its material resources to compel another state to do something it does not want to do”.

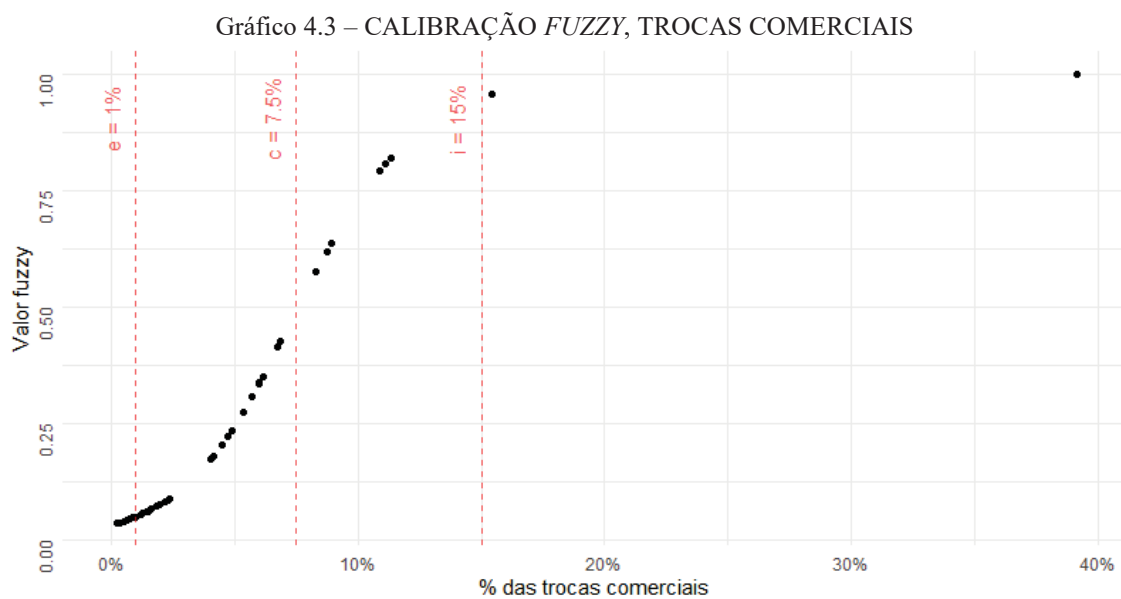
⁹⁴ “those who want to expand the conceptualization of power frequently pose theirs as a supplement or an alternative to the realist bench- mark. Nye, for example, offers his concept of ‘soft power’ as a counterpoint to the realist emphasis on ‘hard power’”.

⁹⁵ “Hard power is the use of coercion and payment”.

Tal qual na variável anterior, dificilmente esses aspectos poderiam ser observados exclusivamente por meio de uma única variável, tendo em vista que, em sua própria concepção, envolvem recursos de ao menos duas naturezas distintas – isto é, as relações econômicas e militares entre os Estados.

Para mensurar a força das relações econômicas entre as díades, opta-se por recorrer aos dados de comércio internacional entre os Estados, coletados a partir da base de dados do UN Comtrade (2022), tomando como base os valores referentes à totalidade das trocas comerciais desses Estados, desconsiderando potenciais desigualdades de relevância estratégica entre os setores econômicos envolvidos. Admite-se que essa é também a variável com a ancoragem qualitativa mais complexa, com a teoria base fornecendo poucos indícios para os limiares demandados pelo QCA. Deve assim ser tomada como uma variável um tanto problemática, a qual, idealmente, deve ser substituída por métricas mais confiáveis no futuro, caso essas se tornem acessíveis.

Assim como na variável anterior, adota-se a opção metodológica de considerar o valor médio que os Estados de cada díade detêm sobre as trocas comerciais do outro. Serão adotados os limiares qualitativos de 15% para determinar a dependência de uma economia sobre a outra; 1% como limiar de independência entre os mercados; e 7.5% como ponto de máxima ambiguidade, sendo os resultados dessa calibração apresentados no Gráfico 4.3.



Fonte: dados da pesquisa.

Já no tocante ao poder militar, segundo aspecto do *hard power*, este também se mostra de difícil mensuração. Embora seja originalmente definido por Nye no sentido de ameaça do uso da força, não foi possível localizar nenhuma métrica que fosse capaz de prover qualquer tipo de indício nesse sentido. Opta-se, ao invés disso, pela utilização do padrão de alianças militares entre os Estados como uma variável *proxy*, tendo em vista que a existência dessas reduz drasticamente as chances do uso da força nas relações entre dois países. Para tanto, recorre-se a base de dados do projeto Correlates of War sobre alianças formais entre Estados (GIBLER, 2009)⁹⁶.

Informações sobre quatro tipos distintos de alianças estão disponíveis nesse banco de dados, sendo: (1) *defense*, quando os Estados se comprometem a oferecer suporte militar caso a segurança de uma das partes seja violada; (2) *neutrality*, quando as partes se comprometem a não tomar parte em conflitos nos quais a outra parte esteja envolvida; (3) *nonaggression*, quando concordam com uma promessa de não agressão uma em relação a outra; e (4) *ententes*, quando concordam em consultar ou cooperar um com outro em casos de crise (GIBLER, 2009, p. lvii). Notavelmente, há um certo grau de hierarquia entre esses tipos de aliança, com o tratado de defesa no topo, seguido pelo de neutralidade, não-agressão e o de entente, com os tratados de hierarquias superiores comumente incluindo cláusulas referentes aos demais tipos. Destarte, a própria base de dados acaba por oferecer opções para os limiares qualitativos necessários para a calibração *fuzzy*. Opta-se, assim, por estabelecer os tratados de defesa como o limiar qualitativo de pleno pertencimento de cada díade no conjunto de Estados que são aliados (1); os tratados de neutralidade (0.8) e não-agressão (0.6) como casos que estão mais dentro do que fora do conjunto; o tratado de entente (0.4) como casos que estão mais fora do que dentro do conjunto; e a inexistência de qualquer tratado como limiar de plena exclusão (0).

4.2.3 Variável de resultados: comportamento político internacional

O artigo se propõe a testar o argumento de que o *soft power* indireto gerado por um Estado se configura como uma possível variável causal, ou parte de uma combinação de

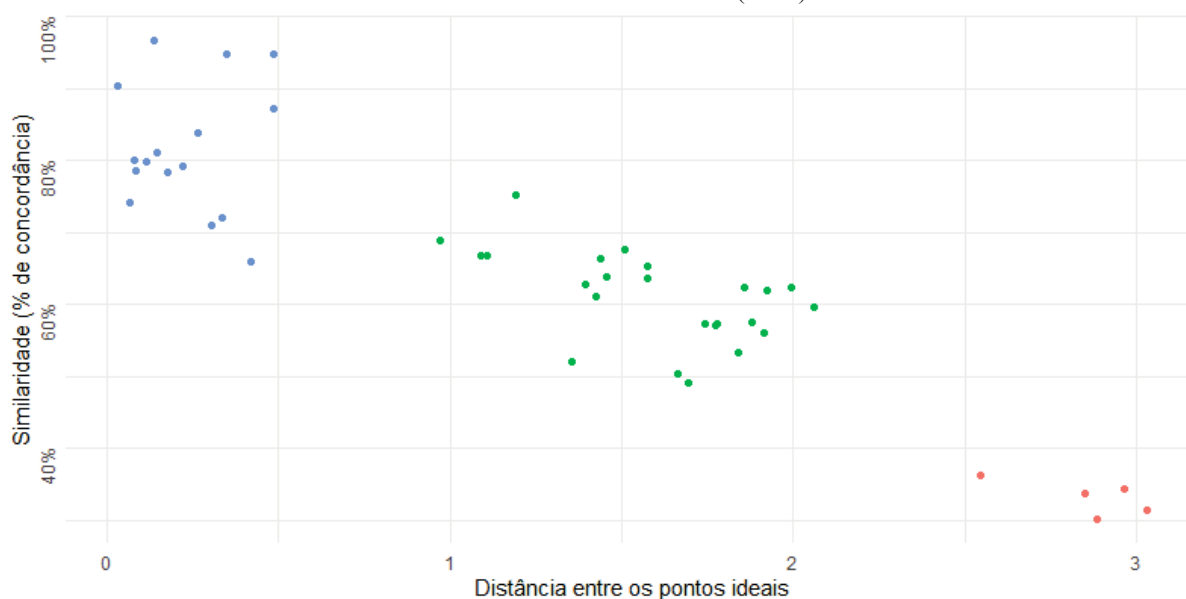
⁹⁶ Embora última atualização do banco de dados em questão remeta ao ano de 2012, sendo, portanto, cinco anos mais antiga que os demais dados aqui trabalhados, argumenta-se que a análise tende a não ser prejudicada, tendo em vista a estabilidade da variável em questão.

variáveis causais, capaz de afetar o comportamento internacional de outros atores. Assim, opta-se por seguir o caminho mais comum adotado pela literatura e já empregado no capítulo anterior, observando os padrões de votação na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

Recorre-se a base de dados já compilada pelos autores anteriormente citados (BAILEY; STREZHNEV; VOETEN, 2009), disponibilizada como parte do projeto Harvard Dataverse. A base em questão traz duas métricas relevantes para a pesquisa, sendo elas: a porcentagem de concordância entre cada possível par de Estados em determinado ano; e a distância entre os pontos ideais de cada Estado parte de uma díade em determinado ano. Como apontam os autores, a distância entre os pontos ideais é uma métrica mais apropriada para medir o posicionamento dos Estados, tendo em vista que seu cálculo considera potenciais alterações na agenda da AGNU entre as sessões⁹⁷, razão pela qual será a métrica aqui adotada.

O Gráfico 4.4 compara ambas as métricas, recortadas para as díades analisadas pela pesquisa no ano de 2017.

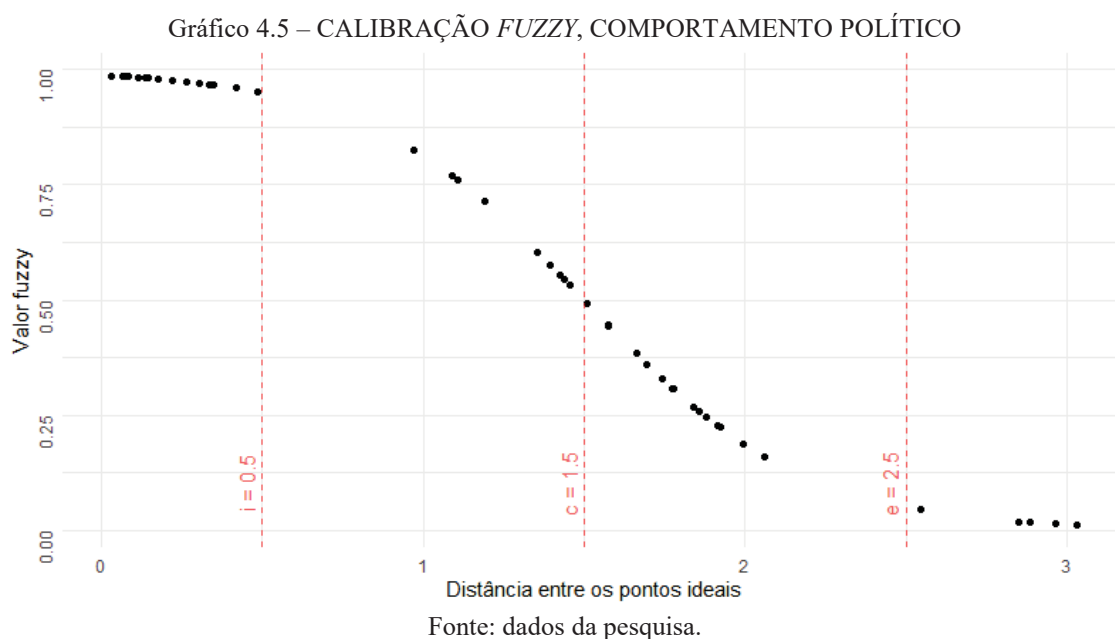
Gráfico 4.4 – CONCORDÂNCIA ENTRE OS ESTADOS DA AMOSTRA VS. A DISTÂNCIA DE SEUS PONTOS IDEAIS NA AGNU (2017)



Fonte: Dados da pesquisa, com base em Bailey, Strezhnev e Voeten (2009).

⁹⁷ O cálculo dos pontos ideais para cada Estado utiliza como base resoluções na AGNU idênticas ao longo de dois ou mais anos, permitindo uma estimativa mais realista das mudanças nas preferências estatais com relação às pautas da Organização. Esses pontos são então transformados em medidas diáticas por meio do cálculo da distância absoluta entre os pontos ideais de dois países, produzindo uma métrica mais confiável para medir o alinhamento de suas posições do que a mera análise frequencial de quantas vezes votaram de forma idêntica em dado ano. Para mais informações sobre o cálculo dos pontos ideais, ver Bailey, Strezhnev e Voeten (2017) e Bailey e Voeten (2018).

Conforme esperado, é possível notar uma relação muito próxima entre as duas variáveis: quanto maior a distância entre os pontos ideais de dois países, mais distintos são seus padrões de votação. Nota-se, também, três grupos distintos de casos: (1) destacados em azul, pares de Estados com uma discordância inferior a 0.5; (2) em vermelho, pares com uma discordância superior a 2.5; (3) e em verde, pares cuja discordância flutua entre, aproximadamente, 1 e 2 pontos – isto é, Estados que sistematicamente votam de forma similar; Estados que sistematicamente adotam posições antagônicas; e Estados cujas posições parecem ser independentes. Opta-se, assim, por definir os limiares qualitativos nos pontos limites desses grupos, estabelecendo a distância entre os pontos ideais de 0.5 como limiar de pleno pertencimento ao conjunto de díades que apresentam elevada proximidade em suas políticas externas; 2.5 como limiar de plena exclusão do conjunto; e 1.5 como ponto de máxima ambiguidade. O produto da calibração *fuzzy* é apresentado no Gráfico 4.5.



4.3 RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa conduzida no capítulo, divididos entre os testes de análise de necessidade e suficiência das variáveis causais em relação à variável de resultado, definidos com base nos valores de cobertura e consistência de suas

condições e receitas causais⁹⁸. Tal qual o processo de calibração das variáveis, todos os testes foram realizados através do pacote QCA, desenvolvido para a linguagem de programação R por Adrian Duşa (2019), com o código do projeto sendo disponibilizado no Apêndice A da presente tese.

4.3.1 Análise de necessidade

Conforme apontado por Schneider e Wagemann (2007, p. 278), os valores de consistência para determinar se uma condição é necessária ou não para o resultado devem ser superiores aqueles recomendados para determinar a sua suficiência. Nesse sentido, enquanto Ragin (2008) recomenda que seja adotado um patamar mínimo de 0.8 para determinar a consistência de uma condição suficiente, os autores sugerem um patamar mínimo de 0.9 para considerar uma condição como necessária. Ademais, alertam também para o fato de que a análise de suficiência através da tabela verdade pode sugerir que determinada condição se apresenta como necessária, quando, na realidade, não é (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2007, p. 220). Trata-se, porém, de um problema de fácil solução: basta performar a análise de necessidade primeiro.

Nesse sentido, a Tabela 4.1 apresenta a análise de necessidade para as condições causais testadas produzirem o resultado desejado, sendo elas: a presença de opiniões positivas (*p_views*); a ausência de opiniões negativas (*~n_views*); a presença de elevado fluxo comercial entre as partes (*trade*); e a presença de uma aliança militar formal entre as partes (*alliances*). Das quatro variáveis testadas, a que mais se aproxima do coeficiente de consistência mínimo é a presença de opiniões positivas na população de um Estado em relação ao outro – nada mais do que o *soft power* indireto conforme teorizado por Nye (2004a, 2008b, 2011). Isto posto, mesmo essa variável fica abaixo do índice mínimo de 0.9 recomendado por Schneider e Wagemann (2007), ficando um pouco abaixo até mesmo do

⁹⁸ O coeficiente de consistência das receitas causais serve para medir a proporção com que os casos que apresentam aquela combinação de condições igualmente apresentam o mesmo resultado. Já o coeficiente de cobertura tem o objetivo de quantificar a relevância de determinada condição, ou combinação causal, dentro do universo dos casos analisados, avaliando em que medida essa receita causal conta para a produção do resultado observado. De acordo com Ragin (2008, p. 45-46), as medidas de consistência e cobertura apresentam, respectivamente, certa equivalência com as medidas de significância e correlação em análises estatísticas convencionais, com a primeira sinalizando quais conexões merecem atenção do pesquisador enquanto a segunda apresenta a relevância empírica daquelas conexões.

Tabela 4.2 – TABELA VERDADE

Casos	<i>p_views</i>	<i>n_views</i>	<i>trade</i>	<i>alliances</i>	<i>un_votes</i>	Consistência bruta
CAN+USA, CHN+PAK, CHN+RUS, FRA+DEU	1	0	1	1	1	0.954
DEU+IND	0	0	0	0	1	0.953
DEU+GBR	1	0	1	0	1	0.931
BRA+CHN	1	1	1	0	1	0.865
BRA+CAN, CAN+FRA, CAN+DEU, DEU+USA	1	0	0	1	1	0.862
FRA+USA	1	1	0	1	1	0.841
BRA+FRA, BRA+DEU, CAN+CHN, CAN+IND, CAN+GBR, CHN+DEU, FRA+GBR, IND+RUS, IND+GBR, IND+USA	1	0	0	0	1	0.803
BRA+USA	1	1	1	1	0	0.753
BRA+IND, BRA+PAK, CAN+PAK, CHN+IND, FRA+PAK, FRA+RUS, DEU+PAK, PAK+RUS, PAK+GBR, RUS+GBR, RUS+USA	0	1	0	0	0	0.741
CHN+USA	0	1	1	0	0	0.720
BRA+GBR, CHN+FRA, CHN+GBR, FRA+IND, GBR+USA	1	1	0	0	0	0.718
CAN+RUS, DEU+RUS, IND+PAK, PAK+USA	0	1	0	1	0	0.710

FONTE: dados da pesquisa.

Avançando para o processo de minimização lógica, três receitas causais emergem na solução intermediária da análise como suficientes para a produção do resultado – ambas contendo variáveis relativas ao *soft power* indireto. A Tabela 4.3 apresenta essas configurações causais, juntamente seus valores de cobertura e consistência.

Tabela 4.3 – SOLUÇÃO INTERMEDIÁRIA DA ANÁLISE

Receita causal	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
$\sim n_views$	0.613	0.307	0.830
$p_views * \sim trade * alliances$	0.202	0.040	0.791
$fs_pviews * fs_trade * \sim fs_alliance$	0.219	0.036	0.885
Cobertura da solução: 0.692			
Consistência da solução: 0.804			

FONTE: dados da pesquisa.

Em todas as receitas causais estão presentes variáveis associadas às opiniões dos países respondentes. A primeira configuração consiste unicamente da ausência de opiniões negativas (a repulsão, ou “*soft power* negativo”), apresentando as maiores coberturas bruta e

única entre as receitas causais localizadas, sugerindo que, ao menos no que diz respeito as dinâmicas do *soft power* indireto, é mais importante que não haja repulsão entre os atores do que a existência de uma forte atração propriamente dita.

Por outro lado, as opiniões positivas aparecem em duas configurações causais, sendo a primeira associada a presença de uma aliança militar e a ausência de trocas comerciais entre as partes; e a segunda a presença de trocas comerciais e a ausência de uma aliança militar entre as partes. À primeira vista, essas receitas causais parecem fazer pouco sentido, mas esse resultado da minimização parece ser um produto direto da configuração na qual todas as variáveis estão presentes, que apresenta um único caso (BRA-EUA) com valor negativo na variável de resultado, sugerindo que ela pode ser melhor explicada por alguma variável oculta, específica a esse caso e não coberta na análise. Partindo de uma redução lógica, os resultados devem, portanto, ser interpretados como o *soft power*, em combinação com uma variável de *hard power* ($p_views*trade + p_views*alliances$), produz combinações causais suficientes para a presença do resultado, apesar da ausência da variável de *hard power* não incluída em cada combinação.

4.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Conforme apontado anteriormente, o campo da política internacional se caracteriza por ser um terreno complexo, com vários fenômenos que, combinados, produzem cenários nos quais o reduzido número de casos empíricos muitas vezes inviabiliza potenciais tentativas de testes de hipóteses através de modelos lineares tradicionais. Destarte, a técnica da análise qualitativa comparada se revela uma instigante ferramenta metodológica que, ao combinar sua capacidade de exploração de diferentes receitas causais e seu potencial para produzir generalizações modestas teoricamente orientadas, pode ajudar a sistematizar o estudo dos processos internacionais, oferecendo soluções aparentemente simples, mas que consideram toda a complexidade dos fenômenos sendo analisados.

Desses processos, o *soft power*, na forma teorizada por Joseph Nye (2004a), talvez seja um dos mais complicados de serem explorados, tendo em vista seu teor altamente subjetivo. Nesse sentido, mesmo estratégias como pesquisas de opinião e entrevistas com grupos focais, apontadas pelo próprio autor como um meio para efetivamente medir o *soft power* indireto de determinado Estado com audiências internacionais, se mostram

problemáticas de serem executadas na prática, tendo em vista a raridade com que pesquisas desse tipo são feitas e os altos custos envolvidos em sua realização.

Não obstante, argumenta-se que o presente estudo conseguiu, até certo ponto, superar esses desafios ao recorrer a pesquisa BBC/GlobeScan, a qual, embora não seja livre de problemas, já foi instrumentalizada com sucesso por pesquisas anteriores (ver: ROSE, 2016). Entre suas principais deficiências, destaca-se o fato de ter abarcado apenas 10 Estados como respondentes e objetos da pesquisa, o que, por sua vez, impôs limites práticos com os quais o estudo aqui apresentado teve que se conformar. Isto posto, embora os casos analisados tenham sido impostos pela base de dados ao invés de selecionados com base em sua relevância teórica, argumenta-se, também, que a própria pesquisa BBC/GlobeScan parece ter selecionado os Estados que lhe servem de objetos de estudo visando permitir generalizações modestas sobre o comportamento de grandes e médias potências, preservando sua utilidade enquanto fonte de dados para pesquisas como a aqui apresentada.

Há ainda que se considerar os limites do presente estudo. Enquanto técnica de análise, o QCA impõe ao pesquisador limites no número de variáveis passíveis de serem observadas em uma mesma pesquisa, tendo em vista que qualquer acréscimo aumenta exponencialmente o número de combinações possíveis de se manifestarem na tabela verdade, demandando, assim, certa amplitude teórica dos conceitos testados. Ademais, o teor das variáveis testadas, todas de difícil observação empírica, naturalmente reduz a confiabilidade passível de ser atribuída aos resultados obtidos pelo estudo. Conforme argumentado por Nye em um trabalho posterior, embora pesquisas de opinião sejam ótimas para medir e verificar tendências, elas devem ser tomadas apenas como “uma primeira aproximação para mudanças comportamentais em termos de resultados”, sendo seu real impacto em relação a outras variáveis “determinado apenas através de um cuidadoso *process-tracing*” (NYE, 2011, p. 95)⁹⁹. Nesse sentido, os capítulos seguintes têm como argumento base apresentar uma ampla revisão bibliográfica de estudos empíricos que buscam aplicar o conceito de *soft power*, utilizando a literatura para simular um mapeamento de diversos processos distintos, tendo em vista ao final propor generalizações modestas sobre os mecanismos funcionais que operam em dinâmicas de *soft power*.

⁹⁹ “Even though polls can measure the existence and trends in potential soft power resources, they are only a first approximation for behavioral change in terms of outcome. [...] the impact of public opinion in comparison to other variables can be determined only by careful process-tracing.”

5 A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE *SOFT POWER* EM ESTUDOS EMPÍRICOS¹⁰⁰

Tendo ganhado popularidade desde sua criação, as pesquisas sobre *soft power* até a década de 2010 muitas vezes serviram como fonte para conceitualizações teóricas problemáticas. Até mesmo Joseph Nye, seu proponente original, ainda muito cedo advertiu que “o termo [tinha] sido esticado e distorcido, às vezes além do reconhecimento” (NYE, 2006)¹⁰¹. Outros autores reforçaram estas advertências, sublinhando que a pesquisa sobre o *soft power* era frequentemente subteorizada e analiticamente imprecisa (LI, 2009; WOMACK, 2010), enquanto o conceito tendia a ser mal compreendido e mal utilizado devido à falta de refinamento acadêmico (ICHIHARA, 2006), sendo erroneamente interpretado como sinônimo de influência cultural ou qualquer poder não-militar (VUVING, 2009).

Em vista da necessidade de avaliar o uso do conceito de *soft power* em estudos recentes, este capítulo visa fornecer uma revisão sistemática e atualizada da literatura sobre o tema. Seu principal objetivo é analisar como o conceito tem sido utilizado em estudos empíricos, sublinhando os desafios persistentes e os diferentes padrões de uso que parecem orientar a correta identificação dos mecanismos causais pelos quais ele opera.

Com esse propósito, após a presente introdução é apresentada uma breve revisão teórica sobre o conceito, voltada a elaboração de um *framework* analítico para examinar utilização do termo em estudos empíricos. São então expostas as estratégias metodológicas que guiaram essa parte da pesquisa, incluindo o levantamento da amostra de estudos observados e as técnicas de análise empregadas. Os resultados estão dispostos nas duas seções seguintes, sendo primeiro apresentados os resultados da análise cientométrica, seguidos pelos resultados da análise de conteúdo desse material, com as conclusões do capítulo sendo apresentadas ao final.

5.1 OS ELEMENTOS BÁSICOS PARA ANALISAR ESTRATÉGIAS DE *SOFT POWER*

Em sua concepção original, Joseph Nye apresentava o conceito de *soft power* como um poder compulsório de viés cooptivo, responsável por moldar preferências e interesses de

¹⁰⁰ Uma versão resumida desse capítulo foi publicada em Novelli e Pereira (2023a).

¹⁰¹ “the term has been stretched and twisted, sometimes beyond recognition”.

audiências através da atração gerada por recursos de três naturezas: (1) cultura, quando atrativa; (2) valores políticos, com ênfase na rigurosidade com que são seguidos; e (3) política externa, quando um Estado é visto como uma liderança legítima e que contribui positivamente para o mundo (NYE, 2004a, 2007). Essa definição foi posteriormente atualizada, com o autor passando a definir o conceito como “a capacidade de afetar outros através dos meios cooptativos de formular agendas, persuadir e suscitar atração positiva a fim de obter resultados desejados” (NYE, 2011, p. 20–21)¹⁰². Conforme Nye (2017) aponta, os aspectos centrais do conceito têm permanecido constantes ao longo do tempo, com o *soft power* operando quando um ator, em busca de determinados objetivos, procura moldar interesses e percepções de determinada audiência, através da atração que os recursos dos quais dispõe exercem sobre tal audiência.

Nessa relação, um fator relevante a ser considerado é a diferenciação indispensável entre *soft power* e os recursos que o produzem, nem sempre observada adequadamente pelas pesquisas empíricas que visam operacionalizar o conceito. A importância dessa diferenciação deriva de uma tentativa consciente de evitar aquilo que autores como Morriss (2002) e Lukes (2005) chamam de “a falácia do veículo”, que ocorre quando recursos de poder são igualados ao poder propriamente dito, desconsiderando fatores contextuais que determinam a eficácia destes recursos. Conforme argumentado por Baldwin (1979), o poder é sempre contextual, sendo essa afirmação particularmente pertinente no caso do *soft power*, dado sua natureza intrinsecamente relacional e dependente da recepção que determinada audiência apresenta frente aos recursos envolvidos, os definindo ou não como atrativos e legítimos (BERTELSEN, 2012; FEKLYUNINA, 2016; NYE, 2006). Isto posto, as fontes do *soft power* devem ser interpretadas como “matrizes de crenças construídas intersubjetivamente, através das quais uma população significa coisas, pessoas e ideias” (MATTERN, 2007, p. 106)¹⁰³, sendo o *soft power* dependente “não da imposição de cima para baixo [sic], mas da espontaneidade de baixo para cima [sic] por parte de seus supostos ‘alvo(s)’” (CERNY, 2012, p. 203)¹⁰⁴.

¹⁰² “the ability to affect others through the co-optive means of framing the agenda, persuading, and eliciting positive attraction in order to obtain preferred outcomes”.

¹⁰³ “intersubjectively constructed matrices of beliefs through which a population signifies things, people and ideas”.

¹⁰⁴ “soft power depends not on top-down imposition but on bottom-up spontaneity on the part of the so-called ‘target(s)’”.

Assim, como apontado por Hall (2010), para que os recursos de *soft power* funcionem da maneira descrita por Nye, é necessário que: (1) estes produzam atração em dada audiência; e (2) que essa atração seja capaz de auxiliar na busca por determinado objetivo político. Mesmo que reconheçamos argumentos apresentados por autores como Brown (2017) e Ji (2017), de que o *soft power* é melhor entendido como a capacidade de afetar os resultados sem necessariamente controlá-los e que os efeitos do *soft power* tendem a se apresentar de forma gradual e em períodos prolongados, ainda é essencial considerar a existência de mecanismos que expliquem como esses recursos produzem *soft power* e como esse poder pode influenciar a esfera da política internacional. Reconhecidamente, não se trata de uma tarefa simples, com autores como Hayden (2017b) listando as dificuldades em distinguir empiricamente o papel que o *soft power* desempenha em certos resultados de política externa como o maior desafio na aplicação do conceito. Não obstante, mesmo Nye (2021, p. 198)¹⁰⁵ reconhece que “a conversão de poder – passando de recursos para resultados comportamentais – é uma variável interveniente crucial”, porém, como apontado por Lee (2009, p. 207)¹⁰⁶, “Nye [...] não sugere nenhuma estrutura significativa que possa ser usada para entender o mecanismo de conversão do que ele chama de recursos de *soft power* para *soft power*”.

Nesse sentido, embora admitida que os mecanismos de conversão do *soft power* possam ser melhor explicados por teorias de médio alcance, Lee avança na direção de propor alguns elementos básicos que devem ser observados em estudos que busquem operacionalizar o conceito. Em suas palavras,

A conversão de recursos de *soft power* em *soft power* envolve três etapas: (1) a aplicação de recursos de *soft power*; (2) os processos cognitivos dos destinatários; e (3) a produção de *soft power*. [...] [Também] é importante delinear os aplicantes, os destinatários e os canais através dos quais os recursos de *soft power* são aplicados (LEE, 2009, p. 210)¹⁰⁷.

Partindo dessa breve revisão do conceito de *soft power*, o Quadro 6.1 expõe uma proposta de *framework* para analisar estudos empíricos que o operacionalizem, a qual será aplicada na pesquisa apresentada adiante. Essa não é a primeira tentativa de sistematizar o

¹⁰⁵ “power conversion – getting from resources to behavioural outcomes – is a crucial intervening variable”.

¹⁰⁶ “Nye [...] did not suggest any meaningful framework that could be used to understand the power translation mechanism from what he calls soft power resources to soft power”.

¹⁰⁷ “The conversion from soft resource to soft power involves three stages: (1) application of soft resources; (2) cognitive processes of the recipients; and (3) soft power production. [...] it is important to delineate the applicants, the recipients, and the channels through which soft resources are applied”.

conceito de *soft power* em uma estrutura analítica de ampla aplicação. Para citar alguns exemplos, Roselle *et al.* (2014) baseiam seu trabalho no conceito de narrativas estratégicas, criando um modelo que entende a dinâmica do *soft power* com base nos atores, ambientes, conflitos e resoluções envolvidas; Hayden (2017a) entende dinâmicas de *soft power* como sendo compostas pelas dimensões do escopo, mecanismos e resultados; Ji (2017) lista alguns elementos comuns as análises de *soft power*, incluindo recursos, habilidade, estratégias, contextos e resultados, com os recursos e resultados representando as duas pontas de qualquer relação de *soft power*; Chitty (2017, 2019) introduz os conceitos de virtude e virtuosidade, transmitidos através de multiplicadores de *soft power* de três categorias – mobilidade, mídia e indústrias culturais; e Ohnesorge (2020) propõe uma taxonomia que distingue o *soft power* entre quatro subunidades, identificadas como os recursos, os instrumentos, a recepção e os resultados. O modelo analítico aqui apresentado se difere dos demais na tentativa de reduzir o conceito *soft power* a seus elementos mais básicos e centrais, permitindo o escrutínio de estudos empíricos que o aplicam de diferentes maneiras, como será feito ao longo deste capítulo.

Quadro 5.1 – VARIÁVEIS CENTRAIS EM ESTUDOS DE CASO E COMPARATIVOS QUE APLICAM O CONCEITO DE *SOFT POWER*

Variável
I. Quem aplica o <i>soft power</i> ?
II. Quais são as audiências alvo desse <i>soft power</i> ?
III. Quais são os recursos envolvidos na produção desse <i>soft power</i> ?
IV. Qual é o objetivo do emprego do <i>soft power</i> ?
V. Quais são os mecanismos causais pelos quais os recursos se convertem em <i>soft power</i> e o <i>soft power</i> auxilia na obtenção dos resultados políticos desejados?

Fonte: o autor.

Seguindo a proposta de Lee (2009), o primeiro passo deve ser identificar os atores que empregam *soft power* e seus públicos-alvo. Apesar de autores como Gillespie e McAvoy (2017) argumentarem que termos “empregar” e “alvos” reforçam um entendimento hierárquico entre os atores envolvidos, concordamos com Chitty (2017, p. 20)¹⁰⁸ em seu argumento de que “os alvos de Nye são mais do que alvos”, sendo “mais parecidos com os receptores ativos da teoria da recepção”. Conforme explica, os “alvos” são livres para ouvir e formar suas próprias opiniões – e, como o público nem sempre é o mesmo, o que é “virtude ou virtuosidade para um pode não ser assim para outro”, de modo que “as mensagens devem

¹⁰⁸ “Nye’s targets are more than targets – they are more akin to the active receivers of reception theory”.

encontrar seu público” e “o público encontrará mensagens preferidas” (CHITTY, 2019, p. 5)¹⁰⁹.

Duas distinções adicionais podem ainda ser feitas em relação à natureza do público-alvo. Em primeiro lugar, como já mencionado, Nye (2011, p. 95) oferece dois modelos causais para os efeitos de *soft power*: no modelo direto, os alvos são elites governamentais que podem controlar os resultados da política externa; enquanto, no modelo indireto, o alvo é o público em geral, que pode habilitar – ou desabilitar – ambientes favoráveis para certas decisões. Em segundo lugar, embora tenha sido inicialmente pensado como uma ferramenta de política externa, o *soft power* é atualmente concebido como algo que pode ser implementado domesticamente, com um governo tendo sua própria população como público-alvo (para exemplos, ver EDNEY, 2015; WILSON, 2015a; YANG, 2020). Nesse sentido, Chitty (2014, 2017) propõe que o *soft power* deve ser entendido como tendo dois vetores, um internamente focado na relação entre o Estado e as pessoas – o que ele chama de “*soft power* interno” ou *I-soft power* –, e outro focado no mundo externo – o *E-soft power*.

Uma vez identificados os atores envolvidos, o próximo passo é delinear os recursos que supostamente gerariam *soft power* e os objetivos que sua aplicação busca alcançar. Quanto aos recursos, embora alguns sejam “especialmente moldados para fins de *soft power*”, em termos práticos eles podem incluir qualquer coisa capaz de atrair audiências-alvo através de estratégias de conversão bem-sucedidas, incluindo “cultura, valores, políticas [vistas como] legítimas, um modelo doméstico [visto como] positivo, uma economia bem sucedida e um exército competente” (NYE, 2011, p. 99)¹¹⁰. Com relação aos objetivos, é importante lembrar que “poder implica causação” (NYE, 2021, p. 197)¹¹¹, já que uma relação de poder implica necessariamente no poder de fazer algo. No caso do *soft power* aplicado a política internacional, idealmente esses objetivos devem ir além da simples meta de um Estado se tornar atrativo, pois, como notado por Lee (2009), ela não tem significado prático a não ser que um Estado ocupe uma posição hegemônica, tendo como objetivo último manter sua preponderância sem precisar empenhar um elevado volume de recursos de *hard power*.

¹⁰⁹ “But virtue or virtuosity to one may not be so to another. It is a truism that messages must find their audiences – audiences will find preferred messages”.

¹¹⁰ “Basic resources include culture, values, legitimate policies, a positive domestic model, a successful economy, and a competent military. Sometimes these resources are specially shaped for soft power purposes”.

¹¹¹ “power implies causation”.

Todavia, vale notar que mesmo esse objetivo, por definição, já vai além do simples emprego do *soft power* com vistas a se tornar atrativo, relação que beira a tautologia¹¹².

Depois de todas as peças estarem dispostas, a etapa final é indicar os mecanismos causais por trás da estratégia de *soft power* sendo estudada¹¹³. Isso deve ser feito em dois passos. Primeiro, é necessário apresentar como os recursos efetivamente produzem *soft power*, ou seja, como eles induzem respostas positivas por parte do público-alvo. Considerando como isso diretamente envolve percepções subjetivas, não se trata de uma tarefa fácil. Não obstante, conforme argumenta Ohnesorge (2020, p. 185), não basta concluir a análise neste ponto, sendo importante que os pesquisadores também tentem “dar o passo final do percurso”¹¹⁴, mostrando como este *soft power* ajuda a produzir os resultados desejados. Como sugerido por Chitty (2019), isso pode ser feito identificando os elos de uma cadeia de ação que levou a uma determinada decisão de política externa, além dos possíveis papéis desempenhados pelos multiplicadores de *soft power* em cada etapa.

Tendo esclarecido as dimensões teóricas por trás do modelo analítico que será empregado, o capítulo avança agora para a apresentação dos métodos de coleta adotados.

5.2 METODOLOGIA

Visando melhor entender como se dá a aplicação do conceito de *soft power*, o presente capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica de estudos que buscam operacionaliza-lo. A delimitação dos artigos que integram a base de dados foi fundamentada em um estudo bibliométrico prévio, conduzido na plataforma Web of Science¹¹⁵ no dia 09 de fevereiro de 2022. Especificamente, buscou-se na coleção principal da plataforma (*Web of Science Core Collection*) por textos que contivessem em seus títulos, resumos ou palavras-

¹¹² Nota-se que há uma discussão incipiente sobre o papel da intenção em dinâmicas de *soft power* – o “*soft power* não intencional”, que poderia se manifestar sem uma estratégia ou objetivos específicos. Chitty (2021) discute essa questão mais a fundo, argumentando que essa “influência não intencional baseada na atração”, embora tenha origens em fontes semelhantes, não deve ser considerada uma dinâmica de poder.

¹¹³ Diferente de Hayden (2017a), que emprega o termo “mecanismos” para se referir a como Estados-nações antecipam respostas para atos de diplomacia pública, o *framework* analítico aqui apresentado se aproxima mais de modelos de análise políticas públicas, procurando identificar os mecanismos causais – conforme entendidos em metodologias de *process-tracing* – que cada estudo alegou operar por trás da estratégia de *soft power* que estava analisando.

¹¹⁴ “*take the final step along the soft power road*”.

¹¹⁵ Como apontado em Novelli e Pereira (2020), a Web of Science possui em relação a seus competidores a vantagem de oferecer dados mais detalhados sobre os artigos, sobretudo no que toca a área do conhecimento aos quais se associam, razão pela qual foi escolhida para esse estudo.

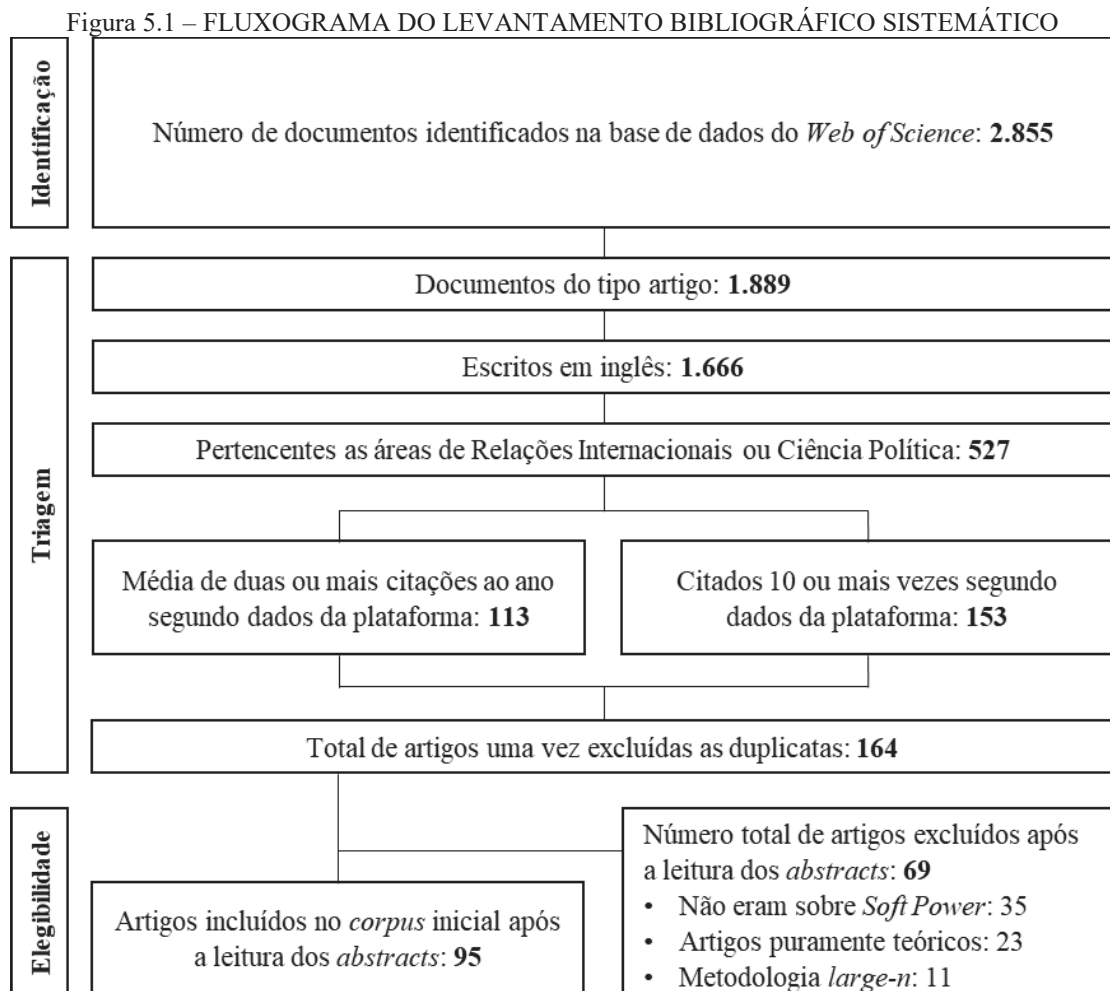
chave o termo “*soft power*”, obtendo, inicialmente, 2.855 resultados. Estes foram então refinados com base nos seguintes critérios: (1) serem documentos do tipo artigo; (2) escritos em inglês; e (3) pertencerem às áreas da Ciência Política ou Relações Internacionais – obtendo um *corpus* de 527 artigos.

Inicialmente, a amostra coletada foi submetida a duas técnicas de análise cientométricas – coocorrência de palavras-chave e cocitação –, visando melhor entender o campo de estudos a partir de seu mapeamento visual. Conforme apontado por Codato, Lorencetti e Prata (2020), uma das vantagens dessa abordagem é a possibilidade de utilizar os metadados dos artigos científicos para produzir mapas de uma grande parcela da literatura sobre determinado tópico de pesquisa, permitindo a visualização de suas estruturas e dinâmicas temáticas. Isto posto, essas técnicas não se prezam a aprofundar o teor de cada texto, sobretudo no que diz respeito aos seus aspectos subjetivos, de modo que se optou por também realizar uma revisão sistemática dessa literatura, a examinando através do método da análise de conteúdo.

Conforme exposto por Halperin e Heath (2020), o método em questão apresenta duas vertentes – uma quantitativa e outra qualitativa –, sendo nesse capítulo adotada a modalidade quantitativa, visando elucidar os padrões gerais da aplicação do conceito de *soft power* através da identificação da presença ou ausência dos seus elementos básicos nos artigos selecionados. Independente de qual vertente seja adotada, quatro etapas básicas são esperadas na aplicação do método, sendo elas: (1) definir os documentos que farão parte do corpus da pesquisa; (2) estabelecer as variáveis que serão analisadas e as possíveis categorias nelas existentes; (3) apontar quais parcelas do texto serão submetidas ao processo de categorização, isto é, quais são as unidades de registro; e (4) apresentar um sistema de marcação que identifique e sinalize no texto a presença das unidades de registro.

A primeira dessas etapas já foi parcialmente coberta, com o conjunto de 527 artigos, selecionados a partir de uma *string* de busca na plataforma Web of Science, servindo de *corpus* inicial. Contudo, tendo em vista o volume elevado de publicações, foi optado pela aplicação adicional de uma regra de recorte dupla, voltada para mensurar a relevância desses artigos dentro do campo de estudos, selecionando apenas os artigos que possuísem ao menos 10 citações registradas na própria plataforma; ou uma média de ao menos duas citações ao ano desde sua publicação. Foi assim estabelecido um subconjunto de 164 artigos, os quais foram então submetidos a uma leitura sistemática de seus resumos para determinar quais destes se enquadravam no critério básico de seleção para a aplicação do *framework* analítico

apresentado na seção teórica deste capítulo, isto é, serem estudos de caso ou comparativos que aplicavam o conceito de *soft power*. Ao final desse processo, foram selecionados 95 artigos que atendiam aos critérios descritos¹¹⁶. A Figura 5.1 detalha todo o procedimento de coleta.



Fontes: Dados da pesquisa.

Já no tocante aos processos de categorização e delimitação das unidades de registro, serão observadas as variáveis anteriormente apresentadas no Quadro 5.1, adotando um recorte da unidade de registro baseada na presença ou ausência desses elementos ao longo de cada caso observado¹¹⁷. Nota-se que, embora vários textos apresentem uma sobreposição entre as unidades de contexto – artigos – e as unidades de registro – casos estudados –, a inclusão de estudos comparativos implica que alguns artigos irão incluir mais de um caso. Para a parte

¹¹⁶ O Apêndice B apresenta a lista de referências dos artigos excluídos, organizada de acordo com a razão para a exclusão de cada texto da base de dados.

¹¹⁷ O livro de códigos completo utilizado na análise de conteúdo está disponível no Apêndice C.

operacional, foi utilizado como sistema de marcação o *software* ATLAS.ti, voltado para análise de dados qualitativos de natureza diversa.

Concluída a exposição dos principais aspectos metodológicos que guiaram a pesquisa apresentada nesse capítulo, avança-se agora para a exposição dos resultados, iniciando com a análise cientométrica da amostra coletada.

5.3 ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA AMOSTRA

Conforme mencionado anteriormente, a amostra inicial de 527 artigos foi submetida a duas técnicas de análise cientométricas, sendo elas a análise de coocorrência de palavras-chave e a análise de cocitação. De modo mais específico, a primeira técnica aplicada, a análise de coocorrência de palavras-chave, busca vislumbrar os principais grupos temáticos presentes nos artigos do *corpus*, com a rede cientométrica sendo construída a partir da frequência com que dois termos são listados juntos (CALLON et al., 1983), permitindo assim “estimar a força de associação entre temas, problemas, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa em comum em um dado campo científico” (CODATO; LORENCETTI; PRATA, 2020, p. 279).

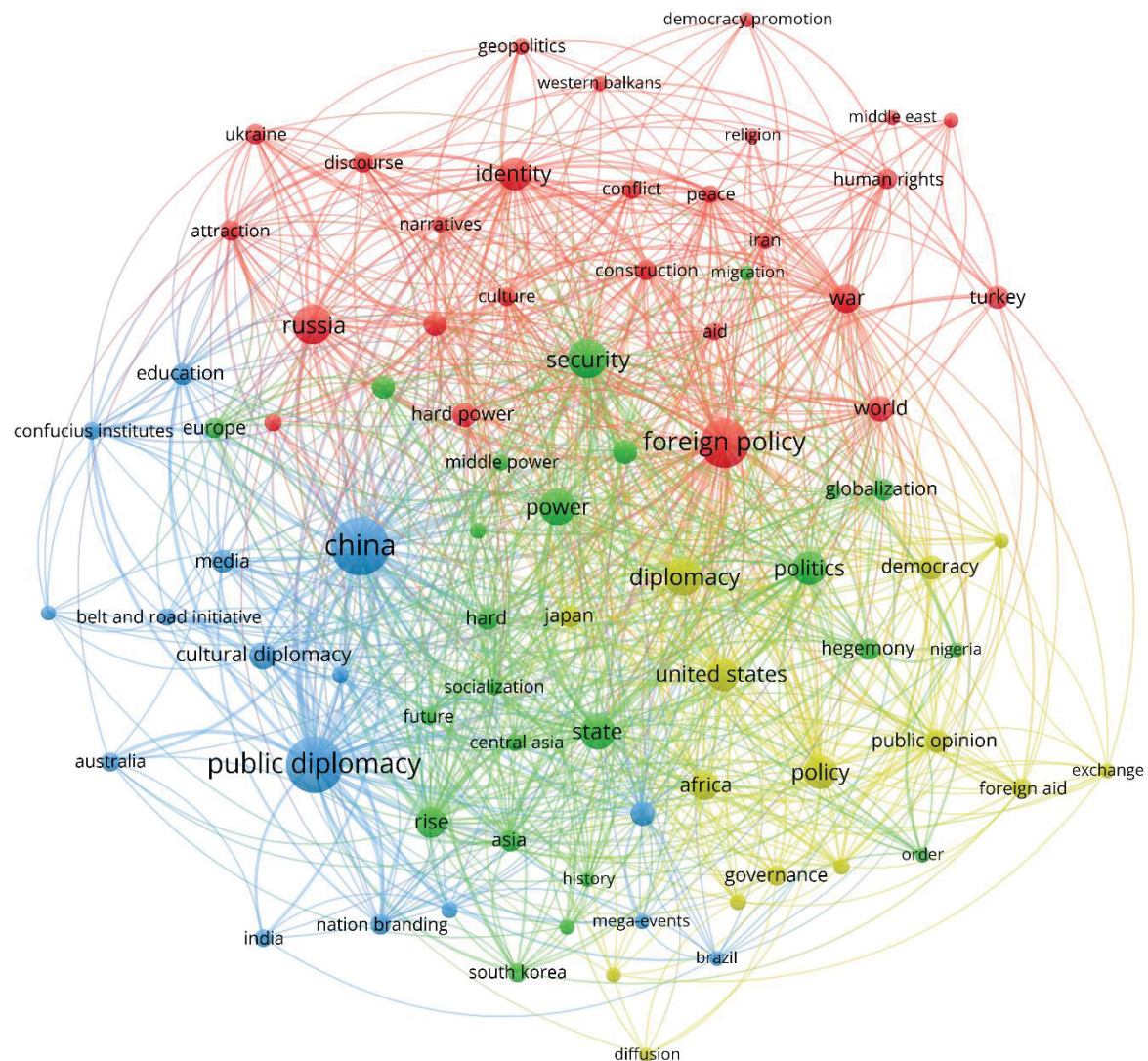
Ao todo, foram localizadas 1.538 palavras-chave, divididas em 4 clusters. Uma vez excluído o termo “*soft power*” da amostra, os termos mais mencionados foram “China”, com 75 menções; “*public diplomacy*”, com 72; “*foreign policy*”, com 54; “*security*”, com 35; e “Russia”, com 35. A Tabela 5.1 destaca os principais termos de cada cluster, enquanto a Figura 5.2, elaborada através do software VosViwer, ilustra as redes de coocorrência localizadas na análise.

Tabela 5.1 – FREQUÊNCIA DOS 5 TERMOS DE MAIOR OCORRÊNCIA EM CADA CLUSTER

	Cluster 1 (vermelho)		Cluster 2 (verde)		Cluster 3 (azul)		Cluster 4 (amarelo)	
Posição	Termo	#	Termo	#	Termo	#	Termo	#
1	Foreign policy	54	Security	35	China	75	Diplomacy	33
2	Russia	35	Power	29	Public Diplomacy	72	Policy	26
3	Identity	24	State	28	Cultural Diplomacy	17	United States	24
4	War	19	Politics	25	Strategy	14	Africa	18
5	World	15	Rise	21	Media	12	Democracy	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5.2 – REDE DE COOCORRÊNCIA DAS PALAVRAS-CHAVE DOS 527 ARTIGOS DA AMOSTRA



*Método de contagem: *full counting*. Número mínimo de ocorrências: 5. Termos encontrados: 82, com o termo “*soft power*” omitido para melhor visualização. Método de normalização: *LinLog Modularity*. Layout da rede: atração 3 / repulsão 0. Número mínimo de 5 itens por cluster.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas três Estados – China, Rússia e EUA – são mencionados entre os termos mais citados nas palavras-chave dos artigos da amostra, o que antecipa um dos resultados da análise de conteúdo que será executada a seguir: os estudos de caso sobre *soft power* focam-se primordialmente em analisar as estratégias desses três Estados, havendo ampla bibliografia voltada a documentar suas fontes e resultados.

No primeiro caso, a China aparece juntamente com termos associados à diplomacia pública e cultural, listando também termos como mídia, educação e os institutos confucionistas – organizações educacionais vinculadas ao Ministério da Educação Chinês, cujo objetivo oficial é promover a língua e cultura chinesa e facilitar o intercâmbio cultural

com a China. No caso russo, o país se relaciona a termos como política externa, identidade, narrativas e discurso, com os termos guerra e Ucrânia também sendo mencionados, indicando sua preponderância. Já no caso norte-americano, os termos que mais chamam a atenção são opinião pública, ajuda externa e democracia, fornecendo os primeiros indícios das estruturas ideacionais por trás das estratégias de *soft power* estadunidenses. O quarto cluster, apresentado em verde, é o mais difuso. Embora liste termos como Europa, União Europeia e Coréia do Sul, parece ser mais focado em aspectos teóricos associados ao conceito de *soft power*, apresentando termos como poder, segurança, globalização, hegemonia e ordem.

Por sua vez, a segunda técnica empregada, a análise de cocitação, utiliza como base a frequência com que certas referências foram citadas pelos diferentes artigos que integram o *corpus* da pesquisa (SMALL, 1973). São essas referências que são retratadas no mapa resultante dessa análise, sendo sua posição na rede baseada na quantidade de vezes que foram citadas juntas, enquanto a área de seu nó é determinada pela quantidade de citações nos artigos do *corpus* (TELECHI; NOVELLI, 2021).

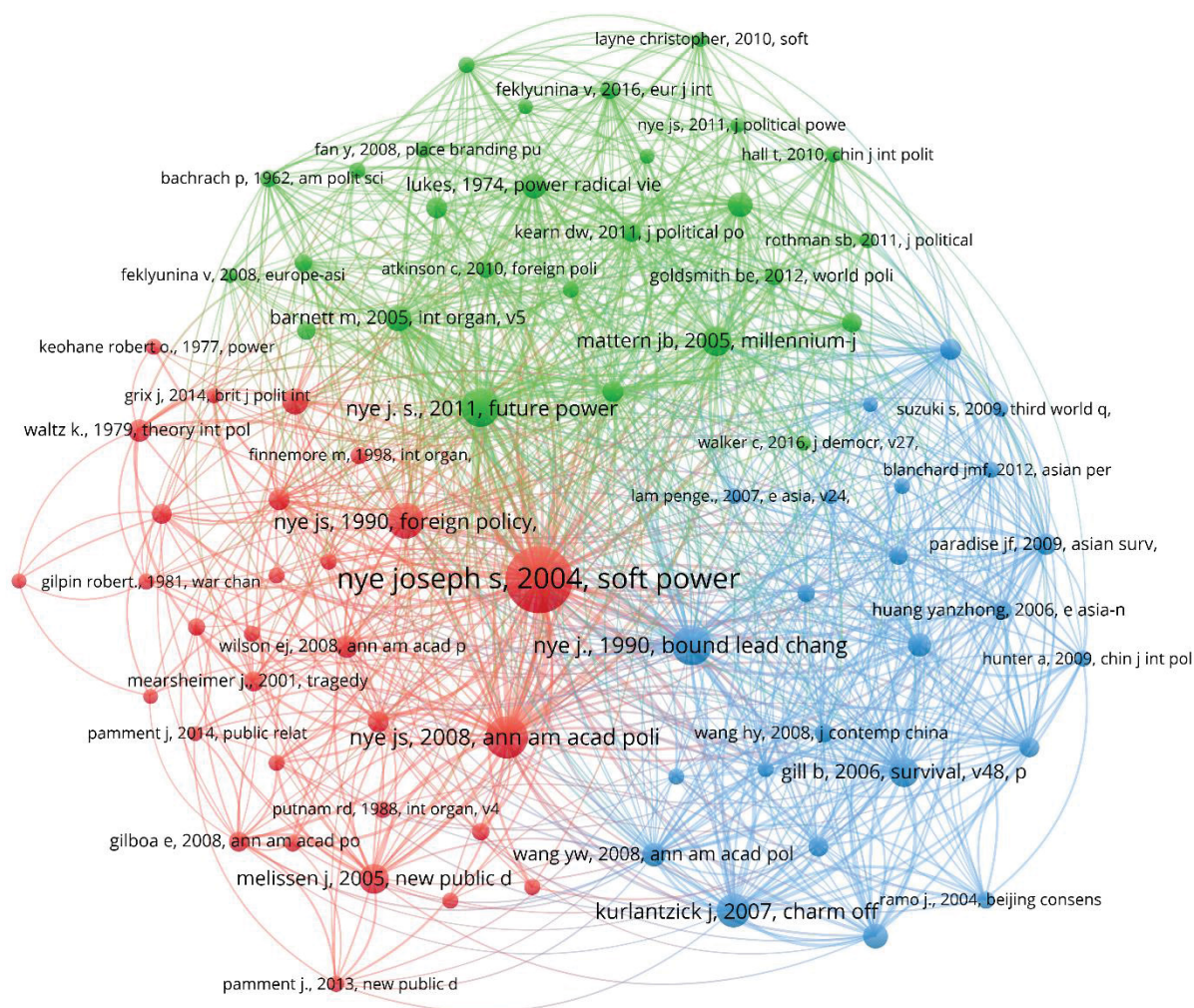
Foram localizadas 26.587 referências citadas ao longo dos artigos que compõem a amostra, incluindo artigos científicos, livros, capítulos de livros e demais documentos de natureza diversa. Desses, os 5 textos mais citados são todos de autoria de Joseph Nye, criador do conceito em sua forma atual. A Tabela 5.2 lista as referências mais citadas em cada um dos três grandes clusters localizados pela análise, enquanto a Figura 5.3 traz as redes de coocorrência existentes entre esses textos.

Tabela 5.2 – FREQUÊNCIA DAS 5 REFERÊNCIAS MAIS CITADAS EM CADA CLUSTER

	Cluster 1 (vermelho)		Cluster 2 (verde)		Cluster 3 (azul)	
Posição	Termo	#	Termo	#	Termo	#
1	Nye (2004a)	184	Nye (2011)	61	Nye (1990a)	68
2	Nye (2008a)	77	Mattern (2005)	39	Kurlantzick (2007)	48
3	Nye (1990b)	53	Barnett e Duval (2005)	30	Gill e Huang (2006)	39
4	Melissen (2005)	38	Lukes (2005 [1974])	27	Cho e Jeong (2008)	26
5	Manners (2002)	28	Roselle <i>et al.</i> (2014)	27	Mingjiang (2008)	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5.3 – REDE DE COCITAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CITADAS PELOS 527 ARTIGOS DA AMOSTRA



*Método de contagem: *full counting*. Número mínimo de ocorrências: 10. Referências encontradas: 81. Método de normalização: *LinLog Modularity*. Layout da rede: atração 3 / repulsão 0. Número mínimo de 5 itens por cluster. Fonte: Dados da pesquisa.

A análise clusterizada reforça a predominância de Joseph Nye sobre o campo de estudos voltado ao conceito de *soft power* cunhado por ele, tendo em vista que os três clusters localizados listaram algum de seus trabalhos como o mais citado dentro daquele grupo da literatura. No primeiro cluster, destacado em vermelho, estão citados três de seus mais importantes trabalhos sobre o tema: o livro *Soft Power: The Means To Success In World Politics* (2004a), inteiramente dedicado ao conceito e principal texto responsável por sua popularização nos meios acadêmicos; o artigo *Public Diplomacy and Soft Power* (2008a), no qual responde algumas críticas endereçadas ao livro previamente citado e apresenta o conceito acessório de *smart power*; e o artigo *Soft Power* (1990b), primeiro texto voltado

especificamente a tratar do conceito que havia cunhado no livro publicado naquele mesmo ano (NYE, 1990a, presente no terceiro cluster).

O segundo cluster, identificado em verde, parece ser mais voltado para a discussão sobre *soft power* dentro do debate sobre o conceito de poder como um todo. Sua obra mais citada é o livro *The Future of Power*, publicado por Nye em 2011, no qual o autor desenvolve e aprofunda a ideia de *soft power*, o apresentando dentro de uma teoria mais elaborada sobre poder e relações internacionais, a qual também inclui os conceitos de *cyberpower* e *smart power*. Nesse cluster também estão presentes o artigo de Janice Mattern (2005), texto crítico ao conceito de *soft power* de maior influência; o artigo de Michael Barnett e Raymond Duvall (2005) e o livro de Steven Lukes (2005 [1974]), trabalhados em profundidade no primeiro capítulo desta tese; e o artigo de Roselle *et al.* (2014), no qual é apresentado o conceito de narrativas estratégicas, que vem sendo usado por estudos da área de modo tanto alternativo quanto complementar ao conceito de *soft power*.

O terceiro cluster, em azul, se difere dos demais por seus resultados serem, em geral, focados na experiência chinesa. Embora seu texto mais citado seja o livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* – no qual Nye (1990a) apresenta pela primeira vez o conceito de *soft power*, o atrelando diretamente a política externa estadunidense –, os demais textos entre os mais citados se referem à China. Destes, o artigo de Mingjiang (2008) é particularmente interessante, uma vez que se trata de uma tentativa primeva de mapear os entendimentos que políticos e teóricos chineses fazem do conceito proposto por Nye – entendimentos esses que, como o próprio veio posteriormente a indicar (NYE, 2017), se diferem de modo sensível ao do autor em tópicos como o papel da propaganda estatal e da sociedade civil na geração de *soft power*.

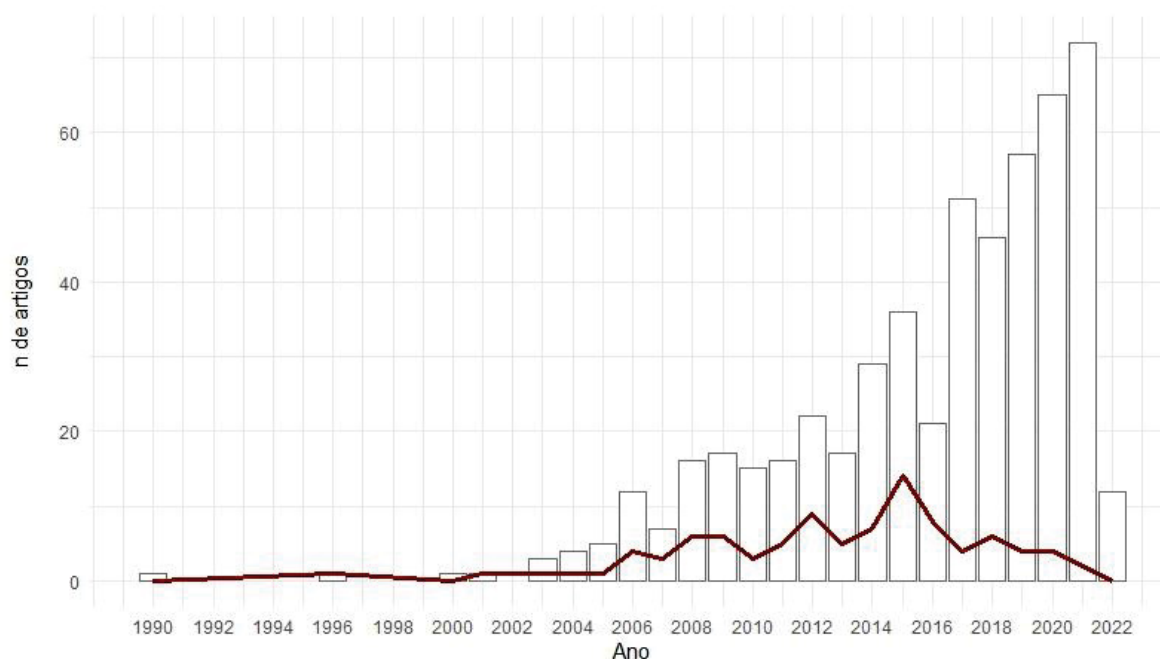
Concluída a análise cientométrica dos artigos incluídos na base de dados, avança-se agora para os resultados da análise de conteúdo quantitativa, foco principal do presente capítulo.

5.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO: OS PADRÕES GERAIS DE APLICAÇÃO DO CONCEITO DE *SOFT POWER* EM ESTUDOS EMPÍRICOS

Embora o conceito de *soft power* tenha sido apresentado ainda no início da década de 1990, ele parece ter se popularizado no meio acadêmico apenas a partir da década de 2000, após a publicação do principal livro de Joseph Nye (2004a) sobre o assunto e sua simultânea popularização em discursos de políticos profissionais. O Gráfico 5.1 ilustra esse crescente

interesse sobre o tema, apresentando em suas colunas os 527 artigos coletados na plataforma da Web of Science, divididos de acordo com seu ano de publicação. Por sua vez, a linha indica os artigos incluídos na análise de conteúdo, selecionados seguindo os critérios listados na Figura 5.1. Nota-se que os dados brutos extraídos da Web of Science apresentam um padrão assimétrico, com o volume de produções aumentando de forma progressiva a partir de 2004, enquanto os artigos incluídos nessa etapa da análise mostram um padrão de distribuição mais próximo do normalizado. Assim, se justifica a opção por adotar uma regra de triagem dupla para a análise de conteúdo, tendo em vista que a inclusão de artigos com 10 ou mais citações favorece textos mais antigos, enquanto artigos mais recentes são favorecidos pela regra da média anual duas ou mais citações, minimizando eventuais tendências associadas à temporalidade da publicação de cada texto e permitindo efetivamente analisar como a aplicação do conceito evoluiu ao longo dos anos a partir do escrutínio dos artigos mais relevantes que o empregaram.

Gráfico 5.1 – VOLUME ANUAL DE ARTIGOS SOBRE *SOFT POWER* NA WEB OF SCIENCE



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Web of Science.

Conforme exposto anteriormente na seção metodológica do presente capítulo, a análise de conteúdo dos artigos que compõe a base de dados foi guiada pelo *framework* analítico apresentado no Quadro 5.1. Além da presença ou ausência dos elementos aos quais cada variável se refere, também foram consideradas categorias intermediárias para as variáveis IV e V, que observam, respectivamente, os objetivos do emprego do *soft power* e a

identificação dos mecanismos de conversão, sendo: “*presente de modo genérico*”, aplicada quando os objetivos elencados se limitam a frases vagas, como “*preserve existing influence in the region*” (TSYGANKOV, 2006, p. 1080) ou “*shaping its external milieu*” (HYDE-PRICE, 2006, p. 217); e “*parcialmente presente*”, quando o artigo informa o mecanismo de conversão dos recursos em *soft power*, mas não aponta os mecanismos pelos quais o *soft power* produziria resultados políticos. Ainda com relação aos mecanismos de conversão, foram localizados artigos nos quais os autores expressamente indicavam que estes não pareciam existir ou eram falhos, de forma que, nessa variável, foi necessário criar uma categoria adicional para englobar esses textos.

O Quadro 5.2 exibe os resultados da análise. Ao todo, foram analisados 110 casos, espalhados pelos 95 artigos que compõem a amostra submetida a análise.

Quadro 5.2 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO QUANTITATIVA¹¹⁸

<i>Artigo</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>
Agadjanian e Horiuchi (2018)	EUA	●	●	-	-
Bailard (2016)	China	●	●	○	○
Bayer e Keyman (2012)	Turquia	●	●	-	-
Benabdallah (2017)	China	●	●	○	○
Bertelsen (2012)	EUA	●	●	-	○
Brannagan e Giulianotti (2018)	Qatar	-	●	○	×
Bräutigam e Xiaoyang (2012)	China	●	●	●	×
Breslin (2009)	China	●	●	-	○
Bukh (2014)	Japão	●	●	●	×
Byrne (2016)	Austrália	●	●	○	●
Byrne e Hall (2013)	Austrália	●	●	○	×
Callahan (2015)	China	●	●	●	●
Capie (2015)	EUA	●	●	●	●
Chang (2020)	China	-	●	-	○
Chen (2021)	China	●	●	-	○
Chong (2010)	Singapura	-	●	-	-
	Vaticano	●	●	○	-
Cochrane (2007)	EUA	●	●	●	-
Cross (2011)	União Europeia	-	●	-	-
Daßler, Kruck e Zangl (2018)	Brasil, Índia e África do Sul	●	●	●	●
	Brasil e Índia	●	●	●	●
Ding e Koslowski (2016)	China	-	●	○	×
Donglin, Dingding e Changping (2013)	EUA	●	●	●	●
Edney (2015)	China	●	●	●	●

¹¹⁸ Para garantir a confiabilidade da pesquisa, todos os artigos foram codificados duas vezes, sendo então calculado o alpha de Krippendorff (2004) para cada variável, com o cálculo sendo realizado através da ferramenta *RelCal* (FREELON, 2010). A variável III foi a única a apresentar um índice inferior a 0.9 (0.796). Optou-se por sua manutenção tendo em vista que se trata de uma variável dicotômica excepcionalmente estável ao longo do corpus, o que justifica o baixo valor apesar de só ter ocorrido um único desacordo entre as duas codificações. O relatório dos testes de confiabilidade se encontra no Apêndice D.

Quadro 5.2 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO QUANTITATIVA (continua)

Feklyunina (2016)	Rússia	●	●	●	×
Ferguson (2012)	Rússia	●	●	●	●
	China	●	●	●	●
Gill (2020)	China	-	●	●	×
Gill e Huang (2006)	China	●	●	●	×
Goldthau e Sitter (2015)	União Europeia	●	●	●	●
Grant (2020)	China	●	●	○	×
Grix e Houlihan (2014)	Alemanha	-	●	○	○
	Reino Unido	-	●	○	○
Hagström e Nordin (2019)	China	-	●	-	×
Hartig (2015)	China	-	●	-	×
Hartig (2016)	China	-	●	○	×
Hayden (2017a)	China	-	●	○	-
	EUA	-	●	○	×
Heng (2010)	China	-	●	○	-
	Japão	-	●	○	-
Heng (2014)	Japão	-	●	-	×
Hill (2006)	Rússia	●	●	-	-
Holmes e Yoshihara (2008)	China	●	-	○	-
Holyk (2011)	China	●	●	-	×
Horvath (2016)	Rússia	-	●	-	○
Hudson (2015)	Rússia	●	●	●	×
Hunter (2009)	China	-	●	○	-
Hyde-Price (2006)	(Estados membros da) União Europeia	●	●	○	×
Ipek (2013)	Turquia	●	●	○	-
Jackson (2010)	Rússia	●	●	●	●
Jakimów (2019)	China	●	●	●	●
Jakobsen, Ringstone e Saxi (2018)	Dinamarca	●	●	○	●
	Noruega	●	●	○	●
Katsumata (2012)	Japão	●	●	-	-
Keating e Kaczmarek (2017)	Rússia	●	●	○	●
Kiseleva (2015)	Rússia	●	●	○	●
Kurlantzick (2005)	EUA	-	●	-	×
Lams (2018)	China	-	●	○	-
Lee (2009)	Coreia do Sul	●	●	-	×
Li (2015)	China	●	●	●	×
Liang (2012)	China	●	●	●	×
Mäkinen (2016)	Rússia	●	●	●	●
Maley (2003)	Austrália	-	●	-	×
Marsden (2011)	EUA	●	●	●	●
Morgan (2019)	China	●	●	-	○
Nordin (2012)	China	-	●	○	-
Nye (2004b)	EUA	●	●	○	×
Nye (2008c)	EUA	-	●	-	-
Nye e Owens (1996)	EUA	●	●	●	-
Oğuzlu (2007)	Turquia	●	●	-	-
Otmazgin (2008)	Japão	●	●	-	×
Rockower (2011)	Taiwan	-	●	○	-
Saari (2014)	Rússia	●	●	○	×
Sergunin e Karabeshkin (2015)	Rússia	●	●	○	×
Shambaugh (2015)	China	●	●	○	×
Shaw, Cooper e Chin (2009)	Membros do BRIC	●	●	○	-
Shepherd (2009)	União Europeia	●	●	●	○
Shih (2012)	China	●	●	○	●

Quadro 5.2 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO QUANTITATIVA (conclusão)

Sidiropoulos (2014)	África do Sul	-	●	-	×
Smith (2011)	União Europeia	●	-	○	-
Smyth (2001)	EUA	-	●	○	-
Suzuki (2013)	Japão	-	●	○	-
	China	-	●	-	-
Szostek (2014)	Rússia	●	●	-	-
Szostek (2015)	Rússia	●	●	-	×
Szostek (2016)	Rússia	-	●	○	×
Szostek (2017)	Rússia	●	●	●	×
Tsourapas (2018)	Egito	●	●	●	●
Tsygankov (2006)	Rússia	●	●	○	-
Tsygankov (2013)	Rússia	●	●	●	×
Van Ham (2008)	União Europeia	●	●	○	-
	EUA	-	●	-	×
Wang (2008)	China	-	●	○	-
Wastnidge (2014)	Irã	●	●	○	-
Wilson (2015a)	Rússia	●	●	●	●
	China	●	●	●	●
Wilson (2015b)	Rússia	-	●	-	-
	China	-	●	-	-
Winkler (2019)	Japão	-	●	-	-
Wojciuk, Michałek e Stormowska (2015)	China	-	●	-	○
	Finlândia	-	●	-	○
Wuthnow (2008)	China	●	●	○	×
Yang (2009)	China	●	●	○	×
Yang (2020)	China	●	●	●	●
Zhang (2007)	China	●	●	○	-
Zhang (2012)	China	●	●	●	○
Zhukova, Sundström e Elgström (2021)	Canadá	-	●	-	-
	França	-	●	-	-
	México	-	●	-	-
	Suécia	-	●	-	-

Ausente: -

Parcialmente presente / Presente de modo genérico: ○

Presente: ●

Inexistente ou falho: ×

Fonte: Dados da pesquisa.

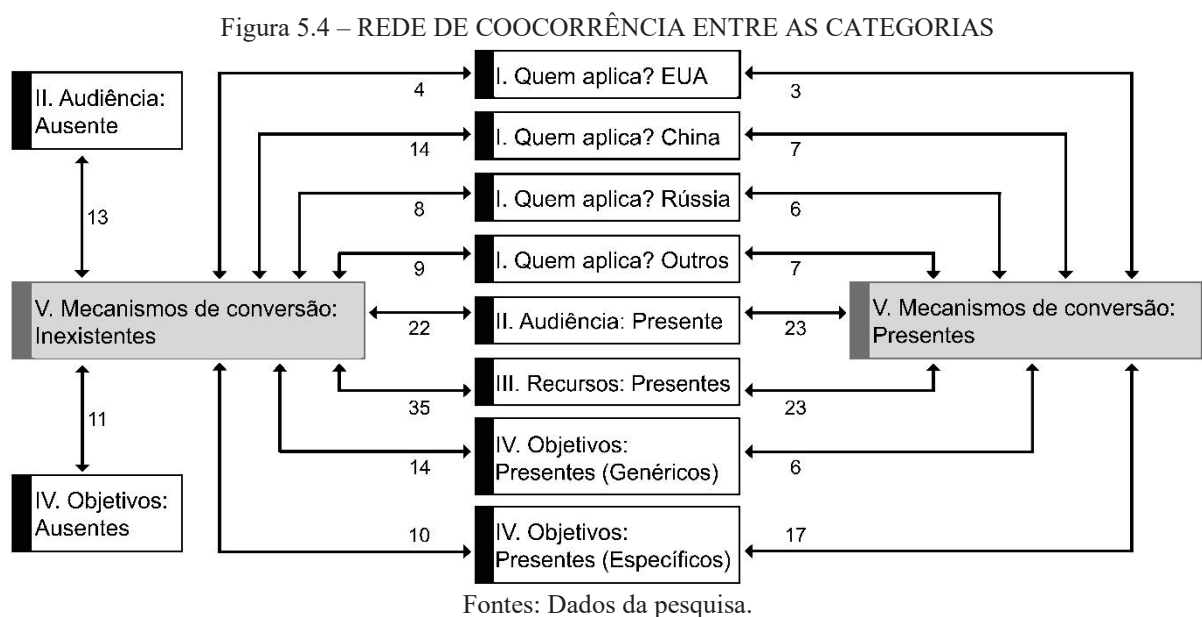
No tocante à primeira categoria, quem exerce o *soft power*, todos os artigos indicaram a presença do Estado cujo *soft power* era objeto de estudo. Isso já era previsto, tendo em mente que o mínimo que se espera de estudos de caso e comparativos é que estes indiquem quais são os casos sendo analisados. Os resultados confirmaram o que já havia sido observado por autores como Bakalov (2019), com a pesquisa empírica sobre *soft power* em estudos de caso se movendo de atores tradicionais para potências emergentes, com a China e a Rússia atraindo mais atenção, com, respectivamente, 39 e 19 trabalhos que analisam seus casos, enquanto os EUA aparecem em terceiro lugar, com 13 artigos na amostra.

As categorias II e III apresentaram resultados satisfatórios do ponto de vista da aplicação do conceito, com 70 dos 110 casos apresentando as audiências alvo; e 108 – quase a

totalidade da amostra – apontando as supostas fontes do *soft power* sendo analisado. Enquanto isso, em apenas 31 casos foram mencionados de modo específico os objetivos do emprego desse *soft power*, sendo estes apontados de modo genérico por outros 43 casos. Esses resultados parecem reforçar a percepção de que pesquisas empíricas sobre *soft power* tendem a adotar um caráter predominantemente descritivo dos recursos envolvidos nas estratégias sendo estudadas, meramente se limitando a listar o conjunto de recursos que supostamente geraria esse *soft power* e se omitindo com relação a aspectos fundamentais sobre as outras dimensões envolvidas em uma estratégia de *soft power*.

Isto posto, a falta de rigor metodológico na aplicação do conceito é verdadeiramente demonstrada pelos resultados da quinta variável, isto é, se os artigos identificam ou não os mecanismos causais pelos quais os recursos se transformam em *soft power* e o *soft power* produz resultados políticos. Dos 110 casos analisados, em 38 não houve menções aos mecanismos causais, enquanto 14 apenas os apontaram parcialmente. Apenas 23 casos apontaram os mecanismos causais em atividade e buscaram fornecer evidências sobre sua efetividade, contra 35 casos nos quais os autores concluíram que não havia um mecanismo de conversão funcional.

Visando entender melhor esses casos de aparente sucesso e fracasso na aplicação do conceito, a Figura 5.4 apresenta as redes de coocorrência dessas categorias com aquelas listadas nas demais variáveis.



Com relação aos 23 casos que especificaram o mecanismo de conversão, a rede de coocorrência revela um certo nível de precisão na aplicação do conceito, uma vez que todos os artigos indicavam a audiência-alvo e os recursos responsáveis pela produção do *soft power* na estratégia sendo estudada, além de indicar os objetivos por trás de seu uso, seja de modo genérico (seis casos) ou específico (17 casos). Por outro lado, entre os 35 artigos que identificaram o mecanismo causal como inexistente ou falho, uma parte significativa não indicou seu público-alvo ou objetivos, levantando a possibilidade de que seus resultados derivem de um uso superficial, ou até mesmo inadequado, do conceito. Embora esperada, essa constatação reforça a ideia de que a identificação do mecanismo causal decorre de uma cuidadosa descrição inicial dos elementos envolvidos, facilitada pela aplicação de uma estrutura analítica específica.

5.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O presente capítulo teve como objetivo central entender as estruturas do campo de estudos que aplica o conceito de *soft power* e os padrões gerais que podem ser identificados nessa aplicação. A primeira parte do estudo consistiu na condução de duas análises cientométricas, aplicadas a um conjunto de 527 artigos selecionados a partir de uma *string* de busca na plataforma Web of Science. Embora esse não seja um recorte exaustivo dos trabalhos que aplicam o conceito, argumenta-se que a natureza da plataforma, primordialmente focada em periódicos de alto fator de impacto, contribui para a seleção de uma amostra representativa do campo de estudos que trabalha com o conceito. Na análise de coocorrência de palavras-chave, emergiram quatro *clusters*, com três deles estruturados em torno de um Estado específico – EUA, China e Rússia –, enquanto o último *cluster* parece mais voltado para questões teóricas. Já na análise de cocitação, o que se observou foi a confirmação da enorme centralidade que os trabalhos de Joseph Nye têm para a literatura, sendo ele não apenas o autor dos cinco textos mais citados no geral, mas também dos trabalhos mais citados em cada um dos três *clusters* localizados na análise.

Por sua vez, a revisão sistemática da literatura de estudos empíricos centrados no conceito de *soft power*, feita através da análise de conteúdo quantitativa destes textos, confirmou as deficiências esperadas na aplicação do conceito. O problema mais comum observado é a indeterminação sobre os mecanismos causais em atuação, isto é, como os recursos estudados se converteriam em *soft power* e como este *soft power* pode ser usado para

atingir os objetivos propostos. Mesmo entre os estudos que abordaram os mecanismos de conversão, o mais costumeiro é que só sejam apontadas as formas pelas quais os recursos se convertem em *soft power*, deixando em aberto como este *soft power* poderia contribuir para que seu Estado alcance determinado objetivo – isto quando os objetivos são sequer apontados. Nesse sentido, a adoção de um *framework* analítico específico, tal qual aquele apresentado pelo Quadro 5.1, poderia contribuir para um maior refinamento metodológico na aplicação do conceito.

Isto posto, embora a análise quantitativa exposta nesse capítulo apresente os méritos de permitir a instrumentalização de um amplo conjunto de literatura, confirmando as deficiências comuns no campo de estudos que aplica o conceito e revelando padrões gerais de estratégias de política externa baseadas em sua aplicação, ainda se trata, admitidamente, de uma estratégia metodológica que, por si só, carece do aprofundamento necessário para entender os pormenores dessas políticas. Destarte, o próximo capítulo busca se aprofundar ainda mais nesse aspecto, descrevendo em detalhes as facetas de sucesso e fracasso das estratégias de *soft power* de três Estados – EUA, China e Rússia, os mais citados pela literatura –, buscando elementos que ajudem a elucidar o seu funcionamento.

6 APROFUNDANDO OS USOS DO CONCEITO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE *SOFT POWER* DE EUA, CHINA E RÚSSIA

Conforme apontado anteriormente, embora o conceito de *soft power* tenha sido cunhado por Joseph Nye no início da década de 1990, sendo derivado de uma tradição intelectual ainda mais antiga e tendo adquirido crescente destaque tanto dentro quanto fora da academia nas décadas que se seguiram, ele ainda hoje é alvo de debates sobre sua validade empírica, mecanismos funcionais e limitações teóricas, os quais se replicam em estudos empíricos que buscam operacionalizá-lo. Conforme recentemente exposto por Ivan Bakalov (2019), parece haver consenso entre os pesquisadores que trabalham com *soft power* de que há algo errado com o conceito, embora sejam diversas as opiniões sobre quais são os problemas e suas possíveis soluções.

O presente capítulo busca ir além de simples conjecturas ao analisar como o conceito tem sido aplicado na prática. Para tanto, parte da revisão bibliográfica sistemática previamente apresentada no capítulo anterior, selecionando a partir dela 40 artigos, contendo 42 casos, que analisam as estratégias de *soft power* dos EUA, da China e da Rússia, com a subsequente apresentação de grafos causais que explicam os casos de sucesso e fracasso das estratégias de *soft power* desses Estados. Destarte, a próxima seção apresenta o modelo teórico que amparou essa parcela da pesquisa, com a seção seguinte expondo suas estratégias metodológicas, sendo os resultados apresentados na última seção.

6.1 UM MODELO ANALÍTICO PARA ENTENDER ESTRATÉGIAS DE *SOFT POWER*

Conforme já mencionado, Joseph Nye, criador do conceito de *soft power* em sua forma atual e principal autor citado pela literatura que o aplica¹¹⁹, inicialmente o definiu meramente como “a habilidade de um país para estruturar uma situação de modo que outros países desenvolvam preferências ou definam seus interesses de formas consistentes com a do primeiro país” (NYE, 1990b, p. 168). Nos anos que se seguiram, Nye aprofundou suas considerações sobre o conceito, publicando dois livros (NYE, 2004a, 2011) que ajudariam a

¹¹⁹ A centralidade de Nye nas pesquisas sobre *soft power* pode ser constatada através de análises cientométricas, tal qual a apresentada no capítulo anterior.

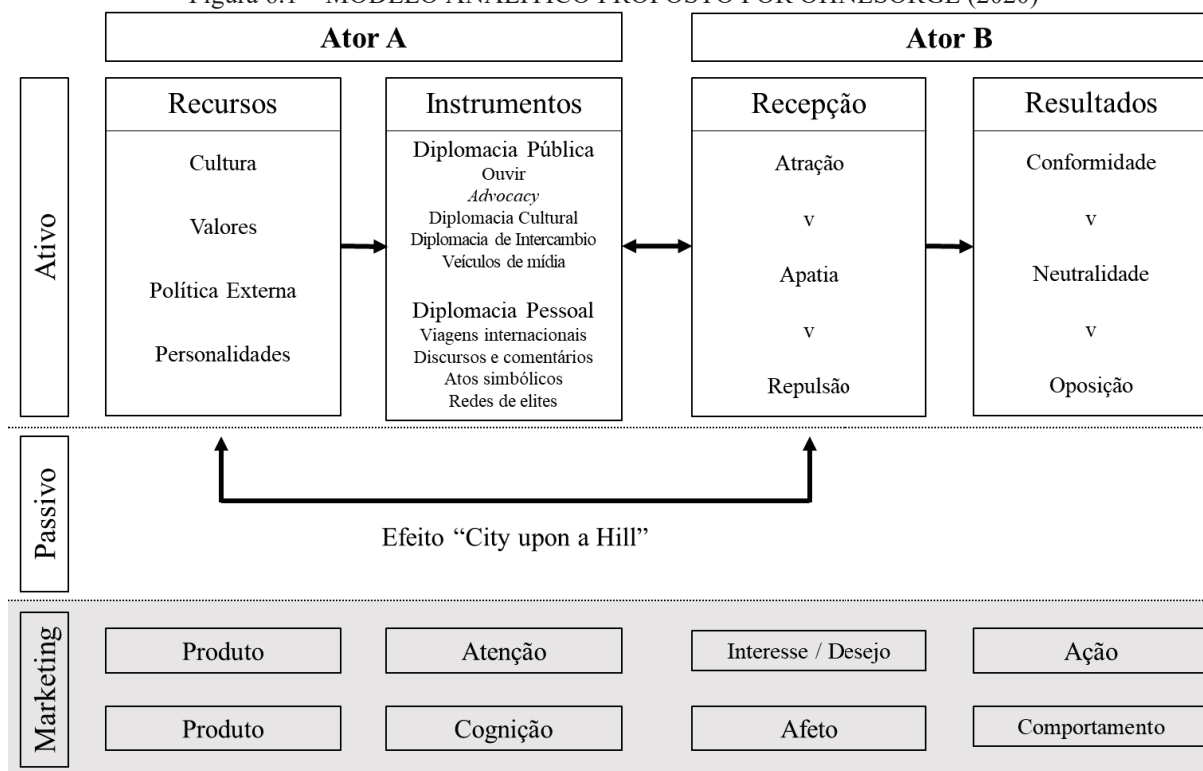
nortear pesquisas posteriores sobre o tema. O termo passou, então, a ser entendido como “a habilidade de afetar outros através de meios cooptativos de formular agendas, persuadir e estimular atrações positivas a fim de obter os resultados preferidos” (NYE, 2011, p. 20–21). Conforme defendido pelo próprio autor (NYE, 2017), os aspectos centrais do conceito de *soft power* permaneceram constantes ao longo do tempo, com obras posteriores servindo para clarificar e aprofundar certos elementos conceituais. Nelas, contudo, não é apresentado um *framework* coeso para a aplicação do conceito, com Nye preferindo endereçar seus aspectos de forma pontual e menos holística¹²⁰.

Essa ausência de um *framework* analítico claro e amplamente aceito parece ser um dos fatores responsáveis pela imprecisão na aplicação do conceito em pesquisas empíricas, fenômeno consistentemente observado ao longo dos anos (ICHIHARA, 2006; VUVING, 2009; WOMACK, 2010). Nesse sentido, conforme mencionado anteriormente, vários autores buscaram contribuir para o debate corrente ao propor modelos analíticos para a aplicação do conceito de *soft power*. Para citar alguns exemplos, Roselle *et al.* (2014) apresentam um modelo que entende estratégias de *soft power* baseadas nas dinâmicas entre atores, ambientes, conflitos e resoluções envolvidas; Hayden (2017a) procura entender essas dinâmicas baseado em seus escopos, mecanismos e resultados; Ji (2017) lista elementos comuns em estudos sobre *soft power*, incluindo recursos, competências, estratégias, contextos e resultados, com esses dois últimos representando as duas pontas de qualquer relação baseada em *soft power*; e Chitty (2017, 2019) procura entender fenômenos dessa natureza através dos conceitos acessórios de virtude e virtuosidade, veiculados por meio da mobilidade de pessoas, da mídia e das indústrias culturais.

Destes, Ohnesorge (2020) é o autor cujo modelo proposto parece ser o mais abrangente, apresentando uma taxonomia que divide estratégias de *soft power* em quatro subunidades, sendo: (1) os recursos envolvidos; (2) os instrumentos usados em sua comunicação; (3) a recepção por parte das audiências; e (4) os resultados produzidos por essa estratégia. A Figura 6.1 apresenta seu modelo traduzido.

¹²⁰ Para exemplos nesse sentido, ver Nye (2011, p. 21, 42, 95, 100).

Figura 6.1 – MODELO ANALÍTICO PROPOSTO POR OHNESORGE (2020)



Fonte: Ohnesorge (2020, p. 89, tradução nossa).

Em seu eixo horizontal, o modelo proposto pelo autor se divide naquilo que Nye (2011) identifica como as formas ativa e passiva de *soft power*. No primeiro caso, por um lado, um ator irá conscientemente se esforçar para gerar atração e *soft power*, para tanto se engajando em atos de diplomacia pública e de diplomacia pessoal. Por outro, o *soft power* em sua forma passiva depende exclusivamente da suposta atração gerada pelos recursos de *soft power* de determinado ator, não dependendo que esse apresente esforços ativos para comunicar tais recursos. Nesses casos, a segunda subunidade pode ser ignorada, com os recursos, ao menos em tese, estando ligados diretamente à recepção das audiências-alvo. Em sua crítica ao conceito na forma como apresentado por Nye, Janice Mattern (2007) se refere a esse fenômeno como uma “‘osmose’ cultural passiva”, enquanto o próprio autor utiliza a expressão “*the passive city on the hill effect*”, entendendo o fenômeno como quando “os valores de um ator são como uma luz brilhando ‘de uma cidade na colina’” (NYE, 2011, p. 94)¹²¹.

¹²¹ “*City on the Hill*” ou “*City upon a Hill*” é uma expressão derivada do Evangelho de Mateus (caps. 5-7), comumente utilizada na política estadunidense para se referir aos ideais de excepcionalismo e destino manifesto, apresentando os EUA como um farol para o mundo. Embora seja fundamentalmente americanista em sua gênese,

Adicionalmente, Ohnesorge (2020) ainda apresenta dois modelos derivados das áreas de publicidade e marketing, os quais argumenta que apresentam semelhanças importantes com os mecanismos de *soft power* discutidos. Em suas palavras, ao traduzir esses elementos para um mecanismo funcional de *soft power* e de suas subunidades, “instrumentos de *soft power* como a diplomacia pública podem ser considerados medidas para chamar a atenção das audiências para determinado recurso (ou, em termos de marketing, um produto), criando interesse e desejo que, por sua vez, levam à ação” (OHNESORGE, 2020, p. 93). Assim, se em termos de marketing essa ação seria a compra de determinado produto, em termos de *soft power* aplicado a política internacional isso significa garantir que o Ator B agirá em conformidade com os objetivos estratégicos do Ator A.

Já em seu eixo vertical, o modelo proposto pelo autor apresenta quatro subunidades para entender uma estratégia de *soft power*. Conforme admite, a proposta de dividir estratégias de *soft power* em diferentes etapas não é nova na literatura, com o próprio Nye (2011, p. 100) sugerindo a ideia quando apresenta um simples diagrama demonstrando como recursos de *soft power* se relacionam aos resultados. Assim, a Figura 6.1 se divide em duas partes, representando os dois atores que participam da relação: de um lado, o Ator A, “detentor” do *soft power* em questão; do outro, o Ator B, audiência-alvo desse *soft power* e cujos comportamentos são, em casos de sucesso, por ele afetados.

Com relação ao Ator A, duas subunidades estão sobre seu domínio, sendo, em primeiro lugar, os recursos responsáveis pela produção do *soft power* em questão. Além das três grandes categorias de recursos tradicionalmente listadas por Nye (2004a) – cultura, valores e política externa –, Ohnesorge (2020) sugere a inclusão de uma quarta categoria, na forma de personalidades que fortaleceriam a imagem do país no exterior. Isto posto, é relevante notar que a literatura já parece ter avançado no sentido de considerar qualquer elemento capaz de “gerar atração” em dada audiência como um recurso de *soft power*, incluindo recursos que normalmente seriam associados a geração de *hard power* (ver NYE, 2011). Independentemente de sua natureza, no que se refere ao *soft power* em sua forma ativa (quando o Ator A conscientemente busca utilizar seus recursos para cooptar o Ator B), esses recursos precisariam então ser comunicados às audiências-alvo, processo feito através da segunda subunidade, os instrumentos de *soft power*. Conforme apontado pelo autor, estes

tanto Nye (2011) quanto Ohnesorge (2020) parecem utilizar a expressão de forma neutra, assumindo que qualquer ator com qualquer conjunto valorativo pode gerar esse efeito em determinadas audiências.

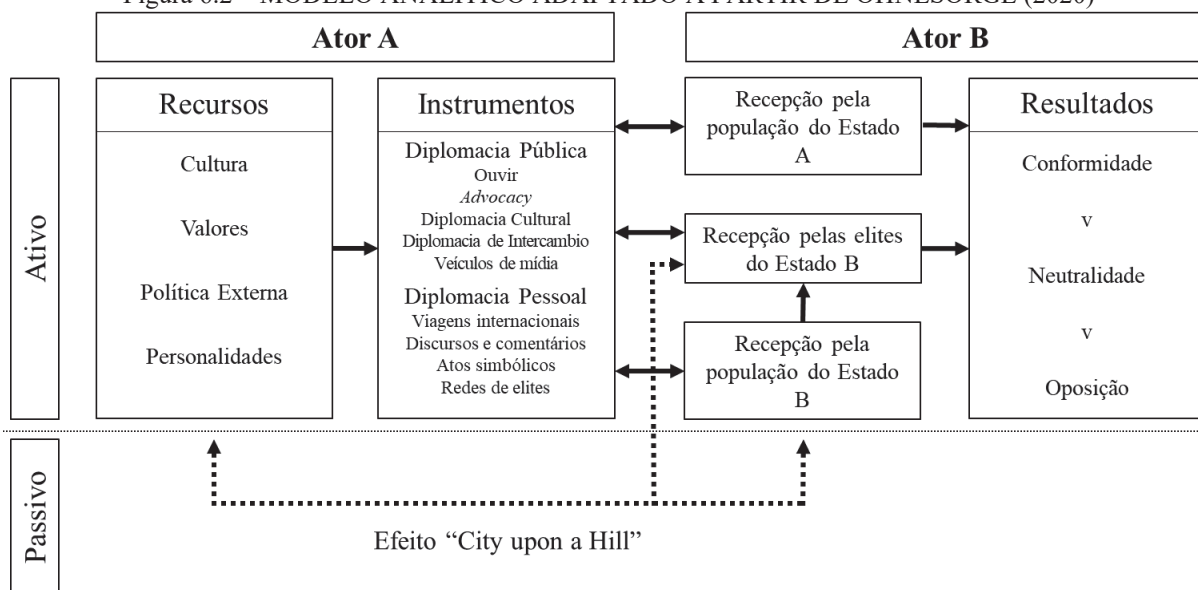
instrumentos “não constituem recursos de *soft power* por si mesmos, mas podem ser considerados uma correia de transmissão, uma vez que comunicam ou transferem os recursos para o Ator B” (OHNESORGE, 2020, p. 91).

Por sua vez, duas outras subunidades são associadas ao Ator B. Em primeiro lugar, uma vez que os recursos sejam comunicados através dos instrumentos do Ator A, esses provocam uma reação cognitiva no Ator B, identificada na terceira subunidade, recepção. Essa reação pode ser de três tipos: (1) atração, quando os recursos de *soft power* efetivamente levam à produção de *soft power*; (2) repulsa, quando produzem o resultado inverso ao pretendido, gerando aquilo que alguns autores têm chamado de “*soft power* negativo” (CALLAHAN, 2015; RUTLAND; KAZANTSEV, 2016) ou “*soft disempowerment*” (BRANNAGAN; GIULIANOTTI, 2018); ou (3) apatia, quando nenhuma reação cognitiva é produzida. Ao menos em teoria, essas reações cognitivas teriam o potencial para produzir reações práticas por parte do Ator B, as quais se manifestam na última subunidade, resultados, podendo também assumir três formas: conformidade, oposição ou neutralidade.

Embora esteja de acordo com a literatura mais recente, encontrando paralelos com os demais modelos previamente citados, inclusive no que diz respeito ao tratamento dos atores como entidades que podem ou não se tratarem de Estados, o modelo proposto por Ohnesorge (2020) deixa de lado duas importantes ressalvas no que toca a natureza do Ator B, ao menos no que se refere ao uso do conceito de *soft power* em estudos dos campos da Ciência Política e Relações Internacionais. Em primeiro lugar, embora tenha sido inicialmente pensado como uma ferramenta de política externa, *soft power* é atualmente concebido como um instrumento que pode ser aplicado por um Estado sobre sua população doméstica (CHITTY, 2014; EDNEY, 2015; WILSON, 2015a; YANG, 2020), o que altera a natureza dos resultados esperados. De modo semelhante, conforme já mencionado, Nye (2011) oferece dois modelos segundo os quais o *soft power* de um Estado poderia produzir efeitos a nível internacional: no modelo direto, os alvos são elites do Ator B que dispõem de capacidade de afetar diretamente a política externa de seu Estado; enquanto no modelo indireto a audiência alvo é a população do Ator B, a qual, em tese, seria capaz de pressionar suas elites domésticas em prol de decisões favoráveis ao Ator A.

Com essas ressalvas em mente, a Figura 6.2 apresenta um modelo adaptado a partir daquele apresentado por Ohnesorge (2020), o qual será utilizado para a análise proposta nesse capítulo.

Figura 6.2 – MODELO ANALÍTICO ADAPTADO A PARTIR DE OHNESORGE (2020)



Fonte: o autor, adaptado a partir de Ohnesorge (2020).

A principal alteração com relação ao modelo original reside na subunidade da recepção, dividida em três tipos de audiências-alvo conforme a literatura apresentada. Nesse sentido, o modelo como um todo foi reformulado para ser especificamente voltado para estratégias de *soft power* adotadas por um Estado – sejam elas voltadas para um público doméstico ou internacional. Admite-se que atores de outras naturezas podem adotar estratégias de *soft power* cuja explicação pode ser melhor atendida pelo modelo original proposto por Ohnesorge (2020), mas, uma vez que o objetivo da presente pesquisa é a análise das estratégias de *soft power* de três Estados, opta-se por um modelo que seja mais específico. Nota-se que, dentro das subunidades de recepção, as possibilidades listadas no modelo original continuam sendo esperadas. Igualmente, os modelos de estratégias de marketing foram retirados para facilitar a visualização, mas o paralelo ainda é válido.

Apresentado o modelo analítico que servirá de base para a análise, avança-se agora para a descrição das estratégias metodológicas empregadas na coleta e tratamento dos dados.

6.2 METODOLOGIA

O presente capítulo recorreu à revisão bibliográfica sistemática apresentada no Capítulo 5 para a elaboração de seu banco de dados. Conforme já exposto, inicialmente buscou-se na principal base de dados da Web of Science por estudos que apresentassem em seus títulos, resumos ou palavras-chave o termo “*soft power*”, obtendo 2.855 resultados. Estes

foram, então, filtrados a partir de uma série de critérios, dando ênfase em estudos de caso ou comparativos de *n* pequeno que aplicassem o conceito. Assim, foram selecionados 95 artigos, contendo 110 casos, para compor o banco de dados inicial da pesquisa.

A estes artigos foi aplicado o método da análise de conteúdo quantitativa (BARDIN, 2011; KRIPPENDORFF, 2004), buscando nos casos analisados a presença ou ausência dos seguintes elementos: (1) quem exerce o *soft power*; (2) quais são as audiências-alvo; (3) quais os recursos envolvidos na produção desse *soft power*; (4) quais os objetivos buscados através do emprego desse *soft power*; e (5) quais são os mecanismos causais pelos quais os recursos em questão produzem *soft power* e os mecanismos pelos quais esse *soft power* auxilia na obtenção dos objetivos buscados. No último critério, notou-se a necessidade de criar uma categoria adicional para além da simples presença ou ausência dos mecanismos buscados, dado que, em uma parcela dos estudos observados, os autores especificamente apontavam os mecanismos causais dos casos analisados como inexistentes ou fundamentalmente falhos. Entende-se que esses artigos nos quais as estratégias de *soft power* se mostraram comprovadamente falhas, assim como aqueles nos quais seus mecanismos de funcionamento foram devidamente especificados, representam um material valioso para a devida compreensão dos cenários nos quais estratégias de *soft power* parecem ou não serem bem-sucedidas.

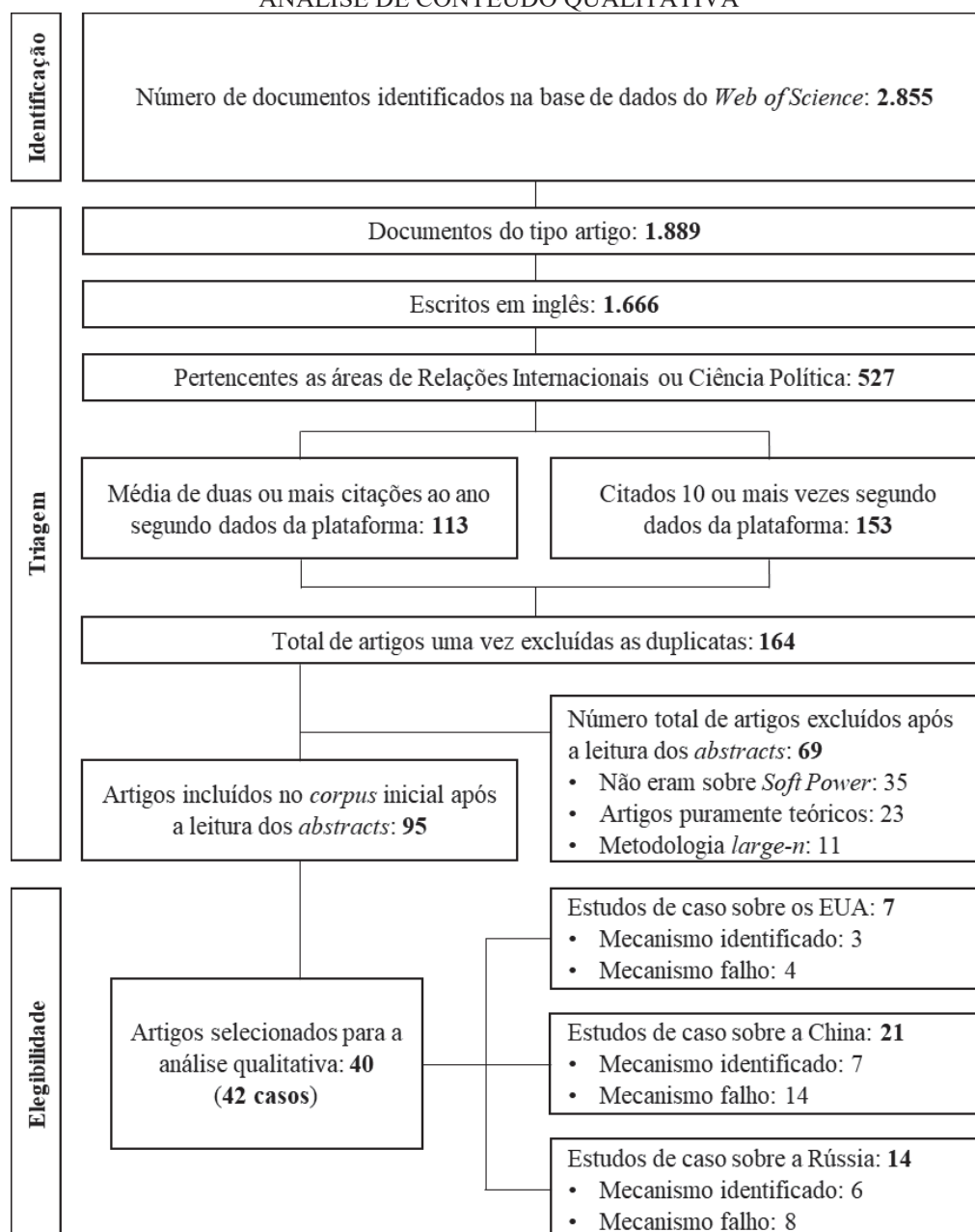
Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa se propõe a analisar a fundo esse material através do método da Análise de Conteúdo Qualitativa¹²² (SCHREIER, 2012). Para além da simples identificação da presença ou ausência dos elementos previamente listados, busca-se agora compreender como esses elementos interagem entre si, culminando na produção de estratégias de *soft power* que parecem ser bem ou mal sucedidas. Adota-se assim um modelo de pesquisa comparativa de *n* pequeno, analisando, a partir da bibliografia levantada, as estratégias dos três Estados mais citados entre os artigos da base – Estados Unidos, China e Rússia. Destaca-se que, embora o método em si não seja aplicado, a pesquisa segue uma lógica inspirada em metodologias de *process tracing*, na qual a preocupação não é exclusivamente em “detectar variações entre causas e efeitos, mas sim em observar aquilo que está no meio, entre a causa e o efeito, isto é, os mecanismos e processos causais que conectam um ao outro” (PERISSINOTTO; NUNES, 2023, p. 106), tendo como objetivo último a

¹²² O Apêndice E apresenta o relatório completo da análise de conteúdo, contendo os trechos submetidos a categorização, os códigos que foram aplicados e comentários adicionais que resumem o teor de cada artigo.

produção de grafos causais¹²³ inspirados pelo *framework* analítico apresentado na revisão teórica do capítulo.

A Figura 6.3 detalha o processo de seleção dos estudos que serão observados. Ao todo, 42 estudos de caso, extraídos de 40 artigos, serão considerados.

Figura 6.3 – FLUXOGRAMA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SISTEMÁTICO PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA



Fonte: dados da pesquisa.

¹²³ Para mais informações sobre a utilização de grafos causais na metodologia de *process tracing*, ver Waldner (2015) e Raimondo (2020).

Apresentadas as estratégias metodológicas que guiaram a execução do presente estudo, avança-se agora para a apresentação dos resultados, divididos em subseções de acordo com cada Estado analisado.

6.3 RESULTADOS

6.3.1 Mecanismos do *soft power* estadunidense

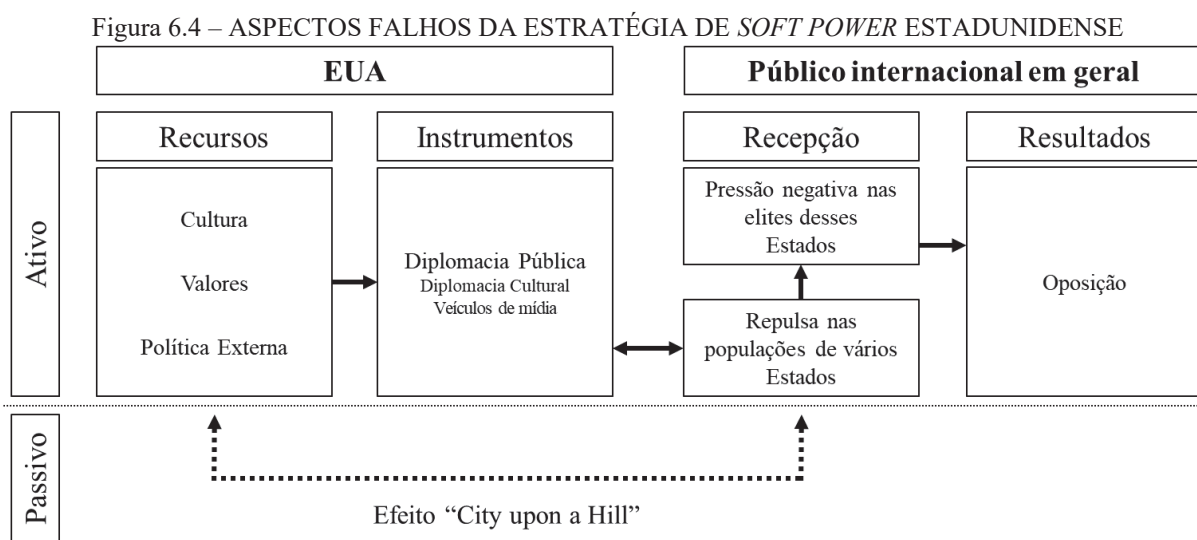
Os EUA são certamente o exemplo mais clássico quando o assunto é *soft power*, tendo em vista que o conceito foi cunhado por Joseph Nye (1990a) em uma tentativa de explicar aspectos que ele via como negligenciados pelas análises contemporâneas sobre a política externa estadunidense, sendo também o principal exemplo citado em estudos de caso que instrumentalizaram o conceito até o início da década de 2010. Dentre os artigos que atenderam aos critérios de seleção, o mais antigo foi escrito pelo próprio Nye (2004b), apresentando um texto no qual busca, com critérios um pouco mais elaborados, discorrer sobre a estratégia de *soft power* estadunidense no início do século XXI. Mesmo ele, outrora ávido crítico das teses de declínio do poder norte-americano, reconhece, então, o crescente sentimento de antiamericanismo causado pela guerra no Iraque. Argumenta que a cultura estadunidense em geral seria atrativa ao público internacional, apresentando grande potencial para viabilizar cenários nos quais políticos destes Estados podem adotar posições abertamente pró-EUA sem sofrer uma reação eleitoral negativa. No entanto, o *soft power* norte-americano acaba sendo limitado pela visão negativa inspirada por sua política externa.

Essa perspectiva exposta por Nye em 2004 foi ecoada por outros autores, com Kurlantzick (2005), por exemplo, reforçando como a capacidade dos recursos culturais norte-americanos para gerar *soft power* foi limitada pelo crescente antiamericanismo provocado pela política externa norte-americana no Pós-Guerra Fria, pela dissonância entre seus valores políticos propagados e praticados e pelo surgimento de modelos alternativos vindos da União Europeia e da China. Van Ham (2008) vai além, argumentando que uma parcela significativa do sentimento antiamericanista no mundo seria derivado de sua cultura, atrelada a uma imagem dos EUA enquanto um “cruzado capitalista com o dedo leve no gatilho”¹²⁴. Nesse

¹²⁴ “*trigger-happy capitalist crusader*” (Van Ham, 2008, p. 140).

sentido, a grande visibilidade dos EUA para públicos internacionais também é questionada enquanto um ponto positivo, com Hayden (2017a) apontando como a mera presença nas redes de comunicação não garante que os EUA sejam bem vistos pelos públicos que a elas têm acesso.

A Figura 6.4 resume os aspectos falhos da estratégia de *soft power* estadunidense listados por esses autores. Além dos instrumentos ativamente utilizados pelos EUA, seu papel enquanto potência global passivamente lhes garante visibilidade, ou o efeito “*City upon a Hill*” identificado por Nye (2011). Essa visibilidade, contudo, parece exacerbar tanto os aspectos positivos quanto os negativos dos recursos de *soft power* norte-americanos, com sua política externa após o 11 de setembro sendo citada como um grande efeito de repulsa nas populações de vários Estados. Assim, do mesmo modo que uma população com uma visão favorável aos EUA pode reduzir os custos para os políticos dessas nações apoiarem o governo estadunidense (NYE, 2004b), a máxima oposta também é verdadeira, produzindo elites ao menos publicamente avessas à política externa norte-americana.

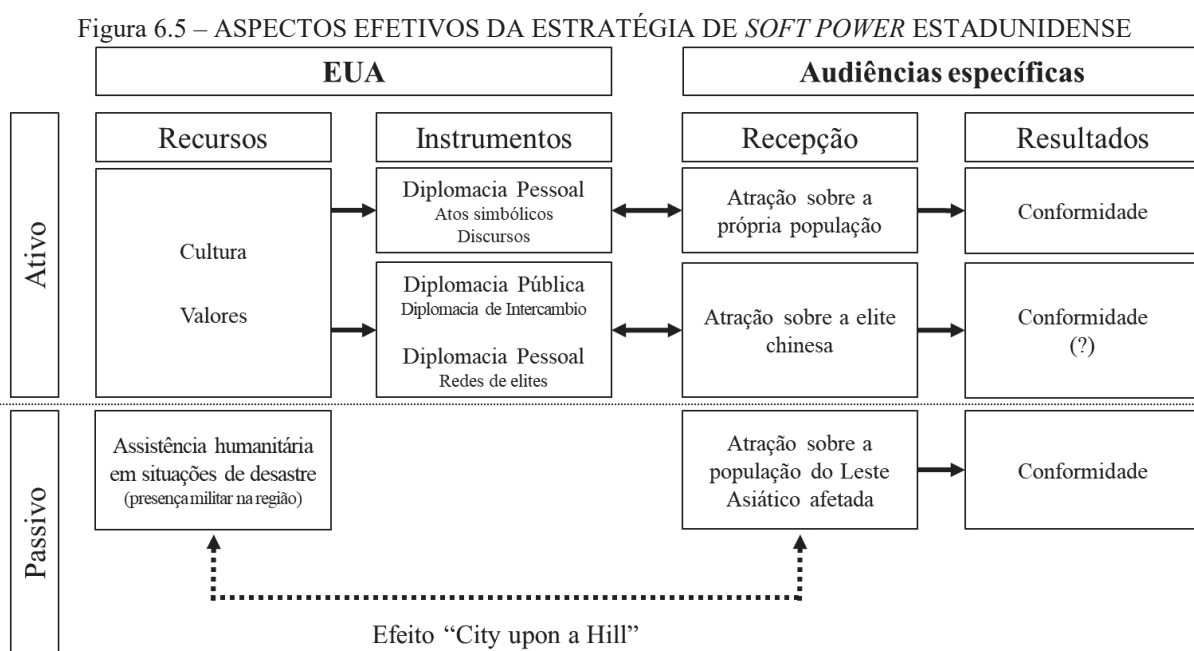


Fonte: o autor.

Os trabalhos citados até aqui têm em comum o fato de tratarem da estratégia de *soft power* estadunidense como um todo, não tecendo comentários aprofundados sobre nenhum recurso, instrumento ou audiência específica. Em contrapartida, os estudos que descrevem aspectos de sucesso dessa mesma estratégia têm em comum precisamente o fato de serem mais limitados no escopo de suas considerações. Donglin, Dingding e Changping (2013), por exemplo, tratam da experiência de estudantes intercambistas chineses em universidades

estadunidenses, argumentando que estes podem ajudar a reduzir “falsas concepções e desconfianças” do público chinês com relação aos EUA, além de, potencialmente, aproximar os dois Estados se um dia estes indivíduos se tornarem parte da elite governante chinesa. Por sua vez, Capie (2015) observa como projetos de assistência humanitária em situações de desastre afetaram positivamente a opinião pública de países do Leste Asiático sobre a presença de forças militares estadunidenses em seus territórios – isto é, um recurso tipicamente de *hard power* sendo utilizado na geração de *soft power* –, mitigando questões sobre soberania que essa presença levanta e facilitando sua manutenção no continente. Nesse sentido, vale ainda citar o trabalho de Marsden (2011), que aponta como o governo Obama, com o apoio de lideranças religiosas, buscou associar a imagem da administração a um conjunto de valores e mitos fundadores da autoimagem estadunidense, produzindo uma estratégia efetiva de *soft power* sobre a própria população que reduziu os custos políticos domésticos associados às suas ações de política externa.

A Figura 6.5 sintetiza essas estratégias em um único grafo causal. É interessante notar como as três configurações do *soft power* estadunidenses contidas na amostra da pesquisa refletem exatamente os três mecanismos listados pela literatura para o funcionamento de uma estratégia de *soft power*, sendo: (1) atração sobre a própria população; (2) atração sobre populações de outros Estados; e (3) atração direta sobre as elites de outros Estados.



Fonte: o autor.

No primeiro caso, o governo utiliza discursos e atos simbólicos para se associar a cultura e valores ligados a autoimagem estadunidense, gerando uma recepção positiva na população e reduzindo os custos políticos domésticos de determinadas estratégias de política externa que pretendia implementar. No segundo caso, a recepção positiva nas populações atingidas parece ter ajudado a configurar um cenário no qual o apoio de políticos desses Estados a manutenção das forças estadunidenses na região era visto com bons olhos, igualmente reduzindo os custos em termos de política doméstica para esses atores apoiarem os EUA enquanto potencialmente elevava os custos para políticos adversários se oporem a presença militar norte-americana. Vale notar que, embora possa ter havido esforços para comunicar essa assistência humanitária a população através de instrumentos de diplomacia pública, a relação entre recurso e recepção parece ser mais direta, se configurando como um caso de *soft power* passivo. Finalmente, as políticas voltadas para estudantes intercambistas têm como foco atrair uma elite chinesa, afetando diretamente na política futura do país¹²⁵.

6.3.2 Mecanismos do *soft power* chinês

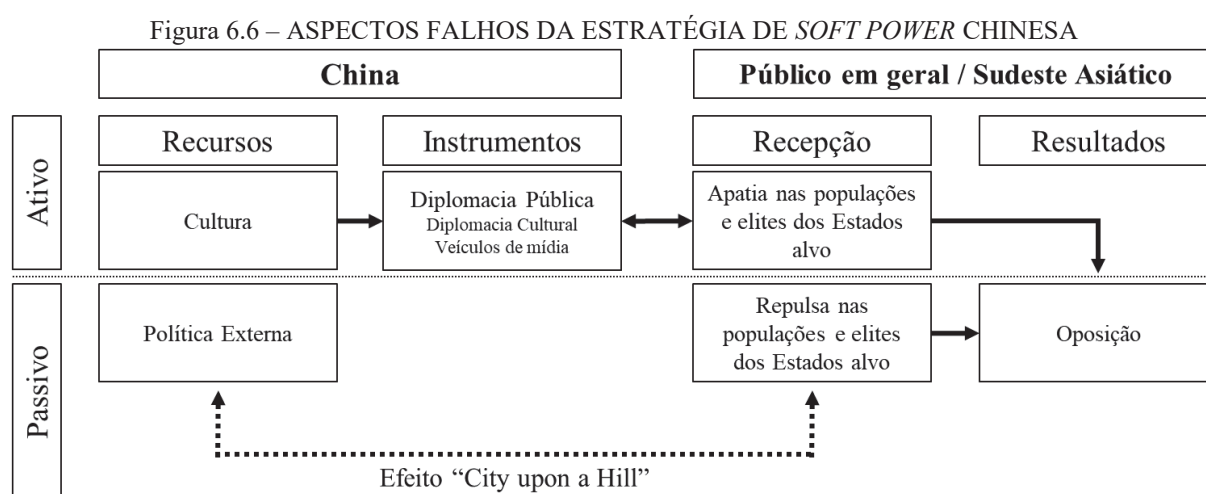
Embora o conceito de *soft power* tenha sido proposto por Joseph Nye com os Estados Unidos em mente, ele logo se espalhou para a análise da política externa de vários outros Estados. Dentre os casos da amostra, a China foi o país mais pesquisado, com o interesse pelas estratégias e consequências do *soft power* chinês se intensificando a partir de meados da década de 2000, fenômeno que parece, ao menos em parte, motivado pela própria preocupação do governo chinês em fortalecer sua posição no sistema internacional através de estratégias de *soft power*¹²⁶. Isto posto, conforme constatado por Nye (2017, 2021) em múltiplas ocasiões, o Partido Comunista Chinês (PCC) parece ter um entendimento muito particular sobre o conceito de *soft power* e seus recursos, focando-se em aspectos culturais enquanto propositalmente ignora o papel da política externa sobre sua produção.

¹²⁵ Ressalta-se que, embora os resultados dessa estratégia ainda não estejam claros, pesquisas anteriores com um teor semelhante parecem indicar a robustez de seu argumento base (para exemplos, ver: ATKINSON, 2010; GIFT; KRCMARIC, 2017; NOVELLI; PEREIRA, 2023b; RUBY; GIBLER, 2010).

¹²⁶ A primeira grande manifestação nesse sentido parece ter ocorrido em 2007, quando o então presidente, Hu Jintao, declarou no 17º Congresso do PCC que a China precisava investir mais em seu *soft power* (NYE, 2017). Ainda sob a liderança de Hu Jintao, um comunicado emitido em 2011 anunciou a necessidade de ampliar o *soft power* cultural da China e transformar o país em uma “superpotência cultural socialista” (THE ECONOMIST, 2013). Já em 2014, seu sucessor, Xi Jinping, defendeu a necessidade de “ampliar o *soft power* chinês, criar uma boa narrativa chinesa e melhor comunicar a mensagem chinesa para o mundo” (SHAMBAUGH, 2015).

Essa postura parece se refletir nos estudos que tratam do *soft power* chinês, com a maior parte dos artigos analisados apontando como fracassadas as estratégias adotadas por Pequim. Um argumento comum repetido por essas pesquisas, sejam elas voltadas para a recepção de uma audiência global (DING; KOSLOWSKI, 2016; HAGSTRÖM; NORDIN, 2019; HARTIG, 2015, 2016; SHAMBAUGH, 2015) ou focadas nas populações asiáticas (GILL; HUANG, 2006; GRANT, 2020; HOLYK, 2011; LI, 2015; WUTHNOW, 2008; YANG, 2009), tem sido a falta de credibilidade da China aos olhos dessas audiências, com o *soft power* chinês sendo particularmente limitado no sudeste asiático por suas disputas territoriais e presença militar na região. Assim, embora a cultura e a sociedade chinesas sejam bem vistas por outras sociedades e ativamente promovidas, isso não irá se refletir na imagem do governo, cuja percepção negativa parece ter sido intensificada após a pandemia de COVID-19 (GILL, 2020)¹²⁷.

A Figura 6.6 apresenta o grafo causal dos aspectos falhos da estratégia de *soft power* chinesa.



Fonte: o autor.

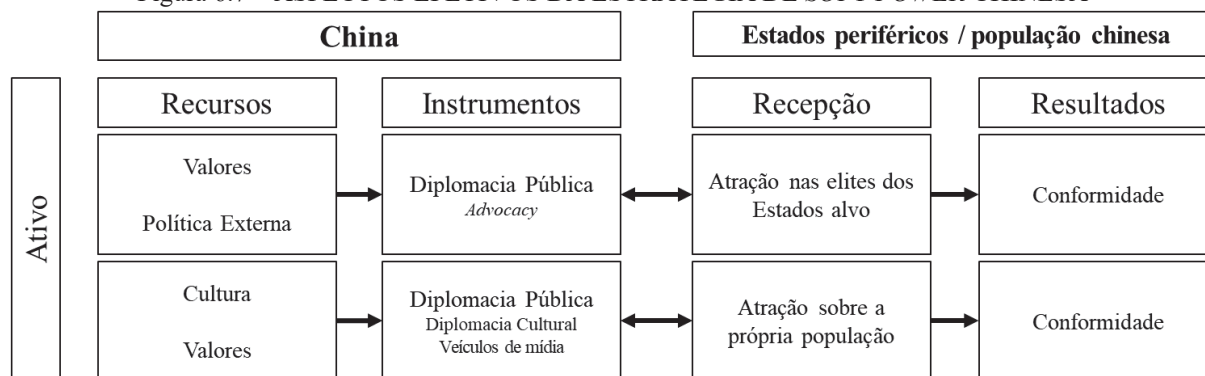
Embora o PCC invista em veículos de mídia e em iniciativas de diplomacia cultural, como a criação de institutos confucionistas espalhados pelo mundo, a atração gerada pela

¹²⁷ Para além dos trabalhos que tratam de audiências globais ou do sudeste asiático, foram localizados outros dois trabalhos que tratam do fracasso das estratégias de *soft power* chinesas para o continente africano, com Bräutigam e Xiaoyang (2012) argumentando como os resultados políticos favoráveis parecem produto de uma estratégia de puro *hard power* focada em vantagens econômicas; enquanto Liang (2012) aponta para o fracasso chinês em prover um modelo político ou econômico que seja uma estratégia viável aqueles propagados pelos EUA.

cultura chinesa nessas audiências-alvo é baixa e produz poucos resultados, sobretudo no que diz respeito à postura dessas populações com relação ao governo chinês. Porém, sua política externa, cujo peso é conscientemente ignorado na elaboração da estratégia chinesa de *soft power*, acaba tendo um efeito passivo de repulsa nessas mesmas populações, com a metáfora “*city upon a hill*” assumindo um perfil entendido por seus vizinhos como agressivo e imperialista.

No que tange às estratégias de *soft power* chinês, voltadas para audiências internacionais, alguns poucos trabalhos vão na contramão dos citados até aqui, indicando formas pelas quais essas estratégias se mostram efetivas em casos particulares. Nesse sentido, em seu estudo comparativo das estratégias russa e chinesa para a Ásia Central, Ferguson (2012) argumenta como o arcabouço ideacional oferecido por China e Rússia encontra ressonância em elites locais, as quais enxergam, nos modelos norte-americanos, uma ameaça a sua estabilidade, aos poucos assumindo um papel de parceiros preferenciais outrora ocupado pelos EUA. Jakimów (2019) encontra resultados semelhantes ao observar as relações entre China e União Europeia, apontando como a primeira oferece uma alternativa normativa à segunda, a qual é adotada de forma “flexível e pragmática” por governos da periferia europeia, os quais se aproximam da China para melhorar sua posição de negociação com a União Europeia, tornando-se agentes do processo de politização e dessecuritização das relações entre Europa e China.

Isto posto, as estratégias de *soft power* chinesas parecem ser melhor sucedidas quando tratam da própria população, com vários autores destacando como o governo usa do *soft power* para tentar legitimar e ampliar a coesão nacional em torno do próprio regime. Nesse discurso, para além dos recursos culturais, a própria narrativa de uma “China em ascensão” é instrumentalizada e amplamente divulgada por meio da mídia estatal, fortalecendo a legitimidade do PCC e reduzindo as possibilidades de detratores domésticos obterem o apoio material que lhes permitiria desafiar a elite governante (EDNEY, 2015; YANG, 2020). Curiosamente, esse discurso parece recorrer tanto a narrativas amparadas pelo reconhecimento que o governo chinês e seu conjunto ideacional recebem de governos de outros Estados (WILSON, 2015a), quanto a retratação de outros povos enquanto “bárbaros”, com o regime chinês atuando como defensor de sua civilização (CALLAHAN, 2015). A Figura 6.7 resume essas estratégias.

Figura 6.7 – ASPECTOS EFETIVOS DA ESTRATÉGIA DE *SOFT POWER* CHINESA

Fonte: o autor.

No primeiro grupo, a China se apresenta como uma alternativa, tanto em termos práticos quanto ideacionais, aos modelos defendidos e propagados pelos EUA e pela União Europeia, estratégia que se manifesta em projetos de cooperação econômica que não demandam a subscrição a um conjunto ideacional como o propagado pelas potências ocidentais – nomeadamente a democratização e o respeito aos direitos humanos. Esse projeto atrai elites autocráticas nos Estados alvo, que passam a favorecer a China em projetos de cooperação, entrando em conformidade com o regime chinês. Por sua vez, essa própria validação por pares internacionais é instrumentalizada internamente, com o governo usando da mídia estatal para propagar, entre a população, a ideia do PCC como legítimo defensor da cultura e valores chineses, reduzindo tendências dissidentes.

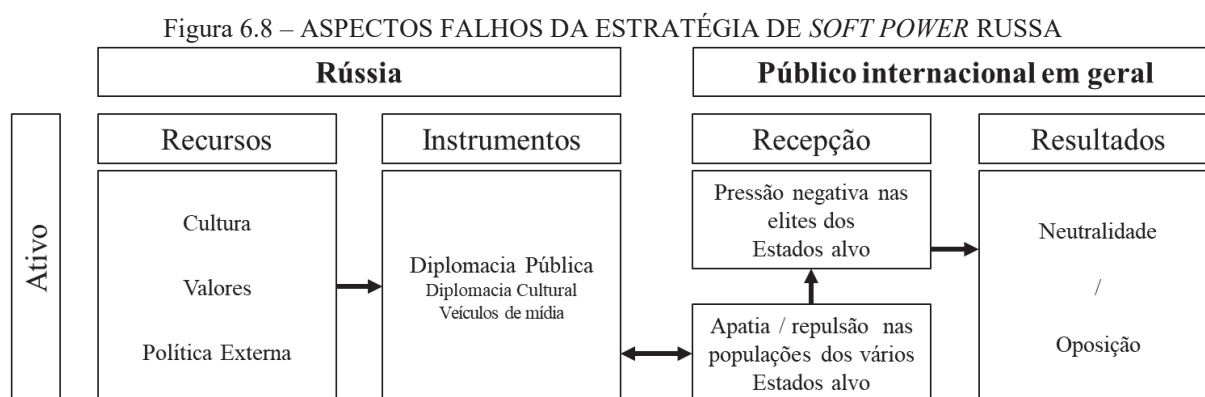
6.3.3 Mecanismos do *soft power* russo

Seguindo a tendência já notada ao tratar da China, a Rússia foi o segundo Estado mais citado pelos artigos da base de dados. Não obstante, seus resultados apresentaram uma maior equidade no que diz respeito à divisão entre os estudos que foram capazes de identificar uma estratégia de *soft power* coesa e efetiva (6 artigos) e aqueles que consideraram os mecanismos causais das estratégias russas como falhos ou inexistentes (8 artigos).

Um argumento comum entre os artigos críticos é como o Kremlin adotou estratégias de *soft power* com resultados mistos, em grande parte derivados de uma estratégia difusa focada em audiências vastamente distintas, aliada a uma política externa regional com um teor neoimperialista e majoritariamente ancorada em estratégias de *hard power* (HUDSON, 2015; SERGUNIN; KARABESHKIN, 2015). Assim, apesar dos esforços russos para promover seus recursos culturais e a influência internacional de seus veículos de mídia, a fraca presença nos

mercados regionais prejudica suas tentativas de estabelecer a pauta midiática, geralmente determinada pelos veículos locais, os quais frequentemente adotam uma postura desfavorável em relação à Rússia, sublinhando seus valores políticos autoritários (SZOSTEK, 2016); ou são controlados pelos governos locais que, ao submeter os veículos de mídia russos a censura estatal, limitam severamente a capacidade do Kremlin de utilizá-los como um instrumento de *soft power* (SZOSTEK, 2015).

A Figura 6.8 sumariza aquilo que os autores analisados entendem como os aspectos fracassados da estratégia de *soft power* russa. Seus principais instrumentos se baseiam em sua diplomacia cultural e seus veículos de mídia, mirando na população de vários Estados. Por uma série de razões, incluindo a estratégia difusa, a baixa participação em cada mercado nos quais a mídia estatal russa se faz presente e a percepção de ameaça advinda de sua política externa, essa estratégia produz resultados que variam entre apatia e repulsão nas populações dos Estados alvo, levando a uma pressão negativa sobre as elites no que toca ao seu posicionamento em relação à Rússia e a uma posição de neutralidade ou oposição em relação ao país.



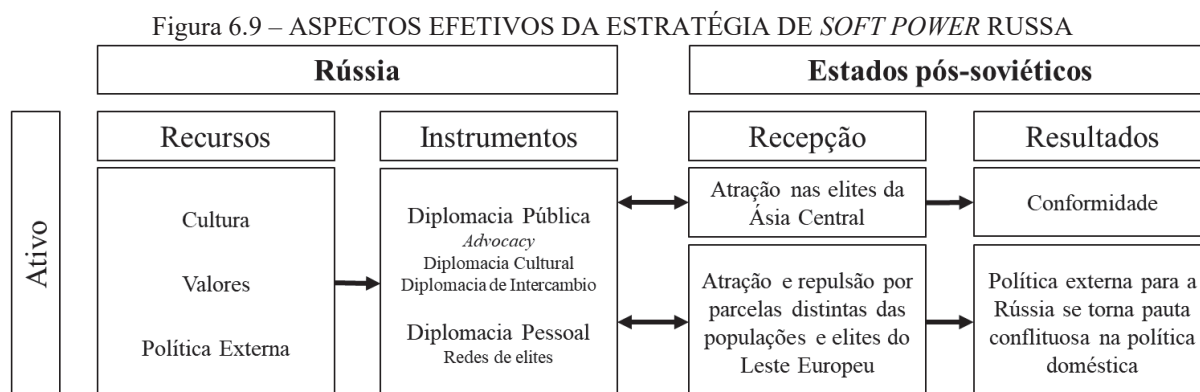
Fonte: o autor.

Isto posto, é relevante notar que as premissas levantadas por esses artigos parecem ignorar um ponto fundamental: os valores autoritários associados ao governo russo podem ser atrativos para certas audiências. Nesse sentido, autores como Jackson (2010), além dos já citados trabalhos de Wilson (2015a) e Ferguson (2012), demonstram como as estratégias da Rússia para a Ásia Central, em grande parte focadas em propor alternativas aos modelos e valores ocidentais, conseguiram o apoio das elites locais precisamente por causa de seu conteúdo autoritário; Kiseleva (2015) leva esse argumento além, apontando como o fracasso russo em obter o reconhecimento de seu *soft power* nos parâmetros ocidentais levou o país a

recontextualizar o conceito, passando a associá-lo em suas práticas discursivas a aspectos de *realpolitik*, o que ressoa com audiências não ocidentais, sobretudo no que tange a elites autocráticas; enquanto Mäkinen (2016) apresenta um estudo sobre a estratégia do Kremlin para tentar formar elites “amigas” do país através da socialização de jovens intercambistas em universidades russas.

Notavelmente, essas mesmas estratégias produziram resultados muito piores no Leste Europeu, onde o modelo político e os valores da Rússia não parecem ser tão eficazes em atrair o apoio de elites domésticas cada vez mais pró-União Europeia (SAARI, 2014). Seguindo nesse debate sobre as percepções de múltiplas audiências e o sucesso ou fracasso de certas estratégias de *soft power*, Szostek (2017) discute como a narrativa estratégica que a Rússia apresentou à Ucrânia antes do conflito de 2022, embora rejeitada por parte da população local, foi aceita e apoiada por outra parte; Feklyunina (2016) apresenta resultados semelhantes, argumentando que a identidade cultural projetada pela Rússia, apesar de ser incompatível com boa parte da audiência ucraniana, ainda assim era, ao menos parcialmente, compatível com o restante; enquanto Keating e Kaczmarska (2017) notam como os valores professados pela Rússia têm ressoado com grupos *anti-establishment* nas democracias ocidentais. Por conseguinte, não se trata dos recursos de *soft power* russos não funcionarem nesses países, mas que suas populações e elites estão longe de serem audiências coesas, sendo sim grupos bastante heterogêneos e que reagem distintamente com base em disposições avaliativas prévias.

Nesses termos, a Figura 6.9 sumariza aspectos de sucesso, sejam eles parciais ou completos, da estratégia de *soft power* russa.



Fonte: o autor.

Apesar de seus recursos permanecerem os mesmos, seus instrumentos de *soft power* passam a envolver redes de elites, por vezes fundadas muito cedo através de políticas de intercâmbio estudantil. Embora seu público-alvo sejam os Estados pós-soviéticos, o Kremlin adota estratégias distintas para a Ásia Central e para o Leste Europeu. No primeiro grupo, foca seus esforços em atrair as elites domésticas por meio do *soft power* gerado pelo seu conjunto valorativo e aspectos culturais e históricos em comum, produzindo uma recepção positiva e que leva a conformidade desses Estados com a estratégia russa. No segundo grupo, onde os índices de democracia são mais elevados e a União Europeia se projeta como uma potência concorrente, busca atrair tanto as populações quanto as elites domésticas com um discurso ancorado em aspectos culturais e históricos, o que produz, simultaneamente, uma recepção positiva por uma parcela destes grupos e negativa por outra, tornando a política externa para a Rússia uma pauta conflituosa na política doméstica desses Estados.

6.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Conforme demonstrado pela amostra da literatura levantada pela tese, o estudo de caso tem sido a metodologia prevalente nas pesquisas empíricas sobre *soft power*. Embora essa abordagem apresente vantagens claras, permitindo que pesquisadores se aprofundem nas características da estratégia de *soft power* sob análise, também torna complexa a identificação de padrões gerais dos quais seja possível extrair considerações teóricas de amplo alcance. Nesse sentido, o desenho de pesquisa adotado, com seu teor comparativo e dados derivados de uma revisão bibliométrica sistemática, permitiu a instrumentalização de um amplo conjunto de informações, além de perspectivas por vezes contrastantes, viabilizando a produção de grafos causais que destacam os arranjos nos quais essas estratégias de *soft power* parecem ser melhor sucedidas.

Entre esses padrões, a variável de maior destaque reside no quão focadas são as estratégias de *soft power* em determinadas audiências, tendo em vista que, invariavelmente, estratégias difusas que buscam apelar a públicos muito distintos resultaram em fracasso, enquanto, em contrapartida, estratégias focadas em um público específico e com objetivos claros produziram os melhores resultados para seus Estados. Esse resultado está de acordo com os avanços teóricos mais recentes sobre o conceito de *soft power*, os quais destacam seu teor altamente subjetivo e enxergam as audiências com um papel ativo em sua produção. O exemplo que melhor ilustra esse aspecto talvez sejam as estratégias de *soft power* adotadas

pela Rússia: os valores autoritários associados ao seu governo, embora sem dúvida sejam um fator de aversão para muitas audiências, ainda assim ressoam com outros públicos, produzindo respostas positivas em termos cognitivos e afetivos. Presumindo que todas as sociedades manifestam algum grau de heterogeneidade refletida em condições desiguais de grupos e indivíduos para afetar as decisões de política externa, há fortes evidências de que as tentativas de elencar o *soft power* de vários Estados, que proliferaram tanto dentro quanto fora da academia, são estratégias inadequadas para explorar as verdadeiras implicações empíricas do conceito.

Outra consideração importante derivada dos padrões identificados diz respeito à importância de certos recursos na geração do *soft power* estatal. Embora seja plenamente possível realizar investimentos nos setores de diplomacia cultural de modo a divulgar sua cultura para as audiências-alvo, a atração positiva gerada por esses recursos não necessariamente irá se refletir no governo deste Estado, tendo em vista que os aspectos culturais de um povo estão antes de tudo ligados à sua sociedade, cuja imagem positiva nem sempre será replicada no governo (vide o caso chinês). Assim, recursos diretamente associados aos governos, tais como o conjunto valorativo que defendem e suas políticas externas, parecem ser aqueles com maior potencial para a geração de *soft power* – ou, ao menos, serem os que é mais simples fazê-lo.

Já em termos de aplicação teórica, o maior problema parece residir nos conceitos de atração e repulsão, que operam como principal mecanismo causal para estratégias de *soft power*. Conforme foi discutido no Capítulo 2, esse tem sido um dos principais pontos de crítica ao conceito, com autores como Janice Mattern (2005), Tood Hall (2010) e Ty Solomon (2014) argumentando que a imprecisão teórica com que Nye define o conceito de atração é uma das principais razões pelas quais o *soft power*, enquanto um conceito diretamente derivado do de atração, tem produzido análises tão imprecisas.

Apesar dos problemas e desafios notados, os resultados do capítulo sugerem que o conceito de *soft power* pode servir como uma ferramenta de pesquisa útil em estudos internacionais e de política externa, especialmente se aplicado como um elemento básico em teorias de médio alcance. Nesse sentido, a análise dos estudos que aplicaram o conceito indica que é necessário um maior refinamento metodológico para especificar como o *soft power* opera em cada cenário, o que, dada a importância das respostas cognitivas dos públicos-alvo nos casos de sucesso observados, parece exigir um aprofundamento dos modestos

fundamentos de psicologia social que sustentam o conceito, potencialmente envolvendo o abandono do conceito de atração em prol de outro mecanismo explicativo.

7 MUDANÇAS DE ATITUDES, PERSUASÃO E *SOFT POWER*: UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CONCEITO A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Tendo como base a pesquisa conduzida até aqui, o presente capítulo busca apresentar uma possível solução aos problemas notados nos capítulos anteriores, sugerindo um novo arcabouço teórico para amparar o conceito de *soft power*. Parte do pressuposto que os desafios notados em estudos empíricos que buscam operacionalizar o conceito derivam, em grande parte, de deficiências teóricas originadas em sua própria construção a partir do conceito de atração, sendo esse desprovido de real significado no contexto da política internacional. Nota-se que, embora essa perspectiva não seja nova (HALL, 2010; MATTERN, 2005; SOLOMON, 2014), alternativas conceituais ao termo proposto por Nye (1990a, 2004a, 2011), tais quais as consideradas na Seção 2.3 desta tese, invariavelmente parecem seguir por uma de duas vias: ou são igualmente construídas a partir do conceito de atração; ou o abandonam em prol de abordagens menos abrangentes.

O capítulo adota uma perspectiva interdisciplinar ao buscar em textos de psicologia social por um conceito que sirva como mecanismo causal para o *soft power* em todas as instâncias identificadas pela literatura, argumentando que esse passe a ser entendido a partir do conceito de atitudes, o qual serve de base aos trabalhos sobre socialização identificados no Capítulo 3. Nesse sentido, visando enfatizar a insuficiência do conceito de atração e as vantagens do uso do conceito de atitudes para a literatura sobre *soft power*, é aplicado a ambos os termos o modelo proposto por Peter Howie e Richard Bagnall (2020), voltado à avaliação de conceitos nas Ciências Sociais. O argumento principal do capítulo, construído ao longo de suas três primeiras seções, é que a teorização do *soft power* a partir do conceito de atitudes, embora perca em termos de ressonância, apresenta ganhos significativos no que diz respeito aos critérios de clareza, parcimônia, diferenciação, conectividade, utilidade epistêmica e utilidade prática.

Assim, em sua quarta seção, o capítulo apresenta uma proposta de reconceitualização para *soft power* e termos adjacentes, tendo como base de seu mecanismo causal o conceito de atitudes, conforme descrito pela literatura citada na Seção 7.3. Defende-se que essa reconceitualização permite manter a abrangência do conceito de *soft power*, ao mesmo tempo que provê os elementos necessários para que ele seja devidamente empregado como uma categoria de análise em pesquisas voltadas ao campo da política internacional.

7.1 O CONCEITO DE *SOFT POWER* E SUAS VARIANTES: MECANISMOS (DIS)FUNCIONAIS

Conforme apontado em capítulos anteriores, o conceito de *soft power* foi originalmente proposto por Joseph Nye (1990a, 1990b) para definir uma dimensão do poder estadunidense, percebida pelo autor como ignorada pelas então correntes teses de seu declínio. Embora tenha voltado a mencionar o termo em múltiplos textos ao longo da década de 1990 e início da década de 2000 (NYE; OWENS, 1996; KEOHANE; NYE, 1997, 1998; NYE, 2002), Nye só viria a oferecer um arcabouço teórico mais elaborado em 2004, ano da publicação da obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, onde define o termo como “a habilidade para conseguir o que se deseja por meio da atração ao invés da coerção ou suborno” (NYE, 2004a, p. x), ao passo que “em termos comportamentais, *soft power* é poder atrativo” e “em termos de recursos, recursos de *soft power* são instrumentos que produzem essa atração” (NYE, 2004a, p. 6)¹²⁸.

Apesar dessa definição ter sido atualizada em múltiplas ocasiões, seus elementos centrais permaneceram estáveis, com o conceito de atração sendo mantido como principal mecanismo causal por trás do fenômeno do *soft power* – e sua principal fonte de imprecisão conceitual. Nesse sentido, ao longo dos anos, múltiplas críticas relevantes foram apresentadas à forma como Joseph Nye constrói a ideia de atração e suas relações com o conceito de *soft power*: Janice Mattern (2005), por exemplo, critica a atribuição de dois sentidos ontológicos ao conceito de atração (natural e socialmente construído); ao passo que Todd Hall (2010) aponta como a ambiguidade no conceito de atração o torna uma ferramenta teórica pouco útil, ressaltando como “os escritos de Nye apresentam a atração como um mecanismo psicológico, mas carecem da psicologia que os sustente” (HALL, 2010, p. 206)¹²⁹. Em mais de uma ocasião, o próprio autor (NYE, 2007, 2011) pareceu reconhecer como o mecanismo da atração é problemático, mas seus esforços foram parcos no sentido de refinar esse aspecto do arcabouço teórico que propõe.

¹²⁸ “What is soft power? It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. [...] in behavioral terms soft power is attractive power. In terms of resources, soft-power resources are the assets that produce such attraction.”

¹²⁹ “Nye's writings present attraction as a psychological mechanism, but the psychology behind it is missing.”

Estranhamente, muitos autores e autoras, críticos ao conceito de *soft power* nos moldes estruturados por Nye, parecem estruturar suas proposições alternativas a partir do conceito de atração, o qual servirá de base, por exemplo, aos conceitos de narrativas estratégicas (ROSELLE; MISKIMMON; O'LOUGHLIN, 2013, 2014) e de investimento afetivo (SOLOMON, 2014). Até mesmo Janice Mattern (2005), responsável por uma das primeiras críticas importantes ao conceito, irá utilizar a atração – definida por ela como uma construção social, em oposição direta a ontologia dupla pela qual critica Nye (2004a) – como base para a ideia de força representacional que defende.

O produto dessas proposições alternativas parece ser o mesmo, dado que, embora produzam considerações teóricas relevantes acompanhadas de potenciais arcabouços para aplicação empírica, inevitavelmente falham em explicar os mecanismos específicos pelos quais determinado recurso pode ser empregado para alterar o comportamento de determinada audiência. Assim, recorrem ao conceito da atração como um termo guarda-chuva, o qual, supostamente, explicaria tudo – mas, na prática, não explica nada.

Logo, se o problema do conceito de *soft power* parece, na verdade, residir na ideia de atração – com todas as abordagens alternativas baseadas na mesma ideia produzindo resultados igualmente inadequados –, o primeiro passo para solucionar esse quebra-cabeças parece óbvio: abandonar a atração enquanto mecanismo causal para abordagens que se prezem a descrever o fenômeno em questão.

Notavelmente, mesmo essa ideia não é particularmente nova, sendo o ponto de partida pelo qual Todd Hall (2010) constrói sua própria proposta. Isto posto, sua abordagem também não parece adequada, uma vez que: (i) a ideia do autor consiste em desagregar o conceito de *soft power* em múltiplas categorias de análise, cada qual operando por uma via distinta, o que gera o risco incipiente de se produzir múltiplos conceitos que, em última instância, podem estar se referindo ao mesmo processo cognitivo por parte das audiências alvo; e (ii) apesar de sua crítica contundente à carência de bases teóricas da psicologia para um conceito que opera por vias psicológicas, o autor igualmente não oferece essas bases para qualquer um dos conceitos alternativos que sugere.

Assim, tendo em vista os múltiplos avanços na literatura sobre *soft power* em anos recentes, tenham sido eles propostos por Joseph Nye (2004a, 2008b, 2011, 2021) ou outros autores (HALL, 2010; LEE, 2009; MATTERN, 2005; OHNESORGE, 2020; ROSELLE; MISKIMMON; O'LOUGHLIN, 2014); e a necessidade de encontrar um mecanismo causal que ajude a explicar os fenômenos empíricos percebidos, mas não inteiramente explicados,

por pesquisas dentro desse *framework*, a presente tese argumenta por uma abordagem um pouco mais conservadora, mantendo o arcabouço construído em torno do conceito de *soft power* até onde for possível, ao passo que se busca substituir o conceito de atração por outro mecanismo que, de fato, tenha raízes e seja conceitualmente bem definido no campo da psicologia social.

7.2 UMA AVALIAÇÃO CRITERIOSA DO CONCEITO DE ATRAÇÃO

As questões de como criar e avaliar bons conceitos têm por décadas suscitado debates ontológicos e epistemológicos nas Ciências Sociais. O próprio termo “conceito” com frequência não parece bem definido, com sua estrutura teórica, sub-termos, processos e papel na construção de teoria estando imersos em um debate convoluto (BICKHARD, 2011; HOWIE; BAGNALL, 2020; LAVERTY, 2016; MACHERY, 2010; MEDIN; SMITH, 1984; SLANEY; RACINE, 2011; WEISKOPF, 2008). John Gerring, por exemplo, um dos nomes mais proeminentes nessa literatura, desenvolveu três *frameworks* com terminologias distintas, mas com múltiplas sobreposições teóricas, voltados para a construção de conceitos (GERRING, 1999, 2001, 2012). Embora nenhum desses modelos seja propriamente pensado para a avaliação de conceitos já existentes, ainda assim foram utilizados por autores como Bjørnskov e Sønderskov (2013), que recorrem ao modelo proposto por Gerring em 1999 para examinar o conceito de capital social; e Tortola (2017), que usa o modelo de 2012 para avaliar o conceito de governança multinível.

Conforme exposto por Peter Howie e Richard Bagnall (2020, p. 2), esse tipo de prática é comum, tendo em vista que os modelos teóricos disponíveis, em sua maior parte, se concentram nos processos de criação e síntese de conceitos, raramente reconhecendo a necessidade da avaliação de conceitos já empregados pela literatura e sua eventual reconceitualização, a qual acaba sendo feita de forma *post hoc* empregando *frameworks* analíticos potencialmente inapropriados. Nesse sentido, pensando em suas próprias necessidades de pesquisa, partem da revisão de 18 trabalhos selecionados sobre definição de conceitos nas Ciências Sociais para fornecer um novo arcabouço, especificamente voltado aos processos de análise e reconceitualização de conceitos já existentes, baseado na sintetização da literatura que os precedeu. Logo, tendo em vista sua atualidade, abrangência e adequação aos objetivos do presente capítulo, esse é o modelo analítico que será aqui empregado,

primeiro para avaliar o conceito de atração e, posteriormente, para avaliar as vantagens comparativas da proposição que será apresentada.

Seguindo essa linha de pensamento, um conceito é entendido como um “termo descritivo” (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 3), o que abrange sua denotação, conotação, extensão e a definição dos elementos e significados atribuídos ao termo (SALMON, 1984; SARTORI, 1984), podendo ainda incluir limites e propriedades estipulativas ou lexicais voltadas à precisão comunicacional (GARDNER, 1972). Logo, se o processo de conceitualização pode ser descrito como a atividade de formular um conceito, determinando seu escopo e propriedades ao passo que articula sua descrição (SARTORI, 1984); reconceitualização irá se referir ao processo de modificar o escopo e as propriedades de um conceito, articulando uma descrição revisada para o mesmo (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 4).

Assim, os autores supracitados derivam da literatura oito variáveis, mais ou menos contínuas, que indicam características desejáveis a um conceito e que devem guiar tanto os processos de conceitualização, quanto de reconceitualização. Quatro dessas variáveis irão se referir às “qualidades intrínsecas” de um conceito, sendo elas: (1) clareza, (2) abrangência, (3) parcimônia e (4) ressonância; duas serão voltadas a contextualização do conceito: (5) diferenciação e (6) conectividade; e duas baseadas em sua utilidade, seja ela (7) epistêmica ou (8) prática (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 7)¹³⁰.

A primeira dessas variáveis, clareza, diz respeito ao grau com que um conceito é coerente e inteligível, sem espaço para ambiguidade. Conforme descrevem, a coerência envolve o conceito ser logicamente estruturado, apresentado de forma metódica e consistente no uso de seus subtermos; ser inteligível está associado a facilidade em compreender o significado pretendido para o conceito a partir de suas estruturas semânticas; enquanto a falta de ambiguidade indica que o conceito não abre espaço para múltiplas interpretações (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 8). No contexto da literatura que trata sobre *soft power*, o conceito de atração apresenta uma clareza conceitual limitada, com sua coerência sendo afetada pela variedade de abordagens teóricas e ênfases dados por diferentes pesquisadores. Mesmo Joseph Nye, criador do conceito, varia em sua definição ao longo das diversas obras que escreveu sobre o tema (NYE, 1990a, 1990b, 2002, 2004a, 2008a, 2008b, 2011, 2013a, 2017, 2021), contribuindo para que o conceito seja pouco inteligível. A ideia de atração performa ainda pior

¹³⁰ No original: (1) *clarity*; (2) *comprehensiveness*; (3) *parsimony*; (4) *resonance*; (5) *differentiation*; (6) *connectedness*; (7) *epistemic utility*; e (8) *practical utility*.

do ponto de vista da ambiguidade, tendo em vista a completa indefinição de como o fenômeno opera em diferentes contextos, levando a uma compreensão fragmentada e diversificada.

A segunda dimensão listada por Howie e Bagnall (2020) diz respeito à abrangência do conceito, isto é, a completude com que engloba todos os significados que pretende englobar, se associando tanto a construção da conotação (sentido figurado) quanto à especificação da denotação (sentido literal). Conforme colocam, conceitos que carecem de suficiente abrangência acabam apenas transmitindo significados parciais ou incompletos de dado fenômeno, sendo insuficientes para descrevê-lo plenamente (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 10). Nesse aspecto, o conceito de atração também não se mostra muito adequado, tendo em vista a observável tendência da literatura em se focar nos recursos de *soft power*, fornecendo abordagens fragmentadas que falham em abarcar todos os elementos envolvidos no fenômeno ao qual o conceito busca descrever. Notavelmente, a pouca abrangência exibida pelo conceito da atração pode ser derivada do mau uso por parte dos pesquisadores: Solomon (2014), por exemplo, critica a falta de atenção com que os aspectos afetivos envolvidos no fenômeno são tratados pela literatura, mas o faz oferecendo uma abordagem que, por sua vez, ignora os aspectos cognitivos. Inobstante, a falta de clareza com que o conceito de atração é estruturado parece compelir esse tipo de análise, de modo que o problema ainda é conceitual.

O terceiro aspecto destacado, parcimônia, identifica o quão limitado é um conceito ao fenômeno que pretende especificar, não apresentando uma definição exageradamente ampla ou mesmo infinita. Qualquer elemento que vá além do necessário deve ser entendido como redutor de sua parcimônia. Logo, se um conceito mais simples é capaz de descrever tão bem o mesmo fenômeno quanto um conceito mais complexo, o conceito mais simples deve ser priorizado (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 10–11). Ao pensar o papel exercido pelo conceito da atração na literatura sobre *soft power*, nota-se que se trata de um conceito complexo e multifacetado, sendo, logo em sua gênese, relacionado a uma variedade de fatores, como cultura, valores e políticas de Estado. Essa complexidade, por exemplo, é o que leva Todd Hall (2010) a sugerir que o conceito de atração seja abandonado nos debates sobre *soft power*, com o segundo conceito sendo desagrupado em várias categorias de análise distintas – “múltiplos *soft powers*”, por assim dizer –, cada qual com seus próprios mecanismos e caminhos causais. Embora essa solução apresente ganhos evidentes no que diz respeito à parcimônia dos conceitos individuais, ainda está longe de ser ideal, uma vez que implica na ampliação da complexidade teórica ao passo que se utiliza de múltiplos termos distintos para um fenômeno que, potencialmente, pode ser explicado por um único conceito.

A quarta dimensão, ressonância, talvez seja aquela na qual o conceito de atração performa melhor. Conforme descrito pelos autores (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 11), essa variável se aproxima dos conceitos de familiaridade e ressonância propostos por Gerring (1999), se referindo tanto ao quão apropriado é um termo para se referir a determinado fenômeno (familiaridade) e ao quão bem o termo soa (ressonância). Embora esses elementos possam parecer subjetivos e uma preocupação menor no que se refere à validade científica, Gerring (1999, p. 370) destaca como essa é uma das razões centrais para a contínua replicação de um termo, isto é, se será ou não adotado pela academia. Howie e Bagnall (2015) demonstram isso empiricamente, apontando como, apesar da baixa clareza, abrangência e parcimônia, a elevada ressonância do conceito de “*warm-up*” parece ser a grande responsável pela adoção do termo na literatura em que é aplicado. Igualmente, nos estudos que tratam sobre *soft power*, é comum vê-lo sendo definido como “o poder da atração” (NYE, 2004a, p. 6), o que, por mais forte que possa soar enquanto definição, na prática acaba por definir muito pouco.

Avançando para as variáveis de contextualização, a primeira dimensão mencionada pelos autores é a da diferenciação, entendida como o grau com que um conceito é distinguível de outros termos relevantes ao fenômeno sendo estudado. É importante notar que a diferenciação não implica necessariamente uma completa separação entre os conceitos, sendo relevante considerar não apenas a forma como um conceito se difere de termos semelhantes, mas também a forma como se relaciona com eles (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 13). No contexto da literatura sobre *soft power*, é notável a existência de múltiplos conceitos interligados, como os de influência, persuasão, diplomacia cultural e diplomacia pública. Embora a literatura sobre *soft power* aborde a atração como um elemento central, nem sempre há uma diferenciação clara entre o termo e outros conceitos semelhantes. Conforme notado no Capítulo 2, Nye (2004a), por exemplo, introduz o conceito de diplomacia pública como um elemento associado aos conceitos de *soft power* e atração, mas sem deixar claro a relação exata entre cada elemento, revelando sérios problemas também no aspecto da diferenciação da matriz conceitual que propõe.

Ainda no tocante ao aspecto da contextualização, Howie e Bagnall (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 14) também destacam a importância da conectividade dos conceitos, isto é, a força com que um termo está substancialmente ligado a outros que são importantes em seu contexto de uso – se referindo tanto ao número de outros conceitos importantes ao qual se liga, quanto à força dessas ligações. No contexto da literatura sobre *soft power*, admite-se que os conceitos que integram essa matriz conceitual são bem interligados entre si,

todavia, da forma como são propostos e estruturados, esses conceitos apresentam uma conectividade muito baixa com termos externos a essa literatura, o que, aliado a baixa clareza e diferenciação, torna essa conectividade limitada e artificial.

As duas últimas dimensões listadas pelos autores dizem respeito à utilidade do conceito sendo analisado. Em primeiro lugar, apresentam a ideia de utilidade epistêmica, semelhante aos conceitos de utilidade teórica (GERRING, 1999), geração de teoria (FAWCETT, 1995) e produtividade (PROCHASKA; WRIGHT; VELICER, 2008), focados na capacidade de um conceito em gerar novas ideias. Conforme apontam (HOWIE; BAGNALL, 2020, p. 15), essa dimensão parte do pressuposto de que conceitos são blocos construtivos para teorias, logo, ter uma utilidade epistêmica significa que um conceito é útil para construção teórica ou enriquecimento de teorias já existentes. Novamente, é possível traçar um paralelo entre o conceito de atração e o de “*warm-up*” analisado pelos autores, com a utilidade epistêmica de ambos os casos sendo severamente limitada por sua falta de clareza, baixa diferenciação e fraqueza de suas conexões, sendo sua capacidade de contribuição teórica limitada a explicações simplórias ou generalizações amplas.

Finalmente, Howie e Bagnall (2020, p. 16) apresentam a ideia de utilidade prática, a qual identifica a capacidade de um conceito para informar o que de fato ocorre empiricamente no fenômeno que pretende descrever. Essa utilidade normalmente estará associada à própria prática profissional e acadêmica relacionada ao tema, além do quão útil o conceito é para essa prática. Do ponto de vista do uso do conceito de atração como elemento definidor para o conceito de *soft power*, o termo acaba tendo sua utilidade prática limitada por não ser capaz de explicar todas as instâncias nas quais o conceito de *soft power* é utilizado, demandando que novos termos sejam empregados para tentar explicar situações específicas (*framing agenda*, por exemplo). Essa incapacidade de explicar o fenômeno que pretende descrever pode ser vista como a grande razão pela qual proliferaram abordagens alternativas ao conceito de *soft power* baseado na atração (HALL, 2010; MATTERN, 2007, 2005; ROSELLE; MISKIMMON; O’LOUGHLIN, 2013, 2014; SOLOMON, 2014). Isto posto, a manutenção do conceito de atração como elemento basilar para essas outras abordagens também as torna problemáticas e insuficientes (BENABDALLAH, 2017). Logo, o problema central não parece estar no conceito de *soft power* propriamente dito, mas nas deficiências encontradas no conceito de atração, sendo recomendável sua substituição.

7.3 ALTERNATIVAS PARA O CONCEITO DE ATRAÇÃO: O CONCEITO DE ATITUDES

Concluída a exposição sobre os problemas que permeiam o conceito de atração nas múltiplas dimensões analisadas, cabe agora se voltar ao principal objetivo desta tese: apresentar uma alternativa que satisfaça as necessidades teóricas e empíricas envolvidas na aplicação do arcabouço teórico construído em torno do conceito de *soft power*. Para tanto, o primeiro passo parece ser retornar às origens do próprio conceito, buscando nos textos de Joseph Nye, de modo quase ginzburgueriano, por indícios que permitam conectar o termo a um corpo de literatura melhor consolidado.

Nye (1990a, p. 167) irá inicialmente definir *soft power* como “um poder indireto ou cooptativo”, que “pode repousar na atração das próprias ideias ou na capacidade de definir a agenda política de uma forma que molde as preferências que outros expressam”¹³¹. Embora definições futuras do conceito passem a se focar mais no mecanismo da atração (NYE, 2004a, 2007, 2013a, 2017), a ideia de cooptação ainda é mencionada, usualmente em contraposição ao conceito de coerção, associado pelo autor a estratégias baseadas no *hard power* (NYE, 2002, p. 9, 2008b, p. 29, 2011, p. 20). No contexto da política internacional, mesmo levando em conta que cooptação seja outro conceito que Nye parece ter proposto sem muito rigor ou atenção a quaisquer critérios, o conceito de coerção possui alguma tradição em seu uso, sendo, inclusive, apropriadamente definido pelo campo da psicologia social.

Conforme apresentado por Richard Perloff (2017, p. 30) coerção pode ser definida como “uma técnica para forçar as pessoas a agirem como o agente coercitivo quer que elas ajam – presumivelmente, contra as suas preferências”¹³². Usualmente, irá recorrer ao uso de ameaças caso o alvo das coerções não atenda às demandas impostas (FEINBERG, 1998, p. 387), ou uma predisposição implícita para causar algum tipo de dano ao receptor da mensagem (POWERS, 2007). Isto posto, estratégias coercitivas não estão necessariamente limitadas a sanções negativas, podendo envolver variados tipos de recompensas e incentivos, ao ponto que, se forem muito amplos, podem até ser interpretadas como uma armadilha (ROBERT H. GASS; JOHN SEITER, 1999, p. 26).

¹³¹ “Co-optive power can rest on the attraction of one’s idea or on the ability to set the political agenda in a way that shapes the preferences that others express”.

¹³² “a technique for forcing people to act as the coercer wants them to act—presumably contrary to their preferences.”

Essa definição é notavelmente muito próxima daquela que Nye (NYE, 1990a, p. 167) utiliza para o poder coercitivo, ou *hard power*, de modo que é seguro afirmar se tratar do mesmo conceito – e não, como é comum nessa literatura, de dois conceitos distintos que compartilham uma nomenclatura confusa. Além disso, tal qual na literatura sobre *soft power*, onde Nye (2004a, p. 8) define a coerção como parte de um contínuo comportamental que tem em sua outra ponta a cooptação, no campo da psicologia social o conceito de coerção também aparece intrinsecamente associado a outro conceito: o da persuasão.

É importante ressaltar que, nos termos expressos por autores como Perloff (1993, 2017) e Gass e Seiter (1999), coerção e persuasão não devem ser tomados como conceitos opostos, mas sim complementares e sobrepostos, com uma mensagem ou estratégia comunicacional podendo facilmente ultrapassar os limites de uma em direção a outra, ou mesmo apresentar elementos associados a ambos os conceitos. Nesse sentido, Perloff (2017, p. 31) usa o exemplo de atos terroristas para demonstrar como esses elementos se sobrepõem na política internacional:

O terrorismo é, sem dúvida, um ato coercivo: emprega ameaças de consequências terríveis e força física para obrigar os indivíduos a comportarem-se como o agente da coação quer que eles se comportem. Mas os terroristas também têm objetivos persuasivos. [...] Os terroristas cometem atos violentos para ganhar atenção e simpatia pela sua causa. Podem matar dezenas de pessoas inocentes para influenciar milhões de outras. Tentam provocar uma reação na esperança de assustar as pessoas, convencê-las a mudar o seu estilo de vida ou demonstrar que a organização terrorista continua a ser capaz de transmitir uma mensagem. A persuasão e a coerção são, por vezes, indissociáveis, sendo mais difícil de desvendar do que geralmente se supõe.¹³³

Tomando como base os critérios para avaliação de contextos sugeridos por Howie e Bagnall (2020), para além de considerar os elementos que ligam dois termos, é também necessário identificar os aspectos que os diferenciam. Para autores como Simons (1986), Gass e Seiter (1999) e Perloff (1993, 2017), a característica definidora do conceito de persuasão reside no livre-arbítrio da parte receptora, a qual deve ser “capaz de resistir a uma tentativa de influência ou de se persuadir voluntariamente a alterar uma atitude em relação a uma questão”

¹³³ “*Terrorism is unquestionably a coercive act: It employs threats of dire consequence and physical force to compel individuals to behave as the coercer wants them to behave. But terrorists also have persuasive goals. [...] Terrorists commit violent acts to gain attention and sympathy for their cause. They may kill dozens of innocent people to influence millions of others. They attempt to provoke a reaction, hoping to scare people, convince them to change their lifestyles, or demonstrate that the terrorist organization remains capable of communicating a message. Persuasion and coercion are sometimes inextricable, more difficult to unravel than is commonly assumed.*”

(PERLOFF, 2017, p. 32).¹³⁴ Essa diferenciação não deixa de ser um tanto problemática, tendo em vista que a mesma crítica levantada por Janice Mattern (2005) ao conceito de *soft power* também parece ser válida aqui, sendo necessário considerar em que medida estratégias de persuasão permitem o livre-arbítrio da parte receptora, haja visto que, se bem sucedidas, essas estratégias irão afetar diretamente a percepção da realidade por parte de seus alvos. Não obstante, a diferença funcional entre os dois processos cognitivos se mantém, uma vez que a coerção irá se basear na percepção de ameaça ou incentivo material da parte receptora, elemento ausente nos processos de persuasão.

Outra vantagem do conceito de persuasão é a clareza com que seus mecanismos funcionais são dispostos, com autores como Miller (1980) e Perloff (2017) destacando como processos de persuasão irão sempre envolver tentativas para moldar, reforçar ou alterar atitudes de um público alvo. A princípio, essa definição, baseada no conceito de atitudes, parece trazer um novo elemento conceitual ao arcabouço sendo estudado, mas, na prática, trata-se do mesmo conceito que embasa as pesquisas sobre socialização localizadas no Capítulo 3 da presente tese, revelando elevado grau de conectividade entre os termos empregados por essa literatura.

Notavelmente, o conceito de atitudes apresenta grande importância histórica para o campo da psicologia social, com autores como Watson (1925) e Thomas e Znaniecki (1918) originalmente definindo a área como o campo de estudos voltado ao conceito, então entendido como o elemento central para compreensão do comportamento humano. Embora não seja totalmente livre de indefinições conceituais, essa importância dada ao termo ao longo de décadas parece ter ajudado a consolidar um conjunto de elementos comuns em sua definição, facilitando sua aplicação em pesquisas tanto teóricas quanto empíricas.

Partindo da leitura de múltiplos textos historicamente relevantes para esse campo de estudos (ALLPORT, 1935; EAGLY; CHAIKEN, 1993; FAZIO, 1989; FISHBEIN; AJZEN, 1975), Perloff (2017, p. 87) fornece uma definição integrativa que destaca os elementos centrais do conceito de atitudes, definidas pelo autor como “avaliações globais, aprendidas a respeito de um objeto (pessoa, lugar ou assunto), que influenciam o pensamento e a ação”; conforme destaca, atitudes não devem ser tomadas como comportamentos propriamente ditos,

¹³⁴ “capable of resisting an influence attempt or of willingly persuading him or herself to alter an attitude about an issue”.

mas sim como “predisposições, tendências e estados de prontidão que guiam e orientam o comportamento de formas previsíveis, embora nem sempre racionais”.¹³⁵

Por sua vez, Olson e Kendrik (2008) ressaltam como atitudes englobam tanto aspectos positivos, quanto negativos, de sentimentos, crenças e avaliações sobre comportamentos passados, resumindo como nos sentimos a respeito de qualquer tema. Essa estrutura tripartite, hoje hegemônica em estudos do campo da psicologia social que instrumentalizam o conceito de atitudes, foi inicialmente elaborada por Zanna e Rempel (1988), que organizaram de forma heurística múltiplas abordagens antes discordantes. Sua reconceitualização em muito se aproxima daquela que Perloff (2017) sintetizaria anos depois, definindo atitudes como “uma categorização de um objeto de estímulo em uma dimensão avaliativa (isto é, uma avaliação)”, as quais “podem ser baseadas em três classes de informação: (1) informações cognitivas; (2) informações afetivas; e (3) informações referentes a comportamentos passados” (MARK P. ZANNA; JOHN K. REMPEL, 1988, p. 321).¹³⁶ Logo, como também ressaltam Olson e Kendrik (2008), contrariando crenças comuns, atitudes vão além de aspectos afetivos, incluindo um conjunto amplo de componentes que nem mesmo precisam ser consistentes entre si.

Nesse sentido, a relação entre atitudes e comportamentos se desenha na medida em que atitudes, se acessíveis, servem como filtros para o processamento de informações. Uma atitude ser acessível implica ela ser mais suscetível a ser evocada quando os agentes detentores dessa atitude se deparam com uma situação associada a ela na vida real (PERLOFF, 2017, p. 135), de modo que essas atitudes devem servir como um filtro que influencia o processamento dessas informações. A acessibilidade de uma atitude está diretamente associada à sua força, isto é, “a força da associação entre a avaliação e o objeto da atitude” (COOPER; BLACKMAN; KELLER, 2016, p. 32),¹³⁷ de modo que atitudes fortes são mais acessíveis, mais resistentes à persuasão, e com maior tendência a serem mais extremas (BASSILI, 2008; EAGLY; CHAIKEN, 1995; FAZIO, 1995; HOLLAND; VERPLANKEN; VAN KNIPPENBERG, 2002).

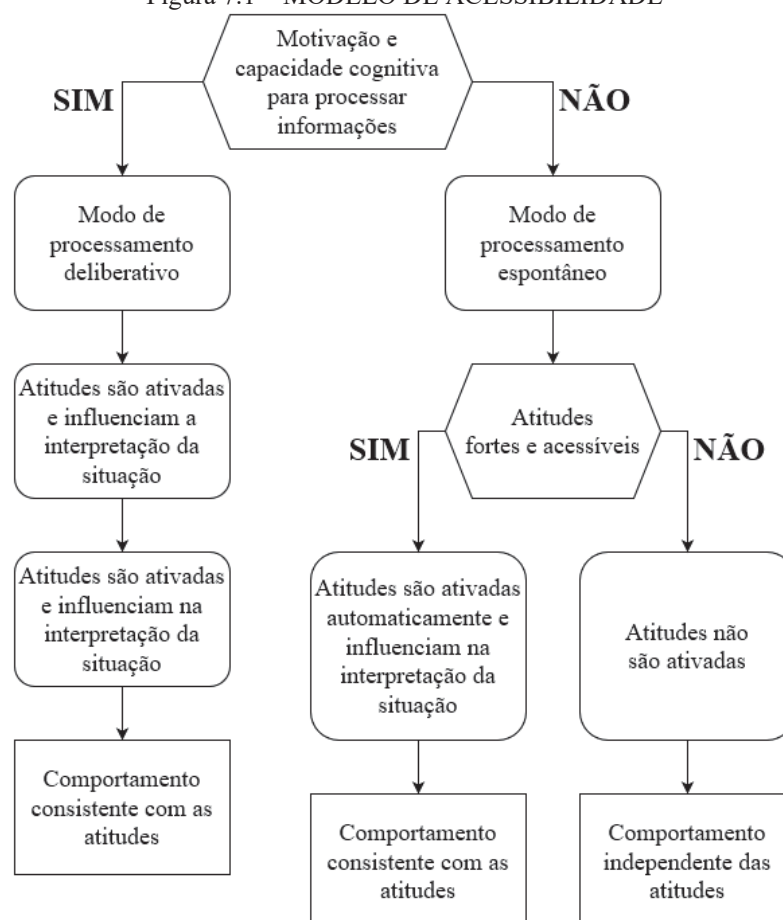
¹³⁵ “Attitude is defined as: a learned, global evaluation of an object (person, place, or issue) that influences thought and action. [...] It is a predisposition, a tendency, a state of readiness that guides and steers behavior in certain predictable, though not always rational, ways.”

¹³⁶ “We define attitude as the categorization of a stimulus object along an evaluative dimension (i.e. an evaluation). [...] we propose that such evaluation can be based upon three classes of information: (1) cognitive information, (2) affective information, and (3) information concerning past behaviors”.

¹³⁷ “the strength of an attitude is conceptualized as the strength of the association between the evaluation and the attitude object.”

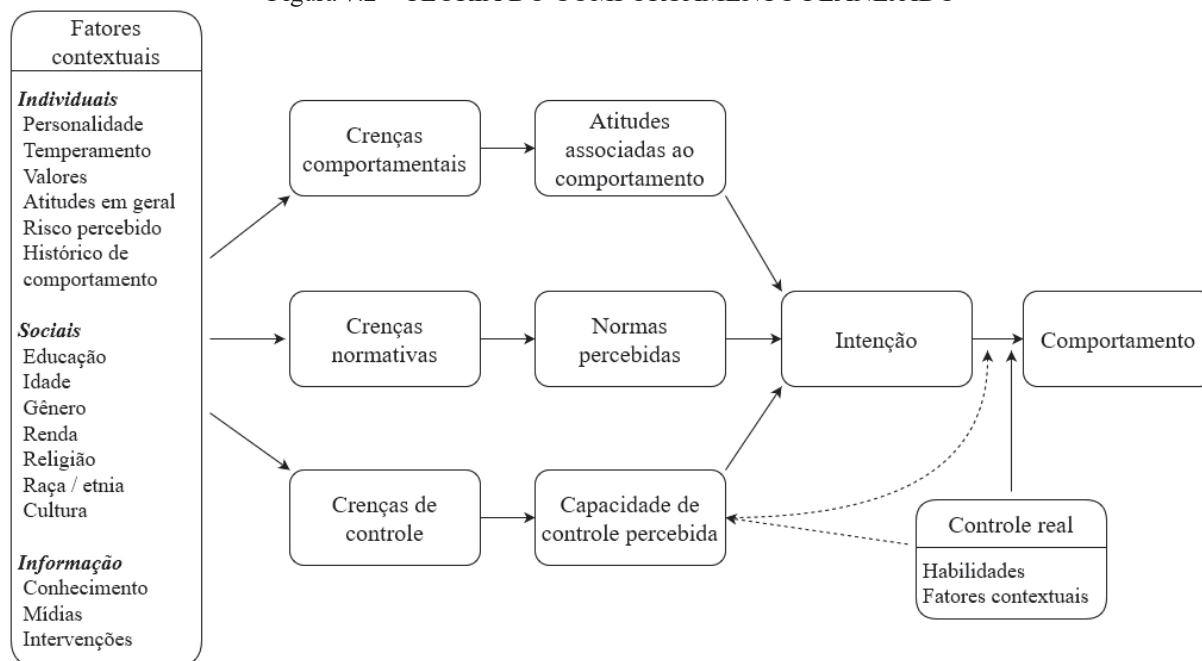
Essa literatura também está atrelada a uma série de modelos analíticos, construídos com o objetivo explícito de guiar análises de relações causais entre atitudes e comportamentos. Dois desses modelos se destacaram ao longo dos anos, sendo eles (1) o modelo de acessibilidade, apresentado na Figura 7.1; e (2) a teoria do comportamento planejado, presente na Figura 7.2. O modelo de acessibilidade é, em grande parte, estruturado em torno dos trabalhos de Russell Fazio (1989, 1990, 1995), tendo como premissa a ideia de que atitudes podem afetar comportamentos ao serem ativadas de modo deliberado, isto é, a partir de um cálculo racional; ou de forma espontânea, afetando o comportamento sem a necessidade de uma reflexão consciente por parte do indivíduo. Conforme apontado por Lima, Souza e Modesto (2023), o foco do autor recai especificamente sobre processos nos quais atitudes são ativadas automaticamente, em uma tentativa de integrar conceitualmente essa abordagem com a Teoria da Ação Racional, focada no processamento deliberado de atitudes, predominante na época que o modelo de Fazio começou a ser desenhado.

Figura 7.1 – MODELO DE ACESSIBILIDADE



Fonte: Traduzido de Fishbein e Ajzen (2010, p. 264), elaborado a partir de Fazio (1989, 1990, 1995).

Figura 7.2 – TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO



Fonte: Traduzido de Fishbein e Ajzen (2010, p. 22).

Por sua vez, a Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991) é derivada diretamente da Teoria da Ação Racional (SPERBER; FISHBEIN; AJZEN, 1980), sendo ambas focadas em explicar o papel que as atitudes desempenham na formação de cursos de comportamento. Segundo o modelo, a opção consciente por uma linha de comportamento se daria através da interação de três conjuntos de crenças, associados ao próprio comportamento, às normas sociais subjetivas e a autoeficácia – sendo esse último a principal adição da TCP em relação à TAR. Da forma como a teoria é elaborada, atitudes irão influenciar as crenças comportamentais alimentadas pelos indivíduos, isto é, aquilo que acreditam que serão as consequências de determinado comportamento e as disposições avaliativas que têm em relação a essas consequências. Por sua vez, crenças relacionadas às normas sociais subjetivas são baseadas na percepção individual das pressões sociais vigentes para se engajar ou não em determinado comportamento, estejam essas percepções corretas ou não; enquanto crenças sobre a autoeficácia estão relacionadas à percepção dos indivíduos em sua própria capacidade de realizar o curso de ação intentado – o que será intermediado pela capacidade real de ação, podendo essas percepções, tal quais as associadas às pressões sociais vigentes, estarem erradas. Logo, conforme resumido por Fishbein e Ajzen (2010, p. 21) em sua última revisão do modelo, “uma vez formadas as atitudes, a percepção das normas e a percepção do controle

comportamental, estas ficam diretamente acessíveis e disponíveis para orientar as intenções e o comportamento”.¹³⁸

Isto posto, conforme ressaltado por Cooper, Blackman e Keller (2016, p. 7), mesmo considerando a disponibilidade de modelos de análise, medir atitudes e seu impacto sobre o comportamento humano está longe de ser uma questão trivial, sobretudo uma vez considerada a multidimensionalidade dos fatores envolvidos na questão, englobando aspectos atitudinais, individuais e contextuais (PERLOFF, 2017). Essa complexidade de elementos se reflete na relação entre persuasão, atitudes e comportamentos, uma vez que, como apontado por Zimbardo e Leippe (1991, p. 31), mesmo quando a tentativa de persuasão falha em produzir alterações comportamentais, ainda pode obter sucesso em produzir uma alteração positiva nas atitudes da audiência alvo, o que eventualmente pode se converter em comportamentos favoráveis ao agente que empregou a persuasão, sendo, portanto, difícil mensurar até que ponto determinada estratégia foi eficiente ou não.

Apesar dos desafios persistentes, é importante notar que a clareza com que os conceitos em questão são dispostos implica em uma maior facilidade de sua aplicação por estudos empíricos, os quais podem se aproveitar de resultados produzidos por pesquisas anteriores sem a constante necessidade de questionar os entendimentos, adotados por esses estudos, dos termos que empregam como blocos constitutivos. Essa solidez conceitual pode ser constatada através da aplicação de um *framework* analítico voltado à análise de conceitos, tal qual o proposto por Howie e Bagnall (2020). No que diz respeito à clareza, os conceitos da literatura em questão, com destaque ao de atitudes, têm definições razoavelmente objetivas e sistematizadas, produzidas por décadas de pesquisas teóricas e empíricas sobre o tema. São igualmente abrangentes, estando nas bases históricas do campo da psicologia social. Isto posto, ainda parecem ser empregados com parcimônia, dados os limites apresentados pelos modelos que buscam estabelecer relações entre atitudes e comportamentos. Esses mesmos modelos revelam a grande conectividade dos termos trabalhados, com o conceito de atitudes também sendo instrumentalizado pela literatura que trata de processos de socialização. Apesar dessa conectividade, os conceitos ainda são facilmente distinguíveis de termos similares, com Perloff (2017, p. 34), por exemplo, discutindo as diferenças entre persuasão e propaganda; enquanto Fishbein e Ajzen (2010, p. 78) discorrem sobre a distinção entre atitude e afeto.

¹³⁸ “Once attitudes, perceived norms, and perceived behavioral control have been formed they are directly accessible and available to guide intentions and behavior.”

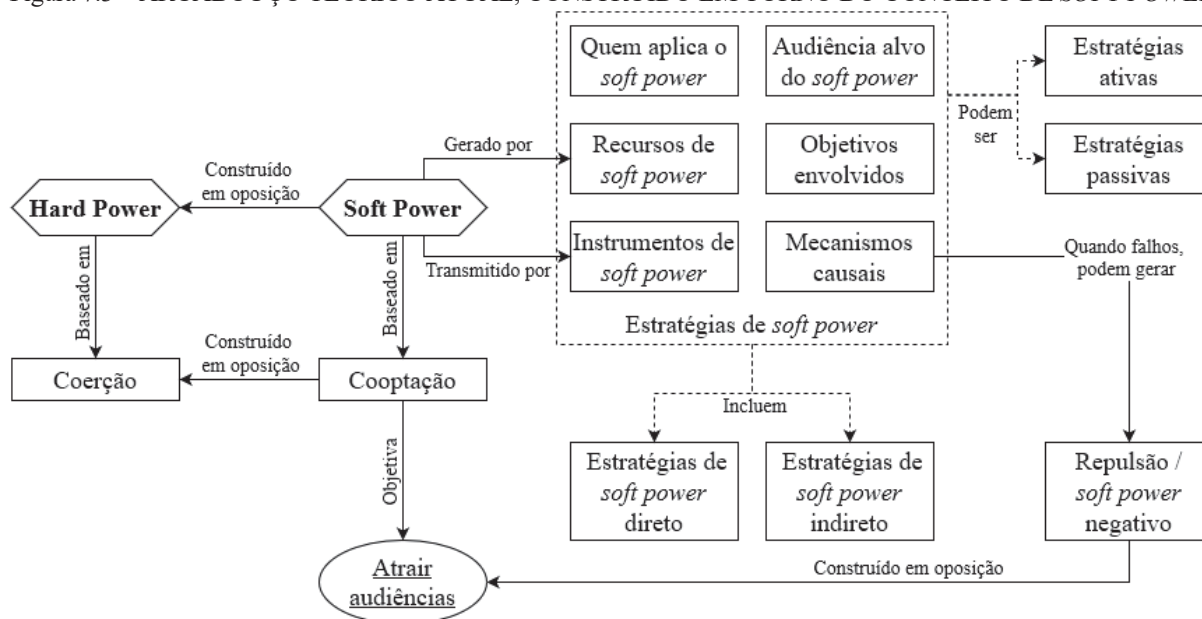
Finalmente, os conceitos trabalhados ainda apresentam importante utilidade prática e epistêmica ao campo da psicologia social, com o conceito de atitudes balizando inúmeras construções teóricas e estudos empíricos.

Logo, considerando a existente conectividade dos conceitos em questão com termos já empregados pela literatura sobre *soft power*, com destaque ao conceito de coerção; e as semelhanças entre a função epistêmica que os conceitos de persuasão e atitudes desempenham no campo da psicologia social e as aparentes funções epistêmicas pretendidas pela literatura sobre *soft power* aos conceitos de cooptação e atração, a próxima seção apresenta uma proposta de reconceitualização para o *soft power* e termos adjacentes, construída a partir da literatura por último revisada.

7.4 UMA PROPOSTA DE RECONCEITUALIZAÇÃO PARA O *SOFT POWER* A PARTIR DO CONCEITO DE ATITUDES

Revisada a literatura relevante, a tese avança agora ao seu objetivo central, isto é, a apresentação de uma proposta de reconceitualização para o conceito de *soft power*. Nesse sentido, é importante destacar que a reconceitualização aqui sugerida se constrói sobre trabalhos de múltiplos autores (BRANNAGAN; GIULIANOTTI, 2018; CHITTY, 2014; HAYDEN, 2017a, 2017b; LEE, 2009; OHNESORGE, 2020; ROSELLE; MISKIMMON; O'LOUGHLIN, 2014), incluindo o próprio Nye (2004a, 2007, 2008b, 2011, 2021). No que pese a falta de clareza conceitual derivada da manutenção do uso do conceito de atração como principal mecanismo causal, foram realizados importantes avanços no arcabouço teórico que permeia o conceito desde sua introdução, no início da década de 1990. Logo, a ideia central é tentar manter, até onde possível, o arcabouço teórico já existente na literatura, substituindo em seu mecanismo funcional os conceitos indefinidos de cooptação e atração pelos de persuasão e atitudes, conforme entendidos pela literatura do campo da psicologia social revisada na seção anterior.

A Figura 7.3 expõe o arcabouço teórico conceitual atual, construído em torno do conceito de *soft power* e elaborado a partir dos trabalhos mais relevantes associados ao tema, com destaque às obras de seu criador e principal teórico, Joseph Nye (2004a, 2007, 2008b, 2011, 2021).

Figura 7.3 – ARCABOUÇO TEÓRICO ATUAL, CONSTRUÍDO EM TORNO DO CONCEITO DE *SOFT POWER*

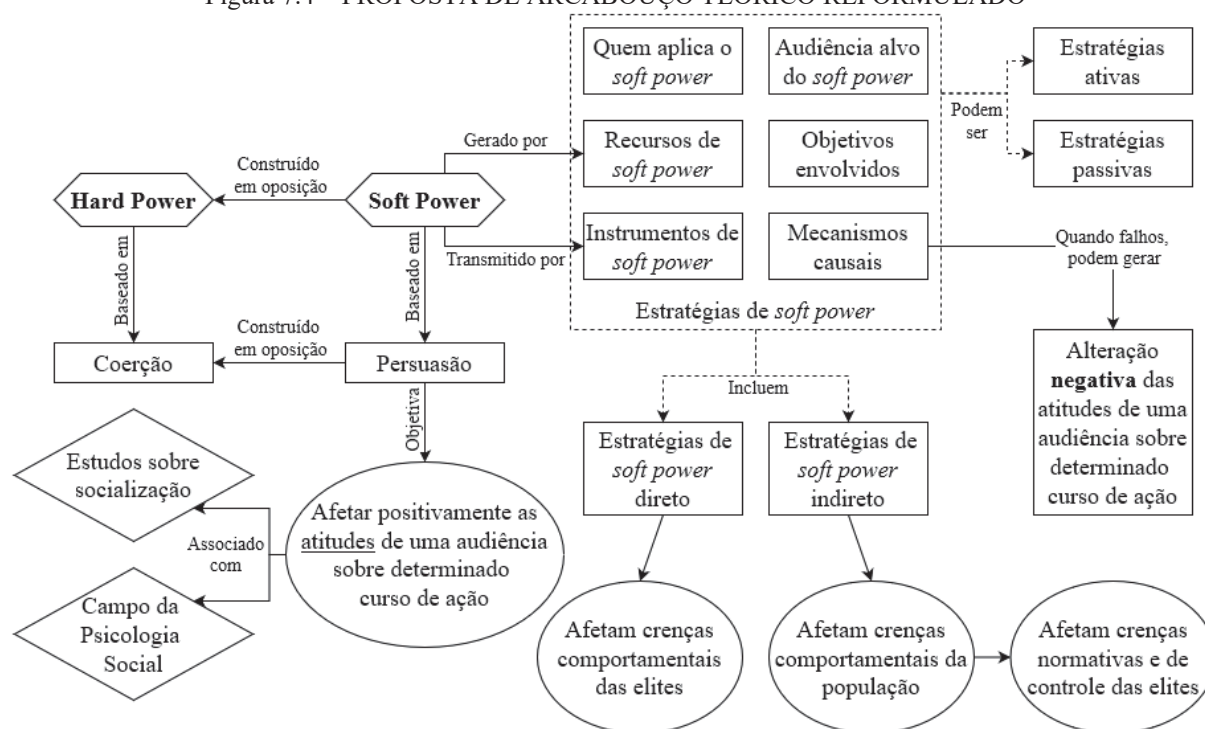
Fonte: O autor.

Segundo esse modelo, o conceito de *soft power* é baseado na ideia de cooptação, ambos sendo definidos, respectivamente, em oposição aos conceitos de *hard power* e coerção. A atração é definida como o elemento central das dinâmicas de cooptação, com estratégias baseadas em *soft power* envolvendo: um agente, que irá aplicar o *soft power*; uma audiência alvo, sobre a qual esse *soft power* será aplicado; recursos, materiais e imateriais, associados ao agente que irá aplicar o *soft power* e com potencial para gerar atração na audiência alvo; instrumentos, sob controle direto ou indireto do ator que aplica o *soft power*, utilizados para apresentar os recursos à audiência por meio de construções narrativas; os objetivos envolvidos, que irão nortear a estratégia; e os mecanismos causais, que explicam como os recursos irão gerar atração na audiência e como essa atração se converterá em uma alteração comportamental favorável ao agente que aplica o *soft power*. Essas estratégias podem ser definidas em dois eixos, com o primeiro considerando se são estratégias diretas, voltadas a elites políticas com capacidade de poder decisório; ou indiretas, voltadas a grandes grupos populacionais com o potencial para viabilizar um ambiente politicamente favorável – ou desfavorável – a determinadas decisões. Por sua vez, o segundo eixo irá considerar se essas são estratégias ativas, onde há um esforço ativo e consciente por parte do agente que aplica o *soft power* em levar sua mensagem às audiências alvo; ou passivas, dependendo de uma eventual visibilidade natural atrelada aos recursos de *soft power*, sem fazer uso de instrumentos de *soft power* para

uma construção narrativa específica.¹³⁹ Concluindo o modelo, é importante considerar a possibilidade dessas estratégias serem falhas, o que pode gerar repulsão (ou “*soft power* negativo”), efetivamente produzindo resultados opostos aos pretendidos.

Conforme notado ao longo do capítulo, o grande problema desse arcabouço repousa na indefinição dos conceitos de atração e cooptação, os quais carecem de real significado – logo, definir *soft power* como “o poder da atração” (NYE, 2004a, p. 6), na prática, representa manter seu significado em aberto, dificultando a aplicação empírica do arcabouço conceitual como um todo. É partindo dessa premissa que a Figura 7.4 apresenta uma nova proposta de arcabouço teórico, com o processo de reconceitualização sendo efetuado com base na literatura do campo da psicologia social anteriormente citada.

Figura 7.4 – PROPOSTA DE ARCABOUÇO TEÓRICO REFORMULADO



Fonte: O autor.

Como destacado anteriormente, a base da proposta consiste na substituição dos conceitos de cooptação e atração pelos de persuasão e atitudes, os quais apresentam um nível muito mais elevado de consistência em suas definições. Persuadir uma audiência implica em

¹³⁹ A ideia de instrumentos de *soft power*, assim como a diferenciação mais elaborada entre estratégias de *soft power* passivas e ativas, é retirada de Ohnesorge (2020). Os demais elementos aglutinados como partes de uma estratégia de *soft power* já estavam presentes em Lee (2009).

moldar, reforçar ou alterar atitudes desse público alvo, sendo atitudes entendidas como disposições avaliativas que favorecem determinados cursos de ação. Logo, a reconceitualização proposta para *soft power* é que o termo passe a ser entendido como “a capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o *soft power*”. O Quadro 7.1 lista essa e as definições dos subconceitos propostas para a reconceitualização do arcabouço teórico em questão:

Quadro 7.1 – DEFINIÇÕES PROPOSTAS PARA O ARCABOUÇO RECONCEITUALIZANDO

Conceito	Reconceitualização
<i>Soft power</i>	Capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o <i>soft power</i> .
Recursos de <i>soft power</i>	Recursos, materiais e imateriais, associados a determinado ator, com potencial para afetar positivamente as atitudes de uma audiência alvo.
Instrumentos de <i>soft power</i>	Elementos, materiais e imateriais, empregados por um ator para comunicar seus recursos de <i>soft power</i> a uma audiência alvo.
Estratégias de <i>soft power</i>	Estratégias adotadas por um ator A para alterar o comportamento de um ator B, elaborada a partir da alteração, provocada pelo ator A, nas atitudes de determinada audiência associada ao ator B. Irão envolver os recursos, instrumentos e objetivos do ator A; e os mecanismos pelos quais o comportamento de B pode ser afetado pelas alterações atitudinais de determinado público.
Estratégias de <i>soft power</i> ativo	Baseadas em uma estratégia comunicacional consciente, na qual os recursos de <i>soft power</i> são apresentados às audiências alvo na forma de narrativas estratégicas (ROSELLE; MISKIMMON; O’LOUGHLIN, 2013, 2014) construídas e comunicadas por meio de instrumentos de <i>soft power</i> específicos.
Estratégias de <i>soft power</i> passivo	Baseadas no potencial dos recursos de <i>soft power</i> em produzir mudanças atitudinais sem a adoção de uma estratégia comunicacional específica, com a apresentação desses recursos às audiências sendo garantida pela visibilidade que esses recursos naturalmente dispõem.
Estratégias de <i>soft power</i> direto	Em termos de política internacional, são voltadas às elites com capacidade para determinar os cursos de ação de seus Estados, com os recursos de <i>soft power</i> sendo empregados para alterar as atitudes que definem as crenças comportamentais dessas elites.
Estratégias de <i>soft power</i> indireto	Em termos de política internacional, são voltadas a parcelas da população do Estado alvo, com a alteração de suas atitudes em relação a eventuais comportamentos de seu Estado viabilizando ou inviabilizando esses cursos de ação ao afetar as crenças comportamentais e de controle das elites.
<i>Soft disempowerment</i>	Produto de uma estratégia fracassada de <i>soft power</i> , a qual, para além de não produzir alterações nas atitudes de uma audiência alvo, acaba por produzir alterações negativas nessas atitudes.

Fonte: O autor.

Além das ligações dessa nova interpretação do conceito com outros campos das Ciências Humanas – o que, potencialmente, viabiliza a adaptação e utilização de modelos, teorias e metodologias dessas outras áreas –, a reconceitualização proposta tem como vantagem integrar, em um único modelo explicativo, estratégias de *soft power* direto, indireto, sobre a própria população e as chamadas dinâmicas de “*soft power* negativo” (CALLAHAN, 2015; RUTLAND; KAZANTSEV, 2016), ou “*soft disempowerment*” (BRANNAGAN; GIULIANOTTI, 2018), outrora explicadas por Nye (2011, p. 92) através do conceito de “repulsão”, o qual também carecia de uma definição mais elaborada.

Nesse sentido, o modelo proposto é construído em grande parte tendo o TCP de Fishbein e Ajzen (2010) como ponto de partida. Em estratégias baseadas em *soft power* direto, o foco será em alterar atitudes e crenças comportamentais de uma elite com poder decisório sobre as ações de seu Estado, o que envolve afetar as expectativas de resultado que essas elites alimentam em relação a adoção de determinado comportamento e as disposições avaliativas que têm em relação a essas consequências. Estratégias nesse sentido incluem, por exemplo, o incentivo do governo norte-americano a programas de intercâmbio educacional, explorado no Capítulo 3 da presente tese e por trabalhos como o de Donglin, Dingding e Changping (2013); e estratégias destacadas por trabalhos como os de Ferguson (2012), Wilson (2015a), Kiseleva (2015), Mäkinen (2016) e Jakimów (2019), o quais encontram resultados semelhantes ao estudar as estratégias russas e chinesas, indicando como esses Estados oferecem alternativas normativas as propostas pelo Ocidente a elites de Estados periféricos, provocando uma reação atitudinal favorável nessas elites, a qual parece se converter na adoção de comportamentos a nível internacional que favorecem a Rússia e a China.

Já em estratégias baseadas em *soft power* indireto, o foco será em alterar as atitudes de parcelas significativas das populações desses Estados, viabilizando cenários que favoreçam certas opções de comportamento ao afetar as crenças normativas das elites, isto é, aquilo que interpretam como curso de ação preferido pela sociedade; as suas crenças de controle, referentes a percepção que essas elites alimentam em relação à própria capacidade de levar seu Estado a adotar determinado curso de ação; e a capacidade real dessas elites para agirem nesse sentido. Aplicando esse arcabouço em estudos empíricos prévios, Capie (2015) fornece um exemplo útil para pensar esse tipo de cenário, apresentando como projetos de assistência humanitária em situações de desastre parecem ter afetado

positivamente a opinião pública de países do Leste Asiático sobre a presença de forças militares estadunidenses em seus territórios – ou seja, alteraram a atitude dessas populações, afetando as crenças normativas e de controle por parte de suas elites nacionais em relação a sua capacidade de viabilizar a manutenção das bases estadunidenses nesses países; enquanto os resultados de Szostek (2017), Feklyunina (2016) e Keating e Kaczmarska (2017) podem ser interpretados como um processo no qual as estratégias adotadas pela Rússia provocam mudanças atitudinais positivas em parcelas das populações de Estados do Ocidente ao mesmo tempo em que reforçam atitudes negativas em outras parcelas dessas mesmas populações, tornando a política externa para a Rússia uma pauta conflituosa nas políticas domésticas de muitos desses Estados.

Uma lógica semelhante pode ser aplicada com relação ao uso do *soft power* no nível doméstico, onde uma elite busca afetar as atitudes de sua própria população sobre determinado curso de ação pretendido para seu Estado, dado que a forma como essa população irá reagir a esse curso de ação – e, sobretudo, a forma como a elite antecipa essa reação – será determinante em definir as crenças normativas e de controle dessa elite, as quais, junto de suas próprias atitudes, serão responsáveis por moldar suas intenções e comportamentos. Nesse aspecto, o trabalho de Marsden (2011) entra como um bom exemplo, apontando como o governo Obama associou a imagem da administração a um conjunto de valores e mitos fundadores da autoimagem estadunidense, o que parece ter afetado positivamente a atitude de certos grupos em relação ao governo, reduzindo os custos políticos domésticos associados às suas ações de política externa. Esse aspecto também parece estar no centro das estratégias de *soft power* chinesas, com autores como Edney (2015), Callahan (2015) e Yang (2020) apontando como boa parte dos esforços do governo estão voltados a garantir a legitimidade do PCC perante a população, o que, em termos teóricos do arcabouço proposto, pode ser interpretado como a manutenção de uma atitude positiva em relação ao partido.

Conforme mencionado, o arcabouço em questão ainda permite explicar dinâmicas de “*soft disempowerment*”, sem a necessidade de recorrer a outro conceito para explicar o mecanismo causal em questão. Como apontado por Perloff (2017), atitudes podem ser positivas ou negativas; logo, uma estratégia de *soft power* fracassada pode, para além de não produzir nenhuma reação nas audiências alvo, acabar por produzir uma mudança atitudinal negativa, efetivamente reduzindo a capacidade do agente que aplica a estratégia para produzir as alterações comportamentais desejadas – isto é, seu *soft power*. Exemplos nesse

sentido podem ser encontrados em trabalhos como os de Kurlantzick (2005) e Van Ham (2008), que exploram como a política estadunidense contribuiu para o fortalecimento do sentimento anti-americanista em audiências internacionais ao longo dos primeiros anos do século XXI. Igualmente, conforme levantado no capítulo 6, múltiplas pesquisas produziram resultados semelhantes ao estudar as estratégias de *soft power* chinesas (DING; KOSLOWSKI, 2016; GILL; HUANG, 2006; GRANT, 2020; HAGSTRÖM; NORDIN, 2019; HARTIG, 2015, 2016; HOLYK, 2011; LI, 2015; SHAMBAUGH, 2015; WUTHNOW, 2008; YANG, 2009) e russas (HUDSON, 2015; SERGUNIN; KARABESHKIN, 2015; SZOSTEK, 2015, 2016), as quais potencialmente poderiam se beneficiar de um arcabouço teórico mais claro, capaz de explicar as dinâmicas afetivas e cognitivas por trás dos processos estudados.

Isto posto, é relevante ressaltar que o arcabouço proposto apresenta relações de tipo perfeito, as quais dificilmente serão reproduzidas plenamente na empiria. Tal qual exposto pelo arcabouço original, derivado dos trabalhos de Joseph Nye (2004a, 2007, 2008b, 2011, 2021), e pela literatura sobre atitudes, extraída do campo da psicologia social, o arcabouço proposto assume que o comportamento será produzido a partir da interação de múltiplos aspectos, com estratégias baseadas em coerção e persuasão sendo empregadas simultaneamente. Nesse sentido, é importante frisar as diferenças conceituais entre *soft power* e persuasão: embora o objetivo final de ambos os processos seja provocar alterações comportamentais desejadas em uma audiência alvo e o primeiro seja baseado no segundo, a persuasão, como lembrado por por Zimbardo e Leippe (1991, p. 31), não demanda a obrigatoriedade da alteração comportamental por parte do ator persuadido – apenas sua mudança atitudinal –, enquanto a alteração comportamental será um elemento central ao conceito de poder (DAHL, 1957; PERISSINOTTO, 2008; WEBER, 2012). *Soft power* deve assim ser entendido como a capacidade de produzir uma alteração comportamental a partir de uma mudança atitudinal, ao passo que, se a alteração atitudinal ocorrer, mas não acarretar em uma mudança comportamental, considera-se que a persuasão ocorreu, mas não há *soft power*.

Visando ressaltar as vantagens da reconceitualização proposta, o Quadro 7.2 apresenta a comparação entre ela e o conceito original, seguindo os critérios para avaliação de conceitos proposto por Howie e Bagnall (2020).

Quadro 7.2 – COMPARAÇÃO ENTRE O CONCEITO ORIGINAL DE *SOFT POWER* E A PROPOSTA DE RECONCEITUALIZAÇÃO

Critério	Conceitualização original	Reconceitualização
<i>Definição</i>	“O poder da atração” (NYE, 2004a, p. 6)	Capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o <i>soft power</i> .
<i>Clareza</i>	Múltiplas definições oferecidas ao conceito principal e subconceitos, levando a uma compreensão fragmentada.	Definições objetivas e consistentes entre si para todos os termos englobados pelo arcabouço conceitual.
<i>Abrangência</i>	Foco no aspecto dos recursos, com a ligação entre eles e o fenômeno da atração não sendo adequadamente explorada.	Múltiplas dinâmicas explicas por um único arcabouço conceitual, com o conceito reestruturado de <i>soft power</i> englobando todas elas.
<i>Parcimônia</i>	Elementos variados utilizados para tentar preencher as lacunas do conceito, como atração, definição de agenda, força representacional, investimento afetivo, etc.	Arcabouço reestruturado em torno do conceito de atitudes, entendidas como disposições avaliativas que influenciam o comportamento.
<i>Ressonância</i>	Elevada ressonância, impulsionada pela simplicidade com que o conceito é construído.	Ressonância enfraquecida pelo uso de uma definição mais longa, mas mantida em um nível aceitável pela construção dessa definição se dar com base em dois termos-chave (atitudes e comportamentos).
<i>Diferenciação</i>	Múltiplos conceitos interligados, como influência, persuasão, diplomacia cultural e diplomacia pública, nem sempre distinguíveis uns dos outros.	Conceito de persuasão é utilizado como uma das bases da reconceitualização, mas a diferenciação entre persuasão e <i>soft power</i> é claramente expressa.
<i>Conectividade</i>	Internamente elevada, mas artificialmente criada pela baixa clareza e diferenciação entre os termos; externamente baixa, com poucas conexões com conceitos fora do arcabouço.	Elevada, com as conexões dentro do arcabouço sendo claras, ao passo que a reconceitualização é feita a partir de conceitos associados a outros campos do conhecimento.
<i>Utilidade epistêmica</i>	Limitada pela falta de clareza, baixa diferenciação e fraqueza das conexões.	Ampliada pela clareza com que os elementos são dispostos e pela conexão com outros campos, facilitando o aproveitamento de modelos, métodos e teorias.
<i>Utilidade prática</i>	Limitada pela definição inicial não ser capaz de explicar todas as instâncias onde o conceito de <i>soft power</i> é empregado, ao mesmo tempo que é aberta o suficiente para sugerir seu uso em situações nas quais não é apropriado.	Atinge os requisitos para ser empregada como categoria de análise ao delimitar cenários nos quais o uso do conceito é apropriado, além de guiar de modo diferenciado a análise empírica em cada tipo de cenário.

Fonte: O autor.

A análise comparativa das duas definições do conceito, amparadas pelo mencionado *framework* analítico, revela ganhos significativos nas variáveis associadas às características intrínsecas ao conceito, com a versão reestruturada sendo mais clara, abrangente e parcimoniosa, perdendo apenas um pouco de sua ressonância. Igualmente, o processo de reconceitualização a partir de conceitos já estabelecidos em outros campos acaba por garantir ganhos nas variáveis associadas à contextualização, isto é, a diferenciação e conectividade do conceito central com outros conceitos semelhantes e associados. Por fim, esses ganhos se refletem nas variáveis associadas à utilidade do conceito, com sua capacidade para uso em construções teóricas (utilidade epistêmica) e análises empíricas (utilidade prática) sendo ampliada pela clareza com que os elementos construtivos são apresentados e pela conexão com outros campos, o que facilita o aproveitamento de modelos, métodos e teorias advindos dessas outras áreas.

7.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A adequada definição de conceitos é um problema recorrente em diversos campos do conhecimento. Se, do ponto de vista teórico, os conceitos podem ser encarados como blocos construtivos que orientam a elaboração de teorias sólidas e coesas, do ponto de vista empírico eles representam ferramentas fundamentais para descrever, medir e interpretar fenômenos do mundo real. Logo, a clareza conceitual surge como um fator imperativo para o avanço da ciência, uma vez que não apenas estabelece as bases para uma investigação rigorosa e uma compreensão mais profunda da realidade observada, mas facilita a comunicação entre pesquisadores e permite o aproveitamento de pesquisas anteriores ao prover a confiança de que os termos empregados estão embasados em significados compartilhados.

Contudo, muitas vezes, a complexidade inerente a certos conceitos e a evolução natural do conhecimento podem levar a interpretações vagas ou conflitantes, minando a consistência e a comparabilidade das investigações conduzidas. No campo da política internacional, o conceito de *soft power* surge como um excelente exemplo de um conceito problemático, combinando severas imprecisões em sua elaboração, elevada popularidade e dificuldades inerentes em sua observação e mensuração empírica. No que pese os avanços propostos ao arcabouço conceitual em anos recentes, a manutenção de sua definição a partir do conceito de atração se prova problemática, conforme constado a partir da análise conduzida tendo o *framework* analítico proposto por Howie e Bagnall (2020) como base.

Como demonstrado, o conceito de atração, tal qual instrumentalizado pelas pesquisas sobre *soft power*, carece de uma definição clara, o que, conseqüentemente, implica na transferência de suas fragilidades ao próprio conceito de *soft power*.

A proposta de reconceitualização aqui apresentada, fundamentada no conceito de atitudes, surge assim como um marco crucial para avançar em direção a uma compreensão mais clara, precisa e eficaz do conceito de *soft power*. A escolha pelo arcabouço teórico que serviu de base a reconceitualização também não se deu ao acaso, uma vez que os conceitos de atitudes e persuasão parecem ocupar, no campo da psicologia social, uma função epistêmica semelhante àquela pretendida por Nye aos conceitos de atração e cooptação na literatura sobre *soft power* – com a diferença de que os primeiros apresentam definições muito mais avançadas. Destarte, ao alterar a definição do *soft power* a partir desses outros termos, se espera proporcionar uma estrutura teórica mais robusta e que abarque as diversas facetas do fenômeno identificadas pela literatura.

Nesse sentido, ainda seguindo os critérios levantados por Howie e Bagnall (2020), a avaliação comparativa entre a abordagem original e a proposta de reconceitualização evidenciou os benefícios substanciais desta última em termos de clareza, concisão, diferenciação, interconexão, utilidade epistêmica e aplicabilidade prática. Se admite que essa não é uma solução livre de problemas: uma vez que o próprio conceito de atitudes apresenta dificuldades em sua mensuração empírica, esses desafios acabam transferidos a pesquisas envolvendo o conceito de *soft power*, o qual continua a exigir desenhos metodológicos avançados e rigorosos da parte dos pesquisadores. Isto posto, se defende que a reconceitualização proposta oferece uma base teórica mais sólida para análises e pesquisas no âmbito da política internacional. Ao abraçar essa nova perspectiva, a pesquisa sobre *soft power* pode transcender as limitações anteriores e se transformar em um campo mais rigoroso e impactante, dado que a abordagem proposta oferece uma estrutura conceitual realmente capaz de orientar futuras investigações, enriquecendo a análise crítica e a formulação de políticas mais informadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A popularização de um conceito, por si só, está longe de garantir sua adequação enquanto um instrumento para construção de teorias. Conforme já apontado por Hayden (2012), no caso específico do conceito de *soft power*, essa popularização parece, ao menos parcialmente, ter sido gerada por um esforço consciente de Joseph Nye em privilegiar sua acessibilidade, construindo a definição de modo quase simplório, mas com elevada ressonância. Essa simplicidade favoreceu a propagação do termo no vocabulário de operadores da política internacional, chegando ao ponto do primeiro autor sugerir que o uso da expressão passasse a ser entendida como um ato de “performatividade efetiva”, cuja análise permitiria entender os meios pelos quais Estados adaptam sua diplomacia para refletir seus variados entendimentos sobre *soft power* e sobre a política internacional como um todo (HAYDEN, 2017a, p. 4).

Todavia, como destacado por Hall (2010), a popularização do conceito de *soft power* não foi limitada ao seu uso enquanto uma categoria prática, sendo, como demonstrado ao longo de toda a tese, empregado também como uma categoria de análise por pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam sobre o subcampo da política internacional. É precisamente nesse aspecto que a ausência de uma articulação mais rigorosa para a definição do termo se torna problemática: se assumirmos como verdadeiro o papel de conceitos enquanto blocos construtivos para teorias, articulando significados e estipulando limites e propriedades voltados à precisão comunicacional, o avanço da própria ciência demanda a criação de conceitos claros e consistentes, os quais servem de base para o compartilhamento de conhecimentos e aproveitamento de achados de pesquisas anteriores, com a convicção de que essas interpretações convergem para entendimentos comuns daquilo que está sendo dito.

A presente tese foi construída com essas problemáticas em mente, objetivando oferecer uma proposta de reconceitualização ao *soft power* que amplie sua clareza e facilite sua aplicação enquanto uma categoria de análise em estudos do campo. Partindo disso, após o capítulo introdutório, o Capítulo 2 teve o papel de fornecer as bases teóricas para o debate que seria desenvolvido nos capítulos seguintes. Nesse sentido, traçou-se uma genealogia do termo, indicando como o fenômeno ao qual se refere, apesar de, até certo ponto, ainda ser empiricamente questionável, tem por décadas sido teorizado pela literatura, com o conceito de *soft power* sendo apenas a última – e, possivelmente, a mais popular – tentativa de descrever tal fenômeno. Em seguida, foi analisada em detalhes a forma como o conceito evoluiu na obra

de Joseph Nye, autor responsável por sua proposição inicial e, como demonstrado posteriormente, ainda hoje seu principal teórico. O produto dessa análise foi a construção de um quadro detalhando a evolução do conceito na bibliografia de Nye, apontando as alterações que o termo sofreu em sua definição e os conceitos acessórios que foram sendo adicionados ao arcabouço conceitual. Daqui se extrai a primeira conclusão da tese: se a formulação inicial do termo *soft power* se deu de forma pouco criteriosa, com o autor buscando descrever os aspectos práticos de uma faceta que identificava no poder estadunidense, os escritos posteriores de Nye pouco contribuíram para melhorar a precisão conceitual, na prática oferecendo múltiplas definições com alguns poucos aspectos centrais em comum, o que colaborou para o estabelecimento de uma compreensão fragmentada dos significados por trás do conceito.

No que pese o importante trabalho de organização dessa literatura, admite-se que essa conclusão não é nova, tendo sido apontada por múltiplos autores que, em maior ou menor grau, compartilharam dessas críticas, com frequência oferecendo suas próprias alternativas para tentar superar os variados problemas notados no conceito. Nesse sentido, a última seção do Capítulo 2 foi destinada a discutir os principais textos dessa literatura, explorando conceitos como os de força representacional (MATTERN, 2005), narrativas estratégicas (ROSELLE; MISKIMMON; O'LOUGHLIN, 2013) e investimento afetivo (SOLOMON, 2014). Embora essas abordagens sejam bem sucedidas em elucidar partes do fenômeno, as quais foram originalmente articuladas de forma nebulosa pelo atual arcabouço conceitual construído em torno do conceito de *soft power*, ignoram ou encontram dificuldades em explicar outros aspectos, revelando sua baixa abrangência para tratar do fenômeno ao qual se referem. Por outro lado, a abordagem alternativa proposta por Hall (2010), que sugere desagregar o conceito em múltiplas categorias, embora apresente ganhos no que diz respeito à parcimônia individual de cada um desses novos conceitos, ainda implica na ampliação da complexidade teórica ao se utilizar de um conjunto amplo de termos distintos para se referir a fenômenos que, potencialmente, poderiam ser explicados por um único termo.

Nesse sentido, os quatro capítulos seguintes foram dedicados a explorar aspectos empíricos associados ao conceito. O Capítulo 3 busca por evidências ao *soft power* direto, isto é, aquele voltado a elites com capacidade para afetar diretamente a política externa de seu Estado. Para tanto, aplica um desenho de pesquisa focado em analisar a força da relação entre comportamento estatal e intercâmbios acadêmicos experienciados por chefes de Estado – um dos elementos comumente destacados como recurso que impacta no *soft power* direto de uma

nação. Os resultados, embora positivos, foram sutis, evidenciando as dificuldades metodológicas associadas com a exploração do fenômeno em grande escala e recorrendo a estratégias anteriormente sugeridas por Nye, com destaque à incapacidade desse desenho de pesquisa em diferenciar a profundidade, extensão e perfil das interações sociais em questão, além de ignorar fatores contextuais da política doméstica de cada país que irão impactar diretamente na capacidade desses chefes de Estado em definir suas agendas de política externa.

Por sua vez, o Capítulo 4 avança essa proposta, buscando por indícios que reforcem a existência do *soft power* indireto, voltado a afetar grandes grupos populacionais com potencial para viabilizar cenários na política doméstica mais favoráveis (ou desfavoráveis) a tomada de certas decisões de política externa. Nesse capítulo, optou-se pela adoção de um desenho de pesquisa comparativo, adotando o método da análise qualitativa comparativa de conjuntos difusos, buscando entender em quais condições o *soft power* indireto associado a uma nação surge como uma variável suficiente ou necessária para a aproximação política de dois Estados. Embora nesse capítulo os resultados tenham sido mais favoráveis no sentido de corroborar com as teorizações apresentadas por Nye, desafios ainda foram encontrados na realização do estudo, sendo derivados diretamente da dificuldade na mensuração e, até mesmo, observação empírica das variáveis sendo analisadas. Além disso, conforme constatado em um momento posterior, é necessário que estudos dessa natureza levem em consideração os graus heterogêneos que diferentes grupos sociais possuem para afetar seus ambientes políticos domésticos, de modo que pesquisas de opinião, sugeridas por Nye como um meio para mensuração do *soft power* indireto, naturalmente encontrarão dificuldades em discernir seus respondentes entre esses diferentes grupos. Destarte, as conclusões derivadas dos capítulos 3 e 4 indicam que a natureza altamente contextual das dinâmicas de *soft power*, diretamente dependentes do perfil da audiência e de características do cenário doméstico onde essa audiência está inserida, produz grandes desafios para a análise dessas dinâmicas utilizando metodologias de N-grande, ao passo que inviabiliza a construção de uma teoria geral das Relações Internacionais a partir do conceito.

Com isso em mente, os capítulos seguintes continuaram a exploração empírica do fenômeno ao qual o conceito se refere, mas adotando estratégias metodológicas focadas em entender como ele se comporta em cada caso. Embora seja possível apresentar o argumento de que a tese teria se beneficiado da condução de um estudo de caso original, se considera que seria improvável localizar qualquer exemplo que permitisse explorar todas as facetas do

fenômeno as quais o conceito se preza a descrever. Levando em consideração os objetivos de reconceitualização propostos e a necessidade de atenção à abrangência conceitual, tornou-se imperativo mobilizar um volume de dados empíricos que não seria passível de ser gerenciado por meio de metodologias de estudo de caso tradicionais. Nesse sentido, o Capítulo 5 buscou mapear os principais estudos de caso e comparativos de N-pequeno que empregaram o conceito de *soft power* como objeto teórico central em suas análises, procurando entender os padrões gerais observáveis na aplicação do conceito. Foi adotado um *framework* analítico simples e versátil, procurando nos artigos analisados pelos principais aspectos constitutivos a uma estratégia de *soft power*, com suas variáveis sendo extraídas e elaboradas a partir da literatura (LEE, 2009).

O que se viu nesse ponto foi a confirmação das deficiências já apontadas por outros autores na aplicação do conceito, a qual parece ocorrer de forma majoritariamente descritiva e pouco criteriosa. O principal problema identificado reside na indeterminação dos mecanismos causais em atuação – isto é, como os recursos estudados supostamente seriam capazes de gerar “atração” e como isso impactaria no comportamento da audiência alvo. Assim, o Capítulo 6 foi dedicado a explorar os poucos estudos que buscaram elucidar esse aspecto central das estratégias de *soft power* sendo estudadas, selecionando os trabalhos que se referiam aos três Estados mais citados pela literatura – EUA, China e Rússia – e agrupando seus resultados também com base nesses Estados. Nesse ponto, a pesquisa adotou uma abordagem inspirada em metodologias de *process tracing*, objetivando a produção de grafos causais que destacassem os arranjos nos quais essas estratégias de *soft power* parecem ser melhor sucedidas. Entre os mencionados padrões, a variável de maior destaque parece residir no quão focada são as estratégias de *soft power* em determinada audiência, com as estratégias pensadas para públicos mais específicos invariavelmente produzindo os melhores resultados para seus Estados.

Isto posto, a análise detalhada desses estudos de caso revelou aquilo que já vinha sendo teorizado ao longo da tese: as ideias de atração e, em menor medida, repulsão, servem como termos genéricos para descrever um fenômeno de natureza fundamentalmente psicológica que, em condições favoráveis, afeta o comportamento do público-alvo. Circunstancialmente, a descrição desses fenômenos pode parecer funcional e, até mesmo, ter seus demais aspectos bem detalhados; mas isso não altera o fato de que esses termos carecem de um significado bem definido, fator que parece ser o grande responsável pela compreensão difusa do conceito de *soft power*, dificultando, senão inviabilizando, o aproveitamento de

achados localizados pelas pesquisas que instrumentalizam o conceito – cada qual o entendendo de modo distinto.

Assim, o Capítulo 7 foi construído com o objetivo explícito de apresentar uma reconceitualização para o *soft power* e termos adjacentes, buscando superar a falta de clareza e melhorar a parcimônia desses termos sem perder abrangência. O ponto de partida foi a própria produção de Joseph Nye sobre o conceito, observando a inserção de termos como atração e cooptação no arcabouço conceitual proposto pelo autor e o papel epistemológico – mesmo que confuso e incerto – que esses termos parecem ocupar no mencionado arcabouço. A partir das conexões desses termos com o conceito de coerção, foi possível traçar paralelos com o campo da psicologia social, chegando então aos conceitos de persuasão e atitudes, os quais parecem ocupar funções semelhantes na construção de teorias que as pretendidas por Nye aos conceitos de cooptação e atração. Logo, a proposta de reconceitualização do *soft power* se deu com base nesses termos, defendendo que o conceito passe a ser entendido como a “capacidade de alterar as atitudes de determinada audiência de modo que essas atitudes impliquem na adoção de determinados comportamentos intencionados pelo ator que aplica o *soft power*.” Conforme demonstrado a partir do modelo de análise conceitual proposto por Howie e Bagnall (2020), essa reformulação apresenta ganhos em praticamente todas as dimensões sugeridas para aferir a qualidade de um conceito, perdendo apenas um pouco de sua ressonância.

Por fim, é relevante ressaltar que essa proposta de reconceitualização está longe de resolver todos os problemas historicamente associados a pesquisas baseadas no conceito de *soft power*. Conforme demonstrado pela análise de estudos de caso que aplicam o termo, o maior problema parece ser de ordem metodológica. Mesmo considerando o fato de que a indefinição do conceito original parece ter contribuído para essas deficiências, ainda é um grande desafio aferir a existência de um fenômeno como o *soft power*, agora definido a partir de dinâmicas atitudinais. Nesse sentido, a correta interpretação do papel que essas dinâmicas exercem sobre a política internacional parece só ser possível através do cuidadoso escrutínio de cada caso, aplicando metodologias de *process tracing* focadas em entender detalhadamente como determinado conjunto de recursos é capaz de alterar as atitudes de determinadas audiências sobre certas pautas; e como essa alteração atitudinal pode levar a uma mudança comportamental – de fato se configurando como uma dinâmica de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGADJANIAN, A.; HORIUCHI, Y. Has Trump Damaged the U.S. Image Abroad? Decomposing the Effects of Policy Messages on Foreign Public Opinion. **Political Behavior**, v. 42, n. 2, p. 581–602, 2018.
- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, n. 2, p. 179–211, 1991.
- ALLPORT, G. W. Attitudes. In: MURCHISON, C. (Ed.). . **A handbook of social psychology**. Worcester: Clark University Press, 1935. p. 798–844.
- ANDERSEN, T. B.; HARR, T.; TARP, F. On US politics and IMF lending. **European Economic Review**, v. 50, n. 7, p. 1843–1862, 2006.
- ATKINSON, C. Constructivist Implications of Material Power: Military Engagement and the Socialization of States 1972–2000. **International Studies Quarterly**, v. 50, p. 509–537, 2006.
- ATKINSON, C. Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980–“2006. **Foreign Policy Analysis**, v. 6, n. 1, p. 1–22, 2010.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. **Power and Poverty: Theory and Practice**. New York: Oxford University Press, 1970.
- BAILARD, C. China in Africa: An Analysis of the Effect of Chinese Media Expansion on African Public Opinion. **International Journal of Press/Politics**, v. 21, n. 4, p. 446–471, 2016.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. United Nations General Assembly Voting Data. **Harvard Database**, v. 18, 2009.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 2, p. 1–27, 2017.
- BAILEY, M. A.; VOETEN, E. A two - dimensional analysis of seventy years of United Nations voting. **Public Choice**, 2018.
- BAKALOV, I. Whither soft power? Divisions, milestones, and prospects of a research programme in the making. **Journal of Political Power**, v. 12, n. 1, p. 129–151, 2019.
- BALDWIN, D. Power analysis and world politics: New trends versus old tendencies. **World Politics**, v. 31, p. 161–194, 1979.
- BALDWIN, D. Power and International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. (Eds.). **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE Publications, 2013. p. 273–297.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNETT, M.; DUVALL, R. Power in International Politics. **International Organization**, v. 59, n. 1, p. 39–75, 2005.

BASSILI, J. N. Attitude strength. In: CRANO, D.; PRISLIN, R. (Eds.). **Attitudes and attitude change**. New York: Psychology Press, 2008. p. 237–260.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: Evitando Confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17–35.

BAYER, R.; KEYMAN, E. Turkey: An Emerging Hub of Globalization and Internationalist Humanitarian Actor? **Globalizations**, v. 9, n. 1, p. 73–90, fev. 2012.

BBC; GLOBESCAN. **Sharp Drop in World Views of US, UK: Global Poll**. Disponível em: <<https://globescan.com/sharp-drop-in-world-views-of-us-uk-global-poll/#background-country-by-country-results>>. Acesso em: 22 out. 2022.

BECK, P. A.; JENNINGS, M. K. Family Traditions, Political Periods, and the Development of Partisan Orientations. **Journal of Politics**, v. 53, p. 742–763, 1991.

BELLIN, E. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East. **Comparative Politic**, v. 44, n. 2, p. 127–149, 2012.

BENABDALLAH, L. Explaining attractiveness: knowledge production and power projection in China's policy for Africa. **Journal of International Relations and Development**, v. 22, n. 2, p. 495–514, 2017.

BENNIS, P. The United Nations and Palestine: partition and its aftermath—UN stance on Palestine's displacement by creation of Israel. **Arab Studies Quarterly**, v. 19, n. 3, p. 47–77, 1997.

BERENSKOETTER, F. Thinking about power. In: BERENSKOETTER, F.; WILLIAMS, M. J. (Eds.). **Power in World Politics**. New York: Routledge, 2007.

BERENSKOETTER, F.; WILLIAMS, M. J. (Eds.). **Power in World Politics**. New York: Routledge, 2007.

BERTELSEN, R. Private Foreign-Affiliated Universities, the State, and Soft Power: The American University of Beirut and the American University in Cairo. **Foreign Policy Analysis**, v. 8, n. 3, p. 293–311, 2012.

BETARELLI JUNIOR, A. A.; FERREIRA, S. DE F. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: Enap, 2018.

BEYERS, J. Conceptual and methodological challenges in the study of European socialization. **Journal of European Public Policy**, v. 17, n. 6, p. 909–920, 2010.

BICKHARD, M. H. On the concept of concept. **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 31, n. 2, p. 102–105, 2011.

BJØRNSKOV, C.; SØNDERSKOV, K. M. Is Social Capital a Good Concept? **Social Indicators Research**, v. 114, n. 3, p. 1225–1242, 2013.

BRANNAGAN, P.; GIULIANOTTI, R. The soft power-soft disempowerment nexus: The case of Qatar. **International Affairs**, v. 94, n. 5, p. 1139–1157, 2018.

BRÄUTIGAM, D.; XIAOYANG, T. Economic statecraft in China's new overseas special economic zones: Soft power, business or resource security? **International Affairs**, v. 88, n. 4, p. 799–816, 2012.

BRESLIN, S. Understanding China's Regional Rise: Interpretations, Identities and Implications. **International Affairs**, v. 85, n. 4, p. 817–835, 2009.

BROWN, R. Alternatives to soft power: Influence in French and German external cultural action. In: CHITTY, N. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. New York: Routledge, 2017.

BUKH, A. Revisiting Japan's cultural diplomacy: A critique of the agent-level approach to Japan's soft power. **Asian Perspective**, v. 38, n. 3, p. 461–485, 2014.

BYRNE, C. Australia's New Colombo Plan: Enhancing regional soft power through student mobility. **International Journal**, v. 71, n. 1, p. 107–128, 2016.

BYRNE, C.; HALL, R. Realising Australia's international education as public diplomacy. **Australian Journal of International Affairs**, v. 67, n. 4, p. 419–438, 2013.

CALLAHAN, W. A. Identity and Security in China: The Negative Soft Power of the China Dream. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 216–229, 2015.

CALLON, M. et al. From translations to problematic networks: an introduction to co-word analysis. **Social Science Information**, v. 22, n. 2, 1983.

CAMPBELL, A. K. UN Voting and Alliance Cohesion. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 1, n. 2, p. 4–16, 1971.

CAMPOS, C. R. Vantagens e Desafios Do QCA para as Relações Internacionais. **Conexão Política**, v. 6, n. 1, p. 55–70, 2017.

CAPIE, D. The United States and Humanitarian Assistance and Disaster Relief (HADR) in East Asia: Connecting Coercive and Non-Coercive Uses of Military Power. **Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 3, p. 309–331, 2015.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CERNY, P. Power and International Relations. In: HAUGAARD, M.; RYAN, K. (Eds.).

Political Power: The Development of the Field. Leverkusen: IPSA, 2012. p. 187–215.

CERVI, E. U. **Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política - Volume 2.** Curitiba: CPOP, 2019.

CHANG, Y. The Post-Pandemic World: between Constitutionalized and Authoritarian Orders – China’s Narrative-Power Play in the Pandemic Era. **Journal of Chinese Political Science**, v. 26, n. 1, p. 27–65, 2020.

CHAYES, A.; CHAYES, A. H. **The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements.** Cambridge: Harvard University Press, 1996.

CHECKEL, J. T. International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework. **International Organization**, v. 59, n. 4, p. 801–826, 2005.

CHEN, W. COVID-19 and China’s Changing Soft Power in Italy. **Chinese Political Science Review**, 2021.

CHITTY, N. **Rule of law will boost soft power.** Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/opinion/2014-11/04/content_18861042.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CHITTY, N. Soft power, civic virtue and world politics. In: CHITTY, N. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power.** New York: Routledge, 2017.

CHITTY, N. Advancing Australia through soft power: virtue & virtuosity. **Journal of International Communication**, v. 25, n. 2, p. 193–205, 2019.

CHITTY, N. World propaganda and personal insecurity: Intent, content, and contentment. In: RAWNSLEY, G.; MA, Y.; POTHONG, K. (Eds.). **Research Handbook of Political Propaganda.** London: Edward Elgar, 2021. p. 7–21.

CHO, Y. N.; JEONG, J. H. China’s Soft Power: Discussions, Resources, and Prospects. **Asian Survey**, v. 48, n. 3, p. 453–472, 1 2008.

CHONG, A. Small state soft power strategies: Virtual enlargement in the cases of the Vatican City State and Singapore. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 3, p. 383–405, 2010.

CIALDINI, R. Compliance Principles of Compliance Professionals: Psychologists of Necessity. In: ZANNA, M. P.; OLSON, J. M.; HERMAN, C. P. (Eds.). **Social Influence: The Ontario Symposium, vol. 5.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1987. p. 165–184.

COCHRANE, F. Irish-America, the end of the IRA’s armed struggle and the utility of “soft power”. **Journal of Peace Research**, v. 44, n. 2, p. 215–231, 2007.

CODATO, A.; LORENCETTI, M.; PRATA, B. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. In: BOLOGNESI, B.; SILVA, G. P. DA (Eds.). **Ciências Sociais hoje: Ciência Política.** São Paulo: Zeppelini

Publishers, 2020. p. 274–295.

COOPER, J.; BLACKMAN, S. F.; KELLER, K. T. **The science of attitudes**. New York: Routledge, 2016.

COPE, J. A. **International Military Education and Training: An Assessment**. Washington, DC: National Defense University, Institute for National Strategic Studies, 1995.

CROSS, M. K. D. Europe, a smart power? **International Politics**, v. 48, n. 6, p. 691–706, 2011.

DAHL, R. **Who Governs?: Democracy and Power in an American City**. New Haven: Yale University Press, 1961.

DAHL, R. **Análise política moderna**. 2nd. ed. Brasília: Editora UnB, 1988.

DAHL, R. A. The concept of power. **Behavioral Science**, v. 2, n. 3, p. 201–215, 1957.

DASSLER, B.; KRUCK, A.; ZANGL, B. Interactions between hard and soft power: The institutional adaptation of international intellectual property protection to global power shifts. **European Journal of International Relations**, v. 25, n. 2, p. 588–612, 2018.

DAVIS, J. A. **Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DIMITROVA, A.; PRIDHAM, G. International actors and democracy promotion in central and eastern Europe: the integration model and its limits. **Democratization**, v. 11, n. 5, p. 91–112, 2004.

DING, S.; KOSLOWSKI, R. Chinese Soft Power and Immigration Reform: Can Beijing's Approach to Pursuing Global Talent and Maintaining Domestic Stability Succeed? **Journal of Chinese Political Science**, v. 22, n. 1, p. 97–116, 2016.

DONGLIN, H.; DINGDING, C.; CHANGPING, F. Images of the United States: Explaining the attitudes of Chinese scholars and students in the United States. **Chinese Journal of International Politics**, v. 6, n. 2, p. 183–207, 2013.

DREHER, A.; NUNNENKAMP, P.; THIELE, R. Does US aid buy UN general assembly votes? A disaggregated analysis. **Public Choice**, v. 136, n. 1–2, p. 139–164, 2008.

DREHER, A.; STURM, J. E. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? **Public Choice**, v. 151, p. 363–397, 2012.

DUŞA, A. **QCA with R - A Comprehensive Resource**. New York: Springer, 2019.

EAGLY, A. H.; CHAIKEN, S. **The psychology of attitudes**. Fort Worth: Harcourt, 1993.

EAGLY, A. H.; CHAIKEN, S. Attitude strength, attitude structure, and resistance to change. In: PETTY, R. E.; KROSNICK, J. A. (Eds.). **Attitude strength: Antecedents and**

consequences. Mahwah: Erlbaum, 1995. p. 413–432.

EDNEY, K. Building National Cohesion and Domestic Legitimacy: A Regime Security Approach to Soft Power in China. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 259–272, 2015.

FAWCETT, J. **Analysis and Evaluation of Conceptual Models of Nursing.** Philadelphia: F. A. Davis, 1995.

FAZIO, R. H. On the power and functionality of attitudes: The role of attitude accessibility. In: PRATKANIS, A. R.; BRECKLER, S. J.; GREENWALD, A. G. (Eds.). **Attitude structure and function.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1989. p. 153–179.

FAZIO, R. H. Multiple processes by which attitudes guide behavior. **Advances in experimental social psychology**, v. 23, p. 75–109, 1990.

FAZIO, R. H. Attitudes as object-evaluation associations: Determinants, consequences, and correlates of attitude accessibility. In: PETTY, R. E.; KROSNICK, J. A. (Eds.). **Attitude strength: Antecedents and consequences.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

FEHER, Z. **From Integration Theory to Soft Power: Engaging Practitioners with Harvard Professor Joseph Nye.** Disponível em: <<https://sites.tufts.edu/css/from-integration-theory-to-soft-power-engaging-practitioners-with-harvard-professor-joseph-nye/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FEINBERG, J. Coercion. In: CRAIG, E. (Ed.). **Routledge encyclopedia of philosophy.** London: Routledge, 1998. p. 387–390.

FEKLYUNINA, V. Soft power and identity: Russia, Ukraine and the ‘Russian world(s)’. **European Journal of International Relations**, v. 22, n. 4, p. 773–796, 2016.

FERGUSON, C. The Strategic Use of Soft Balancing: The Normative Dimensions of the Chinese-Russian “Strategic Partnership”. **Journal of Strategic Studies**, v. 35, n. 2, p. 197–222, 2012.

FERGUSON, N. **Think Again: Power.** Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2009/11/03/think-again-power/>>. Acesso em: 1 set. 2018.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research.** Reading: Addison–Wesley, 1975.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Predicting and changing Behavior : The Reasoned Action Approach.** New York: Psychology Press, 2010.

FRELON, D. G. ReCal : Intercoder Reliability Calculation as a Web Service. **International Journal of Internet Science**, v. 5, n. 1, p. 20–33, 2010.

FREITAS, V. S.; BIZZARRO NETO, F. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 103–118, 2015.

FREYBURG, T. Transgovernmental networks as catalysts for democratic change? eu functional cooperation with arab authoritarian regimes and socialization of involved state officials into democratic governance. **Democratization**, v. 18, n. 4, p. 1001–1025, 2011.

FREYBURG, T. Transgovernmental Networks as an Apprenticeship in Democracy? Socialization into Democratic Governance through Cross-national Activities. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 1, p. 59–72, 2015.

GARDNER, P. L. Structure-of-Knowledge Theory and Science Education. **Educational Philosophy and Theory**, v. 4, n. 2, p. 25–46, 9 jan. 1972.

GERRING, J. What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. **Polity**, v. 31, n. 3, p. 357–393, 1999.

GERRING, J. **Social Science Methodology: A Criterial Framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GERRING, J. **Social Science Methodology: A Unified Framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GIBLER, D. M. International military alliances, 1648-2008. **Congressional Quarterly Press**, n. v4.1, 2009.

GIFT, T.; KRCMARIC, D. Who Democratizes? Western-educated Leaders and Regime Transitions. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 3, p. 671–701, 2017.

GILL, B. China's Global Influence: Post-COVID Prospects for Soft Power. **Washington Quarterly**, v. 43, n. 2, p. 97–115, 2020.

GILL, B.; HUANG, Y. Sources and limits of Chinese 'soft power'. **Survival**, v. 48, n. 2, p. 17–36, 2006.

GILLESPIE, M.; MCAVOY, E. Digital networks and transformations in the international news ecology: A critique of agent-centred approaches to soft power. In: CHITTY, N. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. New York: Routledge, 2017.

GOLDTHAU, A.; SITTER, N. Soft power with a hard edge: EU policy tools and energy security. **Review of International Political Economy**, v. 22, n. 5, p. 941–965, 2015.

GRANT, A. Crossing Khorgos: Soft power, security, and suspect loyalties at the Sino-Kazakh boundary. **Political Geography**, v. 76, p. 102070, 2020.

GREENHILL, B. The company you keep: International socialization and the diffusion of human rights norms. **International Studies Quarterly**, v. 54, n. 1, p. 127–145, 2010.

GRIX, J.; HOULIHAN, B. Sports mega-events as part of a nation's soft power strategy: The cases of Germany (2006) and the UK (2012). **British Journal of Politics and International Relations**, v. 16, n. 4, p. 572–596, 2014.

HAGSTRÖM, L.; NORDIN, A. China's "politics of harmony" and the quest for soft power in international politics. **International Studies Review**, v. 22, n. 3, p. 507–525, 2019.

HALL, T. An Unclear Attraction: A Critical Examination of Soft Power as an Analytical Category. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 2, p. 189–211, 2010.

HALPERIN, S.; HEATH, O. **Political Research - Methods and Practical Skills**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

HARTIG, F. Communicating China to the World: Confucius Institutes and China's Strategic Narratives. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 245–258, 2015.

HARTIG, F. How China understands public diplomacy: The importance of national image for national interests. **International Studies Review**, v. 18, n. 4, p. 655–680, 2016.

HAYDEN, C. **The Rhetoric of Soft Power: Public Diplomacy in Global Contexts**. Plymouth: Lexington Books, 2012.

HAYDEN, C. Scope, mechanism, and outcome: Arguing soft power in the context of public diplomacy. **Journal of International Relations and Development**, v. 20, n. 2, p. 331–357, 2017a.

HAYDEN, C. Technologies of influence: The materiality of soft power in public diplomacy. In: CHITTY, N. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. New York: Routledge, 2017b. p. 187–202.

HENG, Y. Mirror, mirror on the wall, who is the softest of them all? Evaluating Japanese and Chinese strategies in the "soft" power competition era. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 10, n. 2, p. 275–304, 2010.

HENG, Y. Beyond "kawaii" pop culture: Japan's normative soft power as global trouble-shooter. **Pacific Review**, v. 27, n. 2, p. 169–192, 2014.

HILL, F. Moscow discovers soft power. **Current History**, p. 341–347, 2006.

HOLLAND, R. W.; VERPLANKEN, B.; VAN KNIPPENBERG, A. On the nature of attitude-behavior relations: the strong guide, the weak follow. **European Journal of Social Psychology**, v. 32, n. 6, p. 869–876, nov. 2002.

HOLLOWAY, S. Forty Years of United Nations General Assembly Voting. **Canadian Journal of Political Science**, v. 23, n. 02, p. 279, 2009.

HOLMES, J.; YOSHIHARA, T. China's naval ambitions in the Indian Ocean. **Journal of Strategic Studies**, v. 31, n. 3, p. 367–394, 2008.

HOLYK, G. G. Paper Tiger? Chinese soft power in East Asia. **Political Science Quarterly**, v. 126, n. 2, p. 223–254, 2011.

HORVATH, R. The Reinvention of 'Traditional Values': Nataliya Narochitskaya and

Russia's Assault on Universal Human Rights. **Europe - Asia Studies**, v. 68, n. 5, p. 868–892, 2016.

HOWIE, P. C.; BAGNALL, R. The transmogrification of warm-up: From drama to psychodrama. **The Arts in Psychotherapy**, v. 44, p. 35–44, 2015.

HOWIE, P. C.; BAGNALL, R. G. A Criterial Framework for Concept Evaluation in Social Practice and Scholarship. **Sociological Methods and Research**, v. 49, n. 3, p. 719–741, 2020.

HUDSON, V. “Forced to Friendship”? Russian (Mis-)Understandings of Soft Power and the Implications for Audience Attraction in Ukraine. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 330–346, 2015.

HUNTER, A. Soft power: China on the global stage. **Chinese Journal of International Politics**, v. 2, n. 3, p. 373–398, 2009.

HYDE-PRICE, A. “Normative” power Europe: A realist critique. **Journal of European Public Policy**, v. 13, n. 2, p. 217–234, 2006.

ICHIHARA, M. Making the Case for Soft Power. **SAIS Review of International Affairs**, v. 26, n. 1, p. 197–200, 2006.

IPEK, P. Ideas and change in foreign policy instruments: Soft power and the case of the Turkish international cooperation and development agency. **Foreign Policy Analysis**, v. 11, n. 2, p. 173–193, 2013.

JACKSON, N. The role of external factors in advancing non-liberal democratic forms of political rule: A case study of Russia's influence on Central Asian regimes. **Contemporary Politics**, v. 16, n. 1, p. 101–118, 2010.

JAKIMÓW, M. Desecuritisation as a soft power strategy: the Belt and Road Initiative, European fragmentation and China's normative influence in Central-Eastern Europe. **Asia Europe Journal**, v. 17, n. 4, p. 369–385, 2019.

JAKOBSEN, P.; RINGSMOSE, J.; SAXI, H. Prestige-seeking small states: Danish and Norwegian military contributions to US-led operations. **European Journal of International Security**, v. 3, n. 2, p. 256–277, 2018.

Jl, L. Measuring soft power. In: CHITTY, N. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. New York: Routledge, 2017.

JOHNSTON, A. I. Treating international institutions as social environments. **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 4, p. 487–515, 2001.

KATSUMATA, H. Japanese popular culture in East Asia: A new insight into regional community building. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 12, n. 1, p. 133–160, 2012.

KEATING, V.; KACZMARSKA, K. Conservative soft power: liberal soft power bias and the ‘hidden’ attraction of Russia. **Journal of International Relations and Development**, v. 22,

n. 1, 2017.

KEGLEY JR., C. W.; HOOK, S. J. U.S. foreign aid and U.N. voting: did Reagan's linkage strategy buy defence or defiance? **International Studies Quarterly**, n. 35, p. 295–312, 1991.

KEGLEY JR., C. W.; MCGOWAN, P. J. **The Political Economy of Foreign Policy**. Beverly Hills: SAGE Publications, 1981.

KELLEY, J. International Actors on the Domestic Scene: Membership Conditionality and Socialization by International Institutions. **International Organization**, v. 58, n. 3, p. 425–457, 2004.

KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers - Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. Londres: Unwin Hyman, 1988.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 2nd. ed. New York: Pearson, 1997.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. Power and Interdependence in the Information Age. **Foreign Affairs**, v. 77, n. 5, p. 81–94, 1998.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 4th. ed. New York: Pearson, 2012.

KIM, S. Y.; RUSSETT, B. The new politics of voting alignments in the United Nations General Assembly. **International Organization**, v. 50, n. 04, p. 629, 1996.

KISELEVA, Y. Russia's Soft Power Discourse: Identity, Status and the Attraction of Power. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 316–329, 2015.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. 2nd. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2004.

KURLANTZICK, J. The decline of American soft power. **Current History**, v. 104, p. 419–424, 2005.

KURLANTZICK, J. **Charm offensive: how China's soft power is transforming the world**. New Haven: Yale University Press, 2007.

LACLAU, E. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, M. (Eds.). **Laclau: A Critical Reader**. London and New York: Routledge, 2004. p. 279–329.

LACLAU, E. **On Populist Reason**. London and New York: Verso, 2005.

LAMS, L. Examining Strategic Narratives in Chinese Official Discourse under Xi Jinping. **Journal of Chinese Political Science**, v. 23, n. 3, p. 387–411, 2018.

LAVERTY, M. J. Thinking my way back to you: John Dewey on the communication and formation of concepts. **Educational Philosophy and Theory**, v. 48, n. 10, p. 1029–1045, 2016.

ago. 2016.

LEE, G. A theory of soft power and Korea's soft power strategy. **Korean Journal of Defense Analysis**, v. 21, n. 2, p. 205–218, 2009.

LEE, S. The Theory and Reality of Soft Power: Practical Approaches in East Asia. In: LEE, S. J.; MELISSEN, J. (Eds.). **Public Diplomacy and Soft Power in East Asia**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 11–32.

LI, M. Domestic Sources of China's Soft Power Approach. **China Security**, v. 5, n. 2, p. 55–70, 2009.

LI, M. The People's Liberation Army and China's Smart Power Quandary in Southeast Asia. **Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 3, p. 359–382, 2015.

LIANG, W. China's soft power in Africa: Is economic power sufficient? **Asian Perspective**, v. 36, n. 4, p. 667–692, 2012.

LIMA, M. R. S. DE. A atualidade do pensamento de Hans Morgenthau. **Relações Internacionais**, n. 58, p. 27–40, 2018.

LIMA, T. J. S. DE; SOUZA, L. E. C. DE; MODESTO, J. G. Atitudes. In: ANA RAQUEL ROSAS TORRES et al. (Eds.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 3ª edição ed. São Paulo: Blucher, 2023.

LOCK, E. Soft power and strategy: developing a 'strategic' concept of power. In: PARMAR, I.; COX, M. (Eds.). **Soft Power and US Foreign Policy**. Nova York: Routledge, 2010.

LOMER, S. Soft power as a policy rationale for international education in the UK: a critical analysis. **Higher Education**, v. 74, n. 4, p. 581–598, 2017.

LUKES, S. **Power: A Radical View**. 2ª ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005.

LUKES, S. Power and the battle for hearts and minds: on the bluntness of soft power. In: BERENSKOETTER, F.; WILLIAMS, M. J. (Eds.). **Power in World Politics**. Nova York: Routledge, 2007. p. 83–97.

LYOTARD, J.-F. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.

MACHERY, E. Précis of Doing without Concepts. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 2–3, p. 195–206, 29 jun. 2010.

MÄKINEN, S. In Search of the Status of an Educational Great Power? Analysis of Russia's Educational Diplomacy Discourse. **Problems of Post-Communism**, v. 63, n. 3, p. 183–196, 2016.

MALEY, W. Asylum-seekers in Australia's international relations. **Australian Journal of International Affairs**, v. 57, n. 1, p. 187–202, 2003.

MANNERS, I. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms? **JCMS-JOURNAL OF COMMON MARKET STUDIES**, v. 40, n. 2, p. 235–258, 2002.

MARK P. ZANNA; JOHN K. REMPEL. Attitudes: a new look at an old concept. In: **The social psychology of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 315–334.

MARSDEN, L. Religion, identity and American power in the age of Obama. **International Politics**, v. 48, n. 2–3, p. 326–343, 2011.

MATTERN, J. Why “soft power” isn’t so soft: Representational force and attraction in world politics. In: BERENSKOETTER, F.; WILLIAMS, J. M. (Eds.). **Power in World Politics**. New York: Routledge, 2007. p. 98–119.

MATTERN, J. B. Why ‘Soft Power’ Isn’t So Soft: Representational Force and the Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 33, n. 3, p. 583–612, 2005.

MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. M. Leaving theory behind: Why simplistic hypothesis testing is bad for International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 427–457, 2013.

MEDIN, D. L.; SMITH, E. E. Concepts and Concept Formation. **Annual Review of Psychology**, v. 35, n. 1, p. 113–138, 1984.

MELISSEN, J. The New Public Diplomacy: Between Theory and Practice. In: MELISSEN, J. (Ed.). **The new public diplomacy: soft power in international relations**. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 3–27.

MILLER, A. H. Promoting Democratic Values in Transitional Societies through Foreign Aid. **Midwest Political Science Association Annual Meeting**, 2006.

MILLER, G. R. On being persuaded: Some basic distinctions. In: ROLOFF, M. E.; MILLER, G. R. (Eds.). **Persuasion: New directions in theory and research**. Beverly Hills: Sage, 1980. p. 11–28.

MINGJIANG, L. China debates soft power. **Chinese Journal of International Politics**, v. 2, n. 2, p. 287–308, 2008.

MORAVCSIK, A. Explaining International Human Rights Regimes: Liberal Theory and Western Europe. **European Journal of International Relations**1, v. 1, p. 157–190, 1995.

MORGAN, P. Can China’s Economic Statecraft Win Soft Power in Africa? Unpacking Trade, Investment and Aid. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 387–409, 2019.

MORGENTHAU, H. **A Política Entre as Nações - A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MORRISS, P. **Power: A Philosophical Analysis**. 2^a ed. Manchester: Manchester University Press, 2002.

NAFSA. **In America's Interest: Welcoming International Students**, 2003. Disponível em: <https://www.nafsa.org/sites/default/files/ektron/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Public_Policy/in_america_s_interest.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020

NAPIER, R. W.; GERSHENFELD, M. K. **Groups: Theory and Experience**. 4th Ed. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1987.

NISBETT, R. E.; COHEN, D. **Culture of Honor: The Psychology of Violence in the South**. Boulder: Westview Press, 1996.

NORDIN, A. How soft is “soft power”? Unstable dichotomies at expo 2010. **Asian Perspective**, v. 36, n. 4, p. 591–613, 2012.

NOVELLI, D. H.; PEREIRA, A. E. The Use of The Soft Power Concept in Empirical Studies. In: CHITTY, N.; JI, L.; RAWNSLEY, G. D. (Eds.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. 2nd Edition. New York: Routledge, 2023a.

NOVELLI, D.; PEREIRA, A. The Role of International Institutions in Promoting Democracy: a Brief Literature Review of Recent Studies (2010-2019). **Mural Internacional**, v. 11, 2020.

NOVELLI, D.; PEREIRA, A. E. “Nosso mais valioso recurso”: mensurando o impacto dos programas de intercâmbio estadunidenses sobre o comportamento internacional de outros Estados. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 10, n. 3, p. 7–20, 23 jul. 2023b.

NYE, J. **Bound to lead : the changing nature of American power**. New York: Basic Books, 1990a.

NYE, J. Soft Power. **Foreign Policy**, n. 80, p. 153–171, 1990b.

NYE, J. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NYE, J. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Cambridge: Public Affairs, 2004a.

NYE, J. Soft Power and American Foreign Policy. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 2, p. 255–270, 2004b.

NYE, J. **The Rise of China's Soft Power**. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB113580867242333272>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

NYE, J. **Think Again: Soft Power**. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NYE, J. Notes on a soft-power research agenda. In: BERENSKOETTER, F.; WILLIAMS, M.

(Eds.). **Power in World Politics**. New York: Routledge, 2007.

NYE, J. Public diplomacy and soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94–109, 2008a.

NYE, J. **The Powers to Lead**. Oxford: Oxford University Press, 2008b.

NYE, J. Recovering American leadership. **Survival**, v. 50, n. 1, p. 55–68, 2008c.

NYE, J. Get Smart - Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**, v. 88, n. 4, p. 160–163, 2009.

NYE, J. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, J. **What China and Russia Don't Get About Soft Power**. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2013/04/29/what-china-and-russia-dont-get-about-soft-power/>>. Acesso em: 18 fev. 2023a.

NYE, J. **Presidential Leadership and the Creation of the American Era**. Princeton: Princeton University Press, 2013b.

NYE, J. **Is the American Century Over?** Cambridge: Polity Press, 2015.

NYE, J. Soft power: the origins and political progress of a concept. **Palgrave Communications**, v. 3, n. 1, p. 2016–2018, 2017.

NYE, J. **Do morals matter? Presidents and foreign policy from FDR to Trump**. New York: Oxford University Press, 2020. v. 21

NYE, J. Soft power: the evolution of a concept. **Journal of Political Power**, v. 14, n. 1, p. 196–208, 2021.

NYE, J.; OWENS, W. America's Information Edge. **Foreign Affairs**, v. 75, n. 2, p. 20–36, 1996.

NYE, J. S. Public diplomacy and soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94–109, 2008d.

OĞUZLU, T. Soft power in Turkish foreign policy. **Australian Journal of International Affairs**, v. 61, n. 1, p. 81–97, 2007.

OHNESORGE, H. W. **Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations**. Cham: Springer, 2020.

OLSON, M.; KENDRIK, R. Origins of Attitudes. In: CRANO, W. D.; PRISLIN, R. (Eds.). **Attitudes and attitude change**. New York: Psychology Press - Taylor & Francis Group, 2008. p. 111–130.

OTMAZGIN, N. Contesting soft power: Japanese popular culture in East and Southeast Asia.

International Relations of the Asia-Pacific, v. 8, n. 1, p. 73–101, 2008.

PERISSINOTTO, R. Poder: imposição ou consenso ilusório? In: **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 29–58.

PERISSINOTTO, R.; NUNES, W. **Introdução aos métodos qualitativos**: Comparação Histórica, QCA e *Process Tracing*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

PERLOFF, R. M. **The dynamics of persuasion**. Hillsdale: Erlbaum, 1993.

PERLOFF, R. M. **The Dynamics of Persuasion - Communication and Attitudes in the 21st Century**. 6th Editio ed. New York: Routledge, 2017.

PEVEHOUSE, J. C. With a Little Help from My Friends? Regional Organizations and the Consolidation of Democracy. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 611–626, 2002a.

PEVEHOUSE, J. C. Democracy from the Outside-In? International Organizations and Democratization. **International Organization**, v. 56, n. 3, p. 515–549, 2002b.

POTRAFKE, N. Does government ideology influence political alignment with the U. S.? An empirical analysis of voting in the UN General Assembly. **Review of International Organizations**, v. 4, p. 245–268, 2009.

POWELL, C. L. **Statement on International Education Week 2001**, 2001. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/4462.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2020

POWERS, P. Persuasion and coercion: A critical review of philosophical and empirical approaches. **HEC Forum**, v. 19, p. 125–143, 2007.

PROCHASKA, J. O.; WRIGHT, J. A.; VELICER, W. F. Evaluating Theories of Health Behavior Change: A Hierarchy of Criteria Applied to the Transtheoretical Model. **Applied Psychology**, v. 57, n. 4, p. 561–588, out. 2008.

RAGIN, C. C. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Oakland: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. C. **Constructing Social Research: the unity and diversity of method**. Thousand Oaks, Califórnia: SAGE Publications, 1994.

RAGIN, C. C. **Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RAIMONDO, E. Getting practical with causal mechanisms: The application of process-tracing under real-world evaluation constraints. **New Directions for Evaluation**, n. 167, p. 45–58, 2020.

RICHMOND, Y. **Cultural Exchange and the Cold War: Raising the Iron Curtain**.

University Park: Pennsylvania State University Press, 2003.

ROBERT H. GASS; JOHN SEITER. **Persuasion, social influence, and compliance gaining**. Needham Heights: Allyn & Bacon, 1999.

ROCKOWER, P. S. Projecting Taiwan: Taiwan's Public Diplomacy Outreach. **Issues and Studies**, v. 47, n. 1, p. 107–152, 2011.

ROSE, A. K. Like Me, Buy Me: The Effect of Soft Power on Exports. **Economics & Politics**, v. 28, n. 2, p. 216–232, jul. 2016.

ROSELLE, L.; MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B. **Strategic Narratives: Communication Power and the New World Order**. New York: Routledge, 2013.

ROSELLE, L.; MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B. Strategic narrative: A new means to understand soft power. **Media, War and Conflict**, v. 7, n. 1, p. 70–84, 2014.

RUBY, T. Z.; GIBLER, D. US professional military education and democratization abroad. **European Journal of International Relations**, v. 16, n. 3, p. 339–364, 2010.

RUSSEL, B. **Power: A new social analysis**. London: Routledge, 2004.

RUTLAND, P.; KAZANTSEV, A. The limits of Russia's 'soft power'. **Journal of Political Power**, v. 9, n. 3, p. 395–413, 2016.

SAARI, S. Russia's Post-Orange Revolution Strategies to Increase its Influence in Former Soviet Republics: Public Diplomacy po russkii. **Europe - Asia Studies**, v. 66, n. 1, p. 50–66, 2014.

SALMON, W. C. **Logic**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

SARTORI, G. Guidelines for Concept Analysis. In: SARTORI, G. (Ed.). **Social Science Concepts: A Systematic Analysis**. London: Sage, 1984. p. 15–85.

SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHREIER, M. **Qualitative Content Analysis in Practice**. London: SAGE Publications, 2012.

SELLTIZ, C. et al. **Attitudes and Social Relations of Foreign Students in the United States**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1963.

SERGUNIN, A.; KARABESHKIN, L. Understanding Russia's Soft Power Strategy. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 347–363, 2015.

SHAMBAUGH, D. China's Soft-Power Push: The Search for Respect. **Foreign Affairs**, 2015.

SHAW, T.; COOPER, A.; CHIN, G. Emerging powers and Africa: Implications for/from global governance? **Politikon**, v. 36, n. 1, p. 27–44, 2009.

SHEPHERD, A. J. K. ‘A milestone in the history of the EU’: Kosovo and the EU’s international role. **International Affairs**, v. 85, n. 3, p. 513–530, 2009.

SHIH, C. Y. Assigning Role Characteristics to China: The Role State Versus The Ego State. **Foreign Policy Analysis**, v. 8, n. 1, p. 71–91, 2012.

SIDIROPOULOS, E. South Africa’s soft power. **Current History**, n. May, p. 1–10, 2014.

SIMONS, H. W. **Persuasion: Understanding practice**. New York: McGraw-Hill, 1986.

SLANEY, K. L.; RACINE, T. P. On the ambiguity of concept use in psychology: Is the concept “concept” a useful concept? **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 31, n. 2, p. 73–89, 2011.

SMALL, H. Co-citation in the scientific literature: A new measure of the relationship between two documents. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 24, n. 4, p. 265–269, 1973.

SMITH, M. A liberal grand strategy in a realist world? Power, purpose and the EU’s changing global role. **Journal of European Public Policy**, v. 18, n. 2, p. 144–163, 2011.

SMITHSON, M. **Fuzzy Set Analysis for the Behavioral and Social Sciences**. New York: Springer-Verlag, 1987.

SMYTH, R. Mapping US public diplomacy in the 21st century. **Australian Journal of International Affairs**, v. 55, n. 3, p. 421–444, 2001.

SOLOMON, T. The affective underpinnings of soft power. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 3, p. 720–741, 2014.

SPERBER, B. M.; FISHBEIN, M.; AJZEN, I. Predicting and understanding women’s occupational orientations: Factors underlying choice intentions. In: FISHBEIN, M.; AJZEN, I. (Eds.). **Understanding attitudes and predicting social behavior**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1980. p. 113–129.

STRYKER, S.; STATHAM, A. Symbolic Interaction and Role Theory. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Eds.). **The Handbook of Social Psychology**. New York: Random House, 1985. p. 311–378.

SUSSKIND, L. **Environmental Diplomacy: Negotiating More Effective Global Agreements**. London: Oxford University Press, 1994.

SUZUKI, K. The contest for leadership in East Asia: Japanese and Chinese approaches to outer space. **Space Policy**, v. 29, n. 2, p. 99–106, 2013.

SZOSTEK, J. Russia and the News Media in Ukraine: A Case of “Soft Power”? **East**

European Politics and Societies, v. 28, n. 3, p. 463–486, 2014.

SZOSTEK, J. Russian influence on news media in Belarus. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 48, n. 2–3, p. 123–135, 2015.

SZOSTEK, J. Defence and promotion of desired state identity in Russia's strategic narrative. **Geopolitics**, v. 22, n. 3, p. 571–593, 2016.

SZOSTEK, J. The Power and Limits of Russia's Strategic Narrative in Ukraine: The Role of Linkage. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 2, p. 379–395, 2017.

TELECHI, A. V.; NOVELLI, D. Um conto de duas cidades: uma revisão bibliométrica dos 30 anos de pesquisa acadêmica sobre o Mercosul. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 3, p. 91–118, 2021.

THACKER, S. C. The high politics of IMF lending. **World Politics**, v. 52, p. 38–75, 1999.

THE ECONOMIST. **The red carpet**. Disponível em: <<https://www.economist.com/christmas-specials/2013/12/21/the-red-carpet>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America**. Boston: Badger, 1918.

TORTOLA, P. D. Clarifying multilevel governance. **European Journal of Political Research**, v. 56, n. 2, p. 234–250, 2017.

TSOURAPAS, G. Authoritarian emigration states: Soft power and cross-border mobility in the Middle East. **International Political Science Review**, v. 39, n. 3, p. 400–416, 2018.

TSYGANKOV, A. If not by tanks, then by banks? The role of soft power in Putin's foreign policy. **Europe - Asia Studies**, v. 58, n. 7, p. 1079–1099, 2006.

TSYGANKOV, A. P. Moscow's Soft Power Strategy. **Current History**, v. 112, n. 756, 2013.

TURNER, J. C. **Rediscovering the Social Group**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

UNITED NATIONS. **UN Comtrade Database**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Remarks as Delivered by Secretary of Defense Robert M. Gates, Manhattan, Kansas, Monday, November 26, 2007**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100801065608/http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1199>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Voting Practices in the United Nations 2017 - Report to Congress Submitted Pursuant to Public Laws 101-246 and 108-447**. Disponível em: <<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/Voting-Practices-in-the>>.

United-Nations-2017.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

VAN HAM, P. Place branding: The state of the art. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, p. 126–149, 2008.

VUVING, A. How Soft Power Works. **Ssrn**, p. 1–20, 2009.

WALDNER, D. What makes process tracing good? Causal mechanisms, causal inference, and the completeness standard in comparative politics. In: BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (Eds.). **Process tracing: From metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

WALKER, C.; LUDWIG, J. The Meaning of Sharp Power - How Authoritarian States Project Influence. **Foreign Affairs**, 2017.

WANG, X.-L. Cultural Mediators or Marginal Persons? **Geographical Review**, v. 81, p. 292–303, 1991.

WANG, Y. Public diplomacy and the rise of chinese soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, p. 257–273, 2008.

WARREN, T. C. Not by the sword alone: Soft power, mass media, and the production of state sovereignty. **International Organization**, v. 68, n. 1, p. 111–141, 2014.

WASTNIDGE, E. The Modalities of Iranian Soft Power: From Cultural Diplomacy to Soft War. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 364–377, 2014.

WATSON, J. B. **Behaviorism**. New York: Norton, 1925.

WATSON, J.; LIPPITT, R. Cross-Cultural Experience as a Source of Attitude Change. **Journal of Conflict Resolution**, v. 2, p. 61–66, 1958.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva - Vol. 1**. 4^a ed. 3^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

WEISKOPF, D. A. The origins of concepts. **Philosophical Studies**, v. 140, n. 3, p. 359–384, 1 set. 2008.

WILSON, E. C.; BONILLA, F. Evaluating Exchange of Persons Programs. **The Public Opinion Quarterly**, v. 19, n. 20–30, 1955.

WILSON, J. Russia and China Respond to Soft Power: Interpretation and Readaptation of a Western Construct. **Politics**, v. 35, n. 3–4, p. 287–300, 2015a.

WILSON, J. Soft Power: A Comparison of Discourse and Practice in Russia and China. **Europe - Asia Studies**, v. 67, n. 8, p. 1171–1202, 2015b.

WINKLER, S. ‘Soft power is such a benign animal’: narrative power and the reification of

concepts in Japan. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 4, p. 483–501, 2019.

WITTKOPF, E. R. Foreign Aid and United Nations Votes: A Comparative Study. **American Political Science Review**, v. 67, n. 03, p. 868–888, 1973.

WOJCIUK, A.; MICHAŁEK, M.; STORMOWSKA, M. Education as a source and tool of soft power in international relations. **European Political Science**, v. 14, n. 3, p. 298–317, 2015.

WOMACK, B. Dissecting Soft Power: Attention, Attraction, Persuasion. In: **China Among Unequals: Asymmetric Foreign Relationships in Asia**. Singapore: World Scientific Pub Co Inc, 2010. p. 61–73.

WUTHNOW, J. The concept of soft power in China's strategic discourse. **Issues and Studies**, v. 44, n. 2, p. 1–28, 2008.

YANG, J. China in the South Pacific: hegemon on the horizon? **The Pacific Review**, v. 22, n. 2, p. 139–158, 3, 2009.

YANG, Y. Looking inward: How does Chinese public diplomacy work at home? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 22, n. 3, p. 369–386, 2020.

YOUNG, O. The Effectiveness of International Institutions: Hard Cases and Critical Variables. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Eds.). **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 160–194.

YULE, G. U.; KENDALL, M. G. **An introduction to the theory of statistics**. London: Charles Griffin, 1937.

ZAHARAN, G.; RAMOS, L. From hegemony to soft power Implications of a conceptual change. In: PARMAR, I.; COX, M. (Eds.). **Soft Power and US Foreign Policy**. Nova York: Routledge, 2010.

ZHANG, W. Has Beijing started to bare its teeth? China's tapping of soft power revisited. **Asian Perspective**, v. 36, n. 4, p. 615–639, 2012.

ZHANG, Y. China and the emerging regional order in the South Pacific. **Australian Journal of International Affairs**, v. 61, n. 3, p. 367–381, 2007.

ZHUKOVA, E.; SUNDSTRÖM, M.; ELGSTRÖM, O. Feminist foreign policies (FFPs) as strategic narratives: Norm translation in Sweden, Canada, France, and Mexico. **Review of International Studies**, v. 48, n. 1, p. 195–216, 2021.

ZIMBARDO, P. G.; LEIPPE, M. R. **The psychology of attitude change and social influence**. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

APÊNDICE A – COLETA E ANÁLISE DOS DADOS DO CAPÍTULO 4

A proposta da pesquisa é verificar em quais circunstâncias o *soft power* indireto gerado pelas nações surge como uma condição suficiente, ou parte de uma combinação causal suficiente, para garantir a proximidade entre a política de dois Estados, sendo essa medida com base nos padrões de votação na Assembleia Geral da ONU. Além das variáveis supracitadas, isto é, o *soft power* indireto (variável causal de interesse) e a proximidade política (variável de resultado), serão também consideradas como possíveis variáveis causais as relações econômicas e militares existentes entre os pares de Estados analisados, sendo a metodologia escolhida para este estudo a Análise Qualitativa Comparada, em sua vertente de valores difusos (fsQCA).

A pesquisa utilizará os pacotes `tidyverse`, para limpeza, organização e visualização dos dados; `plotly`, para tornar interativos os gráficos criados com a função `ggplot` (inclusa no `tidyverse`); `rjson`, para a coleta de alguns dos dados que serão empregados; `QCA`, criado por Adrian Dusa (2019) com a finalidade explícita de empregar o método em questão; e `veen`, para visualizar o diagrama de Venn criado a partir da tabela verdade da pesquisa.

```
library(tidyverse)
library(plotly)
library(rjson)
library(QCA)
library(veen)
```

A.1 COLETA E LIMPEZA DOS DADOS

A.1.1 Proximidade política entre dois Estados

Conforme mencionado na introdução, para medir a proximidade política entre dois Estados serão utilizados os dados de votação na Assembleia Geral da ONU (AGNU), utilizados como padrão ouro em pesquisas dessa natureza por oferecerem dados mensuráveis e comparáveis ao longo dos anos. Esses dados já foram compilados pelos autores Voeten, Strezhnev, e Bailey (2009), estando disponíveis no repositório Harvard Dataverse.

O campo de código abaixo carrega a base de dados em questão no ambiente de trabalho:

```
load(url("https://dataverse.harvard.edu/api/access/datafile/4624865"))
head(dfAgree)

## # A tibble: 6 × 30
## # Groups:   session.x, ccode1 [1]
##   session.x ccode1 ccode2 agree year   X.x NVotesAll.x IdealP...1 Q0.AL...2
##   Q5.AL...3
##   <int> <int> <int> <dbl> <dbl> <int> <int> <dbl> <dbl>
##   <dbl>
## 1      1      2      20 0.854 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## 2      1      2      40 0.712 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## 3      1      2      41 0.568 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## 4      1      2      42 0.732 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## 5      1      2      70 0.566 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## 6      1      2      90 0.682 1946      1      42      1.71      1.08
## 1.40
## # ... with 20 more variables: Q10.All.x <dbl>, Q50.All.x <dbl>, Q90.All.x <dbl>,
## #   Q95.All.x <dbl>, Q100.All.x <dbl>, iso3c.x <chr>, Countryname.x <chr>,
## #   X.y <int>, NVotesAll.y <int>, IdealPointAll.y <dbl>, Q0.All.y <dbl>,
## #   Q5.All.y <dbl>, Q10.All.y <dbl>, Q50.All.y <dbl>, Q90.All.y <dbl>,
## #   Q95.All.y <dbl>, Q100.All.y <dbl>, iso3c.y <chr>, Countryname.y <chr>,
## #   IdealPointDistance <dbl>, and abbreviated variable names 1IdealPointAll.x,
## #   2Q0.All.x, 3Q5.All.x
```

Nota-se nesse estágio que a pesquisa BBC/GlobeScan, utilizada aqui para medir o *soft power* dos Estados, envolveu apenas 10 países em suas duas dimensões – isto é, apenas indivíduos desses 10 países foram entrevistados para compor o índice e, simultaneamente, tiveram seu próprio país avaliado por audiências internacionais. Assim, são esses 10 Estados que serão utilizados como amostra para a pesquisa, recorrendo sempre a dados de 2017, ano no qual o índice BBC/GlobeScan foi elaborado.

Assim sendo, a base de dados sobre os padrões de votação na AGNU, tal qual todas que virão a seguir, podem ser filtradas para conter apenas as observações que serão relevantes para a análise. Igualmente, nem todas as variáveis contidas no banco de dados são relevantes, sendo possível filtrá-las.

```
countries <- c("BRA", "CAN", "CHN", "FRA", "DEU", "IND", "PAK", "RUS", "GBR",
"USA")
```

```
un_data <- dfAgree %>%
  ungroup() %>%
  filter(year == 2017) %>%
  filter(iso3c.x %in% countries) %>%
  filter(iso3c.y %in% countries) %>%
  select(iso3c.x,
         iso3c.y,
         agree,
         IdealPointDistance)
head(un_data)

## # A tibble: 6 × 4
##   iso3c.x iso3c.y agree IdealPointDistance
##   <chr>   <chr>   <dbl>         <dbl>
## 1 USA     CAN     0.752         1.19
## 2 USA     BRA     0.344         2.97
## 3 USA     GBR     0.689         0.970
## 4 USA     FRA     0.667         1.11
## 5 USA     DEU     0.638         1.46
## 6 USA     RUS     0.362         2.55
```

Para concluir a limpeza, é relevante criar uma variável com as siglas dos dois Estados (DyadCode), facilitando a identificação futura de cada caso:

```
un_data$DyadCode <- paste(un_data$iso3c.x, un_data$iso3c.y, sep = "+")
head(un_data)

## # A tibble: 6 × 5
##   iso3c.x iso3c.y agree IdealPointDistance DyadCode
##   <chr>   <chr>   <dbl>         <dbl> <chr>
## 1 USA     CAN     0.752         1.19 USA+CAN
## 2 USA     BRA     0.344         2.97 USA+BRA
## 3 USA     GBR     0.689         0.970 USA+GBR
## 4 USA     FRA     0.667         1.11 USA+FRA
## 5 USA     DEU     0.638         1.46 USA+DEU
## 6 USA     RUS     0.362         2.55 USA+RUS
```

A.1.2 *Soft Power*

Para medir o *soft power* indireto de cada nação envolvida no estudo, recorre-se à pesquisa de opinião organizada através da parceria entre a empresa de consultoria GlobeScan e o Program for Public Consultation (PPC) da Universidade de Maryland, financiada pela BBC World News (2017). Especificamente, a pesquisa GlobeScan questiona aos entrevistados se eles percebem determinado Estado como uma influência majoritariamente positiva ou negativa no mundo, retornando dados sobre a percepção de cada Estado em cada país onde a pesquisa foi feita, além da percepção média observada para cada Estado.

Os dados extraídos da pesquisa GlobeScan foram compilados em um arquivo csv, disponibilizado entre os arquivos do projeto.

```
soft_power <- read.table("datasets/soft_power.csv", header = TRUE, sep = ";")
head(soft_power)
```

##	iso3c.x	iso3c.y	Pos_x_over_y	Pos_y_over_x	Neg_x_over_y	Neg_y_over_x	DyadCode
## 1	BRA	CAN	71	41	12	36	BRA+CAN
## 2	BRA	CHN	45	57	38	34	BRA+CHN
## 3	BRA	FRA	59	46	19	43	BRA+FRA
## 4	BRA	DEU	63	6	18	16	BRA+DEU
## 5	BRA	IND	23	32	57	21	BRA+IND
## 6	BRA	PAK	5	16	81	23	BRA+PAK

A.1.3 Fluxo comercial entre os Estados

Conforme mencionado na Introdução, a pesquisa também considera como possíveis variáveis causais as relações econômicas e militares existentes entre os pares de Estados analisados – as dinâmicas de *hard power* existente entre eles.

Como métrica para as relações econômicas, optou-se pela utilização do fluxo de comércio entre as partes, recorrendo a base de dados disponibilizada pelo UN Comtrade (2022). Por se tratar de um volume de dados extenso e dividido entre diversos *data sets*, optou-se por realizar a coleta através da API do UN Contrade.

O seguinte bloco de código é extraído diretamente do manual disponibilizado pela própria plataforma. Ele define a função `get.Comtrade()` que será utilizada para extrair os dados.

```
get.Comtrade <- function(url="http://comtrade.un.org/api/get?"
, maxrec=50000
, type="C"
, freq="A"
, px="HS"
, ps="now"
, r
, p
, rg="all"
, cc="TOTAL"
, fmt="json"
)
{
  string<- paste(url
, "max=", maxrec, "&" #maximum no. of records returned
, "type=", type, "&" #type of trade (c=commodities)
, "freq=", freq, "&" #frequency
, "px=", px, "&" #classification
, "ps=", ps, "&" #time period
```

```

        , "r=", r, "&" #reporting area
        , "p=", p, "&" #partner country
        , "rg=", rg, "&" #trade flow
        , "cc=", cc, "&" #classification code
        , "fmt=", fmt #Format
        , sep = ""
    )

    if(fmt == "csv") {
        raw.data<- read.csv(string,header=TRUE)
        return(list(validation=NULL, data=raw.data))
    } else {
        if(fmt == "json" ) {
            raw.data<- fromJSON(file=string)
            data<- raw.data$dataset
            validation<- unlist(raw.data$validation, recursive=TRUE)
            ndata<- NULL
            if(length(data)> 0) {
                var.names<- names(data[[1]])
                data<- as.data.frame(t( sapply(data,rbind)))
                ndata<- NULL
                for(i in 1:ncol(data)){
                    data[sapply(data[,i],is.null),i]<- NA
                    ndata<- cbind(ndata, unlist(data[,i]))
                }
                ndata<- as.data.frame(ndata)
                colnames(ndata)<- var.names
            }
            return(list(validation=validation,data =ndata))
        }
    }
}

```

Infelizmente, a API do UN Comtrade apresenta alguns limites para usuários gratuitos, os quais impõem a necessidade de certas adequações no código de coleta. Entre as limitações mais relevantes para a presente pesquisa, destacam-se: (1) apenas uma solicitação pode ser feita por segundo, com um máximo de 100 solicitações por hora; e (2) entre os argumentos `r` (reporter), `p` (partner) e `ps` (período temporal), se o valor de `input` não for "all", então o número máximo de `inputs` é cinco. Partindo dessas limitações técnicas, a forma mais simples de executar a coleta dos dados parece ser um Estado de cada vez, sempre utilizando o input "all" para o argumento `partner`, com a subsequente filtragem das notações necessárias.

(Para mais detalhes sobre as limitações da API, consultar o manual).

O bloco de código abaixo define a função `get.Comtrade.ctdata()`, utilizada para a coleta dos dados de comércio de cada Estado da amostra. Ela recebe dois argumentos, sendo eles o código ISO-alpha 3 e o código M49 referente a cada país. Por sua vez, os blocos de

código seguintes utilizam a mencionada função para efetivamente coletar os dados que serão utilizados pela pesquisa.

```
get.Comtrade.ctdata <- function(state, reporter_code) {

  Comtrade.countries <- c("WLD", countries)
  x <- get.Comtrade(r = reporter_code, p = "All", ps = 2017, fmt = "csv")
  as.data.frame(x$data) %>%
    select(Trade.Flow, Reporter.ISO, Partner.ISO, Trade.Value..US..) %>%
    filter(Partner.ISO %in% Comtrade.countries,
           Partner.ISO != state,
           Trade.Flow %in% c("Import", "Export")
          )
}

#É comum o UN Comtrade apresentar instabilidade.
#Para facilitar a análise, o código de coleta foi desativado após os dados serem
salvos nos arquivos do projeto.

#ct_bra <- get.Comtrade.ctdata("BRA", "76")
#write_csv(ct_bra, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_bra.csv")

ct_bra <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_bra.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
ct_bra

##      Trade.Flow Reporter.ISO Partner.ISO Trade.Value..US..
## 1      Import      BRA      WLD      165855231418
## 2      Export      BRA      WLD      214988108353
## 3      Import      BRA      CAN      1949757937
## 4      Export      BRA      CAN      2719391044
## 5      Import      BRA      CHN      29094836692
## 6      Export      BRA      CHN      47488449966
## 7      Import      BRA      FRA      4779106958
## 8      Export      BRA      FRA      2249926836
## 9      Import      BRA      DEU      9776468178
## 10     Export      BRA      DEU      4911018150
## 11     Import      BRA      PAK      57549907
## 12     Export      BRA      PAK      605230542
## 13     Import      BRA      RUS      2850168384
## 14     Export      BRA      RUS      2736531853
## 15     Import      BRA      IND      3118728509
## 16     Export      BRA      IND      4657327590
## 17     Import      BRA      GBR      2498535648
## 18     Export      BRA      GBR      2844277431
## 19     Import      BRA      USA      29288180655
## 20     Export      BRA      USA      27147587073

#ct_can <- get.Comtrade.ctdata("CAN", "124")
#write_csv(ct_can, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_can.csv")

ct_can <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_can.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_can
```

```
##      Trade.Flow Reporter.ISO Partner.ISO Trade.Value..US..
## 1      Import      CAN      WLD      433045052733
## 2      Export      CAN      WLD      420074382189
## 3      Import      CAN      BRA      3634323371
## 4      Export      CAN      BRA      1318993241
## 5      Import      CAN      CHN      54652257046
## 6      Export      CAN      CHN      18185911190
## 7      Import      CAN      FRA      4771843301
## 8      Export      CAN      FRA      2625904722
## 9      Import      CAN      DEU      13856528608
## 10     Export      CAN      DEU      3094368204
## 11     Import      CAN      PAK      316574503
## 12     Export      CAN      PAK      575577308
## 13     Import      CAN      RUS      861087243
## 14     Export      CAN      RUS      517034731
## 15     Import      CAN      IND      3204370406
## 16     Export      CAN      IND      3296682348
## 17     Import      CAN      GBR      6859985097
## 18     Export      CAN      GBR      13633124740
## 19     Import      CAN      USA      222572824420
## 20     Export      CAN      USA      318570259928
```

```
#ct_chn <- get.Comtrade.ctdata("CHN", "156")
#write_csv(ct_chn, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_chn.csv")
```

```
ct_chn <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_chn.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_chn
```

```
##      Trade.Flow Reporter.ISO Partner.ISO Trade.Value..US..
## 1      Import      CHN      WLD      1.843793e+12
## 2      Export      CHN      WLD      2.263371e+12
## 3      Import      CHN      BRA      5.885716e+10
## 4      Export      CHN      BRA      2.895054e+10
## 5      Import      CHN      CAN      2.042301e+10
## 6      Export      CHN      CAN      3.137545e+10
## 7      Import      CHN      FRA      2.680521e+10
## 8      Export      CHN      FRA      2.796350e+10
## 9      Import      CHN      DEU      9.694011e+10
## 10     Export      CHN      DEU      7.113440e+10
## 11     Import      CHN      PAK      1.833219e+09
## 12     Export      CHN      PAK      1.825079e+10
## 13     Import      CHN      RUS      4.139029e+10
## 14     Export      CHN      RUS      4.283060e+10
## 15     Import      CHN      IND      1.634537e+10
## 16     Export      CHN      IND      6.804225e+10
## 17     Import      CHN      GBR      2.232896e+10
## 18     Export      CHN      GBR      5.671352e+10
## 19     Import      CHN      USA      1.544419e+11
## 20     Export      CHN      USA      4.303281e+11
```

```
#ct_fra <- get.Comtrade.ctdata("FRA", "251")
#write_csv(ct_fra, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_fra.csv")

ct_fra <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_fra.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
ct_fra
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	FRA	WLD	613132639717
## 2	Export	FRA	WLD	523385133284
## 3	Import	FRA	BRA	3331207869
## 4	Export	FRA	BRA	4717214172
## 5	Import	FRA	CAN	3517121418
## 6	Export	FRA	CAN	3564890179
## 7	Import	FRA	CHN	55401050257
## 8	Export	FRA	CHN	21292095767
## 9	Import	FRA	DEU	97082207072
## 10	Export	FRA	DEU	77609886141
## 11	Import	FRA	PAK	970866775
## 12	Export	FRA	PAK	607630592
## 13	Import	FRA	RUS	8606525189
## 14	Export	FRA	RUS	6292661255
## 15	Import	FRA	IND	6051924639
## 16	Export	FRA	IND	6037814785
## 17	Import	FRA	GBR	31123289033
## 18	Export	FRA	GBR	35050753878
## 19	Import	FRA	USA	39676920877
## 20	Export	FRA	USA	38414056721

```
#ct_deu <- get.Comtrade.ctdata("DEU", "276")
#write_csv(ct_deu, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_deu.csv")

ct_deu<- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_deu.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
ct_deu
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	DEU	WLD	1.167753e+12
## 2	Export	DEU	WLD	1.446642e+12
## 3	Import	DEU	BRA	8.446805e+09
## 4	Export	DEU	BRA	9.683114e+09
## 5	Import	DEU	CAN	4.593835e+09
## 6	Export	DEU	CAN	1.097580e+10
## 7	Import	DEU	CHN	1.164777e+11
## 8	Export	DEU	CHN	9.747448e+10
## 9	Import	DEU	FRA	7.305604e+10
## 10	Export	DEU	FRA	1.189321e+11
## 11	Import	DEU	PAK	1.900411e+09
## 12	Export	DEU	PAK	1.364074e+09
## 13	Import	DEU	RUS	2.540074e+10
## 14	Export	DEU	RUS	2.985072e+10
## 15	Import	DEU	IND	9.674712e+09
## 16	Export	DEU	IND	1.211342e+10
## 17	Import	DEU	GBR	4.095668e+10
## 18	Export	DEU	GBR	9.582774e+10
## 19	Import	DEU	USA	7.175558e+10
## 20	Export	DEU	USA	1.263669e+11

```
#ct_ind <- get.Comtrade.ctdata("IND", "699")
#write_csv(ct_ind, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_ind.csv")
```

```
ct_ind <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_ind.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_ind
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	IND	WLD	444052353836
## 2	Export	IND	WLD	294364490162
## 3	Import	IND	BRA	5104464250
## 4	Export	IND	BRA	2867436333
## 5	Import	IND	CAN	4844236758
## 6	Export	IND	CAN	2316419822
## 7	Import	IND	CHN	71922747817
## 8	Export	IND	CHN	12495230459
## 9	Import	IND	FRA	4931260139
## 10	Export	IND	FRA	5037498128
## 11	Import	IND	DEU	12665121178
## 12	Export	IND	DEU	8233600524
## 13	Import	IND	PAK	469331037
## 14	Export	IND	PAK	1789337609
## 15	Import	IND	RUS	7980558686
## 16	Export	IND	RUS	2138971950
## 17	Import	IND	GBR	4344085719
## 18	Export	IND	GBR	8954722988
## 19	Import	IND	USA	24086156632
## 20	Export	IND	USA	46018076640

```
#ct_pak <- get.Comtrade.ctdata("PAK", "586")
#write_csv(ct_pak, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_pak.csv")
```

```
ct_pak <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_pak.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_pak
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	PAK	WLD	57440012500
## 2	Export	PAK	WLD	21877787164
## 3	Import	PAK	BRA	612681684
## 4	Export	PAK	BRA	46750037
## 5	Import	PAK	CAN	638932961
## 6	Export	PAK	CAN	244887892
## 7	Import	PAK	CHN	15383397803
## 8	Export	PAK	CHN	1508079658
## 9	Import	PAK	FRA	667698804
## 10	Export	PAK	FRA	399939263
## 11	Import	PAK	DEU	1111487582
## 12	Export	PAK	DEU	1286490628
## 13	Import	PAK	RUS	310938248
## 14	Export	PAK	RUS	130895412
## 15	Import	PAK	IND	1696136475
## 16	Export	PAK	IND	334751881
## 17	Import	PAK	GBR	766014848
## 18	Export	PAK	GBR	1634955498
## 19	Import	PAK	USA	2842546760
## 20	Export	PAK	USA	3560300692

```
#ct_rus <- get.Comtrade.ctdata("RUS", "643")
#write_csv(ct_rus, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_rus.csv")
```

```
ct_rus <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_rus.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_rus
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	RUS	WLD	259966680280
## 2	Export	RUS	WLD	379206606018
## 3	Import	RUS	BRA	3240313961
## 4	Export	RUS	BRA	2658169828
## 5	Import	RUS	CAN	1071929629
## 6	Export	RUS	CAN	651403631
## 7	Import	RUS	CHN	56950375658
## 8	Export	RUS	CHN	41671349422
## 9	Import	RUS	FRA	10386846851
## 10	Export	RUS	FRA	6028246091
## 11	Import	RUS	DEU	28441062048
## 12	Export	RUS	DEU	26202990313
## 13	Import	RUS	PAK	286981263
## 14	Export	RUS	PAK	263166465
## 15	Import	RUS	IND	3094140016
## 16	Export	RUS	IND	7125588189
## 17	Import	RUS	GBR	4545303313
## 18	Export	RUS	GBR	8862350338
## 19	Import	RUS	USA	14282980847
## 20	Export	RUS	USA	11790525621

```
#ct_gbr <- get.Comtrade.ctdata("GBR", "826")
#write_csv(ct_gbr, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_gbr.csv")
```

```
ct_gbr <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_gbr.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
```

```
ct_gbr
```

##	Trade.Flow	Reporter.ISO	Partner.ISO	Trade.Value..US..
## 1	Import	GBR	WLD	640907688603
## 2	Export	GBR	WLD	441847324214
## 3	Import	GBR	BRA	3130525619
## 4	Export	GBR	BRA	2320627874
## 5	Import	GBR	CAN	14870819750
## 6	Export	GBR	CAN	6231706274
## 7	Import	GBR	CHN	59860984044
## 8	Export	GBR	CHN	21382916068
## 9	Import	GBR	FRA	36458562716
## 10	Export	GBR	FRA	30381010916
## 11	Import	GBR	DEU	89639326173
## 12	Export	GBR	DEU	46663005497
## 13	Import	GBR	PAK	1634755403
## 14	Export	GBR	PAK	883603447
## 15	Import	GBR	RUS	7234127039
## 16	Export	GBR	RUS	3696871820
## 17	Import	GBR	IND	9179510043
## 18	Export	GBR	IND	5250483221
## 19	Import	GBR	USA	58827516056
## 20	Export	GBR	USA	59098116090

```
#ct_usa <- get.Comtrade.ctdata("USA", "842")
#write_csv(ct_usa, "datasets/UN_Comtrade_data/ct_usa.csv")

ct_usa <- read.table("datasets/UN_Comtrade_data/ct_usa.csv",
                    header = TRUE, sep = ",")
ct_usa

##      Trade.Flow Reporter.ISO Partner.ISO Trade.Value..US..
## 1      Import      USA      WLD      2.405277e+12
## 2      Export      USA      WLD      1.545810e+12
## 3      Import      USA      BRA      3.055194e+10
## 4      Export      USA      BRA      3.732969e+10
## 5      Import      USA      CAN      3.056477e+11
## 6      Export      USA      CAN      2.824503e+11
## 7      Import      USA      CHN      5.257647e+11
## 8      Export      USA      CHN      1.297975e+11
## 9      Import      USA      FRA      5.004967e+10
## 10     Export      USA      FRA      3.421804e+10
## 11     Import      USA      DEU      1.199630e+11
## 12     Export      USA      DEU      5.356161e+10
## 13     Import      USA      PAK      3.762270e+09
## 14     Export      USA      PAK      2.808081e+09
## 15     Import      USA      RUS      1.777715e+10
## 16     Export      USA      RUS      7.002945e+09
## 17     Import      USA      IND      5.051929e+10
## 18     Export      USA      IND      2.564823e+10
## 19     Import      USA      GBR      5.417152e+10
## 20     Export      USA      GBR      5.624232e+10
```

A partir deste ponto, as bases de dados estão todas formatadas do mesmo modo, contendo apenas as informações que serão de fato empregadas na análise, isto é, os dados de importação e exportação. Entretanto, como a pesquisa não demanda distinção da direção do fluxo do comércio, vale a pena criar uma nova variável que agrupe os valores de importação e exportação entre as díades de Estados. A forma mais fácil de fazer isso é através das funções `spread()`, usada aqui para criar as variáveis `Export` e `Import` a partir das variáveis `Trade.Flow` e `Trade.Value..US..`, e `mutate()`, usada para criar a nova variável `Total.Trade.Value_USD` a partir das variáveis `Export` e `Import`.

```
ct_bra <- ct_bra %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_can <- ct_can %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_chn <- ct_chn %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")
```

```

ct_deu <- ct_deu %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_fra <- ct_fra %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_gbr <- ct_gbr %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_ind <- ct_ind %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_pak <- ct_pak %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_rus <- ct_rus %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

ct_usa <- ct_usa %>%
  spread(Trade.Flow, Trade.Value..US..) %>%
  mutate(Total.Trade.Value_USD = Export + Import, .keep = "unused")

```

Agora as bases de dados apresentam apenas 3 valores: (1) o Estado que apresentou o *report*; (2) seu parceiro comercial; e (3) as trocas com esse parceiro em volume total de dólares norte-americanos (USD).

Nesse ponto, uma observação se faz relevante: em todas as observações, embora o valor em USD do fluxo comercial de x com y seja muito próximo do de y com x, estes nunca são iguais, mesmo que em tese deveriam ser. Isso se deve pois o primeiro é calculado com base nos relatórios comerciais do Estado x, enquanto o segundo se baseia nos relatórios do Estado y, criando um cenário no qual pequenas inconsistências são inevitáveis.

Isto posto, o valor bruto dessas trocas comerciais é uma informação secundária, tendo em vista que o real interesse é em saber a proporção desse valor com relação ao fluxo comercial total desses Estados. Assim, foi optado pela manutenção dessas variáveis como estavam, tendo em vista que a informação mais relevante é o quão representativas são essas trocas comerciais em relação ao fluxo comercial destes Estados como um todo, a qual poderia ser negativamente afetada frente a qualquer tentativa de ajuste. Logo, é importante criar uma quarta variável, `Share_of_trade`, estabelecida para cada diáde com relação ao total de trocas

comerciais do Estado que apresentou o report. Feito isso, a informação do total de trocas entre cada Estado e o resto do mundo deixa de ser relevante, podendo ser filtrada para fora das bases de dados.

```
BRA_WLD_trade <- ct_bra[ct_bra$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_bra <- ct_bra %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / BRA_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

CAN_WLD_trade <- ct_can[ct_can$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_can <- ct_can %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / CAN_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

CHN_WLD_trade <- ct_chn[ct_chn$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_chn <- ct_chn %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / CHN_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

DEU_WLD_trade <- ct_deu[ct_deu$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_deu <- ct_deu %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / DEU_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

FRA_WLD_trade <- ct_fra[ct_fra$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_fra <- ct_fra %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / FRA_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

GBR_WLD_trade <- ct_gbr[ct_gbr$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_gbr <- ct_gbr %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / GBR_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

IND_WLD_trade <- ct_ind[ct_ind$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_ind <- ct_ind %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / IND_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

PAK_WLD_trade <- ct_pak[ct_pak$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_pak <- ct_pak %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / PAK_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

RUS_WLD_trade <- ct_rus[ct_rus$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_rus <- ct_rus %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / RUS_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")

USA_WLD_trade <- ct_usa[ct_usa$Partner.ISO == "WLD", "Total.Trade.Value_USD"]
ct_usa <- ct_usa %>%
  mutate(Share_of_trade = Total.Trade.Value_USD / USA_WLD_trade) %>%
  filter(Partner.ISO != "WLD")
```

Com todos os bancos de dados devidamente configurados, podemos proceder para sua junção em um único banco de dados, feita através da função `rbind()`.

```
ct_data <- rbind(ct_bra, ct_can, ct_chn, ct_deu, ct_fra, ct_gbr, ct_ind, ct_pak,
ct_rus, ct_usa)
ct_data <- format(ct_data, scientific = FALSE)
head(ct_data)
```

##	Reporter.ISO	Partner.ISO	Total.Trade.Value_USD	Share_of_trade
## 1	BRA	CAN	4669148981	0.0122600253
## 2	BRA	CHN	76583286658	0.2010886857
## 3	BRA	DEU	14687486328	0.0385656904
## 4	BRA	FRA	7029033794	0.0184564966
## 5	BRA	GBR	5342813079	0.0140288999
## 6	BRA	IND	7776056099	0.0204179916

Agora a base apresenta as informações consolidadas do fluxo de comércio total do Estado x (Reporter.ISO) com o Estado y (Partner.ISO), além da porcentagem referente a parcela que esse fluxo comercial representa sobre a totalidade das trocas feitas pelo Estado x, com cada díade aparecendo duas vezes. Como a pesquisa vai recorrer tanto a porcentagem de trocas de x sobre y, quanto de y sobre x, é interessante agrupar esses dados na mesma linha.

Uma forma fácil de fazer isso é criando dois novos bancos de dados, renomeando as variáveis `Reporter.ISO` e `Partner.ISO` para `Country_x` e `Country_y`, invertendo a atribuição de x e y em cada caso, seguido de uma nova junção destes bancos de dados em um único, ancorado nos valores de `Country_x` e `Country_y`.

Nota-se que o produto ainda será uma base de dados com 90 díades, com cada uma se repetindo duas vezes, tal qual na base de dados das votações na AGNU. Trata-se de um problema de fácil solução, tendo em vista que basta introduzir a variável de `DyadCode` e, durante o processo de união de todos os *dataframes*, eliminar as observações que não constem no banco do GlobeScan, o qual já está corretamente filtrado.

```
ct_a <- ct_data %>%
  rename(Country_x = Reporter.ISO) %>%
  rename(Country_y = Partner.ISO) %>%
  rename(Share_x_with_y = Share_of_trade)

ct_b <- ct_data %>%
  rename(Country_y = Reporter.ISO) %>%
  rename(Country_x = Partner.ISO) %>%
  rename(Share_y_with_x = Share_of_trade)
```

```
trade_data <- ct_a %>%
  full_join(ct_b, by = c("Country_x", "Country_y")) %>%
  mutate(DyadCode = paste(Country_x,
                           Country_y, sep = "+")) %>%
  select(DyadCode, Country_x, Country_y, Share_x_with_y, Share_y_with_x)

head(trade_data)
```

##	DyadCode	Country_x	Country_y	Share_x_with_y	Share_y_with_x
## 1	BRA+CAN	BRA	CAN	0.0122600253	0.0058061233
## 2	BRA+CHN	BRA	CHN	0.2010886857	0.0213791573
## 3	BRA+DEU	BRA	DEU	0.0385656904	0.0069346498
## 4	BRA+FRA	BRA	FRA	0.0184564966	0.0070816508
## 5	BRA+GBR	BRA	GBR	0.0140288999	0.0050345216
## 6	BRA+IND	BRA	IND	0.0204179916	0.0107959355

A.1.4 Relações militares

O aspecto do *hard power* que diz respeito as relações militares entre os Estados é de difícil mensuração. Embora o conceito seja originalmente definido no sentido de ameaça do uso da força, métricas nesse sentido são raras e, em geral, imprecisas. Opta-se ao invés disso por usar o padrão de alianças militares entre os Estados como uma variável *proxy*, tendo em vista que a existência dessas reduz drasticamente as chances do uso da força nas relações entre dois países. Para tanto, será utilizado o banco de dados Formal Alliances (v4.1), disponível como parte do projeto The Correlates of War.

Embora sua última atualização remeta ao ano de 2012, sendo, portanto, cinco anos mais antiga que os demais dados aqui trabalhados, a análise tende a não ser prejudicada, haja visto que se trata de uma métrica muito estável. Conforme demonstrado abaixo, mesmo se considerarmos o ano de 2012 como ponto final de todas as alianças então correntes, a duração média dessas alianças é de aproximadamente 22 anos.

```
cow_avg <- read.table("datasets/alliance_v4.1_by_dyad.csv", header=T, sep=",") %>%
  mutate(dyad_end_year = ifelse(is.na(dyad_end_year), 2012, dyad_end_year),
         years_duration = dyad_end_year - dyad_st_year) %>%
  summarise(mean(years_duration))
cow_avg
```

##	mean(years_duration)
## 1	22.00714

Avançando para a coleta destes dados propriamente dita, nota-se que, dos quatro arquivos disponibilizados pelo COW referentes a esse *dataset*, o “alliance_v4.1_by_directed_yearly.csv” é o que apresenta as informações mais detalhadas, incluindo uma observação para cada ano no qual a aliança permaneceu ativa. Isso permite facilmente realizar a filtragem dos dados para conter apenas as alianças entre os Estados da amostra e que estavam ativas em 2012.

```
cow_countries <- c("Brazil", "Canada", "China", "France", "Germany", "India",
"Pakistan", "Russia", "United Kindom", "United States of America")

cow_data <- read.table("datasets/alliance_v4.1_by_dyad_yearly.csv", header=T,
sep=",") %>%
  filter(year == 2012,
         state_name1 %in% cow_countries,
         state_name2 %in% cow_countries) %>%
  select(state_name1, state_name2, defense, neutrality, nonaggression, entente)

head(cow_data)
```

##	state_name1	state_name2	defense	neutrality	nonaggression	entente
## 1	United States of America	Canada	1	0	1	1
## 2	United States of America	Brazil	1	0	1	1
## 3	Canada	Brazil	1	0	1	1
## 4	United States of America	Canada	1	0	1	1
## 5	United States of America	France	1	0	1	1
## 6	United States of America	Germany	1	0	1	1

Diferente dos demais dados que serão utilizados, a base do COW não apresenta os códigos ISO-alpha 3 para os Estados, empregando apenas seu nome por extenso. Para a facilitar a futura junção das diferentes bases de dados, uma padronização é necessária para concluir a limpeza.

```
cow_data[cow_data == "Brazil"] <- "BRA"
cow_data[cow_data == "Canada"] <- "CAN"
cow_data[cow_data == "China"] <- "CHN"
cow_data[cow_data == "France"] <- "FRA"
cow_data[cow_data == "Germany"] <- "DEU"
cow_data[cow_data == "India"] <- "IND"
cow_data[cow_data == "Pakistan"] <- "PAK"
cow_data[cow_data == "Russia"] <- "RUS"
cow_data[cow_data == "United Kindom"] <- "GBR"
cow_data[cow_data == "United States of America"] <- "USA"
```

```

cow_data_1 <- cow_data %>%
  rename(iso3c.x = state_name1, iso3c.y = state_name2)
cow_data_2 <- cow_data %>%
  rename(iso3c.y = state_name1, iso3c.x = state_name2)

cow_data <- rbind(cow_data_1, cow_data_2)
cow_data <- cow_data %>%
  mutate(DyadCode = paste(cow_data$iso3c.x,
                           cow_data$iso3c.y, sep = "+"))

head(cow_data)

```

##	iso3c.x	iso3c.y	defense	neutrality	nonaggression	entente	DyadCode
## 1	USA	CAN	1	0	1	1	USA+CAN
## 2	USA	BRA	1	0	1	1	USA+BRA
## 3	CAN	BRA	1	0	1	1	CAN+BRA
## 4	USA	CAN	1	0	1	1	USA+CAN
## 5	USA	FRA	1	0	1	1	USA+FRA
## 6	USA	DEU	1	0	1	1	USA+DEU

A.2 ANÁLISE INICIAL E CALIBRAÇÃO FUZZY

A.2.1 Proximidade política entre dois Estados

Conforme já mencionado, uma questão comum nas bases de dados trabalhadas é a duplicidade dos valores referentes as díades. Os dados relacionais entre Brasil e China, por exemplo, aparecem duas vezes, primeiro com o DyadCode BRA+CHN; depois como CHN+BRA. Apesar da ordem invertida, os dados são os mesmos, sendo aconselhável filtrar a versão dobrada. Felizmente, os dados da pesquisa BBC / Globescan estão corretos, podendo servir de base para a filtragem das demais bases.

```

clean_set <- soft_power %>%
  select(DyadCode)

un_data <- clean_set %>%
  inner_join(un_data, by = "DyadCode")

```

Uma vez filtrada, a base de dados sobre os padrões de votação na AGNU agora traz duas informações relevantes: a porcentagem de concordância entre os pares de Estados; e seu *ideal point distance* (IPD) naquele ano.

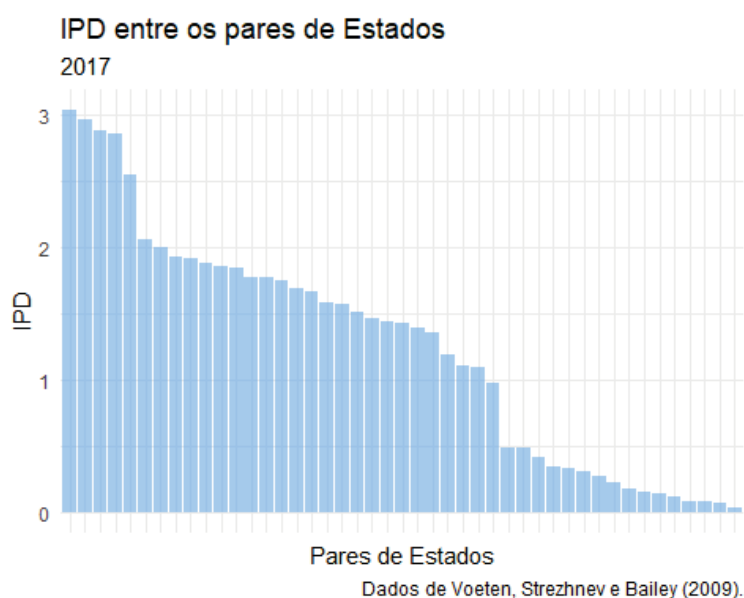
Como Bailey, Strezhnev e Voeten (2009) apontam, o IPD é uma métrica mais apropriada para medir o posicionamento dos Estados, tendo em vista que seu cálculo considera potenciais alterações na agenda da AGNU entre as sessões, razão pela qual a pesquisa opta por seu uso. Nota-se ainda que, quanto maior o IPD entre dois países, mais distintos são seus padrões de voto.

Assim, o primeiro passo na análise parece ser verificar como se distribuem ao longo da amostra os IPD entre os pares de Estados que estão sendo considerados.

```
g1 <- ggplot(un_data, aes(x = reorder(DyadCode, -IdealPointDistance), y =
IdealPointDistance))+
  geom_histogram(stat = "identity", alpha = 0.6, fill = "#66adff")+
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_blank(),
        axis.ticks.x = element_blank())+
  labs(title = "IPD entre os pares de Estados",
        subtitle = "2017",
        caption="Dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).",
        y = "IPD",
        x = "Pares de Estados")
```

```
#ggplotly(g1)
```

```
g1
```



É possível notar três grupos distintos, sendo eles: (1) pares de Estados com uma discordância inferior a 0.5; (2) pares com uma discordância superior a 2.5; e (3) pares cuja discordância flutua entre, aproximadamente, 1 e 2 pontos – isto é, Estados que

sistematicamente votam de forma similar; Estados que sistematicamente adotam posições antagônicas; e Estados cujas posições parecem ser independentes.

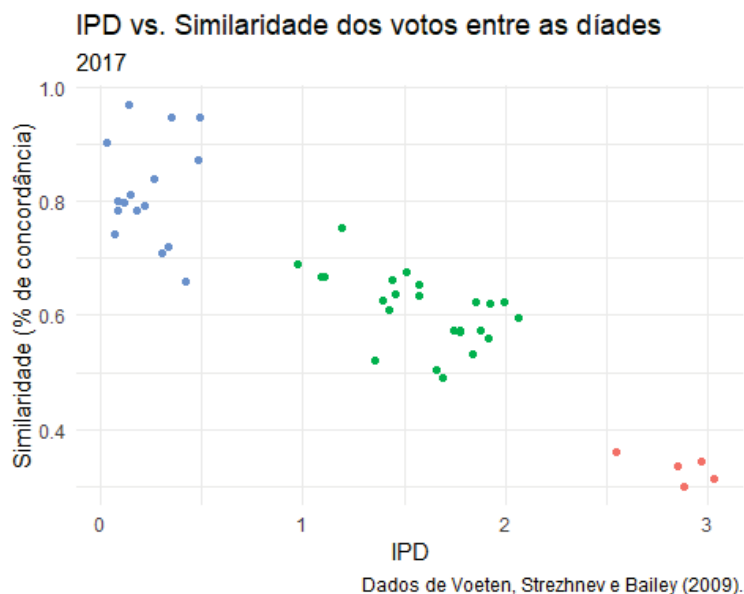
Um padrão similar surge ao considerarmos a relação entre a similaridade dos votos e porcentagem de concordância:

```
un_data <- un_data %>%
  mutate(group = ifelse(IdealPointDistance > 2.5, "Próximos",
                        ifelse(IdealPointDistance < 0.5, "Antagônicos",
                              "Independentes")))

g2 <- ggplot(un_data, aes(x = IdealPointDistance,
                          y = agree,
                          label = DyadCode,
                          color = group)) +

  geom_point() +
  theme_minimal() +
  scale_color_manual(values=c("#619CFF", "#00BA38", "#F8766D")) +
  theme(legend.position = "none") +
  labs(title = "IPD vs. Similaridade dos votos entre as díades",
       subtitle = "2017",
       caption="Dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).",
       x = "IPD",
       y = "Similaridade (% de concordância)")

#ggplotly(g2, tooltip = c("DyadCode", "IdealPointDistance"))
g2
```



Nota-se que o fsQCA demanda o estabelecimento de três limiares qualitativos para cada variável considerada na análise, representando os limiares de completa adesão dos casos

ao conjunto que a variável representa [1]; sua completa exclusão do conjunto [0]; e o ponto de máxima ambiguidade entre pertencimento e exclusão [0.5].

Assim, no caso da variável em questão, opta-se por considerar um IPD de 0.5 como limiar de pleno pertencimento pleno ao conjunto de díades politicamente próximas; 2.5 como limiar de plena exclusão do conjunto; e 1.5 como o ponto de máxima ambiguidade.

Com base nesses limiares qualitativos, se avança para a calibração dos dados para os valores difusos que serão empregados. Para tanto, emprega-se a função `calibrate`, disponível como parte do pacote `QCA`, de autoria de Adrian Dusa (2019), onde:

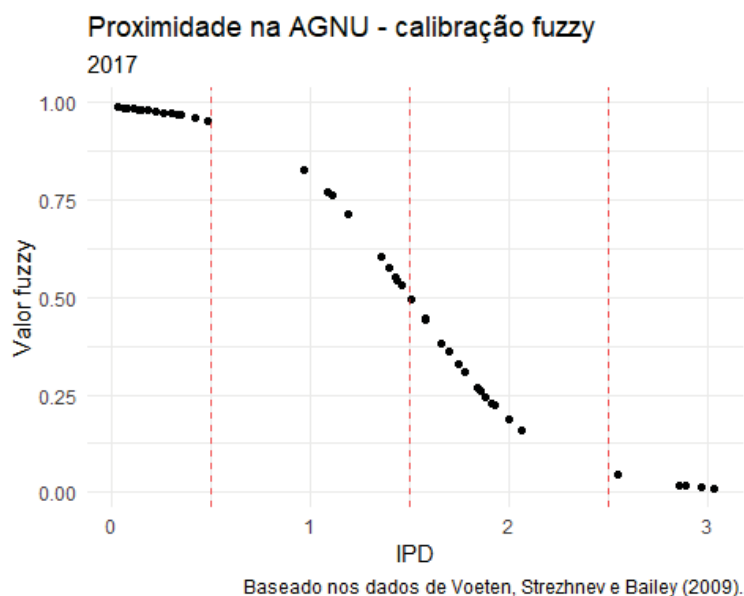
- `type` se refere ao tipo de calibração (“crisp” ou “fuzzy”), aqui sendo empregada a modalidade *fuzzy*;
- `method` se refere ao método da calibração (“direct” ou “indirect”), aqui sendo empregado o método direto; e
- `thresholds` se referem as âncoras qualitativas empregadas, sendo “e” referente ao ponto de exclusão do conjunto (0.05), “c” ao ponto de máxima ambiguidade (0.5), e “i” ao ponto de plena inclusão no conjunto (0.95).

O bloco de código abaixo calibra os dados em questão com os valores supracitados, seguido da apresentação gráfica do conjunto de dados calibrados.

```
un_data$fs_unvotes <- calibrate(un_data$IdealPointDistance, type = "fuzzy", method
= "direct", thresholds = "e=2.5, c=1.5, i=0.5")

g3 <- ggplot(un_data, aes(x = IdealPointDistance,
                        y = fs_unvotes,
                        label = DyadCode))+
  geom_point()+
  theme_minimal()+
  labs(title = "Proximidade na AGNU - calibração fuzzy",
       subtitle = "2017",
       caption="Baseado nos dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).",
       x = "IPD",
       y = "Valor fuzzy")+
  geom_vline(xintercept = 0.5, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 2.5, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 1.5, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")
```

```
#ggplotly(g3)
g3
```



A.2.2 *Soft power* indireto (atração)

A teoria fornece poucas indicações do tratamento que deve ser dado às opiniões negativas, apenas sugerindo que estas podem afetar o *soft power* de uma nação tanto quanto as opiniões positivas das populações de outros Estados sobre a nação em questão (NYE, 2004a). Assim, será feita a opção por desagregar a análise em duas variáveis, trabalhando inicialmente apenas com as opiniões positivas (atração).

Diferente da variável anterior, que apresenta um único valor para cada díade, a métrica utilizada para medir o *soft power* indireto existente entre os Estados oferece dois valores, sendo eles a porcentagem da população do país x que apresenta uma visão positiva do país y; e a porcentagem da população do país y que apresenta uma visão positiva do país x. Sendo as relações de poder um fenômeno relacional por definição, opta-se por trabalhar com as médias das opiniões positivas registradas em cada díade, haja visto que ambas as populações nutrindo uma opinião positiva sobre o outro país deve fortalecer de ambos os lados os incentivos para que seus governos aproximem suas políticas externas, tornando essa aproximação mais provável.

```

soft_power$avg_p <- (soft_power$Pos_x_over_y + soft_power$Pos_y_over_x)/2

p_views <- soft_power %>%
  select(DyadCode, avg_p)

head(p_views)

##   DyadCode avg_p
## 1  BRA+CAN  56.0
## 2  BRA+CHN  51.0
## 3  BRA+FRA  52.5
## 4  BRA+DEU  34.5
## 5  BRA+IND  27.5
## 6  BRA+PAK  10.5

```

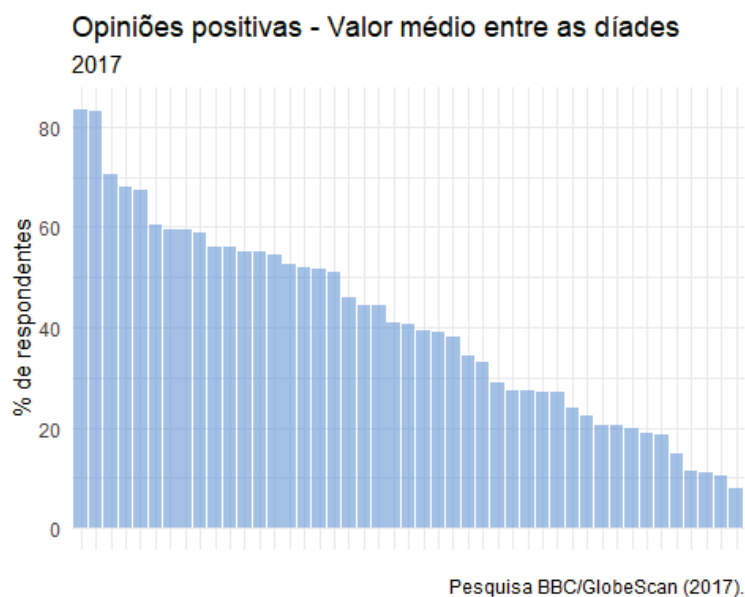
Recortado apenas as avaliações positivas e obtendo valor máximo para cada díade, se avança para a análise gráfica da variável em questão, começando por sua distribuição ao longo da amostra.

```

g4 <- ggplot(p_views, aes(x = reorder(DyadCode, -avg_p), y = avg_p))+
  geom_bar(stat = "identity", alpha = 0.6, fill = "#619CFF")+
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_blank(),
        axis.ticks.x = element_blank())+
  labs(title = "Opiniões positivas - Valor médio entre as díades",
        subtitle = "2017",
        caption="Pesquisa BBC/GlobeScan (2017).",
        y = "% de respondentes",
        x = element_blank())

#ggplotly(g4)
g4

```



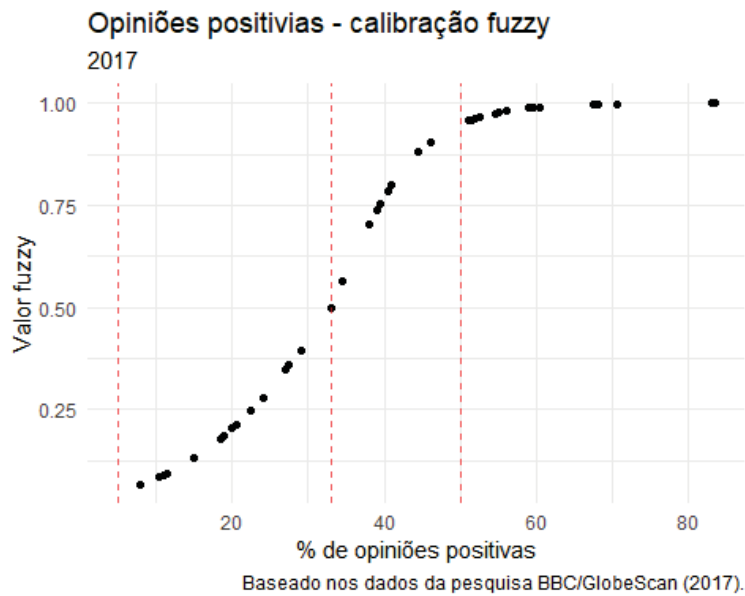
Considera-se que mesmo entre os países que não são uma democracia, o índice médio de 50% de opiniões positivas em uma díade deve fornecer incentivos fortes o suficiente para a criação de um ambiente favorável a aproximação de suas políticas externas - ao menos partindo do pressuposto que o *soft power* indireto funcionará conforme previsto por Nye (2004). Por outro lado, índices inferiores a 5% devem apresentar situações nas quais as populações destes Estados não apresentem qualquer pressão relevante por uma aproximação entre seus Estados, tornando-os, efetivamente, independentes do *soft power* indireto gerado por qualquer uma das partes. Por sua vez, uma média próxima a 1/3 das populações desses Estados apresentando opiniões positivas sobre o outro parece apresentar o ponto máximo de ambiguidade.

Assim, se estabelece como 50% o limiar para o completo pertencimento de casos ao conjunto de díades com opiniões positivas favoráveis; 5% como o limiar para a completa exclusão do conjunto; e 33% como o ponto de máxima ambiguidade.

```
p_views$fs_pviews <- calibrate(p_views$avg_p, type = "fuzzy", method = "direct",
thresholds = "e=5, c=33, i=50")

g5 <- ggplot(p_views, aes(x = avg_p, y = fs_pviews, label = DyadCode))+
  geom_point()+
  theme_minimal()+
  labs(title = "Opiniões positivas - calibração fuzzy",
        subtitle = "2017",
        caption="Baseado nos dados da pesquisa BBC/GlobeScan (2017).",
        x = "% de opiniões positivas",
        y = "Valor fuzzy")+
  geom_vline(xintercept = 50, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 33, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 5, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")

#ggplotly(g5)
g5
```



A.2.3 *Soft power* “negativo” (repulsão)

Concluída a calibração das opiniões positivas, avançamos para a segunda variável relativa ao *soft power* nacional, isto é, as opiniões negativas que cada país analisado desperta nas populações dos demais.

```
soft_power$avg_n <- (soft_power$Neg_x_over_y + soft_power$Neg_y_over_x)/2

n_views <- soft_power %>%
  select(DyadCode, avg_n)

head(n_views)

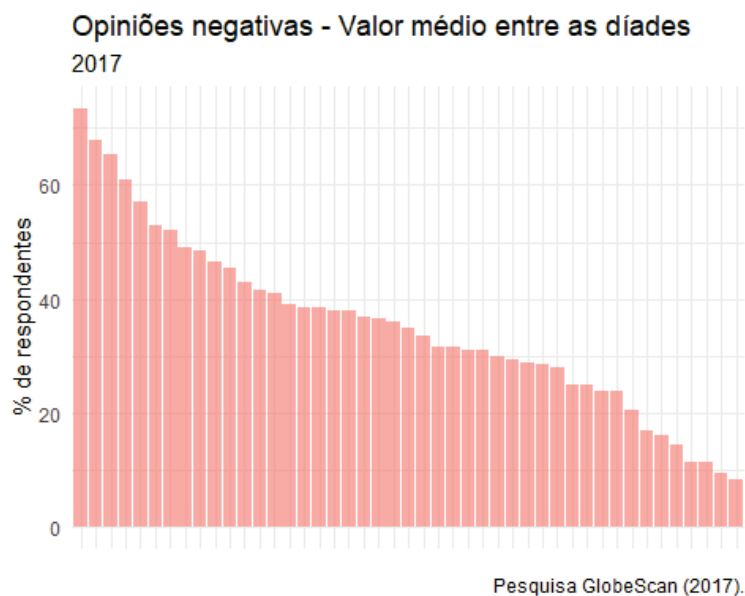
##   DyadCode avg_n
## 1  BRA+CAN   24
## 2  BRA+CHN   36
## 3  BRA+FRA   31
## 4  BRA+DEU   17
## 5  BRA+IND   39
## 6  BRA+PAK   52
```

Avançando para a análise gráfica da variável em questão, têm-se:

```
g6 <- ggplot(n_views, aes(x = reorder(DyadCode, -avg_n), y = avg_n))+
  geom_bar(stat = "identity", alpha = 0.6, fill = "#F8766D")+
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_blank(),
        axis.ticks.x = element_blank())+
  labs(title = "Opiniões negativas - Valor médio entre as díades",
        subtitle = "2017",
        caption="Pesquisa GlobeScan (2017).",
        y = "% de respondentes",
        x = element_blank())
```

```
#ggplotly(g6)
```

```
g6
```

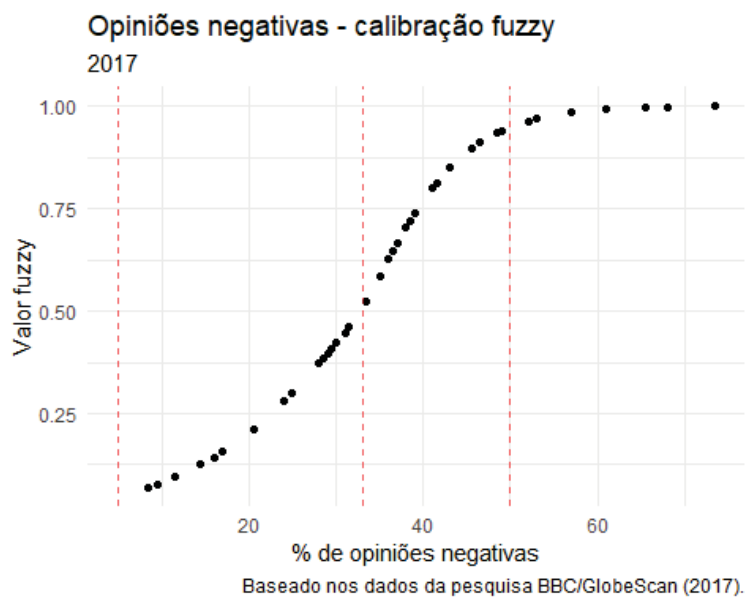


Como no caso anterior, essa variável também extrai seus dados da pesquisa BBC / GlobeScan, com a mesma lógica sendo aplicável, tomando o limiar médio de 50% para definir quando as opiniões negativas entre uma díade são fortes o suficiente para criar incentivos contrários a aproximação de suas políticas externas. Igualmente, toma-se os índices inferiores a 5% para definir situações livres de pressão por um afastamento e 33% como ponto máximo de ambiguidade.

```
n_views$fs_nviews <- calibrate(n_views$avg_n, type = "fuzzy", method = "direct",
  thresholds = "e=5, c=33, i=50")
```

```
g7 <- ggplot(n_views, aes(x = avg_n, y = fs_nviews, label = DyadCode))+
  geom_point()+
  theme_minimal()+
  labs(title = "Opiniões negativas - calibração fuzzy",
        subtitle = "2017",
        caption="Baseado nos dados da pesquisa BBC/GlobeScan (2017).",
        x = "% de opiniões negativas",
        y = "Valor fuzzy")+
  geom_vline(xintercept = 50, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 33, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 5, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")

#ggplotly(g7)
g7
```



A.2.4 Fluxo comercial

De forma semelhante ao notado nas variáveis associadas ao *soft power* nacional, o fluxo de comércio também apresenta dois valores para os Estados de cada diáde, referentes a porcentagem que um Estado *x* representa do total das trocas comerciais com o Estado *y* e vice-versa. Assim, considerando a necessidade de agregar esses valores em uma única métrica que faça sentido na análise relacional proposta, o mesmo tratamento será aplicado, baseando a análise no valor médio entre os dois valores apresentados.

```
trade_data <- clean_set %>%
  inner_join(trade_data, by = "DyadCode")
```

```

trade_data$Share_x_with_y <- as.numeric(trade_data$Share_x_with_y)
trade_data$Share_y_with_x <- as.numeric(trade_data$Share_y_with_x)
trade_data$avg_trade <- (trade_data$Share_x_with_y + trade_data$Share_y_with_x)/2

trade_data <- trade_data %>%
  select(DyadCode, avg_trade)

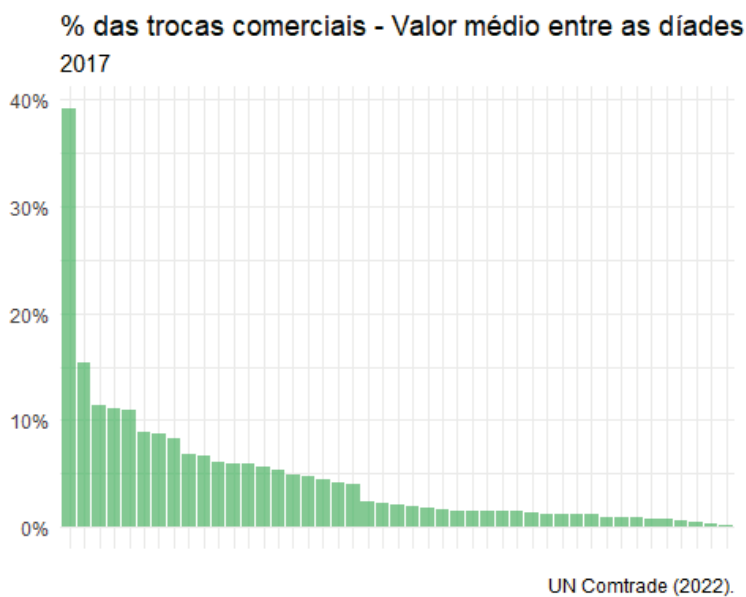
head(trade_data)

##   DyadCode   avg_trade
## 1 BRA+CAN 0.009033074
## 2 BRA+CHN 0.111233921
## 3 BRA+FRA 0.012769074
## 4 BRA+DEU 0.022750170
## 5 BRA+IND 0.015606964
## 6 BRA+PAK 0.005027045

g8 <- ggplot(trade_data, aes(x = reorder(DyadCode, -avg_trade), y = avg_trade))+
  geom_histogram(stat = "identity", alpha = 0.5, fill = "#00BA38")+
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_blank(),
        axis.ticks.x = element_blank())+
  scale_y_continuous(labels = scales::percent)+
  labs(
    title = "% das trocas comerciais - Valor médio entre as díades de
Estados",
    subtitle = "2017",
    caption="UN Comtrade (2022).",
    y = element_blank(),
    x = element_blank())

#ggplotly(g8)
g8

```

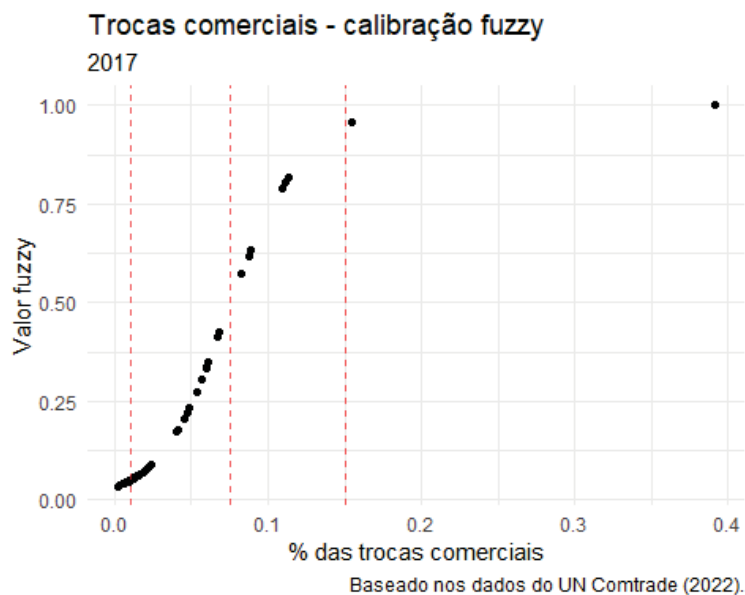


Isto posto, se adotará como limiares qualitativos os valores de 0.15 (15%) para determinar a dependência de uma economia sobre a outra; 0.01 (1%) como limiar de independência entre os mercados; e 0.075 (7.5%) como ponto de máxima ambiguidade.

```
trade_data$fs_trade <- calibrate(trade_data$avg_trade, type = "fuzzy", method =
"direct", thresholds = "e=0.01, c=0.075, i=0.15")

g9 <- ggplot(trade_data, aes(x = avg_trade, y = fs_trade, label = DyadCode))+
  geom_point()+
  theme_minimal()+
  labs(title = "Trocas comerciais - calibração fuzzy",
        subtitle = "2017",
        caption="Baseado nos dados do UN Comtrade (2022).",
        x = "% das trocas comerciais",
        y = "Valor fuzzy")+
  geom_vline(xintercept = 0.15, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 0.075, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")+
  geom_vline(xintercept = 0.01, col = "red", alpha = 0.6, linetype="dashed")

#ggplotly(g9)
g9
```



A.2.5 Relações Militares

O banco de dados do Correlates of War (COW) oferece informações sobre quatro tipos distintos de alianças formais entre Estados, sendo:

- “*defense*”, quando os Estados se comprometem a oferecer suporte militar caso a segurança de uma das partes seja violada;

- “*neutrality*”, quando as partes se comprometem a não tomar parte em conflitos nos quais a outra parte esteja envolvida;
- “*nonaggression*”, quando concordam com uma promessa de não agressão uma em relação a outra; e
- “*entente*”, quando concordam em consultar um ao outro em casos de crise.

Conforme apontado por Douglas Gibler (2009), pesquisador responsável pelo dataset em questão, há um certo grau de hierarquia entre os tipos de aliança, com o tratado de defesa no topo, seguido pelo de neutralidade, não-agressão e o de entente, com os tratados de hierarquias superiores comumente incluindo cláusulas referentes ao demais tipos. Assim, de certo modo, a própria base de dados oferece os limiares necessários para a realização do QCA. Destarte, opta-se pela utilização, nesse caso específico, do método de calibração *fuzzy* indireto, estabelecendo os tratados de defesa como o limiar qualitativo de pleno pertencimento de cada díade no conjunto de Estados que são aliados (1); os tratados de neutralidade (0.8) e não-agressão (0.6) como casos que estão mais dentro do que fora do conjunto; o tratado de entente (0.4) como casos que estão mais fora do que dentro do conjunto; e a inexistência de qualquer tratado como limiar de plena exclusão (0).

O bloco de códigos abaixo organiza a base de dados de acordo com os parâmetros estabelecidos acima.

```
cow_data <- cow_data %>%
  mutate(fs_alliance = ifelse(defense == 1, 1,
                              ifelse(neutrality == 1, 0.8,
                                      ifelse(nonaggression == 1, 0.6,
                                              ifelse(entente == 1, 0.4, 0)))))) %>%
  select(DyadCode, fs_alliance) %>%
  distinct(.keep_all = FALSE) %>%
  right_join(clean_set, by = "DyadCode") %>%
  replace(is.na(.), 0)

head(cow_data)
```

##	DyadCode	fs_alliance
## 1	CAN+FRA	1.0
## 2	CAN+DEU	1.0
## 3	FRA+DEU	1.0
## 4	IND+PAK	0.6
## 5	DEU+RUS	0.8
## 6	FRA+RUS	0.4

Com o *data frame* configurado, a tabela abaixo apresenta a distribuição dos casos:

```
tibble(
  Limiares_qualitativos = c("Díades com tratados de defesa [1]",
                           "Díades com tratados de neutralidade [0.8]",
                           "Díades com tratados de não-agressão [0.6]",
                           "Díades com tratados de entente [0.4]",
                           "Díades sem tratados militares [0]"),
  Frequência = c(
    (nrow(subset(cow_data, fs_alliance == 1))),
    (nrow(subset(cow_data, fs_alliance == 0.8))),
    (nrow(subset(cow_data, fs_alliance == 0.6))),
    (nrow(subset(cow_data, fs_alliance == 0.4))),
    (nrow(subset(cow_data, fs_alliance == 0)))
  )
)

## # A tibble: 5 × 2
##   Limiares_qualitativos      Frequência
##   <chr>                  <int>
## 1 Díades com tratados de defesa [1]           9
## 2 Díades com tratados de neutralidade [0.8]       2
## 3 Díades com tratados de não-agressão [0.6]       3
## 4 Díades com tratados de entente [0.4]           1
## 5 Díades sem tratados militares [0]          30
```

A.3 fsQCA

Com todos os bancos de dados coletados e calibrados, podemos proceder para a junção desse material em um único banco de dados, o qual servirá de base para a construção da tabela verdade da análise.

```
qca_data <- clean_set %>%
  inner_join(un_data, by = "DyadCode") %>%
  inner_join(p_views, by = "DyadCode") %>%
  inner_join(n_views, by = "DyadCode") %>%
  inner_join(trade_data, by = "DyadCode") %>%
  inner_join(cow_data, by = "DyadCode") %>%
  select(DyadCode, fs_unvotes, fs_pviews, fs_nviews, fs_trade, fs_alliance)

head(qca_data)
```

	DyadCode	fs_unvotes	fs_pviews	fs_nviews	fs_trade	fs_alliance
## 1	BRA+CAN	0.3076159	0.98172277	0.2796040	0.04796000	1
## 2	BRA+CHN	0.9855611	0.95761459	0.6270558	0.80573227	0
## 3	BRA+FRA	0.2582520	0.96699214	0.4476137	0.05630591	0
## 4	BRA+DEU	0.4931461	0.56458797	0.1567599	0.08573430	0
## 5	BRA+IND	0.9833963	0.35930730	0.7386983	0.06353931	0
## 6	BRA+PAK	0.9848704	0.08579712	0.9641134	0.04032167	0

Com os dados consolidados, o próximo passo é realizar a análise de necessidade das variáveis causais para a presença da variável de resultado. Conforme sugerido por Schneider e Wagemann (2007), adota-se um patamar de consistência mínimo de 0.9 para considerar uma condição como necessária. Esses valores podem ser obtidos através da função `pof`, onde `setms` se refere a variável de interesse; `outcome` a variável de resultado; e `relation` a relação que se busca entre os dois conjuntos – no caso, da variável de interesse ser necessária para a ocorrência da variável de resultado.

```
n1 <- pof(setms = qca_data$fs_pviews,
          outcome = qca_data$fs_unvotes,
          relation = "necessity")
n1 <- as.data.frame(n1$incl.cov)

n2 <- pof(setms = 1 - qca_data$fs_nviews, #nega a condição
          outcome = qca_data$fs_unvotes,
          relation = "necessity")
n2 <- as.data.frame(n2$incl.cov)

n3 <- pof(setms = qca_data$fs_trade,
          outcome = qca_data$fs_unvotes,
          relation = "necessity")
n3 <- as.data.frame(n3$incl.cov)

n4 <- pof(setms = qca_data$fs_alliance,
          outcome = qca_data$fs_unvotes,
          relation = "necessity")
n4 <- as.data.frame(n4$incl.cov)

necessity <- rbind(n1, n2, n3, n4) %>%
  rename(Consistência = inclN) %>%
  rename(Relevância = RoN) %>%
  rename(Cobertura = covN) %>%
  print()
```

##	Consistência	Relevância	Cobertura
## fs_pviews	0.7382677	0.6234197	0.6670847
## ~fs_nviews	0.6132113	0.8859346	0.8297004
## fs_trade	0.3342466	0.9351489	0.7885090
## fs_alliance	0.3373280	0.8905522	0.6908328

Embora o índice de relevância de algumas variáveis seja elevado (ver Schneider e Wagemann, 2007), a consistência de todas elas fica muito abaixo do índice de 0.9 recomendável para uma variável causal ser considerada necessária para o resultado, de modo que elas podem ser descartadas enquanto variáveis necessárias.

Avançando para a análise de suficiência, essa é conduzida com base da tabela verdade, principal ferramenta analítica do QCA, realizada aqui através da função `truthTable`, onde:

- `outcome` determina a variável dependente, no caso os padrões de voto na AGNU;
- `conditions` se refere às variáveis independentes; e
- `incl.cut` estabelece a consistência mínima para determinada configuração ser considerada positiva, adotando aqui o valor mínimo de 0.8 sugerido por Ragin (2008) como consistência padrão para condições suficientes em *fuzzy sets*.

```
row.names(qca_data) <- qca_data$DyadCode #identifica os casos por sua DyadCode,
facilitando a visualização na tabela verdade.
```

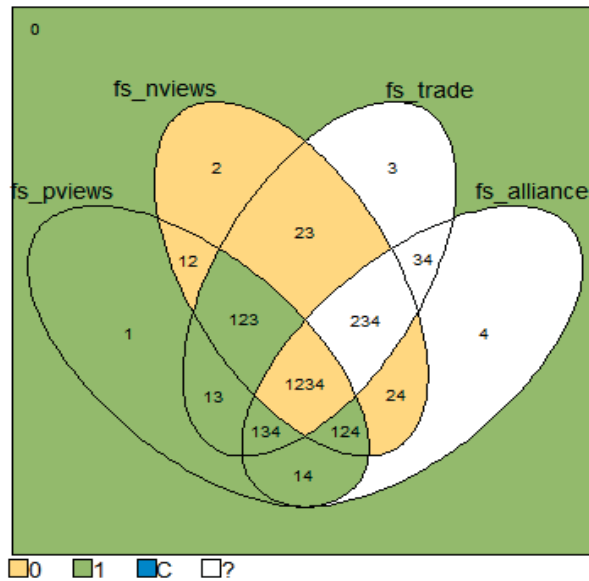
```
truth_table <- truthTable(qca_data, outcome = "fs_unvotes",
                          conditions = "fs_pviews, fs_nviews, fs_trade,
                                       fs_alliance",
                          incl.cut = 0.8)
```

```
truth_table
```

```
##
##   OUT: output value
##   n: number of cases in configuration
##   incl: sufficiency inclusion score
##   PRI: proportional reduction in inconsistency
##
##   fs_pviews fs_nviews fs_trade fs_alliance  OUT   n  incl  PRI
## 1         0         0         0         0      1    1  0.953 0.865
## 5         0         1         0         0      0   11  0.741 0.566
## 6         0         1         0         1      0    4  0.710 0.552
## 7         0         1         1         0      0    1  0.720 0.435
## 9         1         0         0         0      1   10  0.803 0.665
## 10        1         0         0         1      1    4  0.862 0.794
## 11        1         0         1         0      1    1  0.931 0.870
## 12        1         0         1         1      1    4  0.954 0.928
## 13        1         1         0         0      0    5  0.718 0.473
## 14        1         1         0         1      1    1  0.841 0.646
## 15        1         1         1         0      1    1  0.865 0.758
## 16        1         1         1         1      0    1  0.753 0.543
```

A partir da tabela verdade criada, é possível gerar um diagrama de Venn apresentando os resultados de todas as possíveis combinações das variáveis causais.

```
venn(truth_table, ellipse = TRUE, ilabels = TRUE)
```



Finalmente, através da função `minimize` podemos reduzir a complexidade da solução e apresentar os caminhos de suficiência causal, nos quais a combinação da presença das variáveis independentes são suficientes para a produção da variável dependente.

```
minimize(truth_table, include = "?", details = TRUE)

##
## M1: ~fs_nviews + fs_pviews*~fs_trade*fs_alliance +
##      fs_pviews*fs_trade*~fs_alliance -> fs_unvotes
##
##                                     inclS   PRI   covS   covU
## -----
## 1 ~fs_nviews                      0.830  0.744  0.613  0.307
## 2 fs_pviews*~fs_trade*fs_alliance 0.791  0.694  0.202  0.040
## 3 fs_pviews*fs_trade*~fs_alliance 0.885  0.814  0.219  0.036
## -----
##                                     M1  0.804  0.714  0.692
```

A.4 CONCLUSÃO

Três soluções causais emergem como suficientes para a produção do resultado, sendo:

- A ausência de um índice elevado de opiniões negativas entre os Estados;
- A presença de um índice elevado de opiniões positivas entre os Estados acompanhada de uma aliança militar e da ausência de uma interdependência econômica; e

- A presença de um índice elevado de opiniões positivas entre os Estados acompanhada de uma interdependência econômica e da ausência de uma aliança militar entre as partes.

Os três casos incluem variáveis associadas ao *soft power* indireto, seja através da ausência de uma repulsa entre as populações desses Estados (solução 1) ou da presença de atração entre essas populações acompanhada de alguma outra variável causal (soluções 2 e 3), reforçando a importância do fenômeno para a compreensão das relações entre os Estados.

APÊNDICE B – ARTIGOS EXCLUÍDOS DA BASE DE DADOS DO CAPÍTULO 5

B.1 ARTIGOS QUE NÃO ERAM SOBRE *SOFT POWER*

Adamson, F. B. and Tsourapas, G. (2018) 'Migration diplomacy in world politics', *International Studies Perspectives*, 20(2), pp. 113–128. doi: 10.1093/isp/eky015.

Ayhan, K. J. (2018) 'The boundaries of public diplomacy and nonstate actors: A taxonomy of perspectives', *International Studies Perspectives*, 20(1), pp. 63–83. doi: 10.1093/isp/eky010.

Becker, F. (2013) 'Remembering nyerere: Political rhetoric and dissent in contemporary tanzania', *African Affairs*, 112(447), pp. 238–261. doi: 10.1093/afraf/adt019.

Bejerot, E. and Hasselbladh, H. (2011) 'Professional autonomy and pastoral power: The transformation of quality registers in Swedish health care', *Public Administration*, 89(4), pp. 1604–1621. doi: 10.1111/j.1467-9299.2011.01945.x.

Chan, S. (2006) 'The Politics of Economic Exchange: Carrots and Sticks in Taiwan-China-US Relations', *Issues & Studies*, 42(2), pp. 1–12. doi: 10.7033/ISE.200606_42(2).0001.

Corrales, J. (2009) 'Using social power to balance soft power: Venezuela's foreign policy', *Washington Quarterly*, 32(4), pp. 97–114. doi: 10.1080/01636600903232285.

Ferguson, Y. H. (2008) 'Approaches to defining "empire" and characterizing United States influence in the contemporary world', *International Studies Perspectives*, 9(3), pp. 272–280. doi: 10.1111/j.1528-3585.2008.00333.x.

Gautier, L. *et al.* (2014) 'Reforming the World Health Organization: What influence do the BRICS wield?', *Contemporary Politics*, 20(2), pp. 163–181. doi: 10.1080/13569775.2014.907987.

Giegerich, B. (2004) 'Not Such a Soft Power: The External Deployment of European Forces', *Survival*, 46(2), pp. 163–182. doi: 10.1093/survival/46.2.163.

Gong, X. (2020) 'Non-traditional security cooperation between China and south-east Asia: Implications for Indo-Pacific geopolitics', *International Affairs*, 96(1), pp. 29–48. doi: 10.1093/ia/iiz225.

Heinmiller, B. T. (2013) 'Advocacy coalitions and the alberta water act', *Canadian Journal of Political Science*, 46(3), pp. 525–547. doi: 10.1017/S0008423913000541.

Jordana, J. (2017) 'Transgovernmental networks as regulatory intermediaries: Horizontal collaboration and the realities of soft power', *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 670(1), pp. 245–262. doi: 10.1177/00027162176945.

Kaufman, J. (2012) 'China's evolving AIDS policy: The influence of global norms and transnational non-governmental organizations', *Contemporary Politics*, 18(2), pp. 225–238. doi: 10.1080/13569775.2012.674343.

- Kavalski, E. (2014) 'The Shadows of normative power in Asia: Framing the international agency of China, India, and Japan', *Pacific Focus*, 29(3), pp. 303–328. doi: 10.1111/pafo.12032.
- Kelley, J. G. and Simmons, B. A. (2015) 'Politics by number: Indicators as social pressure in international relations', *American Journal of Political Science*, 59(1), pp. 55–70. doi: 10.1111/ajps.12119.
- Klimburg, A. (2011) 'Mobilising cyber power', *Survival*, 53(1), pp. 41–60. doi: 10.1080/00396338.2011.555595.
- Kutlay, M. and Öniş, Z. (2021) 'Turkish foreign policy in a post-western order: Strategic autonomy or new forms of dependence?', *International Affairs*, 97(4), pp. 1085–1104. doi: 10.1093/ia/iia094.
- Lane, D. (2008) 'The orange revolution: "People's revolution" or revolutionary coup?', *British Journal of Politics and International Relations*, 10(4), pp. 525–549. doi: 10.1111/j.1467-856X.2008.00343.x.
- Matlary, J. H. (2006) 'When soft power turns hard: Is an EU strategic culture possible?', *Security Dialogue*, 37(1), pp. 105–121. doi: 10.1177/0967010606064140.
- McKeown, T. J. (2009) 'How U.S. decision-makers assessed their control of multilateral organizations, 1957-1982', *Review of International Organizations*, 4(3), pp. 269–291. doi: 10.1007/s11558-009-9059-4.
- Mor, B. D. (2012) 'Credibility talk in public diplomacy', *Review of International Studies*, 38(2), pp. 393–422. doi: 10.1017/S0260210511000489.
- Nexon, D. H. and Neumann, I. B. (2017) 'Hegemonic-order theory: A field-theoretic account', *European Journal of International Relations*, 24(3), pp. 662–686. doi: 10.1177/1354066117716524.
- Nordin, A. H. M. and Weissmann, M. (2018) 'Will Trump make China great again? The belt and road initiative and international order', *International Affairs*, 94(2), pp. 231–249. doi: 10.1093/ia/iix242.
- Pacher, A. (2018) 'The ritual creation of political symbols: International exchanges in public diplomacy', *British Journal of Politics and International Relations*, 20(4), pp. 880–897. doi: 10.1177/1369148118786043.
- Pamment, J. (2015) '"Putting the GREAT back into Britain": National identity, public-private collaboration & Transfers of brand equity in 2012's global promotional campaign', *British Journal of Politics and International Relations*, 17(2).
- Pan, S. Y. and Lo, J. T. Y. (2015) 'Re-conceptualizing China's rise as a global power: a neo-tributary perspective', *Pacific Review*, 30(1), pp. 1–25. doi: 10.1080/09512748.2015.1075578.
- Proedrou, F. (2018) 'Russian Energy Policy and Structural Power in Europe', *Europe - Asia Studies*, 70(1), pp. 75–89. doi: 10.1080/09668136.2017.1419169.

Shlomo, O. (2017) 'The governmentalities of infrastructure and services amid urban conflict: East Jerusalem in the post Oslo era', *Political Geography*, 61, pp. 224–236. doi: 10.1016/j.polgeo.2017.09.011.

Smith, M. (2009) 'Between "soft power" and a hard place: European union foreign and security policy between the Islamic world and the United States', *International Politics*, 46(5), pp. 596–615. doi: 10.1057/ip.2009.15.

Tsygankov, A. P. (2009) 'Russia in the post-Western world: The end of the normalization paradigm?', *Post-Soviet Affairs*, 25(4), pp. 347–369. doi: 10.2747/1060-586X.24.4.347.

Urnov, M. (2014) "'Greatpowerness" as the key element of Russian self-consciousness under erosion', *Communist and Post-Communist Studies*, 47(3–4), pp. 305–322. doi: 10.1016/j.postcomstud.2014.10.001.

Warren, T. C. (2015) 'Explosive connections? Mass media, social media, and the geography of collective violence in African states', *Journal of Peace Research*, 52(3), pp. 297–311. doi: 10.1177/0022343314558102.

Whitehead, L. (2009) 'Losing "the force"? The "dark side" of democratization after Iraq', *Democratization*, 16(2), pp. 215–242. doi: 10.1080/13510340902732623.

Wong, R. (2012) 'Model power or reference point? The EU and the ASEAN Charter', *Cambridge Review of International Affairs*, 25(4), pp. 669–682. doi: 10.1080/095557571.2012.678302.

Żuk, P. (2018) 'Nation, national remembrance, and education—Polish schools as factories of nationalism and prejudice', *Nationalities Papers*, 46(6), pp. 1046–1062. doi: 10.1080/00905992.2017.1381079.

B.2 ARTIGOS PURAMENTE TEÓRICOS

Abizadeh, A. (2011) 'Hobbes on the causes of war: A disagreement theory', *American Political Science Review*, 105(2), pp. 298–315. doi: 10.1017/S0003055411000098.

Dryzek, J. S. (2006) 'Transnational democracy in an insecure world', *International Political Science Review*, 27(2), pp. 101–119. doi: 10.1177/0192512106061421.

Eriksson, J. and Norman, L. (2011) 'Political utilisation of scholarly ideas: The "clash of civilisations" vs. "Soft Power" in US foreign policy', *Review of International Studies*, 37(1), pp. 417–436. doi: 10.1017/S0260210510000173.

Fregonese, S. and Ramadan, A. (2015) 'Hotel geopolitics: A research agenda', *Geopolitics*, 20(4), pp. 793–813. doi: 10.1080/14650045.2015.1062755.

Gallarotti, G. M. (2015) 'Smart Power: Definitions, Importance, and Effectiveness', *Journal of Strategic Studies*, 38(3), pp. 245–281. doi: 10.1080/01402390.2014.1002912.

- Ghosh, R. *et al.* (2016) 'Can education counter violent religious extremism?', *Canadian Foreign Policy Journal*, 23(2), pp. 117–133. doi: 10.1080/11926422.2016.1165713.
- Gilboa, E. (2008) 'Searching for a theory of public diplomacy', *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), pp. 55–77. doi: 10.1177/0002716207312142.
- Grix, J. (2013) 'Sport politics and the olympics', *Political Studies Review*, 11(1), pp. 15–25. doi: 10.1111/1478-9302.12001.
- Hagström, L. and Jerdén, B. (2014) 'East Asia's power shift: The flaws and hazards of the debate and how to avoid them', *Asian Perspective*, 38(3), pp. 337–362. doi: 10.1353/apr.2014.0014.
- Hall, T. (2010) 'An Unclear Attraction: A Critical Examination of Soft Power as an Analytical Category', *The Chinese Journal of International Politics*, 3(2), pp. 189–211.
- Kay, S. (2004) 'Globalization, Power, and Security', *Security Dialogue*, 35(1), pp. 9–25. doi: 10.1177/0967010604042533.
- Mattern, J. B. (2005) 'Why 'Soft Power' Isn't So Soft: Representational Force and the Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics', *Millennium: Journal of International Studies*, 33(3), pp. 583–612. doi: 10.1177/03058298050330031601.
- Mingjiang, L. (2008) 'China debates soft power', *Chinese Journal of International Politics*, 2(2), pp. 287–308. doi: 10.1093/cjip/pon011.
- Nye, J. (2021) 'Soft power: the evolution of a concept', *Journal of Political Power*, 14(1), pp. 196–208.
- Nye, J. (1990) 'Soft Power', *Foreign Policy*, (80), pp. 153–171.
- Nye, J. S. (2008) 'Public diplomacy and soft power', *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), pp. 94–109. doi: 10.1177/0002716207311699.
- Press-Barnathan, G. (2016) 'Thinking about the role of popular culture in international conflicts', *International Studies Review*, 19(2), pp. 166–184. doi: 10.1093/isr/viw030.
- Sevin, E. (2017) 'A Multilayered Approach to Public Diplomacy Evaluation: Pathways of Connection', *Politics and Policy*, 45(5), pp. 879–901. doi: 10.1111/polp.12227.
- Solomon, T. (2014) 'The affective underpinnings of soft power', *European Journal of International Relations*, 20(3), pp. 720–741. doi: 10.1177/1354066113503479.
- Susen, S. (2018) 'The seductive force of "noumenal power": a new path (or impasse) for critical theory?', *Journal of Political Power*, 11(1), pp. 4–45. doi: 10.1080/2158379X.2017.1362734.
- Walker, C. (2016) 'The hijacking of "soft power"', *Journal of Democracy*, 27(1), pp. 49–63. doi: 10.1353/jod.2016.0007.

Wilson III, E. J. (2008) 'Hard Power, Soft Power, Smart Power', *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 106(1), pp. 283–283. doi: 10.1177/000271622310600124.

Zeitoun, M., Mirumachi, N. and Warner, J. (2011) 'Transboundary water interaction II: The influence of "soft" power', *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 11(2), pp. 159–178. doi: 10.1007/s10784-010-9134-6.

B.3 ARTIGOS QUE EMPREGAVAM METODOLOGIAS DE *LARGE-N*

Atkinson, C. (2010) 'Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980–2006', *Foreign Policy Analysis*, 6(1), pp. 1–22. doi: 10.1111/j.1743-8594.2009.00099.x.

Ciftci, S. and Tezcür, G. M. (2016) 'Soft power, religion, and Anti-Americanism in the Middle East', *Foreign Policy Analysis*, 12(3), pp. 374–394. doi: 10.1111/fpa.12090.

Goldsmith, B. E. and Horiuchi, Y. (2012) 'In search of soft power: Does foreign public opinion matter for US foreign policy?', *World Politics*, 64(3), pp. 555–585. doi: 10.1017/S0043887112000123.

Goldsmith, B. E., Horiuchi, Y. and Wood, T. (2014) 'Doing Well by Doing Good: The Impact of Foreign Aid on Foreign Public Opinion', *Quarterly Journal of Political Science*, 9(1), pp. 87–114. doi: 10.1561/100.00013036.

Kobierecki, M. M. and Strożek, P. (2021) 'Sports mega-events and shaping the international image of states: how hosting the Olympic Games and FIFA World Cups affects interest in host nations', *International Politics*, 58(1), pp. 49–70. doi: 10.1057/s41311-020-00216-w.

Köse, T., Özcan, M. and Karakoç, E. (2016) 'A comparative analysis of soft power in the MENA Region: The impact of ethnic, sectarian, and religious identity on soft Power in Iraq and Egypt', *Foreign Policy Analysis*, 12(3), pp. 354–373. doi: 10.1093/fpa/orw003.

Monti Narayan Datta (2009) 'The Decline of America's Soft Power in the United Nations', *International Studies Perspectives*, 10(3), pp. 265–284. doi: 10.1111/j.1528-3585.2009.00376.x.

Novosad, P. and Werker, E. (2019) *Who runs the international system? Nationality and leadership in the United Nations Secretariat*, *Review of International Organizations*. The Review of International Organizations. doi: 10.1007/s11558-017-9294-z.

Rose, A. K. (2016) 'Like Me, Buy Me: The Effect of Soft Power on Exports', *Economics & Politics*, 28(2), pp. 216–232. doi: 10.1111/ecpo.12077.

Rose, R. (2008) 'Political communication in a European public space: Language, the internet and understanding as soft power', *Journal of Common Market Studies*, 46(2), pp. 451–475. doi: 10.1111/j.1468-5965.2007.00783.x.

Warren, T. C. (2014) *Not by the sword alone: Soft power, mass media, and the production of state sovereignty, International Organization*. doi: 10.1017/S0020818313000350.

APÊNDICE C – LIVRO DE CÓDIGOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

<i>Variável</i>	<i>Código</i>	<i>Descrição</i>
I. Quem aplica o <i>soft power</i> ?	I. Quem aplica: África do Sul	
	I. Quem aplica: Alemanha	
	I. Quem aplica: Austrália	
	I. Quem aplica: Brasil e Índia	O artigo tratava de uma estratégia conjunta dos Estados listados.
	I. Quem aplica: Brasil, Índia e África do Sul	O artigo tratava de uma estratégia conjunta dos Estados listados.
	I. Quem aplica: BRIC (Estados membros)	
	I. Quem aplica: Canadá	
	I. Quem aplica: China	
	I. Quem aplica: Coreia do Sul	
	I. Quem aplica: Dinamarca	
	I. Quem aplica: Egito	
	I. Quem aplica: EUA	
	I. Quem aplica: Finlândia	
	I. Quem aplica: França	
	I. Quem aplica: Irã	
	I. Quem aplica: Japão	
	I. Quem aplica: México	
	I. Quem aplica: Noruega	
	I. Quem aplica: Qatar	
	I. Quem aplica: Reino Unido	
	I. Quem aplica: Rússia	
	I. Quem aplica: Singapura	
	I. Quem aplica: Suécia	
	I. Quem aplica: Taiwan	
	I. Quem aplica: Turquia	
	I. Quem aplica: União Europeia (Estados membros)	
	I. Quem aplica: União Europeia (Organização)	
	I. Quem aplica: Vaticano	
II. Identifica quais são as audiências alvo desse <i>soft power</i> ?	II. Audiência: Ausente	O artigo não aponta qual é o público alvo das estratégias <i>soft power</i> sendo estudadas, ou aponta um grupo de audiências tão amplo que inviabiliza a extração de significados do texto (por exemplo, citar vários continentes como a audiência alvo).
	II. Audiência: Presente	O artigo aponta qual é o público alvo das estratégias <i>soft power</i> sendo estudadas, ou, ao menos, cita exemplos de grupos e instituições que considera parte da audiência alvo.

III. Identifica quais são as fontes ou recursos envolvidos na produção desse <i>soft power</i> ?	III. Fontes/Recursos: Ausentes	O artigo não identifica claramente quais são os recursos envolvidos na produção do <i>soft power</i> sendo estudado.
	III. Fontes/Recursos: Presentes	O artigo identifica claramente quais são os recursos envolvidos na produção do <i>soft power</i> sendo estudado.
IV. Identifica o objetivo do emprego do <i>soft power</i> ?	IV. Objetivo: Ausente	O artigo não identifica claramente quais são os objetivos pretendidos através da estratégia de <i>soft power</i> sendo estudada.
	IV. Objetivo: Presente de modo genérico	O artigo identifica de modo vago quais são os objetivos pretendidos através da estratégia de <i>soft power</i> sendo estudada. Exemplos incluem afirmações como “proteger os interesses nacionais” e “fortalecer a posição do país no cenário internacional”.
	IV. Objetivo: Presente de modo específico	O artigo identifica de modo claro e específico quais são os objetivos pretendidos através da estratégia de <i>soft power</i> sendo estudada.
V. Indica quais são os mecanismos causais pelos quais os recursos se convertem em <i>soft power</i> e o <i>soft power</i> auxilia na obtenção dos resultados políticos desejados?	V. Mecanismo de conversão: Ausente	O artigo não identifica claramente quais são os mecanismos de conversão pelos quais os recursos de <i>soft power</i> se converteriam no <i>soft power</i> propriamente dito, nem como este <i>soft power</i> produziria resultados políticos.
	V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente	O artigo identifica claramente apenas uma parte do processo e se omite sobre a outra, clarificando apenas quais são os mecanismos de conversão pelos quais os recursos de <i>soft power</i> se convertem no <i>soft power</i> propriamente dito ou como este <i>soft power</i> produziria resultados políticos.
	V. Mecanismo de conversão: Presente	O artigo identifica claramente quais são os mecanismos de conversão pelos quais os recursos de <i>soft power</i> se convertem no <i>soft power</i> propriamente dito, além de identificar como este <i>soft power</i> produz resultados políticos.
	V. Mecanismo de conversão: Inexistente	O artigo especificamente aponta que as estratégias de <i>soft power</i> estudadas foram fracassadas em seus objetivos, seja porque os recursos envolvidos não geraram <i>soft power</i> ou porque esse <i>soft power</i> não foi capaz de produzir resultados políticos perceptíveis.

APÊNDICE D – RESULTADOS DOS TESTES DE CONFIABILIDADE

<i>Variável</i>	<i>Tipo de Variável</i>	<i>Número de casos</i>	<i>Alpha de Krippendorff</i>
Elegibilidade dos artigos	Nominal	164	0.964
I. Quem aplica o <i>soft power</i> ?	Nominal	110	0.989
II. Identifica quais são as audiências alvo desse <i>soft power</i> ?	Ordinal	110	0.961
III. Identifica quais são as fontes ou recursos envolvidos na produção desse <i>soft power</i> ?	Ordinal	110	0.796
IV. Identifica o objetivo do emprego do <i>soft power</i> ?	Ordinal	110	0.95
V. Indica quais são os mecanismos causais pelos quais os recursos se convertem em <i>soft power</i> e o <i>soft power</i> auxilia na obtenção dos resultados políticos desejados?	Ordinal	110	0.918

APÊNDICE E – RELATÓRIO COMPLETO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Relatório criado por Douglas Novelli em 19/08/2022

Relatório de Documentos

Documentos selecionados (95)

Estrutura do relatório:

[número do documento no projeto] Autor (data)

Comentário com a ficha de leitura completa do artigo, baseada nas categorias apresentadas no Quadro 5.1. Seu conteúdo embasou a análise qualitativa do Capítulo 6.

N de Citações:

Autor (data)

Citação direta ao conteúdo do artigo, a qual justifica determinada classificação que este recebeu.

Comentários referentes ao conteúdo da citação, quando necessário.

N de Códigos inseridos em cada citação, com os códigos aparecendo abaixo:

- I. Quem exerce: __ / ● II. Audiência: __ / ● III. Fontes/Recursos: __ / ● IV. Objetivo: __ /
- V. Mecanismo de conversão: __

3 Agadjanian e Horiuchi (2018)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Japão; III. Quais as fontes? Política externa; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausente.

1 Citações:

3:1 p 1 in Agadjanian e Horiuchi (2018)

The U.S. President Donald Trump has frequently made foreign countries central to his political messages, often conveying animosity. But do foreign citizens react more to the speaker of these messages—Trump himself—or their content? More generally, when people are exposed to messages sent from foreign countries, are their attitudes influenced by information heuristics or information content in messages? Although related studies are abundant in the literature of American public opinion, these questions are not fully examined in the literature of foreign public opinion. To address them, we used Japan as a case and fielded a survey experiment exposing citizens to U.S. policy messages that varied by source, policy content, and issue salience. Results suggest that while the source cue (Trump attribution) causes negative perceptions of the U.S., the policy content (cooperative vs. uncooperative) has a larger effect in shaping opinion of the U.S. Furthermore, analysis of interaction effects shows that only when U.S. policy approach is uncooperative does the Trump attribution have significantly negative and large effects. We conclude that foreign citizens rely more on policy content in transnational opinion formation—an aspect that past research in this area has overlooked. Substantively, these findings may demonstrate that even under a presidency that has alienated foreign countries and seemingly undermined U.S. stature in the world, foreign opinion toward the U.S. does not hinge entirely on its political leader. In short, Trump has not irreparably damaged the U.S. image abroad.

Embora o artigo use como estudo de caso o soft power dos EUA sobre o Japão, seu foco está em se em como a administração Trump afetou o volume desse soft power, não traçando comentários sobre seu funcionamento ou objetivos.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

6 Bailard (2016)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? África; III. Quais as fontes? Veículos de mídia; IV. Objetivo? Genérico, na forma de enfrentar a narrativa da "ameaça chinesa" e dar suporte a estratégia de "ascensão pacífica"; V. Mecanismos causais? Os resultados comprovam que o aumento da presença chinesa nos mercados de mídia africanos está correlacionado a melhora da opinião pública desses Estados com relação à China (recurso transformado em soft power). Contudo, não apresenta nenhum caminho causal pelo qual essa melhora na opinião pública levaria aos objetivos políticos listados.

4 Citações:

6:1 p 1 in Bailard (2016)

China in Africa: An Analysis of the Effect of Chinese Media Expansion on African Public Opinion
O título resume bem o conteúdo do artigo: fala sobre a atuação do soft power chinês (quem exerce) na África (audiência), focando no papel da mídia chinesa (recurso) em moldar a opinião pública africana.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

6:3 p 2 in Bailard (2016)

China held its third Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) in Beijing in 2006, where Chinese officials revealed a detailed plan to increase the nation's soft power in Africa through multiple levels of economic cooperation and infrastructure development but also, notably, through various "people-to-people" exchanges. These included expanding dialogue and visits between high-level diplomats, developing various training programs for African professionals, increasing travel rates between China and Africa, and establishing Confucius Institutes to provide extensive training in Chinese language and culture at African universities (FOCAC 2006). A significant portion of this plan also included provisions to increase the presence and quality of Chinese media in the region

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

6:4 p 3 in Bailard (2016)

China's effort to enhance its soft power in Africa reflects a broader shift in recent years of Chinese foreign policy to more heavily weight public diplomacy. Wang (2008) attributes this shift in China's foreign policy approach to the perceived need to counter the "China Threat" rhetoric abroad and promote, instead, the image of China's "peaceful rise," particularly in light of China's remarkable economic growth and its increasing presence on the world stage.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

6:5 p 23 in Bailard (2016)

On the whole, the results suggest that this effort appears to have generated the desired results. In many cases, the larger the Chinese media presence in a country and the more access to relevant media technology, the more favorable public opinion toward China has grown across multiple dimensions. This suggests that China's recent foreign policy recalibration to more heavily weight soft power and public diplomacy may be paying off, particularly via its international broadcasting presence on the continent. The analysis also revealed that the amount of Chinese investment in telecommunication infrastructure in Africa has a large and consistently positive relationship with favorable attitudes toward China; however, it is not entirely clear which direction the causal arrow points in this case.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

7 Bayer e Keyman (2012)

I. Quem exerce? Turquia; II. Audiência alvo? Balcãs, Cáucaso e Oriente Médio; III. Quais as fontes? Elementos históricos comuns e ajuda humanitária; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:

7:2 p 2 in Bayer e Keyman (2012)

Turkey's contributions to global security through its increasing involvement in humanitarian assistance in different regions of the world

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

7:3 p 14 in Bayer e Keyman (2012)

Geopolitics has been a matter of considerable concern for Turkish academics and policymakers for over five decades (Bilgin, 2007) as can be seen in Davutoglu's emphasis on the Balkans, Caucasus, and Middle Eastern regions (2001). It is the Ottoman past—embedded in its physical, cultural, and diplomatic geography—that makes Turkey a center of gravity. Thus, Turkey's soft power is seen as partly emerging from its past history and its location.

Embora o artigo liste soft power como sua primeira palavra-chave, o termo só aparece duas vezes durante todo o texto, sendo essa a passagem melhor desenvolvida. Não deixa de ser uma instrumentalização do conceito, mas é excepcionalmente superficial.

5 Códigos:

● I. Quem exerce: Turquia / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

10 Benabdallah (2017)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? África; III. Quais as fontes? Investimento no desenvolvimento profissional de jornalistas africanos; IV. Objetivo? Genérico, na forma de promover uma imagem positiva da China na África; V. Mecanismos causais? Os programas para desenvolvimento profissional (recurso) socializa os jornalistas africanos nos valores e normas promovidos pela China, efetivamente gerando soft power e criando um duradouro efeito positivo na imagem chinesa junto a esses indivíduos, porém, não aponta como esse soft power pode ser empregado para atingir objetivos políticos.

5 Citações:**10:1 p 1 in Benabdallah (2017)**

How is Chinese foreign policy building a positive image of China in Africa?

2 Códigos:

● I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

10:2 p 1 in Benabdallah (2017)

this article identifies an understudied aspect of China's strategy in Africa—that of investing in human resource development and professional training programmes for African journalists.

1 Códigos:

● III. Fontes/Recursos: Presentes

10:3 p 1 in Benabdallah (2017)

The findings suggest that Chinese-sponsored professional development programmes for African journalists are an opportunity for African trainees to be socialised in Chinese values, norms, and expert knowledge. These trainings contribute to build a positive image of China in Africa

1 Códigos:

● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

10:4 p 18 in Benabdallah (2017)

This article categorises the mechanisms used by Chinese policy-makers to promote a positive image of China in Africa into a direct and an indirect approach

1 Códigos:

● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

10:5 p 18 in Benabdallah (2017)

It finds that the direct approach yields less success than the indirect approach in changing perceptions about China's presence in Africa. For the time being, Beijing's bet on image-building and promoting soft power in Africa through the material presence of big CCTV headquarters is not yielding much attractiveness. Rather, I find that capacity-building programmes (which offer an opportunity for socialising and networking) lie at the core of what renders perceptions about China's role in Africa more prone to a positive framing. I then ask why this is so. Through examining frameworks of power in IR that focus on attractiveness, I propose to add a dimension of knowledge production to explain how soft power works. So far, soft power scholarship has explained attractiveness mainly through the sociolinguistic and affective investments in the audience. Both these perspectives are highly relevant in explaining China's soft power in Africa. Yet, the study's findings suggest that mechanisms of knowledge production and diffusion serve to invest in a long-term attractiveness of soft power. Whereas emotions and rhetoric might appeal to the audience for an immediate event or reaction, processes of knowledge production and diffusion through capacity-building programmes produce long-term bridges of image-building.

1 Códigos:

● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

11 Bertelsen (2012)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Elites do Oriente Médio, com foco específico no Egito e Líbano; III. Quais as fontes? The American University in Cairo e American University of Beirut. IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Parcialmente presente, demonstra como as universidades produzem uma boa vontade nas elites locais com relação a cultura e sociedade estadunidense (recurso convertido em soft power), mas não demonstra como isso poderia ser utilizado pela política externa estadunidense.

3 Citações:

11:1 p 14 in Bertelsen (2012)

The universities contribute to milieu goals of attraction to norms, skills, and knowledge beneficial to the USA. These universities have contributed to the educational attractiveness of the USA, and they have socialized and educated local and regional elites according to American educational norms and traditions. They have ensured English-language professional proficiency among elites and understanding of American society as well as elite connections with American society. This contribution to national soft power is enhanced by arms-length government support, but it is not dependent on this support if there is sufficient private support.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

11:2 p 1 in Bertelsen (2012)

Private Foreign-Affiliated Universities, the State, and Soft Power: The American University of Beirut and the American University in Cairo

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente

11:3 p 1 in Bertelsen (2012)

The USA has pursued national soft power through the American University of Beirut and the American University in Cairo since the 1950s. University soft power has been furthered by US government financial assistance to academic excellence, while too close association with the US government has threatened university soft power. The universities have contributed to the national soft power of the USA concerning milieu goals of attraction to education, language, and liberal norms among elites.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

12 Brannagan e Giulianotti (2018)

I. Quem exerce? Qatar; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Mega-evento esportivo (Copa do Mundo FIFA de 2022); IV. Objetivo? Genérico, na forma de fortalecer o Qatar como destino turístico; V. Mecanismos causais? Mecanismo fundamentalmente falho: ao atrair a atenção internacional para si (audiência não especificada para além disso), o Qatar atraiu atenção para sérios problemas domésticos na área de direitos humanos, o que potencialmente reduziu sua capacidade de atração internacional nos termos descritos por Nye.

1 Citações:

12:2 p 1 in Brannagan e Giulianotti (2018)

as we go on to show, the 2022 World Cup, although largely intended to position Qatar as an attractive global tourist destination, has also unintentionally drawn international attention to the state's human rights record.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: Qatar / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

13 Bräutigam e Xiaoyang (2012)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Majoritariamente sobre Estados africanos exportadores de matéria prima; III. Quais as fontes? Ajuda internacional; IV. Objetivo? Assegurar mercados para os produtos chineses e manter sobre o controle chinês o processo de transferência de fábricas para mercados com mão de obra mais barata; V. Mecanismos causais? Inexistente, aponta especificamente para o fato

que quaisquer resultados políticos observados parecem resultado não do soft power chinês, mas das vantagens econômicas que oferecidas pela China (puro hard power).

4 Citações:

13:2 p 1 in Bräutigam e Xiaoyang (2012)

China also uses foreign aid and export credits, yet these are not the only economic instruments applied by the Chinese government overseas. Several countries have been offered ‘mutual benefit loans’ (hu hui dai kuan): large, commercial-rate but long-term lines of credit that provide for the construction of public works—hospitals, power plants, irrigation systems and railways—with repayment secured by existing exports (often of natural resources).

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

13:3 p 1 in Bräutigam e Xiaoyang (2012)

Fifteen African countries are hosting new centres for agricultural research, training and demonstration, with another five set to begin construction this year.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

13:4 p 17 in Bräutigam e Xiaoyang (2012)

across the 19 cases, it becomes clear that the zones primarily reflect a different, if no less strategic goal: providing a platform to accelerate China’s own domestic restructuring by easing the outward investment of mature Chinese firms, increasing demand for Chinese-made machinery and equipment, and reducing trade frictions by relocating Chinese production to third countries.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

13:5 p 17 in Bräutigam e Xiaoyang (2012)

Although the zone programme as packaged in Africa clearly supports China’s projection of ‘soft power’, we argue that overall, China’s economic statecraft in the zone programme represents a rather different phenomenon.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

14 Breslin (2009)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ásia; III. Quais as fontes? Economia e política externa; IV. Objetivo? Ausentes; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes.

2 Citações:

14:3 p 2 in Breslin (2009)

Despite disagreement over the whys, whens and how fars this has come about, there is a consensus of sorts over how China has increased its influence in the region. To varying degrees, the focus is on a combination of diplomatic and economic drivers: the simple fact of the size and rapid growth of the Chinese economy and resulting trade flows; the diplomatic engagement with individual regional states and ASEAN as an organization; the proactive promotion of formal institutionalized regional economic cooperation; and the increased significance of China as a source (rather than just a recipient) of foreign direct investment.³ Rather than simply repeating this consensus here, this article instead focuses on a more contested potential source of Chinese power in the debates over the importance of ideas and the promotion of China’s ‘soft power’ in Asia.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

14:5 p 2 in Breslin (2009)

Indeed, perhaps ironically, a key source of Chinese power is the assumption by others that it either has it—whether in the form of externally identified soft power or more tangible and ‘harder’ sources of influence—or, maybe more correctly, that it will have this power and influence some time soon. So alongside the reality of what China has done to date, fears—often well founded—of what China might do and become in the future might play some role in creating the very power that is feared.

Esse é o argumento mais interessante do artigo: um dos principais recursos de soft power que a China dispõe é sua imagem enquanto um Estado que já possui, ou possuirá em breve, poder. Embora seja debatível se isso é verdadeiramente soft power (trata-se de atração ou de medo + interesse econômico?), não deixa de representar uma forma clara de como determinado recurso se converte em poder. Carece, contudo, de uma explicação mais clara e explícita de como esse poder pode ser

aplicado (então o mecanismo está apenas parcialmente presente). Igualmente, não lista nenhum objetivo específico.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

15 Bukh (2014)

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Ásia; III. Quais as fontes? Diplomacia cultural; IV. Objetivo? Balancear a ascensão chinesa no continente asiático; V. Mecanismos causais? Fundamentalmente falho, uma vez que, na perspectiva do autor, o soft power japonês é moldado por sua própria identidade nacional e pelas estruturas ideacionais do sistema internacional, apenas mudanças na identidade nacional ou na estrutura do sistema poderiam alterar de modo substantivo sua diplomacia cultural, hoje limitada em seus valores normativos pela sua associação com o Ocidente.

4 Citações:

15:1 p 2 in Bukh (2014)

In this article I join the debate on Japan's soft power and cultural diplomacy.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Japão / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

15:3 p 4 in Bukh (2014)

Conversely, the emergence of the soft power debate has created an important caveat to this generally shared understanding of Japan's place in the international system, particularly in Asia, by suggesting that Japan has the potential to exercise fully independent influence in international political affairs through skillfully crafted cultural diplomacy.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

15:4 p 4 in Bukh (2014)

The debate on Japan's cultural soft power has also created an important caveat in the context of the ever-growing literature on China's rise and Japan's decline, by suggesting that like the United States, Japan's power and influence are not limited to its economy. As such, the literature on Japan's cultural soft power implies that through a proper execution of its agency, Japan can enhance its political influence, counter the rising influence of China, and generate a political power shift in Asia and beyond.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

15:5 p 22 in Bukh (2014)

I have argued that international ideational structures have exercised a profound effect on Japan's cultural diplomacy through their role in shaping its national identity. This argument carries important implications for the academic and policymaking debate on Japan's soft power, as it suggests that policies aimed at its enhancement are not simply a matter of skillful diplomatic craftsmanship but derive directly from dominant identity discourses. As such, Japan's cultural diplomacy, like its foreign policy as a whole, is very much a reflection of international structures. While policy can be revised and modified with relative ease, changes in international structures and national identity are much more difficult to achieve. In other words, only a structural power shift may bring about a change in Japan's cultural diplomacy and enhance its political influence in the Asian region and beyond.

In terms of the broader literature on soft power, my arguments suggest the need to incorporate the notions of national identity and international ideational structure into other empirical case studies of cultural diplomacy. This approach will enable a better understanding of the processes that shape any country's cultural strategies.

My analysis of Japan's postwar cultural diplomacy also proposes that Japan's embrace of Western-style liberal democracy has constrained its ability to assign any normative values to its culture besides those associated with the West.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

16 Byrne (2016)

I. Quem exerce? Austrália; II. Audiência alvo? Estados da região indo-pacífica; III. Quais as fontes? Intercâmbios acadêmicos através do programa New Colombo Plan (NCP); IV. Objetivo? Genérico, na forma de estreitar laços de respeito e confiança com os Estados envolvidos, fortalecendo a posição australiana na região; V. Mecanismos causais? Presentes, com o estudantes estabelecendo vínculos pessoais com os países de destino (recursos convertidos em soft power), os quais, espera-se, poderão ser instrumentalizados pela Austrália para fortalecer sua economia e posição política na região (soft power convertido em resultados).

2 Citações:

16:3 p 1 in Byrne (2016)

The New Colombo Plan (NCP), a key plank in the Australian government's foreign policy agenda, leverages student mobility as public diplomacy to improve Australia's standing and influence within the Indo-Pacific region. Conceptualized as a "rite of passage" for young Australians, the NCP has been welcomed by Australian business, industry groups, and stakeholders because of its potential to deliver lasting relationships and practical economic benefits.

3 Códigos:

● I. Quem exerce: Austrália / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

16:5 pp 2 – 3 in Byrne (2016)

The underpinning expectation is that the cumulative insights, experiences, and friendships generated by the NCP at an individual and institutional level will provide new and enduring pathways to mutual understanding, respect, trust, and collaboration between states. This is not merely an altruistic public diplomacy endeavour. Rather, the plan is expected to have a positive impact on Australia's economic and political standing in the region, while contributing directly to Australia's capacity for innovation and productivity over the long term.

2 Códigos:

● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

17 Byrne e Hall (2013)

I. Quem exerce? Austrália; II. Audiência alvo? Ásia; III. Quais as fontes? Diplomacia pública através de instituições de ensino; IV. Objetivo? Genérico, centrado em "propagar conhecimento sobre a Austrália em audiências estrangeiras e projetar uma imagem positiva internacionalmente"; V. Mecanismos causais? Falhos, em grande parte por suas iniciativas serem subfinanciadas e carecerem de coordenação.

3 Citações:

17:2 p 2 in Byrne e Hall (2013)

Australia's international education serves as public diplomacy, essentially engaging and influencing public audiences in ways that progress Australian foreign policy priorities and national interests. The multidimensional and increasingly globalised nature of international education presents enormous opportunity for vital exchange and interactions between and with students, academics and communities via onshore and offshore modes of delivery.

Positive experiences of student mobility and the development of intellectual, commercial and social relationships can build upon a nation's reputation, and enhance the ability of that nation to participate in and influence regional or global outcomes. This is ultimately the essence of soft power.

2 Códigos:

● I. Quem exerce: Austrália / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

17:4 p 2 in Byrne e Hall (2013)

While Australia has made significant commercial gains through international education, it has fallen short of realising the soft power potential inherent in the volume and depth of interactions, relationships and achievements resulting from it, particularly in the Asian region, where Australia's international education sector continues to be most active.

2 Códigos:

● II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

17:5 p 3 in Byrne e Hall (2013)

Australia's public diplomacy program, coordinated by the Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT), aims to 'generate public understanding in Australia and overseas of Australia's foreign and trade policies to project a positive image of Australia internationally' (DFAT 2011). In its current form, the program reflects a mixture of information-, education- and culture-based activities delivered

primarily through Australia's overseas missions, and bilateral foundations, councils and institutes. Practitioners and scholars have criticised Australia's public diplomacy in recent years as ad hoc, underfunded and poorly coordinated (Broinowski 2005; Byrne 2010; Cull 2010; Oliver and Shearer 2011, 1718).

O fracasso da estratégia, nesse caso, parece em muito derivar diretamente da falta de um objetivo bem definido, capaz de arrecadar recursos e interesse no nível doméstico.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

18 Callahan (2015)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Própria população chinesa; III. Quais as fontes? Identidade comum, construída sobretudo em oposição a imagens estrangeiras; IV. Objetivo? Promover a legitimidade do regime; V. Mecanismos causais? Presentes: a retratação de outros como bárbaros e ignorantes funciona como um mecanismo de coesão interna e valorização nacional (recurso transformado em soft power), o que é diretamente instrumentalizado para legitimar membros do regime como defensores da civilização chinesa.

3 Citações:

18:2 p 1 in Callahan (2015)

This article will argue that the Chinese discussion of soft power is interesting because it does the opposite: soft power is negative rather than positive, and is employed as a tool in domestic policy more than in foreign affairs.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

18:3 p 1 in Callahan (2015)

Rather than take for granted that we understand what the 'Chinese values' are that inform the PRC's soft power, it argues that soft power discourse is a useful heuristic device for understanding how Chinese policy makers and public intellectuals are actively constructing a 'China' and a 'world' to promote regime legitimacy.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

18:7 pp 10 – 11 in Callahan (2015)

While mainstream soft power theory looks to idealised notions of the self (e.g. 'national image') that are exported to benefit foreign relations, the article used Chinese texts to develop the idea of 'negative soft power', where identity is constructed by excluding difference in an identity/security dynamic that primarily works in domestic space. Chinese civilisation characteristically is seen as a major source of the PRC's soft power; it is argued here that civilisation is not an 'entity', but generally takes shape against the negative idealisation of 'barbarism'.

Even very positive discourses like the China dream rely on mobilising negative images of 'the foreign' as barbaric. Although Chinese soft power discourse generally works in domestic space to generate national identity and regime legitimacy, China's negative soft power strategy is increasingly going global due to a combination of factors – especially China's new wealth and confidence in the context of economic and political crises in Europe and the US since 2008.

One of the most prominent aspects of China's soft power policy is the spread of Confucius Institutes around the world since 2004. According to Vice-Minister Xu Lin, the Director-General of the Confucius Institute Headquarters (CIH), Confucius Institutes are the 'brightest brand of China's soft power' ('2006: Kongzi xueyuan', 2007). But as events at the European Association of Chinese Studies (EACS) biennial conference in 2014 showed, even China's brightest brand employs negative soft power strategies. CIH was one of the co-sponsors of the conference, where Xu gave a keynote speech. According to a report by the EACS president, Xu was upset by some of the paper topics and dismayed by the prominent display in the conference materials of information about Taiwanese sponsors. Xu's solution was to steal all of the programmes and tear out pages that referred to CIH, Taiwan's Chiang Ching-Kuo Foundation and the Taiwan National Central Library. When EACS President Roger Greatrex discovered this censorship, he ordered that copies of the excised pages be distributed to all conference participants. The EACS report concluded by proclaiming that 'Censorship of conference materials cannot and will never be tolerated by the EACS' (Greatrex, 2014a; 2014b).

Such censorship was seen as a setback for China's soft power in many journalistic commentaries ('Beijing's Propaganda', 2014; Cai, 2014; Redden, 2014). But back in Beijing, Vice Minister Xu was

cheered on by the Global Times, which saw her page-tearing as a heroic patriotic action in the fight against Taiwanese independence ('Hanban zhuren', 2014). Once again, the main audience for soft power activities, even those of China's brightest brand, is not outside China, but inside the PRC. It works through the negative strategy of censoring academic materials, rather than the positive strategy of spreading Chinese civilisation. Trouble in Europe does not matter as much as success in Beijing.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

19 Capie (2015)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Leste Asiático; III. Quais as fontes? Assistência humanitária em casos de desastres (Humanitarian Assistance and Disaster Relief); IV. Objetivo? Específico, na forma de ampliar os laços militares com Estados da região, fortalecendo a posição dos EUA frente à China; V. Mecanismos causais? Projetos de assistência humanitária em situações de desastre afetaram positivamente a opinião pública de países do Leste Asiático sobre a presença de forças militares estadunidenses em seus territórios (recursos viram soft power), o que o que mitiga/elimina questões sobre soberania que estas levantam, facilitando a manutenção da presença dos EUA no continente e sua competição regional com a China (soft power produz resultados para determinados objetivos específicos).

2 Citações:

19:1 pp 22 – 23 in Capie (2015)

Humanitarian assistance and disaster relief might seem like an unlikely way to build American power, particularly at a time when the US defense budget is shrinking and there is greater competition for resources. However, HADR is one of the fastest growing areas of bilateral and multilateral security cooperation in East Asia and one where the United States is already playing a leadership role. This article illustrates how several recent HADR missions have been a highly effective means for generating soft power returns for the United States. Even in countries where domestic populations held a strongly negative view of the US, large-scale humanitarian operations such as the response to the Indian Ocean tsunami helped turn around perceptions of Washington. In countries like Japan and the Philippines, where the US was already widely seen in positive terms, disaster relief missions boosted the image of the US military. This provided a foundation where defense ties could be further enhanced and has helped mitigate if not eliminate tensions about basing and sovereignty.

But the analysis here also shows how the same 'soft power' initiatives also generated more instrumental returns for the US. HADR scenarios provided an uncontroversial way through which Washington could build closer military ties with new partners like Indonesia, Myanmar, Cambodia and Vietnam, thus advancing US interests in its regional competition with China.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

19:2 p 3 in Capie (2015)

Humanitarian Assistance and Disaster Relief (HADR) is increasingly important for East Asian militaries, but there is little scholarship on how HADR relates to broader national strategies. This article considers US involvement in HADR in East Asia in relation to changing conceptions of national power.

HADR is frequently described as use of 'hard' military assets to further soft power goals.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

21 Chang (2020)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes, dado que aponta como a China busca apresentar uma narrativa de que trabalhou pelo bem comum ao longo da pandemia (recurso), o que, em tese, amplia sua legitimidade enquanto liderança global (soft power), mas o artigo se abstém sobre como essa legitimidade pode ser empregada.

3 Citações:

21:1 p 1 in Chang (2020)

The paper aims to address the development of China's narrative power during the COVID-19 pandemic and its impact on world order. It argues that in the post-pandemic world, the emergence of the authoritarian sub-order would be prompted by China's more proactive narrative power, given that

the climate of opinion is ambiguous when faced with the uncertainty of the pandemic. (This does not imply the end of the existing liberal order; instead, it features the coexistence of both orders.) To understand how China's narrative power has encouraged the emergence of the authoritarian sub-order to coexist in parallel with the dominant constitutional order, the article first reviews the existing literature concerning the changing world order. In this section, it also briefly defines and differentiates between the constitutional and authoritarian orders, what defines world order, and what distinguishes authoritarian from constitutional liberal order. Second it looks at the theoretical grounding. The nature, role and power of narratives are explored. Ideas about strategic narratives and the economics of attention are discussed. This theoretical background paves the way to examine China's narrative power during a pandemic. Lastly, it switches to the Chinese perspective to address its support for the plurality of orders and its awareness of the strength of narrative in influencing dominant ideas. It looks at how China's narrative power has been exercised from three perspectives (formation, projection and reception). Here, it mainly tackles how China has used its narrative power to spin the pandemic to its advantage in the reorganization of world order: improving its international image and advocating the authoritarian order as an alternative. China has been building its narrative along with its changing strategic diplomacy – from restrained and low-profile to proactive and assertive. In the conclusion, some reflections on China's narrative power and the implications for world order are considered.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

21:2 p 31 in Chang (2020)

This article looks at how China has exerted its influence during the pandemic from a soft-power narrative perspective, and considers the possible changes in world order that could occur.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

21:3 p 31 in Chang (2020)

According to Zürn, “both the achievement of common goods (e.g. social welfare) and the way the decision has been made” can serve as sources of legitimacy, which can be used for the construction of legitimization narratives ([134]:70). Amid the pandemic, China's narrative power gave the appearance that it was working for the common good (reducing the damage done by COVID-19 and providing aid/support in a bid to meet demand), both impartially and internationally, and enabled by its determined system of governance. In so doing, it aims to encourage belief in the legitimacy of its role to react and deal with the pandemic, which further secures its international image and status as a great power in the restructuring of world order. No doubt, this is a rather manipulative process. As Zürn explains, “consumption, glamour, and leader cult also play important roles in such narratives. They usually come with the systematic manipulation of information of what authorities do, and about the circumstances in which they do it” ([134]:76).

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

22 Chen (2021)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Itália; III. Quais as fontes? Auxílio humanitário; IV. Objetivo? Ausentes V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes, com a visão da população italiana com relação a China sendo positivamente afetada pela ajuda humanitária chinesa (recurso produzindo soft power), mas sem haver indicativos de como esse soft power impactou nas relações entre os dois Estados para além das dinâmicas de cooperação existentes previamente.

2 Citações:

22:1 p 1 in Chen (2021)

This article investigates how China's COVID-19 aid efforts affected its soft power in Italy through analyzing data on China's COVID-19-related aid from Italy's main national newspapers during the period March–April 2020

4 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

22:2 p 1 in Chen (2021)

This article finds that, while China's COVID-19-related aid have often been negatively portrayed in European media, this has not been the case for Italy, when analyzing the news reports on the arrival of

China's aid in national newspapers during the period March–April 2020. Through assessing secondary data collected from newspapers, this article argues that China's aid allowed the country to increase its visibility in Italy, especially during the initial phase of the COVID-19 pandemic. Even if there is no direct correlation between higher visibility and increased soft power, this paper finds that increasing visibility in national newspapers allowed Italians to see China more positively.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

23 Chong (2010)

Estudo comparativo entre Singapura e Vaticano.

I. Quem exerce? Singapura; II. Audiência alvo? Não deixa claro; III. Quais as fontes? Política externa multilateral e exportação modelos de boa governança; IV. Objetivo? Não deixa claro; V. Mecanismos causais? Ausentes.

I. Quem exerce? Vaticano; II. Audiência alvo? Embora tenha pretensões globais, cita e se aprofunda especificamente nos exemplos da Polônia e da China; III. Quais as fontes? Política externa e poder simbólico, manifesto na figura do Papa enquanto líder da fé católica; IV. Objetivo? Parece sugerir que o objetivo último do Vaticano era enfraquecer a URSS através da desestabilização da Polônia, entretanto, como não afirma diretamente isso, acaba caindo em um objetivo descrito de forma genérica; V. Mecanismos causais? Não apresenta.

6 Citações:

23:1 p 2 in Chong (2010)

Vatican City State and Singapore

3 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

23:2 p 2 in Chong (2010)

If one examines the bases of soft power, it becomes evident that small states can utilize their political economy potential, models of good governance and diplomatic mediation as forms of power that defy their territorial limitations. Case studies of the Vatican City State and Singapore illustrate 'small state soft power'.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: Singapura / ● I. Quem exerce: Vaticano / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

23:3 p 3 in Chong (2010)

Singapore has been selected because it has consistently been ranked amongst the most competitive small economies in worldwide indices compiled by economic intelligence agencies such as the World Economic Forum and the International Institute of Management and Development. It has also demonstrated a reasonably consistent stance of diplomatic outspokenness at international forums.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: Singapura / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

23:4 p 3 in Chong (2010)

the Vatican City State, in spite of its physical size, hosts the leadership of a transnational religion. The proclamation on its website is strongly indicative of its informational strategy, or symbolic power, in foreign policy: 'The Roman Pontiff, as the successor of Peter, is the perpetual and visible principle and foundation of unity of both the bishops and of the faithful' (The Vatican 2009).

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Vaticano / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

23:5 p 9 in Chong (2010)

That the Vatican City State continues to support the cause of human rights in tandem with the defence of the faith is evident in its Cold War dealings with Poland and China.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Vaticano / ● II. Audiência: Presente

23:8 p 10 in Chong (2010)

Unsurprisingly, the Vatican's foreign policy towards Poland and the communist world returned to a hard line under Pope John Paul II's stewardship.

Destabilizing Poland proved to be a successful wedge against Moscow's hold on Eastern Europe—so much so that the Soviets engaged their Bulgarian allies to mount an assassination attempt against John Paul II in 1981 in Rome. Fortunately, for the Holy See, these hard power plots failed in the face of the relentless onslaught of soft power. John Paul II, as Archbishop Wojtyla, had already sowed the seeds for the awakening of symbolic resistance against communism through his organizational influence and speeches.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: Vaticano / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

25 Cochrane (2007)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? IRA (Irish Republic Army); III. Quais as fontes? Política externa, com foco na diplomacia presidencial; IV. Objetivo? Pacificação do IRA; V. Mecanismos causais? Não indica.

3 Citações:

25:3 p 2, 183 × 113 in Cochrane (2007)

Conteúdo

This article argues that Irish-America played a vital role in the decision of the Provisional IRA to announce the end of its paramilitary campaign in July 2005 and that, over time, 'soft power' (Nye, 2000, 2004a,b; Miall, Ramsbotham & Woodhouse, 1999: 10), namely, the use of influence, persuasion and encouragement based on credibility and trust, managed to achieve what 'hard power' (the

3 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

25:4 p 4 in Cochrane (2007)

the US administration's use of soft power was also crucial to the wider peace process in Northern Ireland and was an important building block in the construction of the IRA cease fire and the political negotiations leading to the Good Friday Agreement (GFA) of 1998.

During the latter stages of these negotiations, President Clinton was in regular contact with the British and Irish governments, as well as the talks' chairman George Mitchell, in an attempt to resolve sticking points and encourage the participants (Mitchell, 1999: 178; Dumbrell, 2000: 218). Unlike more typical US interventions (Bosnia, Kosovo, Afghanistan, Iraq) where the hard power of threat followed by coercive force was used, the Clinton administration used its soft power to great effect in Northern Ireland, acting as persuaders for the Good Friday Agreement. 'Soft power can rest on such resources as the attraction of one's ideas or on the ability to set the political agenda in a way that shapes the preferences others express' (Nye, 2000: 57).

The remainder of this article uses the concept of soft power to help explain the political evolution of Sinn Féin during the 1980s and 1990s and, ultimately, the decision by the Provisional IRA to end its armed campaign and to decommission its arsenal of weapons in September 2005.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

25:5 p 16, 194 × 266 in Cochrane (2007)

Conteúdo

It is within this complex organic evolution of Irish-America that the strategy of Irish republicanism is to be understood. Irish-America has become the insider rather than the outsider in the political process, and it has done so incrementally via soft-power initiatives, by setting the agenda within which problems have been framed and by 'getting others to want what you want' (Nye, 2004a: 56). This is the key that has helped to unlock the US administration, and it is through the internationalization of Northern Ireland and the triangle of soft-power relationships between Ireland, the USA and the UK that the leadership of the republican movement in Ireland sees its future. Within this context, Irish-America will continue to play an important role in the politics of Northern Ireland for the foreseeable future, but the impact of this role will be to strengthen the fabric of a constitutional settlement rather than critique or attack the political status quo through violent means.

Em várias passagens o artigo aponta como o soft power de grupos irlandeses americanos foi relevante para a pacificação do IRA. O problema é que ele não aponta qualquer mecanismo pelo qual isso ocorreu, se limitando a descrever o lobby desses grupos sobre o governo norte-americano e sugerindo que a situação foi resolvida com a interferência diplomática da Casa Branca. Política externa é certamente um recurso de soft power, mas qual foi o processo pelo qual essa política gerou "atração" em qualquer uma das partes? Não está claro. Mecanismos ausentes.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

27 Cross (2011)

I. Quem exerce? União Europeia (organização); II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Valores políticos e política externa; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:

27:1 p 10 in Cross (2011)

To address the first question, there are numerous and well-known sources of European soft power. Its domestic, multi-level institutions and policies are generally attractive to the outside world. It has a strong tradition of providing welfare for its citizens, protecting civil liberties, and being willing to reform rules and laws. Europeans citizens trust EU institutions (48 per cent) more than they trust their own national governments (34 per cent) (Risse, 2010, p. 232).

The EU is the biggest donor of foreign aid, and it has engaged in 24 CSDP operations around the world to promote stability, reform institutions and prevent human rights abuses, among other things.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

27:2 p 1 in Cross (2011)

Smart power is defined as the effective combination of both hard and soft power. The concept is increasingly used in policy and academic debates, yet a clear understanding of what it actually means is still lacking. As a result, there is little serious consideration of how smart power can contribute to long-standing debates about power in international relations. This article seeks to clarify the meaning of smart power through first analyzing its main components – hard and soft power – separately; and second bringing these components together to re-conceptualize smart power. The aim is to make smart power more analytically useful, and to outline the various ways in which hard and soft power can be combined effectively. The author considers the case of Europe to argue that it is mainly a soft power and sometimes a smart power.

Embora inevitavelmente aplique o conceito de soft power e observe o caso europeu para ilustrar suas teses, esse artigo está mais interessado em debater, a partir de seus recursos, como os elementos de

hard e soft power podem se integrar para produzir smart power. Na prática, isso faz com que ele ignore todos os aspectos envolvidos na estratégia europeia de soft power que não estão diretamente associados a seus recursos.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Organização) / ● II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

28 Daßler, Kruck e Zangl (2018)

Obs: Esse trabalho é interessante e complicado. Tecnicamente é um estudo comparativo, pois compara a atuação do Brasil e da Índia em dois casos (TRIPS e CBD), isto é, Brasil e Índia não são os casos, mas dois atores que atuaram em parceria nos dois casos.

I. Quem exerce? Brasil, Índia e África do Sul; II. Audiência alvo? Sociedade civil de países desenvolvidos, com foco nos EUA e na Europa; III. Quais as fontes? Campanha pública expondo a questão e a legitimidade das demandas; IV. Objetivo? Alteração no regime do TRIPS para permitir que países em desenvolvimento produzissem versões genéricas de certos medicamentos; V. Mecanismos causais? A campanha por alterações no mecanismo do TRIPS ganhou apoio de instituições da sociedade civil internacional (soft power), o que ampliou os custos políticos para governos de países desenvolvidos em se opor ao projeto, em muito facilitando seu eventual sucesso (soft power produzindo resultados).

I. Quem exerce? Brasil e Índia; II. Audiência alvo? Sociedade civil de países desenvolvidos, com foco nos EUA e na Europa; III. Quais as fontes? Campanha pública expondo a questão e aproximação da política externa com setores organizados da sociedade civil internacional; IV. Objetivo? Promover mudanças institucionais no CBD para garantir direito de compensação aos países provedores de recursos biológicos; V. Mecanismos causais? A campanha junto a sociedade civil internacional garantiu legitimidade (soft power) para as ações tomadas para limitar o regime vigente, ampliando os custos para que governos de países desenvolvidos se organizassem para sabotar o processo (produção de resultados).

10 Citações:

28:3 p 3 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

We claim that soft power matters in institutional adaptations to power shifts because both emerging and established powers have to justify the use of hard power to their respective audiences. Thus, whether emerging or established powers can actually use the hard power that they have depends crucially on the soft power that they are able to mobilize.

In a second step, we present empirical support for our theory through an analysis of the adaptation of the Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) agreement in the WTO, as well as the addition of the Nagoya Protocol on Access and Benefit Sharing (ABS) to the Convention on Biological Diversity (CBD). We show that it was crucial that the emerging powers not only had the hard power to undermine the respective institutions — TRIPS and the CBD — but were also able to forge a soft-power-based coalition with civil society actors. The latter's support helped legitimize their threats to undermine these institutions while, at the same time, delegitimizing established powers' threats of retaliation. We conclude the article by summarizing our main findings and reflecting on their generalizability.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

28:4 p 8 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

From the late 1990s on, emerging powers such as Brazil and India, in collaboration with countries such as South Africa, demanded a fundamental reform of the regime of intellectual property protection in the WTO

1 Códigos:

- I. Quem exerce: Brasil, Índia e África do Sul

28:5 p 9 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

While Brazil, India and South Africa argued in favour of a TRIPS reform, they had also been increasingly developing the hard power resources to back up their demands.

By the 1990s, they not only constituted growing markets for medical drugs, but had also developed pharmaceutical industries that were increasingly capable of producing generic drugs not only for their own markets, but also for the markets of other developing countries (Dauvergne and Farias, 2012: 910–911; Grace, 2004).

Moreover, and more importantly, the three countries could also increasingly draw on soft power to make their demands for TRIPS reforms heard. They joined forces with global civil society actors to argue against the legitimacy of the TRIPS regime (Scholz and Wolf, 2014: 10). They supported and received support from public health activists such as James Love and his Consumer Project on Technology (CPT), which had already put the impact of WTO intellectual property protection on patients' access to vital drugs on the global agenda. They were also supported by established transnational nongovernmental organizations (NGOs) that worked on health issues, such as Médecins Sans Frontières (MSF), Health Action International (HAI) and Oxfam International (Drezner, 2008; Sell and Prakash, 2004: 162). These NGOs argued that the global right to health was violated by the TRIPS provisions in question.⁶ The so-called Access Campaign also found allies in international governmental organizations such as the World Health Organization and the United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS) (Sell and Prakash, 2004: 163). They all argued that TRIPS should allow emerging powers to issue compulsory licences in order to cope with health emergencies such as the ongoing HIV/AIDS epidemic (Smith et al., 2001; T' Hoen, 2002: 41). As a result, public awareness in the US and the EU of the impact of TRIPS on public health in developing countries in general and their fight against HIV/AIDS more specifically grew rapidly (Odell and Sell, 2006: 94; Owen, 2013: 265; Sell and Prakash, 2004: 165).

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

28:6 p 10 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

However, the US administration's threats to force South Africa into compliance with TRIPS generated substantial domestic audience costs. The threats immediately triggered a massive shaming campaign in the US, which managed to attract broader public attention.⁷ The campaign criticized US threats against South Africa as being a violation of HIV/AIDS patients' right to health (Novogrodsky, 2010: 349; Odell and Sell, 2006: 93; Owen, 2013: 263). The then US Vice President and presidential candidate Al Gore became a particular target of public attacks. He was accused by activists from the Access Campaign of being personally responsible for the 'pharma-friendly' policy of the US and its relentless threats against the South African regime of compulsory licences, which had been successful in saving the lives of many HIV/AIDS patients (Sell and Prakash, 2004: 165; Wadman, 1999). At election campaign rallies, Access Campaign activists repeatedly raised placards claiming that Gore was personally responsible 'for the death of babies in Africa' (T' Hoen, 2002: 44) and warned that they would 'follow Gore every step of his campaign, until he stop[ped] doing the dirty work of the drug companies for them' (Sawyer, 1999).

The increasing domestic audience costs did not remain without effect on the US administration's stance vis-a-vis South Africa's regime of compulsory licences. With Al Gore trailing George W. Bush in the polls, the administration all of a sudden revised its policy

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

28:7 p 9 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

They wanted the TRIPS regime to give developing countries the right to provide their own pharmaceutical industries with compulsory licences for the production of generic drugs.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

28:8 p 13 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

In the late 1990s and early 2000s, emerging powers such as Brazil and India called for a fundamental reform of the 1992 CBD, a reform that many established powers such as the US, the EU and Japan had always rejected.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: Brasil e Índia

28:9 p 13 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

Under the CBD, in fact, developed countries' pharmaceutical and biotechnological industries could take samples of genetic resources or draw on traditional knowledge in developing countries and acquire intellectual property rights without paying any compensation (Orsini and Diallo, 2015: 262; Wallbott et al., 2014: 34). To curb this praxis of 'biopiracy' and promote a more sustainable use of biological resources, emerging powers such as Brazil and India required established powers to undertake an adjustment of the CBD making provision for the takers and users of biological resources to pay fair compensation to the providers (Buck and Hamilton, 2011: 48).

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

28:10 p 14 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

Apart from their hard power, Brazil and India could also draw on soft power to back up their demand for more adequate benefit sharing under the CBD. To argue against the legitimacy of the CBD, they joined forces with global civil society actors, especially the so-called CBD alliance, a global network of about 400 NGOs — including, for instance, Friends of the Earth, the Global Forest Coalition, the Third World Network and the Berne Declaration — which pushed for comprehensive CBD reforms. The CBD alliance criticized the principle of free access to genetic resources and related traditional knowledge as provided for by the CBD and required, just like the emerging powers, stringent access restrictions to biological resources and the obligation of benefit sharing. They also criticized established powers' resistance to the reform of the CBD as demanded by emerging powers. In their view, this resistance amounted to 'biocolonialism' (Kanehe, 2008). It was further argued in the CBD alliance newsletter that:

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

28:11 p 14 in Daßler, Kruck e Zangl (2018)

The growing public attention and the support from global civil society gave legitimacy not only to emerging powers' demands for more adequate benefit sharing under the CBD, but also to their threat to restrict access to their biological resources if established powers continued to ignore these demands. Although reducing access to their biological resources and related traditional knowledge in general and thereby harming users from established powers in particular was against the spirit, if not the letter, of the CBD, they could do so without having to fear international audience costs; they just argued that it was necessary to promote sustainable development (Wallbott et al., 2014: 43). Brazil, in particular, became increasingly restrictive. In 2005, it enacted legislation against the unauthorized use of plants and animals by foreign companies, which included fines for violations of up to USD20 million (De Oliveira, 2005). Foreign companies had to ask permission to use ecological resources and the related traditional knowledge from Brazil, and they had to share the benefits with the Brazilian state (or the local communities).

India began to (re)regulate access to its biological resources and traditional knowledge too, albeit with a different approach. In 2009, for instance, the Indian government licensed 200,000 local treatments as 'public property' in order to avoid foreign companies applying for patents covering traditional Indian knowledge (Kraus et al., 2009).

Moreover, to prevent biopiracy-based patents from being issued, India also installed a digital database of its traditional knowledge that was designed to be accessible to established powers' patent offices (Jajaraman, 1999). Rather than provoking domestic or international audience costs, these Brazilian and Indian restrictions on access to their biological resources and traditional knowledge were consistent with the growing

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

30 Ding e Koslowski (2016)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Novas políticas de imigração; IV. Objetivo? Genérico, na forma de abrir a China para o mundo mantendo a estabilidade política doméstica; V. Mecanismos causais? Inexistente, dado que o governo chinês carece da credibilidade necessária para tornar as políticas de imigração efetivas.

2 Citações:**30:1 p 2 in Ding e Koslowski (2016)**

As the Chinese government pays growing attention to developing and wielding Chinese soft power, the value of greater openness to immigrants, as articulated by Nye, has not gone unnoticed by Chinese policymakers. Beijing's recent immigration reform aspires to leverage immigration in the country's soft power campaign in order to increase the country's openness to the world and maintain its socialpolitical stability.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

30:3 p 19 in Ding e Koslowski (2016)

Unfortunately, the Chinese government lacks those elements of political credibility to improve the effectiveness of Chinese soft power in dealing with the issues related to immigration.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

31 Donglin, Dingding e Changping (2013)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Elites chinesas; III. Quais as fontes? Programas de intercâmbio estudantil; IV. Objetivo? fortalecimento das relações bilaterais entre EUA e China; V. Mecanismos causais? criação de vínculos pessoais entre intercambistas chineses e os EUA (recursos educacionais convertidos soft power), intercambistas estes que podem ajudar a reduzir "falsas concepções e desconfianças" do público chinês com relação aos EUA, além de, potencialmente, aproximar os dois Estados se um dia estes indivíduos se tornarem parte da elite governante chinesa (mecanismos claramente especificados).

1 Citações:**31:1 p 24 in Donglin, Dingding e Changping (2013)**

students returning to China are likely to share their positive feelings towards the United States with people in their homeland, thus enhancing the host country's 'soft power'.⁵⁵ As returnees tend to become members of the middle classes, they can help to reduce the misconceptions and distrust among the Chinese public towards the United States. Furthermore, returnees from America, who usually work in academia or the business sector in China, are likely to maintain their close links with the United States. This transnational linkage helps both nations build mutual trust and consolidates their bilateral relationship. Such influence supports the idea of people-to-people diplomacy. Moreover, although only a few returnees will become domestic elites in China, their favourable attitude towards America will eventually encourage deeper international cooperation between China and the United States, which is good for both nations.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

33 Edney (2015)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? População doméstica; III. Quais as fontes? Recursos culturais de natureza diversa e reconhecimento internacional; IV. Objetivo? Ampliar a coesão nacional e a legitimidade do regime; V. Mecanismos causais? A narrativa da ascensão chinesa, suportada por seus recursos culturais e seu reconhecimento internacional, amplia a legitimidade do Partido Comunista junto à população (soft power), reduzindo as possibilidades de adversários domésticos obterem apoio material que lhes permita desafiar a elite governante (produção de efeitos práticos).

4 Citações:**33:1 p 1 in Edney (2015)**

Studies of Chinese soft power have emphasized its potential to ameliorate the security dilemma and help China achieve a 'peaceful rise'. While this perspective is useful, it overlooks an important alternative Chinese interpretation of soft power as a response to domestic security challenges. In order to address this omission, this article uses a regime security approach to examine soft power in the Chinese context. Through an investigation of the Chinese concept of 'cultural security' the article reveals that Chinese analysts view soft power as having the potential to help the Chinese Communist Party solve an internal security predicament by enhancing regime legitimacy and national cohesion.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

33:2 p 1 in Edney (2015)

China's soft power strategy appears to involve a number of elements, including promoting 'mega-events' and cultural exchanges, developing a stronger international media presence, pursuing foreign policies designed to improve its image as a responsible power, promoting Chinese culture abroad and, at times, drawing on the positive attention China's economic success has attracted internationally (see Zhang, 2012, pp. 623–626). Chinese officials appear to be most comfortable discussing soft power strategy in the context of culture, however, and often employ the term 'cultural soft power'. The CCP's recent cultural reform policies, which it claims are necessary to achieve what Chinese President Xi Jinping has called the 'China Dream' of the great rejuvenation of the Chinese nation, are in part motivated by the desire to increase soft power (see CCP Central Committee, 2011). Indeed, Xi

Jinping's China Dream discourse is intimately related to China's quest for soft power (see Callahan, 2015).

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

33:4 p 5 in Edney (2015)

Although this might seem to be a major step away from the traditional interpretation of soft power, Nye's (2011, pp. 19–20) argument that soft power is a key requirement of an effective counter-insurgency strategy and that dealing with the threat of terrorism requires the soft power of an appealing narrative that can win over mainstream society and prevent terrorists recruiting new members to their groups, highlights the concept's potential significance for state efforts to respond to domestic sources of instability. In this case, soft power involves enhancing regime security by making it less likely that domestic adversaries who pose a threat to national cohesion will be able to obtain material support from the local population, which then makes it easier for the state to deal with the security threat they pose.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

33:5 p 4 in Edney (2015)

The international increase in positive attraction that is associated with a rise in soft power makes it easier for the regime to convince its citizens of the truth of its claim that the country's international status is improving under its leadership, where 'status' is defined not only in terms of material capabilities, but also in terms of social recognition.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

35 Feklyunina (2016)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ucrânia; III. Quais as fontes? Similaridades linguísticas, histórico e culturais; IV. Objetivo? Fortalecer o projeto russo para uma "União Eurasiana", baseada nas similaridades instrumentalizadas como recursos; V. Mecanismos causais? Falhos, a identidade projetada pela Rússia era incompatível com boa parte da audiência ucraniana e apenas parcialmente compatível com o restante.

3 Citações:

35:1 p 1 in Feklyunina (2016)

To illustrate this approach, the article applies it to an analysis of Russia's relationship with Ukraine prior to the 2014 crisis.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente

35:3 p 19 in Feklyunina (2016)

we can assess the weight of a state's soft power vis-a-vis another state by investigating the extent to which the discursively constructed collective identity is accepted or rejected by different audiences in the second state, and by examining the ability of these audiences to affect the process of foreign policy decision-making.

Russia's soft power vis-a-vis Ukraine in the late 2000s–early 2010s was fundamentally limited because of the ways in which the projected identity of the 'Russian world' was based on the markers of the Russian language, Russian culture and the common glorious past that constructed a Russia-centric community. Despite the intensification of Russia's public diplomacy, these efforts could not transform the psychological milieu in Moscow's relationship with Kyiv because the projected identity was inherently incompatible with one of the main identity discourses in Ukraine and was only partially compatible with another.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

35:5 p 10 in Feklyunina (2016)

Putin's ambition to reinvigorate Russia-backed integration processes became particularly evident in his vision of a pro- posed Eurasian Union. Its success was seen as crucial for Russia's global competitiveness. In Putin's (2013a) words, it was 'a chance for the entire post-Soviet space to become an independent centre for global development, rather than remaining on the outskirts of Europe and Asia'. However, its significance for Moscow went far beyond economic considerations: it was seen as 'a project for maintaining the identity of nations in the historical Eurasian space' (Putin, 2013a).

Ukraine was clearly a critical missing link. Moscow struggled to persuade Kyiv to join its Customs Union with Belarus and Kazakhstan. After the Orange Revolution, the Russian authorities were increasingly apprehensive of Ukraine's closer cooperation with the EU. Although Ukraine was not officially seeking NATO membership after this aim was removed from its security doctrine in 2010, Moscow remained acutely sensitive to the possibility of its membership. Overall, the Russian authorities viewed Ukraine as exceptionally important not only in terms of Russia's economic and military security, but also in terms of identity (Molchanov, 2002).

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

37 Ferguson (2012)

Estudo envolvendo Rússia e China, não é exatamente comparativo pois analisa uma única estratégia conjunta dos dois Estados.

I. Quem exerce? Rússia e China; II. Audiência alvo? Estados da Ásia Central; III. Quais as fontes? Doutrinas políticas alternativas e discurso de construção regional, promovidos por meio da Organização para Cooperação de Xangai; IV. Objetivo? Reduzir a influência estadunidense na Ásia Central; V. Mecanismos causais? As novas concepções de direitos humanos e democratização oferecidas por Rússia e China encontram ressonância com elites locais que veem nos modelos norte-americanos uma ameaça a sua estabilidade (recurso convertido em soft power), essa opção vem atrelada a uma diminuição da presença estadunidense na região tanto em termos ideológicos quando físicos (soft power produzindo resultados).

5 Citações:

37:3 p 3 in Ferguson (2012)

The two powers have institutionalized these norms within the Shanghai Cooperation Organization, which they use to counterbalance US interests in Central Asia

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

37:4 p 7 in Ferguson (2012)

. The third section chronicles the role of the SCO in balancing US military and political influence in Central Asia, with an emphasis on 'soft power' assets, such as the promotion of alternative doctrines of democracy and emphasis on regionalization.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

37:5 p 23 in Ferguson (2012)

In the SCO, Beijing and Moscow have called for a timetable for the removal of US military troops from Central Asia, organized its own election observers to contest Western-backed observers and NGOs and pushed its own conception of regional-based democratization and human rights.

Separately, Russia has backed successive governments in Kyrgyzstan opposed to the American military base in Manas, and both Beijing and Moscow supported the Uzbek government's eviction of US forces from the K2 base. These strategic objectives, although indirect, are consistent with balance-of-power theory, even if the means to achieve them are non- confrontational.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

37:6 p 3 in Ferguson (2012)

This article examines Chinese and Russian foreign policy and military strategy from the theoretical standpoint of soft balancing. Analysis of their thinking indicates that both seek to offset US military superiority without engaging American power directly. To that end, Chinese and Russian strategists have adopted 'soft' or 'normative' power assets as strategic capabilities in their military and foreign policy.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● I. Quem exerce: Rússia / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

37:7 p 21 in Ferguson (2012)

In the case of Kyrgyzstan and Uzbekistan, Russia and China sought to support allies that would in turn be more loyal or amenable to them. The United States backed opposition parties with the expectation that if they obtain power, they would likely move into the American orbit. Furthermore, Russia and China are concerned about the effect spreading democratization might have on their own leadership and domestic legitimacy. From the above examples, it appears that the SCO created its own election

observers to provide a counterbalance to the election observers from Western states, given the widely divergent findings each group had of the elections in Kyrgyzstan and Uzbekistan. In the current international system, democracy is a major component of state legitimacy and a site of contestation both within and without borders. The threat democratization poses to leaders in the developing world is as serious – and in some cases more serious – than military threats.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

44 Gill (2020)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Propaganda política; IV. Objetivo? Minimizar os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 sobre a imagem chinesa e contratacar a ofensiva narrativa estratégica dos anti-China vinda do governo norte-americano nos estágios iniciais da pandemia. V. Mecanismos causais? Apesar dos melhores esforços de Pequim, o fato de ser o epicentro inicial da doença, sua resposta lenta e aquilo que o autor identifica como "uma campanha de desinformação" parecem, no entendimento do autor, ter danificado a imagem chinesa com audiências internacionais.

5 Citações:

44:4 p 4 in Gill (2020)

the COVID-19 propaganda offensive coming out of China is a relatively small, but now very high profile, part of a much larger ambition initiated by the CCP as far back as the mid-1990s to reshape the way the world sees it and, more importantly, how the Party sees itself.⁷ As I noted with Ben Schreer in these pages in 2018, the CCP's overseas propaganda and influence activities, at their heart, aim to promote the legitimacy and ultimately the longevity of the Party's rule.⁸ They do so by protecting and burnishing the Party's image, including countering negative criticisms and touting accomplishments of the Party. In the best of circumstances, the Party hopes a successful campaign will make foreign audiences more inclined to accept Beijing's policy preferences and foster a strategic environment more conducive to CCP values and interests, but that is not necessarily the primary goal. Instead, much of this propaganda principally targets China's domestic audience: both its more than 1.4 billion citizens and, in many ways more importantly, the more than 90 million members of the CCP.

Embora cite que os esforços chineses são sobretudo voltados para a população doméstica, foca em observar o impacto internacional da estratégia de soft power chinesa frente a pandemia de COVID-19, meramente mencionando se tratar de uma audiência internacional, a qual não chega a ser especificada.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

44:5 p 5 in Gill (2020)

In the years following Xi's August 2013 speech, PRC government agencies, diplomats, and state-run media outlets began ramping up their use of social media accounts such as Twitter, Facebook, and YouTube—platforms that are banned inside China—in order to reach a larger audience abroad.¹⁸ Starting slowly at first, the number of new Twitter accounts opened by PRC government individuals and organizations was between two and ten per year from 2013 to 2018. But the number jumped to 65 for 2019, a six-fold increase over the previous year. The number for 2020 is on track to be over 100.¹⁹ By mid- to late 2019, Twitter had become a widely used tool for PRC diplomats and was often wielded in a far more combative way.²⁰ ProPublica and others also documented the increasing use of fake Twitter accounts by PRC and CCP organs, especially since 2019, to generate an illusion of widespread support for their policies.²¹

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

44:6 p 6 in Gill (2020)

All of these elements were in place to “tell China's story well” and had already begun to employ more assertive public diplomacy tactics around the world before the coronavirus struck in 2020. However, the COVID-19 crisis has proven to be an unprecedented opportunity for the newly empowered CCP overseas propaganda system. As the negative impacts of the COVID-19 crisis—both at home and abroad—on the Party's reputation became clear, that system kicked into high gear. As just one indicator, in the first four months of 2020, PRC government and state-run media Twitter accounts issued some 144,000 tweets, nearly four times as many as in the preceding four months.²⁶ The flood of official messaging coming out of China sought first and foremost to cast the Party and its leadership

in the best possible light. At first, in early to midJanuary, this meant downplaying the severity of the coronavirus outbreak and decrying whistleblowers who rang early alarm bells—such as doctors Ai Fen and Li Wenliang—for “spreading false rumors” and “disrupting social order.”²⁷ By early February, as the epidemic mounted in Wuhan, Xi Jinping declared a “people’s war” against COVID-19, and the narrative shifted to lauding the government’s efforts to contain the virus at home, while highlighting endorsements from foreign leaders and international organizations for the work China was doing to counter the disease. By March, with the epidemic subsiding in China and beginning to spread worldwide, the messaging shifted again to deflect blame away from Beijing, tout its success in defeating the virus at home, and publicize China’s

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

44:8 p 7 in Gill (2020)

It is clear that China has pulled out all the stops under Xi Jinping to unleash a massive and well-resourced campaign to tell China’s side of the story. But has it done this well? Has all the investment in overseas propaganda and influence projection—including the extensive diplomatic and media response to COVID-19—amounted to a soft power coup for China? Thus far, the answer has to be no.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

44:9 p 8 in Gill (2020)

Time will tell, but it does not seem likely these ratings will improve in the wake of the global COVID-19 crisis. The basic facts are well-established and damning.

The virus broke out into the general population in Wuhan, and both Chinese national and local governments reacted slowly at first, suppressed early warning signs, and delayed imposing a lockdown in Wuhan. Xi Jinping apparently knew about the outbreak in Wuhan as early as January 7, but no alerts or restrictions on people’s movements were released for another two weeks. In the meantime, with the lunar new year set to begin on January 25, millions of Wuhan residents left the city for the holiday, crisscrossing China. Tens of thousands more from Wuhan flew overseas, spreading the virus globally.³³ China’s subsequent disinformation campaign to sow doubt about the original source of the virus does not reflect well on Beijing, either. In other bad news for China’s preferred narrative, the Group of African Ambassadors in Beijing wrote a letter to the PRC foreign minister in protest against the “forceful testing and quarantine and maltreatment of African Nationals in China in general,” especially in Guangzhou.³⁴ PRC public diplomacy will suffer further should the virus have a devastating impact in Africa and throughout the developing world, areas Beijing has sought to cultivate since the early 2000s. Elsewhere, the US state of Missouri filed suit against the CCP and a number of other Chinese government bodies, seeking “recovery for the enormous loss of life, human suffering, and economic turmoil experienced by all Missourians from the COVID-19 pandemic” owing to “[a]n appalling campaign of deceit, concealment, misfeasance, and inaction by Chinese authorities”³⁵ More calls for reparations will follow

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

45 Gill e Huang (2006)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Cita o exemplo de elites taiwanesas; III. Quais as fontes? destrincha as potencialidades chinesas nos três tipos de recursos identificados por Nye; IV. Objetivo? No exemplo, o objetivo é fortalecer grupos pró-China na política doméstica de Taiwan. V. Mecanismos causais? Aponta a maior parte das estratégias de Pequim como fracassadas.

3 Citações:

45:1 p 2 in Gill e Huang (2006)

‘sof’ sources of power – including culture, political ideology and diplomacy – are increasingly recognised as essential components of Great Power status. It seems odd that the subject of sof power is either missing from discussions of China, or misapplied.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

45:4 pp 10 – 11 in Gill e Huang (2006)

A most intriguing example of China’s sof power can be seen in its relations with Taiwan. In 2005, China launched a charm offensive against the politicians and people in the island by inviting opposition party leaders to visit the mainland, extending tuition benefits to Taiwanese studying at mainland

universities, and, through a zero-tariff policy on imports of Taiwan's fruit, offering export incentive perks to farmers in the south of Taiwan (traditionally a pro-Taiwan independence stronghold). This 'hearts-and-minds' policy not only aims to reduce the perception of military threat from China, but also gives the Chinese government leverage to exercise influence in Taiwan's political culture and society, and politically marginalise Taiwan's independence-oriented president, Chen Shui-bian.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / • IV. Objetivo: Presente de modo específico

45:5 p 15 in Gill e Huang (2006)

Despite an expansion and successful use of soft power, China has not yet developed an ideal mix of soft-power resources to achieve desired foreign-policy objectives. The gap between an increasingly cosmopolitan and confident foreign policy and a closed and rigid domestic political system is responsible for the imbalance between three pillars of soft power: cultural attractiveness, examples set by domestic values and policies, and values expressed through foreign policy.

This lack of balanced soft-power resources also accounts for Beijing's legitimacy and coherence problems in the exercise of soft power. Given the constant tensions between its foreign-policy objectives and the still-nascent soft-power resources, China still has a long way to go before becoming a true global leader

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

48 Goldthau e Sitter (2015)

I. Quem exerce? União Europeia (organização); II. Audiência alvo? Exportadores de hidrocarbonetos, com foco na Rússia; III. Quais as fontes? Política externa e valores políticos, com foco na capacidade regulatória do Mercado Comum Europeu sobre o mercado energético; IV. Objetivo? Estabilizar o fornecimento de energia para a Europa; V. Mecanismos causais? A UE constrange empresas internacionais a aceitar suas regulamentações como preço para o acesso a seus mercados energéticos (recurso convertido em soft power) e, por sua vez, o aceite dessas regulamentações limita as formas como a Rússia pode usar suas empresas energéticas estatais para perseguir objetivos geopolíticos.

3 Citações:

48:2 p 3 in Goldthau e Sitter (2015)

International security debates surrounding the European Union (EU) energy supply challenge commonly invoke the need for more EU hard power e.g. getting tough on Russia or engaging directly with other exporters. This article investigates whether what might be labelled 'soft power with a hard edge' instead amounts to a consistent policy strategy for the EU. The central argument is that the EU has turned a weakness into strength, and developed a set of tools that sharpen the way soft power is exercised in the energy sector. The article explores how soft power affects companies that 'come and play' on the EU market: the rules of the Single European Market (SEM) and how they affect external firms.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Organização) / • II. Audiência: Presente / • III. Fontes/Recursos: Presentes

48:4 p 3 in Goldthau e Sitter (2015)

It limits the ways states like Russia can use state firms in the geopolitical game; and it exports its model into the near abroad, thus stabilizing energy supply and transit routes.

Esse artigo marca todas as caixas da ficha de leitura, mas é controverso do ponto de vista teórico: a regulamentação do Mercado Comum Europeu só é efetiva por conta dos incentivos econômicos a ela associados, tornando o recurso em questão conceitualmente muito mais perto da definição de Hard Power proposta por Nye do que daquela de Soft Power.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

48:5 pp 4 – 5 in Goldthau e Sitter (2015)

energy security is one of the key policy challenges that the EU faces today. The problem is not so much that the EU imports more than 50 per cent of its primary energy (Eurostat 2012), but rather that, unlike the USA, its energy imports do not come in the shape of reliable supply at affordable prices (Yergin 2006). Even before the 'revolution' in unconventional oil and gas put the USA on a trajectory towards net import independence, the country imported much of its oil and gas from Canada (with significant additional imports coming from Mexico), thus having a much higher share of secure

energy supply than that which the EU achieves through imports from neighbouring Norway. The prospect for remedies by way of unconventional oil and gas in the EU is far slimmer than public debate suggests, for reasons of local politics, geology, technological feasibility, and regulatory frameworks (Stevens 2010). An additional, 'midstream' challenge for the EU lies in the management and operation of transit pipelines (Stulberg 2012).

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

50 Grant (2020)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Cazaquistão; III. Quais as fontes? Retóricas de incentivo a mobilidade humana e interação cultural na fronteira, promovidas como parte da Belt and Road; IV. Objetivo? Genérico, na forma de tornar o território uma "zona de trocas e prosperidade mútua"; V. Mecanismos causais? Falho, dado que os ganhos em soft power são limitados pela política de securitização da fronteira.

3 Citações:

50:1 p 1 in Grant (2020)

As China's Belt and Road Initiative (BRI) development projects deepen connections across Eurasia, the SinoKazakh border has been rematerialized in a manner that complicates the exercise of Chinese BRI soft power. On the one hand, the border city of Khorgos is being rebuilt as a bridgehead to facilitate trade and development between the countries; new infrastructure and spectacle at Khorgos and beyond works to entice Kazakhs to cross the border in pursuit of economic opportunities. At the same time, recent crackdowns on Muslims in China's Xinjiang Province has led to the detention and harassment of cross-border migrants with differentiated migrant statuses. Chinese security forces' continued anxieties about separatism in its borderlands imperil the developmental horizons the BRI project uses to entice Kazakhs. It also threatens the translocal development that a border conducive to mobility has provided for Kazakhs over the past thirty years. I argue that the BRI in northwest China fuses soft power rhetoric with territorial security practices in a way that is proving to be counter-productive. This is because border hardening can reactivate borders as "difference condensers" that draw from imperial and national legacies to reinscribe the othering of spaces and peoples beyond the border.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

50:2 p 1 in Grant (2020)

Following the inauguration of China's Belt and Road Initiative (BRI), ethnic Kazakhs with both Chinese and Kazakhstani citizenship are crossing the Sino-Kazakh border as shoppers, business people, and students in pursuit of new opportunities. While these mobilities are encouraged by BRI rhetoric that proposes turning China's borderlands into a zone of mutual exchange and prosperity (Liu & Dunford, 2016), they are also complicated by practices of securitization that can reinscribe anxieties about borderlands populations' political loyalties.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

50:3 p 2 in Grant (2020)

This paper explores how contemporary BRI materializations of the border to promote development and soft power are complicated by border securitization. Furthermore, it shows that BRI soft power risks being undone when Kazakhs are harassed at the border.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

52 Grix e Houlihan (2014)

Estudo comparativo entre Alemanha e Reino Unido.

I. Quem exerce? Alemanha II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Copa do mundo FIFA de 2006; IV. Objetivo? Melhorar aspectos negativos de sua imagem internacional; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes, indica como recursos se convertem em soft power, mas não como soft power se converte em resultados políticos.

I. Quem exerce? Reino Unido II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres de 2012; IV. Objetivo? Reafirmar aspectos positivos de sua imagem internacional; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes, indica como recursos se convertem em soft power, mas não como soft power se converte em resultados políticos.

3 Citações:

52:3 p 1 in Grix e Houlihan (2014)

The findings reveal the stark contrast between Germany's and Britain's sport and 'soft power' strategies: the former undertook a long-term, well-planned and resourced approach to altering its poor international image; the latter appeared far less concerned about capitalising on the Olympics to enhance Britain's (seemingly robust) international image.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

52:4 p 1 in Grix e Houlihan (2014)

Mobilising Joseph Nye's concept of 'soft power' we empirically investigate Germany's strategic use of a sports 'mega' (the 2006 FIFA World Cup) to successfully alter their image among 'foreign publics'. We then analyse the example of the London 2012 Olympic and Paralympic Games for Britain's international prestige.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: Alemanha / ● I. Quem exerce: Reino Unido / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

52:6 p 19 in Grix e Houlihan (2014)

Germany's case reveals that long-term and targeted investment and planning can prove successful in leveraging a sports mega-event to enhance a nation's international image. However, the extent to which other states and cities can learn from Germany is tempered by a number of factors: first, if a state or city has a poor or weak image, a successful sports mega-event is likely to impact positively; if a state or city already has a positive image, this could be maintained by a successful event.

A disastrous sports mega-event—an event by definition scrutinised closely by a global audience—could impact very negatively on the host state/city. Second, Germany is an advanced and wealthy capitalist state with an efficient transport infrastructure—states with an infrastructure that is already under strain prior to the event will struggle to cater for millions of extra passengers during the Games/World Cup. While there were no significant transport problems during the London Olympics the concern with potential transport problems was widely reported in the international press. Finally, it is clear that the German political elite were and still are far more concerned about how Germany and the Germans are perceived abroad; Britain, in the form of the FCO, on the other hand, appears far less concerned about capitalising on the Olympics to enhance Britain's (admittedly robust) international image.

É definido como um Estado pode utilizar a visibilidade agregada a mega eventos esportivos para fortalecer certos aspectos de sua imagem e moldar positivamente a forma como é visto por audiências internacionais (soft power), mas não traz sugestões de como esse soft power pode ser capitalizado para gerar efeitos políticos que vão além da pura melhora na imagem nacional.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

54 Hagström e Nordin (2019)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Discurso de política externa focado no conceito de harmonia; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Inexistentes, dado que o autor adere a uma concepção de que as estratégias adotadas apresentam um forte viés coercitivo, o que inviabiliza a aceitação real do conceito de "ordem harmônica" por parte das audiências (sendo essas não identificadas).

3 Citações:

54:1 p 2 in Hagström e Nordin (2019)

The second section illustrates this point by comparing present-day Chinese soft power campaigns that rely on a harmony discourse with similarly structured discourses in the West and Japan.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: China

54:2 p 3 in Hagström e Nordin (2019)

The third section revisits China to argue that, in its current form, the dominant Chinese harmony discourse gives little reason to hope that the country will be able to exercise soft power with any less violent consequences than other great powers have done in the past or do in the present. Indeed, a harmony discourse is already legitimizing and enabling the violent harmonization of domestic dissenters.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

54:3 p 1 in Hagström e Nordin (2019)

This article engages with China's "politics of harmony" to investigate the dangers and possibilities of soft power as a concept and practice. Chinese sources claim that China will be able to exercise soft power due to its tradition of thinking about harmony. Indeed, the concept of harmony looms large in Chinese soft power campaigns, which differentiate China's own harmonious soft power from the allegedly disharmonious hard power of other great powers—in particular Western powers and Japan. Yet, similarly dichotomizing harmony discourses have been employed precisely in the West and Japan. In all three cases, such harmony discourses set a rhetorical trap, forcing audiences to empathize and identify with the "harmonious" self or risk being violently "harmonized." There is no doubt that the soft power of harmony is coercive. More importantly, the present article argues that it has legitimized and enabled oppressive, homogenizing, and bellicose expansionism and rule in the West and Japan. A similarly structured exercise of soft power may enable violence in and beyond China, too. Ultimately, however, we argue that China's own tradition of thinking about harmony may help us to theorize how soft power might be exercised in less antagonistic and violent ways.

3 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

56 Hartig (2015)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Indefinida; III. Quais as fontes? Institutos confucionistas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Identificados como falhos.

3 Citações:

56:3 p 2 in Hartig (2015)

The article further demonstrates that the impact of CIs is hampered not only by political and/or ideological concerns, but also by a number of practical issues. Therefore, the conclusion is that CIs do not present the 'real' China to the world, which is one of China's public diplomacy's overarching aims, but rather a 'correct version' of it, which in turn limits their ability to project China's strategic narratives effectively and increase China's soft power.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

56:4 p 1 in Hartig (2015)

This article analyses the strategies, goals and impact of the Confucius Institutes (CIs). It examines CIs as an important tool in China's public diplomacy, employed by its government to communicate specific strategic narratives about China to foreign publics, and, in so doing, increase China's soft power.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

56:5 p 2 in Hartig (2015)

The article is based on interviews with managers/directors of CIs (Chinese and non-Chinese) in countries in Europe, Oceania and Africa between 2007 and 2014; discussions with Chinese officials; conversations with academics and members of think tanks in China and internationally; and on an analysis of public and internal documents and relevant literature.^{1,2}

A definição do público alvo é tão ampla que, na prática, é o equivalente a não ser apresentada.

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

57 Hartig (2016)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Veículos de mídia; IV. Objetivo? Genéricos, na forma de "criar uma imagem mais favorável do Estado [chinês]" e "influenciar decisões de política externa de outros países" V. Mecanismos causais? Inexistente, embora a cultura e sociedade

chinesas sejam bem vistas por outras sociedades, isso não se reflete na imagem do governo chinês por esses públicos.

4 Citações:

57:1 p 1 in Hartig (2016)

How China Understands Public Diplomacy:

1 Códigos:

- I. Quem exerce: China

57:4 p 1 in Hartig (2016)

In June 2015, the People's Republic of China (PRC) and Russia vowed to step up media cooperation in order to reduce misinterpretation by Western media. At a China-Russia Media Forum, Liu Qibao, Head of the Publicity Department of the Chinese Communist Party (CCP) Central Committee, called on media of both countries to improve international communication capacities. Lu Xinning, Deputy Editor-in-Chief of People's Daily, the CCP's official newspaper, further- more urged the media to provide "a fully rounded national image for the world" because the international images of China and Russia presented by Western media are "occasionally mysterious and ambiguous, even negative and vicious" (People's Daily 2015). Chinese President Xi Jinping himself frequently encourages Chinese media to strengthen its international communication capacities in order to explain China's story and to spread its voice well (Xinhua 2013).

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

57:6 p 20 in Hartig (2016)

The problem essentially is that while Chinese culture and tradition are liked and admired by foreign publics, China's "politics and governance are at a much lower standing" (Wang 2011, 6). It therefore does not matter whether China steps up media cooperation with Russia, opens Confucius Institutes around the world, or gives scholarships to African students; as long as the Chinese government is still arresting human rights lawyers, is censoring journalists, or is bullying its East Asian neighbors, all efforts by China's public diplomacy to shape China's image and thereby advance its national interest can only hit the wall.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

57:7 pp 19 – 20 in Hartig (2016)

Chinese academics, on the contrary, tend to define public diplomacy more functionally and in my understanding more upfront. Idealistic purposes such as mutual understanding and engagement are mentioned; the focus, however, is on functional aspects including publicizing China's intentions to the outside world, forming a desirable image of the state, issuing rebuttals to overseas distorted reports about China, improving the international environment, and exerting influence on the policy decisions of foreign countries (Zhan Kun 1998, 73). By doing this, China's public diplomacy aims to contribute to national security and economic growth and thereby aims to advance national interests. These goals go beyond normative notions of new public diplomacy into realist calculations in which world politics is driven by competitive self-interest.

2 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

58 Hayden (2017b)

Artigo comparativo entre China e EUA.

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Recursos culturais; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "reduzir a predominância da cultura e normas ocidentais na política global"; V. Mecanismos causais? Ausentes;

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Presença em redes de comunicação globais; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "estabelecer credibilidade"; V. Mecanismos causais? Fundamentalmente falhos, tendo em vista que a mera presença em determinadas redes de comunicação internacionais não garante que os EUA sejam bem vistos pelos públicos em questão.

9 Citações:

58:1 p 6 in Hayden (2017b)

For example, the Chinese strategic turn towards the promotion of its cultural heritage as a means to amplify its soft power repertoire illustrates a mandate for action implied in China's considerable attention to soft power in official discourse (Wuthnow 2008; Li 2009). For China and others, soft power provides a ready set of justifications for the international outreach and communication of public diplomacy (Nye 2008).

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

58:4 p 11 in Hayden (2017b)

In contrast, the United States has engaged more recently in multiple efforts to facilitate audiences' communication, rather than to control the field of communication. These audiences are rendered in policy discourse as politically viable and technologically enabled networks. Ross (2011), former Senior Advisor for Innovation to the US Secretary of State, declares that 'networks are the defining feature of the new global power structure. The very clear evidence of recent years demonstrates that network technologies devolve power away from the nation-state and large institutions' (452). As a result, the US strategic engagement programmes are designed increasingly around the technological contexts through which these relations are sustained and which maintain their legitimacy.

While China seeks to compete in the broader context of news flows to audiences awaiting information, the United States is oriented towards being 'present' in communication spaces where audiences already act and consume information (McHall 2013).

2 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

58:5 p 11 in Hayden (2017b)

It is not so much that the US public diplomacy seeks to persuade in all cases of engagement, as it is that it wishes to demonstrate that the United States adheres to an ethic of communication between the stakeholders involved. A US public diplomacy characterised by enabling or facilitating communication serves the symbolic purpose of establishing credibility. Facilitation engenders a long-term route to the cultivation of influence among foreign publics that veers close to the conceptual domain of development practice.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

58:6 p 12 in Hayden (2017b)

Chinese public diplomacy programmes — including an incredibly extensive investment in international broadcasting — also see foreign audiences as strategically necessary to China's global politics (Yu 2010). Yet, it is not entirely obvious whether or not Chinese public diplomacy programmes convey that its audiences are publics in the sense implied by other nation-state public diplomacy strategies. And this has consequences for how China pursues a soft power-based strategy of public diplomacy and global image management. Consider the language of China's 2006 Five-Year Plan for Cultural Development, which involves a 'go global' strategy of cultural promotion. The plan's soft power approach is based on attraction sustained by a capacity to reach audiences through 'strong propaganda methods and strong propaganda capabilities [...] to form public opinion powers commensurate with China's international status' (Glaser and Murphy 2009: 15). Foreign audiences are thus construed as vulnerable to the 'prejudiced' views of non-Chinese media (Qingguo 2010). The scope of soft power in this logic operates on a rendering of the mass audience as the likely subjects to public diplomacy initiatives.

O artigo trata superficialmente de audiências domésticas e internacionais não especificadas. Para efeitos práticos, a audiência está ausente.

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

58:11 p 14 in Hayden (2017b)

In the modern age, whichever nation's communication methods are most advanced, whichever nation's communication capacity is strongest, it is that nation whose culture and core values are able to spread far and wide, and that nation that has the most power to influence the world. Enhancing our communication capacity domestically and internationally is of direct consequence to our nation's international influence and international position, of direct consequence to the raising of our nation's cultural soft power [...]. (Quoted in Bandurski 2009)

O próprio discurso político analisado toma a ampliação da capacidade de comunicação chinesa como uma finalidade em si própria. Os mecanismos pelos quais essas estratégias produziram soft power,

ou como esse soft power levaria a determinados resultados empíricos, não chegam a ser mencionados.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

58:13 p 14 in Hayden (2017b)

Similar critiques of strategic communication attitudes were levied at the United States after the launch of Al-Hurra satellite news channel for Arab publics in 2004 — where transmission-oriented technologies failed to achieve public diplomacy

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

58:15 p 16 in Hayden (2017b)

Put another way, the long-term agenda of Chinese soft power may very well be to diminish the predominance of Western cultural and social norms that inform world politics, and to engineer the ‘field’ of policy practice to its favour, such as with the ‘democratisation of international relations’ position introduced by Zhang Zemin, which provided a Chinese interpretation of multilateralism to address critiques of its own actions. To accomplish this kind of systemic goal, Chinese public diplomacy has been constructed as an intervention into China’s ‘international publicity’ and national image, to combat the perceived media and communication hegemony of the West (Yu 2010; Charhar Symposium 2013). This position rests on the possibility that the normative structure of international relations is available to enterprising actors to be actively contested with a comprehensive public diplomacy.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

58:16 p 17 in Hayden (2017b)

abundance: the US democratic ideals and values do not need to be explained because they are by nature universal. Under this logic, the US soft power resources only need to be conveyed, not elaborated, argued, or even reconsidered. The undercurrent of American exceptionalism that pervades the US thinking (or lack thereof) on soft power has been a persistent factor in policy deliberations on public diplomacy in the United States for decades (Parry-Giles 1994; Hayden 2011a). Lack of attention to the necessity of engagement has resulted in a relatively poor integration of public diplomacy into the larger calculus of foreign and security policy (Wallin 2012).

More contemporary developments in the US public diplomacy practice, however, suggest a gradual shift in strategic thinking on soft power outcomes. As mentioned previously, the US public diplomacy engagement has moved towards a facilitative stance — the provision of communication capacity and the empowerment of foreign publics for development (Gregory 2011). This is evident in programmes such as the ‘TechCamp’ development events designed to bring together technologists with civil society actors to solve problems in developing countries, as well as in the attempts to leverage Twitter, YouTube and Facebook in order to convene ‘real-time’ engagement with crucial publics (Seib 2012). Similarly, the US international broadcasting actors are leveraging online platforms to provide means to communicate within countries and regions beset by authoritarian communication policies (Powers and Youmans 2012).

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

58:19 p 16 in Hayden (2017b)

The United States, in contrast, struggles with an apparent loss of soft power in the form of legitimacy and credibility. The problem, as former CIA analyst Pillar (2011) notes, is that the US soft power objectives are assumed to stem from resources that do not require significant maintenance or amplification. Soft power is presumed to be in

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

60 Heng (2010)

Estudo comparativo entre China e Japão.

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Cultura, valores políticos e política externa; IV. Objetivo? Liderança regional; V. Mecanismos causais? Não indica.

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Valores e cultura popular; IV. Objetivo? Liderança regional; V. Mecanismos causais? Não indica;

4 Citações:

60:1 p 1 in Heng (2010)

Mirror, mirror on the wall, who is the softest of them all? Evaluating Japanese and Chinese strategies in the 'soft' power competition era

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● I. Quem exerce: Japão

60:2 p 8 in Heng (2010)

Beijing's focus on culture, political values, foreign policy, and institutions, as we shall see later, does largely conform to Nye's analytical framework

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

60:3 p 9 in Heng (2010)

Hence, then-PM Aso (2009a, b) recommended 'sending out Japan's vast and varied range of "soft" power' including popular culture and values.

Targeting both elites and the general public, Japanese official and scholarly discourse generally echo Nye's schema: culture, values, institutions, policies,

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

60:6 p 2 in Heng (2010)

The non-traditional dynamics of possible 'soft' power competition between Japan and China warrant more attention, as they maneuver for regional leadership.

O artigo adota um teor bem descritivo do tipo de recursos que a China e o Japão dispõe, comparando as potencialidades e limitações de cada parte. Nisso, desenvolve pouco os objetivos, não aponta claramente as audiências e não esclarece os mecanismos causais em operação.

3 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

61 Heng (2014)

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Não especificada; III. Quais as fontes? valores e política externa, na forma de influência normativa sobre o regime internacional de mudanças climáticas; IV. Objetivo? Definir agendas nos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas; V. Mecanismos causais? Várias iniciativas promovem a imagem do Japão como uma liderança no setor de preservação climática, gerando, ao menos em termos aparentes, soft power. Contudo, esse soft power parece falho no que diz respeito ao objetivo de afetar a agenda climática.

2 Citações:

61:1 p 3 in Heng (2014)

This article investigates the 'normative' dimensions of Japan's soft power on climate change, and whether it translates into international influence, as Nye predicted.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Japão / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

61:2 p 3 in Heng (2014)

it analyses how Japanese entities (government, corporations, and NGOs) can transmit 'normative' soft power, and obstacles encountered. These transmission mechanisms include 'Cool Earth Partnership' programmes, the 'Future City Initiative' and the values-based Satoyama Initiative. The final section addresses conceptual implications that arise, and assesses whether Japan's 'normative' soft power has paid dividends. Drawing from literature on pioneer states and external reviews of Japan's alignment with key climate norms, the paper suggests that Japan's normative soft power is lacking in driving agendas at global climate forums.

3 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

62 Hill (2006)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ucrânia, Cáucaso e Ásia Central; III. Quais as fontes? Cultura, bens de consumo e oportunidades de emprego; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

1 Citações:

62:1 p 1 in Hill (2006)

Indeed, the penetrating forces of Russian power in Ukraine, the Caucasus, and Central Asia are no longer the Red Army. They are Russian natural gas and the giant gas monopoly Gazprom. They are also Russian culture, consumer goods, and job opportunities. A range of new Russian products, a burgeoning popular culture spread by satellite television, a growing film industry, rock music, Russian popular novels, a revival of the crowning achievements of the Russian artistic tradition, and new jobs in the service and other sectors have made Russia an increasingly attractive country for the region around it. Millions of people from the Caucasus, Central Asia, and the rest of Eurasia have flooded into Moscow, St. Petersburg, and other Russian cities in search of work and a better life.

O artigo adota um teor bem descritivo do soft power russo, dando ênfase na troca de estratégia adotada pelo Kremlin para as regiões em questão. Trata o objetivo russo como algo implícito (manter o controle sobre a antiga área de influência soviética, talvez?), não vendo necessidade para apresentá-lo claramente (portanto, o objetivo está ausente). O mesmo vale para os mecanismos de conversão.

5 Códigos:

● I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

63 Holmes e Yoshihara (2008)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Sudeste Asiático; III. Quais as fontes? Ausente; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "dar suporte aos objetivos de liderança"; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:

63:2 p 2 in Holmes e Yoshihara (2008)

Beijing will direct its energies toward South and Southeast Asia, where supplies of oil, natural gas, and other commodities critical to China's economic development must pass. There China will encounter an equally sea-power-minded India that enjoys marked geostrategic advantages. Beijing will likely content itself with 'soft power' diplomacy in these regions until it can settle the dispute with Taiwan, freeing up resources for maritime endeavors farther from China's coasts.

3 Códigos:

● I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Ausentes

63:3 p 8 in Holmes e Yoshihara (2008)

First, Beijing has carefully choreographed its diplomacy in the region to support the leadership's objectives.

1 Códigos:

● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

63:4 p 8 in Holmes e Yoshihara (2008)

Intriguingly, Chinese diplomacy in and around the Indian Ocean region has tapped an obscure figure (at least hitherto in the West) from Chinese maritime history. Zheng He (Cheng Ho), the Ming Dynasty's great 'eunuch admiral', commanded seven voyages of trade and discovery in Southeast and South Asian waters (1405–1433). Beijing has woven Zheng and the expeditions of his 'treasure fleet' – named after the silks, porcelains, and other valuables it carried to trade with foreign peoples – into an intricate, sophisticated diplomacy depicting the rise of Chinese maritime power as a new phase in a benign regional dominance that had its origins six centuries ago. Beijing has directed much of this charm offensive at maritime nations throughout Southeast and South Asia, where resource-laden Chinese vessels ply the same waterways once traversed by the Ming treasure fleet.

Zheng He helps Beijing apply its soft power at sea, in large part by letting Chinese diplomats mold expectations about how the nation will conduct its naval affairs. This eases worries aroused by its ambitious naval buildup and in the process reduces fellow Asian sea powers' propensity to band together against Chinese naval pretensions. Several themes pervade China's maritime diplomacy.

Esse artigo é um ótimo exemplo de como o conceito é mal utilizado. O autor cita um general chinês do século XV, argumentando que este "ajuda Beijing a aplicar o seu soft power no mar". A princípio, poderia ser considerada uma estratégia de soft power baseada em elementos históricos em comum, mas um olhar mais aprofundado revela que não existe qualquer estratégia: a história do general em questão é usada meramente para justificar – para os próprios chineses – sua postura neocolonialista, sem qualquer tentativa de apresentar uma evidência que sugira, mesmo que vagamente, que seu conto tem algum efeito positivo na forma como a audiência alvo percebe a China.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

64 Holyk (2011)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Leste Asiático; III. Quais as fontes? Cultura e neutralidade diplomática; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Falhos, os dados coletados apontam que a China continua sendo mal avaliada por seus pares no Leste Asiático.

3 Citações:

64:1 p 25 in Holyk (2011)

China must move beyond the general promotion of Chinese culture, diplomatic neutrality, and no-strings-attached foreign aid if it seeks to expand its attractiveness beyond developing countries to Western liberal democracies. China's reputation needs a boost in the areas of political and diplomatic soft power.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

64:2 p 25 in Holyk (2011)

Claims of a large rise in Chinese soft power in East Asia are quite exaggerated, as are claims that it has occurred at the expense of a precipitous slip in American soft power

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

64:3 p 2 in Holyk (2011)

This paper begins with an analysis of soft power in East Asia with an emphasis on the supposed decline of U.S. soft power and the rise of Chinese soft power. Next is an overview of survey data related to soft power and an argument for the usefulness of public opinion data to analyze soft power and influence. The introduction ends with specific hypotheses about Chinese soft power. The methodology section details the unique cross-national survey data set used in this paper to analyze soft power in East Asia and the construction of various indices to measure soft power. The results section compares overall Chinese soft power to that of other regional powers, its soft power on five subindices (economic, human capital, cultural, political, and diplomatic), the effectiveness of Chinese diplomacy, perceptions of Chinese military power, the importance of values and contact, and perceptions and correlates of Chinese influence.

Embora o artigo faça uma comparação do soft power chinês com o de outros Estados no Leste Asiático, a maior parte do texto é dedicada a China, não sendo, portanto, um estudo comparativo propriamente dito. O texto também adota uma abordagem descritiva, focando em listar os recursos de soft power chineses e averiguar qual é a avaliação da China em outros países. Não chega a mencionar objetivos específicos que fariam a China buscar ampliar seu soft power sobre seus vizinhos.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Ausente

65 Horvath (2016)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? retórica política baseada nos conceitos de "valores tradicionais" e "relativismo cultural"; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Os valores defendidos por diplomatas russos ajudam a criar uma coalizão de regimes autoritários que são legitimados por esses mesmos valores (recursos produzem soft power), mas a finalidade dessa coalizão não é deixada clara.

2 Citações:

65:1 p 2 in Horvath (2016)

Under the banner of ‘traditional values’, Russian diplomats and clerics have re-forged cultural relativism into a weapon that can be used by repressive regimes to deflect criticism of their human rights records. This article examines the contribution of Nataliya Narochnitskaya, a historian and nationalist politician, to this exercise in authoritarian soft power.

O texto se foca mais em explorar as origens e aspectos centrais do pensamento de Nataliya Narochnitskaya, deixando a estratégia de soft power nela embasada em segundo plano. Assim, aspectos importantes como a audiência alvo são reduzidos a comentários vagos ou incompletos, como "regimes repressivos", sem especificar a quais regimes se refere.

4 Códigos:

● I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

65:2 p 3 in Horvath (2016)

In international forums, Russian diplomats waged a campaign to transform the very framework in which human rights were debated.

Under the banner of ‘traditional values’, they worked with Russian Orthodox clerics to assemble an improbable coalition of authoritarian regimes, developing states, and advocates of indigenous peoples. By attacking the new generation of rights connected to gender and sexual orientation as a Western assault on traditional mores, this coalition revived dormant debates about cultural relativism and cast doubt on the durability of the consensus around universalism reached at the Vienna World Conference on Human Rights (in 1993).¹

1 Códigos:

● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

66 Hudson (2015)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ucrânia; III. Quais as fontes? Relações interpessoais e culturais; IV. Objetivo? Manter a Ucrânia dentro de sua esfera de influência; V. Mecanismos causais? Falhos, pois as iniciativas associadas ao soft power russo são vistas como um disfarce para uma estratégia neo-imperialista ancorada em hard power (notavelmente, os resultados provêm de surveys com população jovem e de alta escolaridade, o que não necessariamente se reflete no restante da população).

4 Citações:**66:1 p 1 in Hudson (2015)**

This article argues that for all its efforts to implement soft power techniques, the Kremlin still fails to grasp the subtle, voluntaristic essence of soft power.

2 Códigos:

● I. Quem exerce: Rússia / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

66:2 p 1 in Hudson (2015)

This is demonstrated through the findings of mixed-method empirical research from four Ukrainian regions. Thus, while surveys show that the worldview promoted by Russian public diplomacy resonates to some extent, insights from focus groups indicate that potential attraction is nevertheless limited by Russia’s ‘hard’ and obtrusive approach to cultural influence.

1 Códigos:

● II. Audiência: Presente

66:3 p 1 in Hudson (2015)

the worldview of Ukrainians, who over the past two-and-a-half decades have found themselves on the geopolitical frontline in a soft power struggle waged between Russia and the West. Playing on local commercial and industrial interests as well as historically rooted identity and language issues, each side has sought to secure Ukraine in its orbit on its own terms through a network of financial-economic, interpersonal and cultural ties.

2 Códigos:

● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

66:4 p 2 in Hudson (2015)

in spite of the significant, albeit regionally differentiated wells of affinity with Russian cultural, value-oriented and political perspectives, the appeal of Moscow’s leadership is limited by the rather widespread impression that even Russia’s efforts at soft power engagement are but a propagandist’s velvet glove around the iron fist of Moscow’s neo-imperial machinations. Such perceptions, which

were found to transcend the East–West cleavage, condition how individuals and groups respond to the current conflict.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

67 Hunter (2009)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Cultura, intercâmbios universitários, promoção do mandarim como língua franca e comunidades chinesas espalhadas pelo mundo; IV. Objetivo? Genérico ("ascensão pacífica" e "competição internacional por recursos"); V. Mecanismos causais? Não indica.

4 Citações:

67:1 p 1 in Hunter (2009)

Soft Power: China on the Global Stage

Comentário: por Super

Artigo com teor bem descritivo dos recursos de soft power chineses. Não cita nenhuma audiência específica ou mecanismos causais pelos quais esse soft power operaria.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

67:2 p 8 in Hunter (2009)

Peaceful Rising

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

67:3 p 12 in Hunter (2009)

Areas where Chinese soft power is already apparent are those of Chinese religion and traditional culture; Chinese universities and Mandarin as lingua franca; Chinese media, tourism, and sport; Chinese Diaspora, and Chinese cultural/political presence in Southeast Asia and Africa

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

67:5 p 10 in Hunter (2009)

International Competition for Resources

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

68 Hyde-Price (2006)

I. Quem exerce? União Europeia (Estados membros); II. Audiência alvo? Vizinhança da UE; III. Quais as fontes? Valores e ideias associados a imagem da UE; IV. Objetivo? Moldar o cenário internacional em sua vizinhança; V. Mecanismos causais? Fracassados em impactar positivamente vizinhos beligerantes.

2 Citações:

68:2 p 3 in Hyde-Price (2006)

the EU is used by its member states as a collective instrument for shaping its external milieu by a combination of hard and soft power.

O artigo verifica o argumento de que a União Europeia (quem exerce), além de seus instrumentos de hard power, um elemento de atração associado a sua imagem (soft power), que usa para moldar o cenário internacional em sua vizinhança (audiência + objetivo genérico).

4 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Estados membros) / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

68:3 p 13 in Hyde-Price (2006)

Crises often serve to lay bare the stark realities of power relations which can otherwise remain obscure during more placid times, and in this respect, the tragic wars of Yugoslav succession were no exception. ‘This is the hour of Europe’, Jacques Poos announced at the onset of the crisis (Gow 1997: 48, 50). But hubris was followed by tragedy, as the soft power of ‘civilian power’ Europe failed to make any significant impact on the warring parties.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

69 Ipek (2013)

I. Quem exerce? Turquia; II. Audiência alvo? Ásia Central, Balcãs, Norte da África e Oriente Médio; III. Quais as fontes? Ajuda internacional fornecida através da Turkish International Cooperation and Development Agency (TIKA); IV. Objetivo? Genérico, focando em se adaptar ao cenário pós-Guerra Fria ao passo que fortalece sua posição como poder regional; V. Mecanismos causais? Ausentes, dado que o artigo foca mais em explicar as alterações da estratégia, e não em seus efeitos na audiência alvo.

4 Citações:

69:1 p 1 in Ipek (2013)

My empirical analysis in the case of the Turkish International Cooperation and Development Agency reveals important evidence demonstrating the influence of (i) shared normative values, mostly constituted by the foreign policy elite's intersubjective understanding of Turkey's historical roots and cultural ties in the region and (ii) material interests, favored through the "trading state" and framed by the convergence of principled and causal beliefs on policy change.

Embora trate das estratégias de soft power turcas, o artigo se foca muito mais nas razões para alteração do foco geográfico dessas estratégias ao longo dos anos, deixando de fora seus efeitos sobre as audiências alvo. Portanto, o mecanismo de conversão está ausente.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Turquia / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

69:2 p 2 in Ipek (2013)

I select the case of the Turkish International Cooperation and Development Agency (TIKA). There is growing interest in explaining Turkey's foreign policy transformation and its increasing visibility in the greater region. TIKA, established in 1992, has considerably expanded the volume and geographic scope of its assistance since 2004.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Turquia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

69:3 p 8 in Ipek (2013)

For example, between 1992 and 1996, the Central Asia–Caucasus region had the highest share of Turkey's total ODA (86.5%). Between 1997 and 2003, the amount declined to 40% of that because of the shift in focus to reconstruction and humanitarian efforts in the Balkans– Eastern Europe region after the ethnic wars in Bosnia and Kosovo (1993–1995 and 1998–1999, respectively; Parlak 2007:74,79). Economic interests in energy resources, pipeline projects in the Central Asia–Caucasus region, and the ethnic conflict in the Balkans threatening Turkey's trade relations were major issues shaping TIKA's agenda in the 1990s. Nevertheless, Turkey's ODA declined sharply in 1992 and remained relatively low until 2004 because of major economic crises in the 1990s and 2001.

Most of TIKA's ODA since 2001 has continued to focus on the Central Asia–Caucasus and the Balkans–Eastern Europe regions, although since 2004 an increasing share has been allotted to the Middle East and Africa regions (see Figure 3).

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

69:4 p 18 in Ipek (2013)

Although Turkey engaged in similar foreign policy activism in the 1990s and the early 2000s, and had similar material interests in expanding its export markets and regional power status in both decades, the significant increase in TIKA activities in the latter decade can be attributed to the influence of ideational forces and material interests. The turning point for policy change was the convergence of strategies to advance material interests and normative ideas in determining the criteria for constituting soft power as an instrument of foreign policy, a factor that was missing in the previous period. Incorporating business organizations, think tanks, and civil society's ideas and expectations into the foreign policy-making process is a function of using ideas to identify strategies to serve principled beliefs and material interests, as well as legitimize political practices.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

70 Jackson (2010)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ásia Central; III. Quais as fontes? Valores políticos, cultura e política externa; IV. Objetivo? Legitimar o modelo político russo, tanto no nível doméstico quanto no internacional; V. Mecanismos causais? Modelo russo é aceito por elites nacionais pois reafirma suas próprias concepções de mundo (recurso convertido em soft power), o que aproxima estes Estados da Rússia e ajuda a legitimar o modelo (soft power convertido em resultados).

3 Citações:

70:2 p 2 in Jackson (2010)

Specifically, it identifies four key external factors whereby Russia has strengthened Central Asia's authoritarian rule: the diffusion of ideas and norms; the growing use of economic and cultural power; the minimal but strategic use of hard power; and the development of regional organizations.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

70:5 p 6 in Jackson (2010)

The Kremlin has increasingly made an effort to legitimize Russia's system of political rule both at home and abroad.

It has deliberately set out ideas with which to represent Russia, and these ideas also underlie its foreign policy. The most recent major effort at 'regime branding' (or public diplomacy) was the introduction and popularization of the term 'sovereign democracy' to describe Putin's self-termed state-guided model of democratization and the importance of Russia's national sovereignty and independence.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

70:6 p 16 in Jackson (2010)

The effect of external influence on domestic regimes seems to depend on whether the political and economic elite (who profit from existing power structures) are receptive to new ideas, whether the ideas and practices fit into the local culture, and whether the elite are presented with incentives to adopt new practices. The literature on international socialization highlights two ways that (liberal democratic) norms can be successfully projected. In the strategic calculation (Schimmelfennig 2000, 2005) approach, norms are adopted for rational cost-benefit reasons. In the normative suasion approach, norms are socialized 'as the right thing to do' (Checkel 2005). In this case study, Russian ideas (especially regarding sovereignty, interference, order, and the state) were largely accepted because they bolstered and buttressed the positions, autonomy, and power of the current presidents and were attractive to the governing elite, who were not presented with major incentives for change in a different direction. Generally, Central Asian elites (like elite everywhere) adopt institutions and practices for their own strategic or personal purposes. In Central Asia, so far these have served to further entrench authoritarianism.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

71 Jakimów (2019)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Europa; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas construídas em torno da Belt and Road Initiative. IV. Objetivo? Dessecuritização da "ameaça chinesa", criando a imagem de que as relações entre China e Europa devem ser tratadas exclusivamente na esfera política, excluindo essas relações da pauta securitária da agenda de segurança europeia. V. Mecanismos causais? A China provê uma alternativa normativa à União Europeia (recurso), que é adotada de forma "flexível e pragmática" por governos da periferia europeia que se aproximam da China para melhorar sua posição de negociação com a UE (soft power), tornando-se agentes do processo de politização e dessecuritização das relações entre Europa e China (resultado pretendido).

3 Citações:

71:1 p 1 in Jakimów (2019)

This paper argues that the China-deployed desecuritised narratives of the BRI constitute an important soft power strategy of China in its engagement in Europe.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

71:2 p 2 in Jakimów (2019)

In this article, I argue that desecuritisation is a key strategy in China's soft power politics in the European region. I refer to the process of 'desecuritisation' rather than 'depoliticisation' of China because the narratives that convey it are clearly aimed at changing the pre-existing 'China threat' perceptions and render China a non-security issue.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

71:3 p 3 in Jakimów (2019)

this article reveals that the success of China's soft power strategy, and the attending ideational or normative influence that soft power brings in the region, is conditioned by the CEE states own agency in approaching China's desecuritisation.

While desecuritisation enables the adoption of some 'China promoted norms', ultimately, the regional governments adopt them flexibly and pragmatically, and in order to secure political power at home or to improve their negotiating position with the EU institutions. The article therefore explains that while in the context of EU-China relations desecuritisation is indeed China's key soft power strategy, it is largely shaped by a specific dynamic between Europe's core and peripheral states, whereby the CEE states have more agency that it is usually portrayed.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

72 Jakobsen, Ringstone e Saxi (2018)

Estudo envolvendo Dinamarca e Noruega, não é exatamente comparativo pois analisa uma única estratégia conjunta dos dois Estados.

I. Quem exerce? Dinamarca e Noruega; II. Audiência alvo? Governo estadunidense; III. Quais as fontes? gerado através das contribuições destes Estados para as campanhas militares dos EUA; IV. Objetivo? Genérico, ver comentário na citação; V. Mecanismos causais? Presente, ver comentário na citação.

1 Citações:

72:1 p 1 in Jakobsen, Ringstone e Saxi (2018)

In this article we broaden the conventional understanding of prestige and show that prestige-seeking played a major role in the Danish and Norwegian decisions to provide military support to post-Cold War US-led wars. Both countries made costly military contributions in the hope of increasing their standing and prestige in Washington. Both governments regarded prestige as a form of soft power, which they could later convert into access, influence, and US support.

Logo no resumo o artigo já menciona todas as categorias buscadas. Trata-se de uma análise do soft power dinamarquês e norueguês (quem exerce) sobre o governo estadunidense (audiência), gerado através das contribuições destes Estados para as campanhas militares dos EUA (fonte), com a ideia de "aumentar seu prestígio" nas altas esferas do governo dos EUA, o que posteriormente seria usado para obter o suporte estadunidense para seus objetivos de política externa (objetivo genérico + meio de conversão presente).

6 Códigos:

- I. Quem exerce: Dinamarca / ● I. Quem exerce: Noruega / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

74 Katsumata (2012)

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Leste Asiático; III. Quais as fontes? Cultura de massa; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? O artigo foca no aspecto cultural da construção regional do Leste Asiático, focando na adesão aos produtos culturais exportados pelo Japão. Embora reconheça esses elementos como partes importantes do soft power japonês, não se interessa em desenvolver considerações sobre os meios pelos quais eles poderiam ser utilizados para fortalecer a posição japonesa na região.

2 Citações:

74:1 p 1 in Katsumata (2012)

This article seeks to enhance our understanding of an East Asian community by focusing on its cultural aspect. The specific focus of analysis is Japanese popular culture, whose elements include J-pop music, TV dramas, movies, manga (comic books), and anime (animations)

3 Códigos:

- I. Quem exerce: Japão / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

74:2 p 2 in Katsumata (2012)

This article seeks to enhance our understanding of an East Asian community by focusing on its cultural aspect, which has not been explored in depth in the existing literature. To be specific, its two main sections do two things in turn. The first section examines whether East Asian community building in the cultural sphere has made progress. It does so by focusing on the spread of Japanese popular culture, whose elements include J-pop music, TV dramas, movies, manga (comic books), and anime (animations). It concludes that East Asian community building in the cultural sphere is making progress, on the ground that Japanese popular culture has been favored by the people in this region.

The second section discusses the implications of the argument in the first section for the characteristics of an East Asian community and for the nature of an East Asian regional identity.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

78 Keating and Kaczmarska (2017)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Elites políticas, com foco específico em grupos anti-sistêmicos nas democracias ocidentais; III. Quais as fontes? Valores políticos conservadores; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "dar suporte aos objetivos de política externa russos"; V. Mecanismos causais? Presente. A narrativa anti-liberal russa é vista com bons olhos por partidos europeus anti-establishment, que enxergam na Rússia "um modelo funcional de seus próprios projetos políticos", efetivamente convertendo essa narrativa em soft power. Por sua vez, garante a Rússia "potenciais aliados ideológicos" que favorecem os objetivos da política externa russa.

4 Citações:**78:3 p 2 in Keating and Kaczmarska (2017)**

We argue, alternatively, that Russian conservative values have unrecognised soft power effects. By analysing the reception side of soft power (Feklyunina 2016: 780; Roselle et al. 2014: 72), that is, by examining how actors around the world respond to Russian ideology, we show that Russia has ideological soft power influence across three categories: moral conservatism, illiberal governance, and strong leadership.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

78:4 p 3 in Keating and Kaczmarska (2017)

demonstrate that conservative soft power does what soft power is supposed to do: provide support for Russian foreign policy goals.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

78:5 p 3 in Keating and Kaczmarska (2017)

We argue that these effects materialise not only in other illiberal states, but also among the growing populist and conservative constituencies in liberal democracies and across the world that have been of recent concern to many academics and practitioners alike (Hawkins 2016; Mudde 2016: xxiii–xxiv; Martin 2016; Pabst 2016; Boyle 2016).

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

78:6 p 18 in Keating and Kaczmarska (2017)

While there is no doubt that conservative ideologies existed in many of the states we analysed before Moscow embarked on its explicit conservative values narrative, the rise of populist and right-wing parties across Europe has given these agendas an additional boost. Indeed, in a 2016 survey of 41 representatives of European anti-establishment parties on both the right and the left, Susi Dennison and Dina Pardijs found them all to be 'sympathetic to Vladimir Putin's Russia' (Dennison and Pardijs 2016: 1). It has created the opportunity for these parties to see Russia as a working model for their political projects and given them an ideological partnership with a member of the UN Security Council. The narrative about conservative values pushed forward by Russia can help formerly marginal parties legitimise the normative content of their message by showing that their set of ideas is possible to implement. Moreover, it gives the Russian state potential ideological allies and sets the stage for the emergence of a sense of comradeship that shields Russia from the political effects of their more controversial foreign policy goals.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

80 Kiseleva (2015)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Cita o exemplo da Ucrânia; III. Quais as fontes? Política externa, com foco nas construções discursivas russas do ocidente como adversário a ser enfrentado; IV. Objetivo? Genérico, na forma de influência e status no sistema internacional; V. Mecanismos causais? Presente, ver comentários na citação.

2 Citações:**80:3 p 1 in Kiseleva (2015)**

Russian elites are drawn to soft power for status and influence in the international system.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

80:6 p 10 in Kiseleva (2015)

The departure of Russia's discourse of soft power from the Western hegemonic discourse can be illustrated as a progression from mild forms of resistance to more assertive ones, as opposition to the hegemon grows (see Figure 1).¹ The final stage of open resistance to hegemonic soft power is manifested in confrontational rhetoric that calls for the need for Russia to use its own soft power against Western soft power in order to defend its national interests. According to Konstantin Kosachev (2012h), Russia's goal is not 'to be liked at any cost' when it comes to safeguarding its national interests, including with its soft power. The current international crisis around Ukraine has been in line with this approach: Ukraine is viewed as a 'battlefield' where Russian and Western soft power clash (Kosachev, 2014b).

Thus, the discourse of soft power in Russia is increasingly framed in geopolitical and realpolitik terms (Lavrov, 2014). Expressions like 'our rivals' (the West) and '[soft power] parity', or 'parity in political technologies', keep appearing in the official discourse (Kosachev, 2014a; 2014d; 2012e; Medvedev, 2012).

Adota uma perspectiva "construtivista/pós-estruturalista", no qual o próprio discurso hegemônico sobre soft power consiste em um recurso de poder. O fracasso russo em obter reconhecimento de seu soft power nos parâmetros ocidentais leva o país a reconceptualizar o conceito, o associando a aspectos de realpolitik, o que ressoa com audiências não ocidentais.

3 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

84 Kurlantzick (2005)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Presente; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Falhos, com a capacidade dos recursos para gerarem soft power sendo limitada pelo crescente anti-americanismo provocado pela política externa norte-americana no Pós-Guerra Fria, pela dissonância entre seus valores políticos propagados e praticados e pelo surgimento de modelos alternativos.

5 Citações:**84:1 p 1 in Kurlantzick (2005)**

Polls taken in many nations suggest that anti-Bush administration sentiment, which developed between 2002 and 2004, has mutated and strengthened into a broader antiAmericanism. Indeed, while previously publics in many countries differentiated between their dislike for George W. Bush's foreign policies and their personal respect and even love for American people, American values, American culture, and American companies, these distinctions may be disappearing.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

84:2 p 1 in Kurlantzick (2005)

"Foreigners are transferring anger at the US government to anger at the United States and anger at US business," agreed Keith Reinhard, head of a coalition of companies, Business for Diplomatic Action, that is concerned about America's declining image.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

84:3 p 3 in Kurlantzick (2005)

America failed to ratify the Kyoto Protocol on global warming or the International Criminal Court (ICC). US intransigence on many bilateral and multilateral trade initiatives fostered ill will abroad. Meanwhile, citizens of some countries were linking globalization with unwelcome elements of the American social model, including limited social welfare protection and laissez-faire capitalism. Meetings of the World Trade Organization, International Monetary Fund, and World Bank met with harsh anti-globalization and anti-US protests. The spread of American culture, combined with insensitivity by some US business leaders and politicians to fears that American film and media would overwhelm local industries, also fostered resentment.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

84:4 p 3 in Kurlantzick (2005)

More broadly, the White House's near-exclusive focus on terrorism, its entry into the Iraq War, and its disavowal of multilateral norms and institutions—including accepted global prohibitions on torture—have added to this alienation overseas.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

84:5 p 4 in Kurlantzick (2005)

Unlike in the 1990s, foreigners now have alternative social and economic models to consider; the “American Dream” is not the only vision in town.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

86 Lams (2018)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Genérico, na forma de promover consenso interno e contestações externas; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:**86:1 p 1 in Lams (2018)**

The uneasy coexistence of transformation and conservatism is especially salient when it comes to propaganda and soft power, which the Chinese authorities fully deploy to disseminate their vision of the ‘China story’ abroad and to legitimize continued CCP rule at home. This paper examines the various strategic narratives that cumulatively constitute this ‘China story’, designed for the international as well as domestic audiences.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

86:2 p 2 in Lams (2018)

Secondly, it traces the persistence of certain features of Chinese political language, as discussed in Cao [10], namely 1) consensus-building; 2) the drive for unity aimed at reducing internal frictions and external contestations; 3) education as the principal mechanism for the promotion of discursive consensus.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

88 Lee (2009)

I. Quem exerce? Coreia do Sul; II. Audiência alvo? Leste Asiático; III. Quais as fontes? Valores políticos, na forma de uma rápida e efetiva democratização, e elementos culturais, manifestos na chamada "onda coreana"; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Inexistentes, tendo em vista a própria falta de interesse do governo sul coreano em capitalizar seus recursos de soft power.

3 Citações:**88:1 p 10 in Lee (2009)**

Two notable soft resources that Korea possesses at the moment are (1) Korea's experiences of successful modernization and democratization within a very short period of time; and (2) the so-called “Korean Waves” in many parts of East Asia.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Coreia do Sul / • III. Fontes/Recursos: Presentes

88:2 p 13 in Lee (2009)

Korea's soft power capacity is still very limited, not because Korea does not have ample soft resources, but because Korea has not been interested in developing and applying soft resources to produce influence in the region and on the global stage.

Esse caso é interessante, pois a inexistência de um mecanismo de conversão efetivo parece ser o produto direto da falta de interesse sul coreano em aplicar seus recursos de soft power para obter influência (ou seja, deriva diretamente da ausência de objetivos).

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / • V. Mecanismo de conversão: Inexistente

88:3 p 11 in Lee (2009)

Korea could also take advantage of the "Korean Wave" in target countries in East Asia.²⁶ In the countries where the "Korean Wave" is widely welcomed, the Korean government might try to spread Korean ways of living so that consumers living in the target countries come to habitually consume Korean culture, goods, and services.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

89 Li (2015)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Países do sudeste asiático; III. Quais as fontes? Política externa favorecendo organismos multilaterais, com foco na ASEAN; IV. Objetivo? Apresenta um lista com seis objetivos específicos (ver citação); V. Mecanismos causais? Falhos, com o soft power chinês sendo limitado por sua extensa presença militar na região.

4 Citações:

89:1 p 2 in Li (2015)

China has a strong interest in pursuing a smart power strategy towards Southeast Asia and has worked laboriously to engage with regional countries economically, socially, and politically.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / • II. Audiência: Presente

89:2 p 6 in Li (2015)

China gave consistent political support to Association of Southeast Nations (ASEAN) integration and ASEAN's centrality in managing regional affairs. It also actively participated in various ASEAN-centred forums and institutions such as the ASEAN Regional Forum (ARF), ASEAN Plus Three (APT), East Asia Summit, and the ASEAN Defence Ministers Meeting Plus (ADMM Plus). In general, China affirmed the so-called 'ASEAN Way' to showcase its sincerity in engaging the region, in abiding by various ASEAN norms, in partaking in multilateral cooperation, and in demonstrating greater transparency in its dealings with Southeast Asian nations.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

89:3 p 2 in Li (2015)

Given the deep-seated, narrowly-defined national interests of the Chinese military in the South China Sea disputes, it is likely that the People's Liberation Army (PLA) will continue to pose the main obstacle to the effective implementation of a Chinese smart strategy in Southeast Asia.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

89:4 p 5 in Li (2015)

(1) Maintaining stable and friendly relations with countries in the region; (2) The demonstration of adequate trust towards China by regional countries; (3) Continuing the supply of adequate resources from the region to sustain China's economic growth; (4) Consolidating its position of exercising strong political influence in the region; (5) Averting the situation of regional countries joining or supporting any strategic alignment or encirclement against China at the instigation of another or other external powers; and (6) Tapping on the region as China's strategic springboard for other international strategic goals, such as the promotion of multi-polarisation in the world and the expansion of Chinese soft power (i.e. building a positive China image in the world).

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

90 Liang (2012)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? África; III. Quais as fontes? Valores políticos e modelo político econômico; IV. Objetivo? Fortalecer o crescimento econômico chinês; V. Mecanismos causais? Considerado falho, dada a ausência de um modelo político ou econômico que seja uma alternativa viável aqueles propagados pelos EUA.

4 Citações:

90:1 p 2 in Liang (2012)

China's economic initiative in Africa has been advanced by its image-building efforts, though there are limits to the utility of China's soft power. Currently, mutually penetrating economic relations are at the core of China's soft power. However, the efficacy of Chinese soft power depends upon the broader applicability of its attractive elements, including culture, political values, and economic model. Fortunately for China, its attractive soft-power elements resonate in Africa.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

90:2 p 3 in Liang (2012)

Beijing's pursuit of influence in Africa fits squarely within China's foreign economic policy. It is primarily driven by the desire to sustain its own economic growth. China's engagement in Africa seems to be driven by domestic and global market needs, which have been further advanced by Beijing's public diplomacy and image-building efforts on the continent.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

90:5 p 21 in Liang (2012)

The so-called Beijing Consensus economic model stands in contrast to the Washington Consensus. "Beijing Consensus" was first coined by Joshua Ramo, a former Time magazine foreign affairs editor. Ramo believed that PRC leaders reject "a US-style power, bristling with arms and intolerant of others' world views" in favor of "power based on the example of their own model, the strength of their economic system, and their rigid defense of national sovereignty" (Ramo 2004). While there is no agreement on the exact components of the Beijing Consensus, the phrase has been used to identify a set of policies that are more pragmatic and flexible, and that encourage constant innovation as a development strategy instead of a one-size-fits-all neoliberal orthodoxy (Sautman and Yan 2007). One aspect of the Chinese Model that appeals to Africa's more repressive regimes is that it represents a refutation of the view that democracy is a precondition for development (Manji and Marks 2007). China's experience has suggested a shortcut to rapid economic growth in African developing countries, with no urgent need to conduct a politically costly democratization. Another advantage is that China has shown this model to be successful at lifting millions of people out of poverty.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

90:6 p 24 in Liang (2012)

China has not yet offered a potentially universal political value or economic model that might be an alternative to the dominant US values or model. Thus, China's soft power in Africa still has a long way to go. China has not been able to exercise its soft power to the degree that makes African countries want to follow its example. What China has partially achieved in Africa is to offer inducements or payments.

Nesse caso, o autor parece se contradizer, tendo em vista os aspectos que menciona ao falar dos recursos (Liang, 2012, p. 686).

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

91 Mäkinen (2016)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Estados membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI); III. Quais as fontes? Promoção do sistema educacional russo e atração de estudantes estrangeiros; IV. Objetivo? Específico, na forma de aprofundar a integração Eurasiática; V. Mecanismos causais? Presente, a socialização de jovens estudantes em universidades russas os tornaria "amigos" da Rússia

(recurso produz soft power), esses ajudariam a formar elites pro-Rússia em seus países de origem, fortalecendo laços entre os Estados (produção de resultado através do soft power).

6 Citações:

91:1 p 2 in Mäkinen (2016)

This paper addresses official Russian discourse on educational diplomacy—that is, discourse that prioritizes the political rationale for internationalization of higher education. When Russia promotes its higher education abroad and recruits international students to Russian universities on the territory of the Russian Federation (RF) or abroad, it engages in educational diplomacy as part of its public diplomacy activities.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

91:2 p 2 in Mäkinen (2016)

. This becomes evident with the emphasis on the Commonwealth of Independent States (CIS) as the “target audience” for Russia’s higher education promotion and the main recruitment area, in line with Russia’s foreign-policy priorities; and the understanding that cross-border education would help Russia to enhance its negative external image

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

91:4 p 10 in Mäkinen (2016)

According to official Russian discourse, personal experiences and future careers of alumni from Russian universities are crucial, as students would be socialized to become Russia’s “friends” and a network would be created that could then be used to benefit Russia when the graduates work in their country of origin.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

91:5 p 11 in Mäkinen (2016)

Several documents represent this same justification: the education of international students is justified in terms of the formation of “pro-Russian national elites,” and Russian education would guarantee this, as well as good relations with the countries of origin of these students.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

91:6 p 12 in Mäkinen (2016)

Russia’s higher education and Russia’s engagement in cross-border education can help Russia to achieve its foreign-policy goals. One of these goals is to broaden and deepen Eurasian integration.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

91:7 p 12 in Mäkinen (2016)

Official discourse assumes that international students would learn to understand Russia while studying in a Russian university (or joint university), and that they would want to maintain good contacts after graduation and when working in their home country. That is, the alumni from the CIS would function as “Russian diplomats” in their countries of origin, helping implement Russia’s foreign-policy goals. In order to accept this claim, two premises are required: first, that studying in Russia or in a Russian (or joint) university outside Russia would be a positive experience, and second, that alumni from Russian universities would make up the political and economic elite of their countries of origin, which is to say that Russian education is respected in the countries of origin of these students, and is taken to be of high quality.

Apesar de não contradizer a lógica do discurso oficial, nessa parte do texto são apontadas premissas que precisam ser verdadeiras para garantir que a estratégia funcione conforme apontado. No caso, seria necessário garantir que (1) o contato desses indivíduos com os recursos de soft power russos produzissem experiências positivas; e (2) que esses indivíduos eventualmente se vissem em posição de afetar a política externa de seus respectivos Estados. Em última instância, essas premissas parecem ser válidas para qualquer dinâmica de soft power.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

92 Maley (2003)

I. Quem exerce? Austrália; II. Audiência alvo? Ausentes; III. Quais as fontes? Política migratória para refugiados; IV. Objetivo? Ausentes; V. Mecanismos causais? Os mecanismos funcionais são inexistentes, tendo em vista que o artigo na realidade trata de um caso de soft disempowerment / repulsão provocado pelas políticas migratórias australianas para refugiados na época em que o texto foi escrito – ou, melhor dizendo, a ausência destas.

1 Citações:

92:1 p 2 in Maley (2003)

I discuss what it means to be a 'middle power', and what 'soft power' resources a middle power may need to use. In the third, I argue that crude populism has shaped recent responses to asylumseekers, with scant regard to some of the wider consequences for Australia's reputation, but suggest that part of the blame lies with past failures of the foreign policy establishment to recognise genuine concerns entertained at mass level about the morality of Australian alignments and affiliations. In the fourth, I outline the key elements of Australia's recent policies towards asylum-seekers, and argue that they entail costs in terms both of Australia's reputation, and the nature of the Australian polity.

5 Códigos:

● I. Quem exerce: Austrália / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

93 Marsden (2011)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? População doméstica; III. Quais as fontes? Mitos fundadores da autoimagem estadunidense, convertidos por lideranças religiosas naquilo que o artigo chama de "uma religião cívica"; IV. Objetivo? Angariar apoio político doméstico para a agenda de política externa do governo Obama; V. Mecanismos causais? Presente, o governo associa a própria imagem aos valores listados para angariar apoio da população (as lideranças religiosas aliadas ao governo entram como uma variável interveniente), efetivamente fazendo com que esses recursos valorativos produzam soft power, o que reduz os custos políticos domésticos que seriam associados às ações de política externa.

2 Citações:

93:1 p 1 in Marsden (2011)

The article considers how Barack Obama has utilised civil religion to maximise domestic support for a foreign policy agenda, which seeks to maintain US hegemony through a more conciliatory and multilateral approach than his predecessor in the White House.

4 Códigos:

● I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

93:4 p 16 in Marsden (2011)

This mythology has a religious dimension that has been able to adapt with modernity, indeed some would argue shape modernity, to combine capitalism, democracy and a civil religion that is able to embrace all faiths across America, while enabling Christians, and those of other faiths, to believe that the presidential bully pulpit is directed just at them and that US foreign policy represents their religious convictions. This has been played out across the mission field, in the exporting of democracy and capitalism, in the military and through the mantra from successive presidents appealing to America's higher self, its sense of mission and purpose, its imperative to share what God or Providence (rather than Jesus, Abraham or Mohammed) has bestowed on them to the rest of a waiting world.

This driving sense of having to convert the world to freedom, liberty, democracy, human rights and capitalism is vividly illustrated in successive inaugural addresses where each president and his scriptwriters prepare a speech that reflects the highest ideals and aspirations of their nation as well as the administration. This is particularly true of one of the most gifted of those speech writers and speakers, Barack Obama. The speeches are shared narratives reflecting back what Americans have come to believe of themselves in their better moments. What Americans believe about themselves has come to reflect what they have achieved in the world. It is a global hegemon using its vast power to attempt to bring about the kind of world it wishes itself to be. Barack Obama's presidency builds on the civil religion tradition of his predecessors, the foundational myths continue to inspire and galvanise the American people to justify and support US foreign policy actions in seeking to maintain and advance national interests and US power.

Obama is using, and will continue to use, a religious narrative to frame his actions and religious actors to deliver US foreign policy objectives, whether through persuasion and co-option or coercion and military force. Rather than religion and foreign policy being confined to the Bush era this article has sought to demonstrate that religion has always played a part in US foreign policy and that under an Obama presidency that relationship continues to grow.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

99 Morgan (2019)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? População africana; III. Quais as fontes? Comércio, auxílio econômico e investimento; IV. Objetivo? Ausente, dado que a estratégia de soft power chinesa para a África parece ter como objetivo último ampliar o soft power no continente africano, o que, conforme discutido na revisão teórica do capítulo, não pode ser considerado um objetivo propriamente dito; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes, dado que apresenta como os recursos listados geram soft power, mas não como esse soft power pode ser usado para atingir determinados objetivos políticos.

4 Citações:

99:1 p 1 in Morgan (2019)

Boosting China's soft power is an important goal of Chinese economic statecraft in Africa.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Ausente

99:3 p 2 in Morgan (2019)

In Africa, China's primary instrument for charming other nations is economic statecraft: through maneuvering of trade, aid and investment, China hopes to win over African citizens and leaders, and thus improve its influence over the continent [48]. Although culture, values, and institutions are typically considered the primary instruments of soft power, African opinions on China are primarily driven by China's economic activities, making aid, trade and investment fundamental to Chinese efforts to build soft power on the continent ([33], 60–63).

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

99:4 p 19 in Morgan (2019)

I argue that the degree of state control over the corporate implementers of economic statecraft is important to understanding its outcomes. China's aid projects and large-scale investments in infrastructure and resources are typically implemented by SOEs that, due to their size and ownership structure are comparatively easy for Chinese Embassies and other state actors to communicate with

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

99:5 p 20 in Morgan (2019)

On the other hand— although China has encouraged both public and private investors to Bgo global^, and has tried to implement trade policies that will help it Bwin friends^ in Africa—in practice they are much more difficult for the state to supervise (or even to keep track of) because private investments and exports of manufactured goods from China to Africa are typically carried out by small scale commercial actors. Data from the Afrobarometer Round 6 survey, combined with qualitative evidence from a variety of sources, support this argument. Overall, for African citizens, the factors that cause the most damage to China's image are primarily related to the behavior of small-scale traders and investors in Chinese manufactures, while China's aid and infrastructure investments are generally welcomed.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

101 Nordin (2012)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Mega-eventos, focando na Expo 2010 Shanghai China; IV. Objetivo? Genérico, na forma de fortalecer a gestão de imagem chinesa; V. Mecanismos causais? Ausente.

3 Citações:

101:1 p 2 in Nordin (2012)

In recent years, numerous academic texts have made reference to one or more Chinese mega-events as tools of soft power. Most prominently cited are the 2008 Beijing Olympics and Expo 2010 Shanghai China. These mega-events have become symbols of a changing Chinese outlook and are commonly understood as an important aspect of Chinese “image management” (Xu 2006; Brownell 2008; Price and Dayan 2008). The success of this image management has been questioned (Manzenreiter 2010). Less common, however, are discussions about mega-events as soft-power tools in the first place. The introduction by Blanchard and Lu to this special issue argues that “analysts should not define soft power in terms of tools.” I take this proposition seriously as I examine Expo 2010 Shanghai China (henceforth “Expo 2010”).

I show how the Expo could indeed be read as a tool of Chinese soft power but that this reading represents only one side of the proverbial coin.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

101:2 p 20 in Nordin (2012)

First, I have uncovered some aspects of the form, target, and context of Expo 2010, three facets of soft power that Blanchard and Lu stressed. By analyzing a number of key symbols of Expo 2010 we come to see how the purported message of this mega-event takes various forms and changes significantly when apparently directed at different targets in different contexts. Most obviously, there is a discrepancy between the messages in Chinese (and thus to a principally domestic target audience) and in English (and thus to a principally foreign target audience).

Embora seja interessante a percepção de que as mensagens tem um teor diferente a depender de serem intencionadas para o público doméstico ou estrangeiro, na prática isso ainda significa que a audiência não é especificada.

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

101:3 p 20 in Nordin (2012)

Fourth, the absence of a quantitatively measurable soft power means it is equally hard to gauge its efficacy. Against which of the plethora of contradictory messages would we measure such effectiveness?

Na maior parte dos textos nos quais os mecanismos causais não são especificados, estes são simplesmente ignorados pelos autores. Nesse caso, a autora parece reconhecer a importância desse aspecto, mas indica as dificuldades em especificá-los.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

105 Nye (2004b)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Genérico de modo geral, mas cita exemplos, aprofundando o da Alemanha; III. Quais as fontes? Cultura popular como positiva; política externa como negativa; IV. Objetivo? Genérico, centrado em garantir suporte as políticas norte-americanas; V. Mecanismos causais? A princípio identificados, com os recursos gerando uma boa vontade da população local com os EUA (i.e., soft power), facilitando para que políticos nacionais adotem posições abertamente pró-EUA sem sofrer uma reação eleitoral negativa. Passam a ser falhos a partir do momento que a política externa estadunidense produz uma crescente repulsão.

2 Citações:

105:2 p 2 in Nye (2004b)

American music and films are more popular in Britain, France, and Germany than they were twenty years ago, another period when American policies were unpopular in Europe, but the attraction of our policies is even lower than it was then.⁷ There are also hints that unpopular foreign policies might be spilling over and undercutting the attractiveness of some aspects of American popular culture

2 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

105:3 p 3 in Nye (2004b)

It is not smart to discount soft power as just a question of image, public relations, and ephemeral popularity. As I argued earlier, it is a form of power—a means of obtaining desired outcomes. When we discount the importance of our attractiveness to other countries, we pay a price. Most important, if the United States is so unpopular in a country that being pro-American is a kiss of death in their

domestic politics, political leaders are unlikely to make concessions to help us. Turkey, Mexico, and Chile were prime examples in the run-up to the Iraq war in March 2003. When American policies lose their legitimacy and credibility in the eyes of others, attitudes of distrust tend to fester and further reduce our leverage. For example, after September 11, there was an outpouring of sympathy from Germans for the United States, and Germany joined a military campaign against the al Qaeda network. But as the United States geared up for the unpopular Iraq war, Germans expressed widespread disbelief about the reasons the United States gave for going to war, such as the alleged connection of Iraq to al Qaeda and the imminence of the threat of weapons of mass destruction. German suspicions were reinforced by what they saw as biased American media coverage during the war and by the failure to find weapons or prove the connection to al Qaeda right after the war. The combination fostered a climate in which conspiracy theories flourished. By July 2003, one-third of Germans under the age of thirty said that they thought the American government might even have staged the original September 11 attacks.

3 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

106 Nye (2008b)

I. *Quem exerce? EUA*; II. *Audiência alvo? Ausente*; III. *Quais as fontes? Destaca cultura e intercâmbios acadêmicos*; IV. *Objetivo? Ausente*; V. *Mecanismos causais? Ausentes*.

3 Citações:

106:1 p 3 in Nye (2008)

In terms of soft power and cultural prominence, the United States is far and away the world'

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

106:2 p 4 in Nye (2008)

number-one film and television exporter. The country also attracts the most foreign students each year to its institutions of higher education. In terms of power resources, America is well ahead. But power measured in resources is not the same as power measured in terms of being able to produce the outcomes one wants.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

106:3 p 5 in Nye (2008)

Because soft power is particularly important in dealing with issues arising from the bottom chessboard of transnational relations, America's resources in this area are increasingly important. While polls show that American soft power has declined in the aftermath of the invasion of Iraq, they also show that the cause of the decline is government policies, not American culture and values. This is important because policies can change relatively quickly, while culture and values change more slowly. In the early 1970s, American policies in Vietnam led to low ratings in polls, but the country regained much of its soft power within a decade.

Artigo do Nye que ilustra bem o problema da aplicação do conceito: passa muito tempo descrevendo os recursos de soft power que os EUA dispõe e afirmando como estes são efetivos em gerar "atração". Não explica atração sobre quem, como ela seria gerada, como poderia ser empregada ou mesmo com quais objetivos específicos deveria ser empregada. Ao final, não fica claro ao leitor nem mesmo o que ele quer dizer por "atração".

3 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

109 Nye e Owens (1996)

I. *Quem exerce? EUA*; II. *Audiência alvo? População de Estados autocráticos (cita a China como exemplo)*; III. *Quais as fontes? ideais políticos, cultura, modelo econômico e instituições políticas*; IV. *Objetivo? Favorecer a democratização destes Estados*; V. *Mecanismos causais? Ausentes*.

2 Citações:

109:2 p 11, 391 × 192 in Nye e Owens (1996)

Conteúdo

This new political and technological landscape is ready-made for the United States to capitalize on its formidable tools of soft power, to project the appeal of its ideals, ideology, culture, economic model, and social and political institutions, and to take advantage of its international business and telecommunications networks. American popular culture, with its libertarian and egalitarian currents, dominates film, television, and electronic communications. American higher education draws some 450,000 foreign students each year. Not all aspects of American culture are attractive, of course, particularly to conservative Muslims. Nonetheless, American leadership in the information revolution has generally increased global awareness of and openness to American ideas and values.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

109:3 p 12, 441 × 433 in Nye e Owens (1996)

Conteúdo

Engaging Undemocratic States and Aiding Democratic Transitions

Numerous undemocratic regimes survived the Cold War, including not only communist states such as China and Cuba but a variety of

The new landscape waits for the United States to project its ideals, culture, and institutions.

unelected governments formed by authoritarians or dominant social, ethnic, religious, or familial groups. Ominously, some of these governments have attempted to acquire nuclear weapons, among them Libya, Iran, Iraq, and North Korea. U.S. policies toward these countries are tailored to their respective circumstances and international behavior.

The United States should continue selectively to engage those states, such as China, that show promise of joining the international community, while working to contain those regimes, like Iraq's, that offer no such hope. Whether seeking to engage or isolate undemocratic regimes, in every case the United States should engage the people, keeping them informed on world events and helping them prepare to build democratic market societies when the opportunity arises.

Organizations such as the U.S. Information Agency are vital to the task of aiding democratic transitions. Again China is instructive. USIA's international broadcasting arm, the Voice of America, has in the last few years become the primary news source for 60 percent of the educated Chinese. America's increasing technical ability to communicate with the public in foreign countries, literally over the heads of their rulers via satellite, provides a great opportunity to foster democracy. It is ironic to find Congress debating whether to dismantle USIA just when its potential is greatly expanding.

Apresenta a audiência (populações de países com governos autocráticos); e o objetivo (promover a democratização destes Estados); mas é muito vago no que concerne aos mecanismos causais.

3 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

110 Oğuzlu (2007)

I. Quem exerce? Turquia; II. Audiência alvo? Norte do Iraque, Síria e Irã; III. Quais as fontes? Política externa e diplomacia presidencial; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

6 Citações:

110:2 p 13 in Oğuzlu (2007)

The first example of Turkey's transformation into a soft power identity can be seen within the context of northern Iraq.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

110:3 p 2 in Oğuzlu (2007)

An analysis of Turkey's soft power will not only help analysts understand in which direction Turkey's foreign policy has been moving over the last few years, but will also shed light on the theoretical discussions carried out on this subject.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: Turquia

110:4 p 13 in Oğuzlu (2007)

Turkey's soft power identity has also become visible in its relations with Syria, as Turkey has gradually ceased to view Syria from a security perspective.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

110:5 p 15 in Oğuzlu (2007)

Iran also sees Turkey's efforts to help facilitate dialogue between Iran and the West in a positive light. Iranian authorities frequently visit Turkey and their Turkish counterparts go to Iran with a view to encouraging the Iranian authorities to adopt a constructive attitude on the issue of nuclear armament.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

110:6 p 15 in Oğuzlu (2007)

Turkey's increasing soft power can also be deduced from the economic diplomacy of the current government. Prime Minister Recep Tayyip Erdogan is the most-travelled Turkish prime minister ever. He has not only visited the developed Western countries with a view to persuading wealthy Westerners to invest in Turkey, but he has also visited many developing countries in an effort to help boost trade relations.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

110:7 p 2 in Oğuzlu (2007)

This article examines to what extent Turkey's foreign policy identity has transformed from being a 'hard power' to a 'soft power' over the last few years. In doing so, this article also contends that there is a close relationship between the degree of securitisation of issues and whether the power used to deal with them is hard or soft in nature. If issues of concern were securitised, the tendency to use hard power would increase. Another argument is that the main difference between these two types of power stems from the kind of 'logic of action' that governs the behaviour of agents. If an instrumental logic of action were in play, meaning if the goal were to force others to make a cost-benefit analysis through coercing or coaxing strategies, then one could talk about hard power. If the goal were to ensure that others would automatically follow the lead of the power-holder due to the power of attraction the latter has in the eyes of the former, then one could refer to the existence of soft power. The main conclusion of this article is that recent internal and external developments have contributed to Turkey's soft power potential.

O artigo tem um teor bem descritivo, listando casos em que a abordagem de hard power foi pouco produtiva para o governo Turco, levando o país a tentar abordagens que o autor identifica como estratégias de soft power. O problema é que não identifica claramente quais seriam os objetivos no emprego dessas abordagens, além de, ao se focar demais na dicotomia hard vs. soft, deixar de lado os mecanismos por trás das abordagens soft.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / • V. Mecanismo de conversão: Ausente

111 Otmazgin (2008)

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Leste Asiático; III. Quais as fontes? Cultura popular; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Especificamente identificados como inexistentes.

1 Citações:

111:4 p 25 in Otmazgin (2008)

The distinctive ability of popular culture to penetrate and disperse beyond nation-state boundaries and to transcend governments' restrictions, together with the consequential impact it possesses on the way East Asia's cultural markets are being constructed, is the real essence of the Japanese soft power in East Asia. The dissemination of positive images, which were often recognized and perceived by young consumers, is of an additional value. For many young people in today's East Asia, Japan is not only an ex-militaristic aggressor, but also represents a developed country with a fascinating culture, and the embodiment of an achievable dream. They accept the official interpretation provided by the state regarding history, but acquire their own taste and priority when it comes to popular culture.

Positive images of Japan and the consequential incitement of interest and appreciation cultivate a new sympathetic perception of the country. Images by themselves, however, do not provide the country with any real essence of power in the sense of authority or domination. Images and appreciations

impetus economic benefits and endorses the marketing of the country's products. In the long-term, they might encourage dialogue and cultivate an atmosphere of affinity among individuals, which is based on the experience of the consumption of the same genre of cultural products. Positive images of Japan are of a benefit for the country, but these spontaneously emerge and are, by and large, beyond the reach of state guidance.

O artigo foca na pulverização da cultura popular japonesa no Leste Asiático. Especificamente, argumenta que essa pulverização não parece gerar qualquer benefício político ao Japão. Isso, em grande parte, parece estar associado a uma falta de controle governamental sobre os recursos em questão, o que parece inviabilizar sua instrumentação em prol de objetivos específicos (os quais, talvez precisamente por isso, não são identificados).

5 Códigos:

● I. Quem exerce: Japão / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

117 Rockower (2011)

I. Quem exerce? Taiwan; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Valores políticos, apresentados através de sua diplomacia pública; IV. Objetivo? Genérico, na forma de Taiwan apresentar sua "utilidade para a comunidade internacional"; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:

117:1 p 1 in Rockower (2011)

Because of its diplomatic isolation, Taiwan has used, and continues to rise, public diplomacy as a vital medium for presenting its values and utility in the international community while bypassing issues of recognition.

2 Códigos:

● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

117:2 p 1 in Rockower (2011)

Projecting Taiwan: Taiwan's Public Diplomacy Outreach

O artigo não especifica a audiência alvo nem os mecanismos pelos quais a diplomacia pública taiwanesa produziria efeitos em seu projeto de independência a longo prazo.

3 Códigos:

● I. Quem exerce: Taiwan / ● II. Audiência: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

120 Saari (2014)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Antigas Repúblicas Soviéticas e Ocidente; III. Quais as fontes? Mídia + Diplomacia Cultural + ONGs; IV. Objetivo? Genérico, "garantir os interesses materiais russos"; V. Mecanismos causais? Inexistente. A estratégia russa é vista como ineficiente.

4 Citações:

120:2 p 14 in Saari (2014)

the review of Russian PD efforts would suggest that Russian policy in the post-Soviet states is driven primarily by Russian material interests and ideological considerations play a small role in that. Even compatriot and history-related issues seem to be brought up only when those issues support the Russian political and economic agenda—and not always in a way that is desired by compatriots living abroad.

1 Códigos:

● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

120:4 p 16 in Saari (2014)

The days of Russia's exclusive dominance in the post-Soviet space are inevitably drawing to a close. Today the states between Europe and Russia have more options and hence Russia also needs to start playing by the same rules as other external actors. Manipulation and bullying is a short-sighted, losing strategy. In order to ensure its long-term influence in the region, Russia needs to start thinking hard about what it can offer that would be truly appealing to the post-Soviet states. In practice this would mean bringing Russia's two separate PD realms closer together and turning the strategy of manipulation into the strategy of attraction and persuasion.

1 Códigos:

● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

120:5 p 10, 286 × 197 in Saari (2014)

Conteúdo

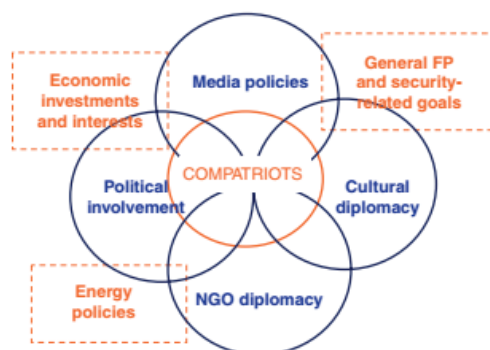


FIGURE 1. POST-SOVIET STRAND OF RUSSIAN PD.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

120:7 p 2 in Saari (2014)

There are two distinctive strands of Russian public diplomacy: one directed mainly towards Western states, and one towards the former Soviet republics.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente

121 Sergunin e Karabeshkin (2015)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Diferencia dois públicos: Ex-repúblicas soviéticas e o Ocidente; III. Quais as fontes? Cultura, atratividade econômica e elementos históricos em comum; IV. Objetivo? Genéricos, na forma de melhorar sua imagem internacional e fortalecer seu prestígio; V. Mecanismos causais? Falhos, sendo comprometidos pela estratégia difusa e pela política externa agressiva.

3 Citações:

121:2 p 13 in Sergunin e Karabeshkin (2015)

A number of powerful factors, such as the need to redesign its foreign policy doctrine in line with present-day standards, to improve its international image and to strengthen Russia's global prestige (especially in the post-Soviet space), encouraged Moscow to familiarise itself with this concept.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

121:3 p 14 in Sergunin e Karabeshkin (2015)

Is Russia able to effectively implement its soft power strategy? Unlike other experts who often succumb to the temptation to give straightforward and simple (sometimes even simplistic) answers to this important question, we prefer a more nuanced and measured approach. In general, our answer is 'yes' because one can identify numerous examples of the effectiveness Russia's soft power diplomacy, especially in post-Soviet countries (e.g. the creation of the Eurasian Economic Union (EEU) as a new centre of regional economic integration). Moscow has therefore managed to differentiate its soft power strategies between post-Soviet and Western countries. In the case of the 'near abroad', Moscow emphasises instruments such as economic attractiveness and compatriots. In the case of the West, the Kremlin prefers a combination of the energy 'carrot' and cultural tools.

However, it goes without saying that the above-mentioned shortcomings (especially the lack of coordination between various governmental bodies responsible for soft power policies as well as between the government and NGOs) and a series of international crises, including Georgia and Ukraine, make Russian soft power policies less efficient and sometimes undermine successful strategies in neighbouring regions. Thus, there is still a long way to go to bring Moscow's soft power strategy into line with widely accepted standards and for Russia to be understood more widely as an attractive international partner.

Apesar de defender que essas estratégias são majoritariamente bem sucedidas (e por isso não se trata de um caso de estratégias de soft power fundamentalmente falhas, apesar dos exemplos da Ucrânia e da Geórgia), os autores não apresentam os mecanismos pelos quais essas estratégias funcionam.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

121:6 p 1 in Sergunin e Karabeshkin (2015)

This article examines the specifics of Moscow's soft power strategy

1 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia

123 Shambaugh (2015)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Embora elenque o mundo como um todo (equivalente a não especificar), lista como alvos prioritários Taiwan, Hong Kong e comunidades de imigrantes chineses pelo mundo. III. Quais as fontes? Majoritariamente mídia e política externa, atuando através de instituições multilaterais; IV. Objetivo? Genérico, "reduzir o sentimento anti-China no mundo"; V. Mecanismos causais? Inexistente, apresentando argumentos para justificar a ineficiência dos recursos chineses em gerar soft power.

4 Citações:**123:2 p 2, 458 × 193 in Shambaugh (2015)****Conteúdo**

China is fleshing out these rhetorical salvos in proposed institutions, such as the New Development Bank (a project organized by China together with Brazil, Russia, India, and South Africa), the Asian

In China, "propaganda" is not a derogatory term.

Infrastructure Investment Bank, and the Free Trade Area of the Asia-Pacific. All of these would supplement a host of regional bodies that China has already created in Asia, Africa, the Middle

East, Latin America, and central and eastern Europe. Through these institutions, China is meticulously constructing an alternative architecture to the postwar Western order.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

123:4 p 4, 420 × 54 in Shambaugh (2015)**Conteúdo**

government's white papers. Some of the scio's propaganda targets Taiwan, Hong Kong, and overseas Chinese communities—all high-priority audiences for Beijing. And some of it targets visitors to

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

123:5 p 5, 422 × 73 in Shambaugh (2015)**Conteúdo**

These media outlets constitute the major weapons in what China considers a "discourse war" with the West, in which Beijing is pushing back against what it perceives as anti-China sentiment around the world. But other official organs are also playing a direct role in these

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

123:6 p 9, 425 × 388 in Shambaugh (2015)**Conteúdo**

CAN'T BUY ME LOVE

Yet for all the billions of dollars China is spending on these efforts, it has yet to see any demonstrable improvement in its global image, at least as measured by public opinion surveys. In fact, the country's reputation has steadily deteriorated. A 2014 BBC poll showed that since 2005, positive views about China's influence had declined by 14 percentage points and that a full 49 percent of respondents viewed China negatively. Surprisingly, as a 2013 survey by the Pew Research Center's Global Attitudes Project indicates, China's soft-power deficit is apparent even in Africa and Latin America, precisely the regions where one would think the country's appeal would be strongest.

In spite of these meager results, Beijing is still expending enormous effort and resources to change perceptions. Why the disconnect? The answer is that the Chinese government approaches public diplomacy the same way it constructs high-speed rail or builds infrastructure—by investing money and expecting to see development. What China fails to understand is that despite its world-class culture, cuisine, and human capital, and despite its extraordinary economic rise over the last several decades, so long as its political system denies, rather than enables, free human development, its propaganda efforts will face an uphill battle.

Soft power cannot be bought. It must be earned. And it is best

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

124 Shaw, Cooper e Chin (2009)

I. Quem exerce? Membros do BRIC; II. Audiência alvo? África; III. Quais as fontes? Cita grandes eventos esportivos e, no caso do Brasil, similaridades culturais e linguísticas. IV. Objetivo? Genérico, na forma de "promover seus interesses nacionais"; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:**124:1 p 2 in Shaw, Cooper e Chin (2009)**

The global power dynamic is undergoing a cumulative reordering process, where countries including China, India, Brazil and Russia are occupying increasingly prominent roles in the international system. In their approach to Africa, the 'BRIC' countries have employed a mix of soft power, public diplomacy, direct investment and private sector partnerships to deepen relations.

A estratégia dos quatro Estados é tratada simultaneamente, se aproximando mais de um estudo de caso sobre o BRIC na África do que um estudo comparativo. Nos quatro casos, os mecanismos causais não são especificados.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: BRIC (Estados membros) / ● II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

124:2 p 7 in Shaw, Cooper e Chin (2009)

All the BRICs use soft power not simply as a means of selling cultural products, developing global brands (e.g. Bollywood), for attracting tourism and economic investment, but also as a means of promoting their national interest.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

124:3 p 7 in Shaw, Cooper e Chin (2009)

Brazil has emphasised its cultural links to Africa, especially through the Commonwealth of Portuguese Speaking Countries (The Nation, 2 February 2007).

The BRICs ambitions and impacts in the world of 'soft' power extend through culture, design, film, music, fashion and sport. China hosted the Olympics in August 2008 and is set to host the World Expo in Shanghai in 2010, the same year that India will stage the Commonwealth Games and South Africa hosts the World Cup of football (Cornelissen, 2007). Russia will host the winter Olympics in 2014.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

125 Shepherd (2009)

I. Quem exerce? União Europeia (organização) II. Audiência alvo? Estados da Europa Central e Oriental; III. Quais as fontes? Definição de agenda através dos requisitos para outros Estados se tornarem membros da organização; IV. Objetivo? Específico, na forma de consolidar a democracia e dar suporte a cooperação com os Estados Bálticos; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes (ver comentários na citação).

3 Citações:

125:1 p 10 in Shepherd (2009)

The inducements were particularly effective given the relative socio-economic disparities between the existing 15 members and the CEE candidate states. However, in the western Balkans the EU had a much tougher job. Its soft power of attraction held some popular appeal, but meant little to nationalist ruling regimes in Croatia and, of course, Milosevic's Serbia.

Reconhece que os recursos da UE só parecem ter sido efetivos em gerar atração (soft power) com as populações de determinados países, não afetando significativamente as elites destes. Deixa em aberto deve ser considerada, de modo geral, um sucesso ou um fracasso. Em caso de sucesso, não aponta como esse soft power entre a população se converteu em resultados políticos. Portanto, os mecanismos causais estão parcialmente presentes.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

125:2 p 10 in Shepherd (2009)

With the adoption of the Copenhagen criteria in 1993,⁵⁴ the EU used its soft agenda-setting powers to ratchet up the conditionality approach to membership. This was coupled with the inducements of economic and technical assistance in the form of the 1989 Poland and Hungary: Assistance for Restructuring Economies (PHARE) programme and Europe Agreements.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Organização) / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

125:4 p 11 in Shepherd (2009)

The EU's objectives were to consolidate democracy and support reconciliation and cooperation between the western Balkan states through political, economic and institutional reforms.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

126 Shih (2012)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Estados vizinhos e grandes potências; III. Quais as fontes? Cultura, propaganda através dos institutos confucionistas, e recursos de hard power, que, segundo o autor, "naturalmente gerariam soft power"; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "ganhar a amizade" de vizinhos e de grandes potências. V. Mecanismos causais? Presentes (ver comentários na citação).

3 Citações:

126:1 p 14 in Shih (2012)

Far from relying on the soft power that naturally arises from China's political and economic power, Beijing initiates all kinds of additional projects that purport to enhance China's attractiveness. For example, Beijing invests heavily in establishing Confucianism institutes all over the world to facilitate Chinese language teaching and cultivate cultural affinity with China.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

126:2 p 14 in Shih (2012)

when judging the behavior of a China that is considered to be located at the periphery, the role maker's approach could see China's effort to win friendship from its neighbors and trust by major powers as accumulation of its own social capital or practice of social exchange

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

126:3 p 14 in Shih (2012)

While soft power is an ideological and institutional power that enables one to save on the transaction costs of negotiating and bargaining, one's soft power is greater when international norms and domestic norms fit each other. It is also higher if the international language resonates with the domestic language.

The United States and the UK have enjoyed the greatest soft power as their norms are applicable to most international regimes and their language is the most widely used among linguistic groups. The rise of China makes the Chinese market attractive and therefore the Chinese language important. More people want to learn Chinese and to attract Chinese consumers and producers, while China makes no conscious effort as its preferences gain more attention. In a nut- shell, soft power should enhance China's role-making capacity.

Ao passo que a China ganha importância econômica e política, atrai a atenção daqueles que desejam negociar consigo. Isso produz um aumento no interesse por aprender sua linguagem e costumes (recursos de hard power ativamente atuando na geração de soft power). Com o tempo, essa popularização ajuda a fazer com que os regimes de normas internacionais se adaptem favoravelmente a China, efetivamente auxiliando na obtenção de qualquer objetivo de política externa que seja estabelecido (soft power ajuda a criar condições para obter os resultados desejados).

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

128 Sidiropoulos (2014)

I. Quem exerce? África do Sul; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Valores políticos, manifestos na figura de Nelson Mandela; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Falhos, tendo em vista que o próprio autor destaca as incongruências entre a imagem que a África do Sul tenta projetar e as percepções que audiências internacionais tem do país.

3 Citações:

128:1 p 9 in Sidiropoulos (2014)

Undoubtedly, miracles and honeymoon periods don't last forever. Twenty years into its democracy, South Africa's participation in real-life continental and global issues has necessitated a pragmatic approach of trade-offs, which has left some international players disappointed. Its own domestic challenges – huge inequalities, corruption and a state straining to deliver on its commitments – have blemished the country's early appeal. Its pulling power was strongest in its ability to transform into a democratic and developmentally successful state. In SAIIA's survey, some foreign diplomats stationed in SA emphasised that SA needed to sort out its own problems before it tried to sort out Africa's. In addition, the survey found that SA's credibility as a representative of Africa derived from its prosperity and on the promotion of its own core constitutional values. Championing good governance on the continent through such vehicles as the APRM while inside SA the government was perceived to evade accountability would erode that moral authority. Furthermore, violent xenophobic attacks against foreigners over a number of years in South Africa also challenge its official position as a guardian of African interests

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

128:2 p 3 in Sidiropoulos (2014)

South Africa's soft power stems from two domestic factors: first, the nature of its political settlement, constructed internally rather than dictated or crafted from the outside; and second, the nature of the subsequent constitutional order. A subsidiary element of this soft power is the personality of South Africa's first democratically elected president, Nelson Mandela.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: África do Sul / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

128:3 p 7 in Sidiropoulos (2014)

Over the years, external actors have conferred 'leadership of Africa' on SA by virtue of its dominant economic position in Africa (in the G20), its strong democratic character which many in the West saw as creating an affinity with its own political values, and by its own actions in fora where it is often the only African voice.

Este é outro artigo que adota um tom descritivo dos recursos de soft power do país que analisa. Objetivos e audiências propriamente ditas não são listadas. Como destacado nessa passagem, mesmo elementos que geralmente estariam associados a objetivos e/ou audiências, como uma suposta "liderança da África", são listados muito mais como um elemento que surge naturalmente do soft power sul africano e não produto o produto final de uma estratégia de soft power propriamente dita.

2 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente

130 Smith (2011)

I. Quem exerce? União Europeia (organização); II. Audiência alvo? Próprios cidadãos e "atores externos"; III. Quais as fontes? Ausente; IV. Objetivo? Identificado de forma genérica; V. Mecanismos causais? Não indica.

4 Citações:

130:2 p 3 in Smith (2011)

It first argues that the EU's efforts as a global actor do conform to three basic components of grand strategy: physical security; economic prosperity; and value projection

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

130:4 p 3 in Smith (2011)

Given the increasingly wide range of EU policy competencies, and the increasingly complex demands placed on the EU, this article embeds this debate in the larger context of grand strategy.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Organização)

130:5 p 4 in Smith (2011)

Second, these studies confuse the EU's justification of how it uses power with the reception or interpretation of that power by two types of actors: those internal to the EU (i.e., the citizens supposedly served by EU policy) and those external to the EU (i.e., EU foreign policy targets).

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

130:6 p 5 in Smith (2011)

To the extent that 'soft power' normative and ideational factors play a large role in the content and implementation of EU grand strategy (i.e., value projection), one could say that the EU is pursuing a more liberal approach to global strategic action rather than a more military-centred strategy favoured by realists.

O artigo analisa o soft power da UE dentro do contexto de sua "grande estratégia". Por conseguinte, não encontra espaço para discutir adequadamente as fontes desse soft power ou seus mecanismos de conversão.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Ausentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

131 Smyth (2001)

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Política externa, mídia e programas educacionais e culturais; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "trazer audiências alvo para a esfera de influência dos EUA"; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:

131:1 p 22 in Smyth (2001)

The ultimate goal of 21st century information strategy, this reinvented public diplomacy, this noopolitik, (this constructivism operationalised), is to draw target publics into the US web of influence

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

131:2 p 3 in Smyth (2001)

This article tracks how the US is adapting its public diplomacy architecture to suit the needs of the information age. The areas of public diplomacy used to influence foreign target audiences are media diplomacy, public information, internal broadcasting, education and cultural programs, and political action.

The agencies involved are the State Department, the International Broadcasting Bureau and the National Endowment for Democracy.

Adota um tom descritivo dos recursos de soft power estadunidenses, não indicando as audiências alvo ou os mecanismos causais pelos quais o soft power seria gerado e produziria resultados.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

131:3 p 4 in Smyth (2001)

What Snyder bluntly calls propaganda is described by the US government as ‘public diplomacy’ with its ‘missions’ described in the ‘Foreign Affairs Reorganization Fact Sheet’ being ‘to understand, inform, and influence foreign audiences and broaden the dialogue between American citizens and institutions and their counterparts abroad,

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

134 Suzuki (2013)

Artigo comparando o papel de Japão e China na "corrida espacial asiática", em parte observando suas implicações nas estratégias de soft power de cada país.

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Programa espacial japonês, na forma de fornecer serviços de monitoramento de desastres via satélite; IV. Objetivo? Genérico, na forma de "melhorar o status japonês na região"; V. Mecanismos causais? Ausentes.

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Programa espacial chinês; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:

134:1 p 4 in Suzuki (2013)

They believe that providing security-related services such as disaster monitoring and confidence building measures will improve the role and status of Japan in the region and the international arena. Meanwhile, Japanese politicians are concerned by the costs and benefits of space activities, and in this context it would be difficult to promote “big projects” such as manned-space programs.

From the perspective of this paper, this analysis suggests a particular Japanese view of space race in Asia. In the first arena, competition for prestige or soft power, Japan is not trying to challenge Chinese efforts in manned space flight or other ‘glorious’ space programs. Instead, it is focusing on less attractive but more practical uses of space.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: Japão / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

134:2 p 7 in Suzuki (2013)

From the perspective of this article, this brief analysis of Chinese space policy suggests that a space race with Japan is not happening in East Asia, at least in two arenas. In the first arena, the competition for prestige or soft power, China is aiming higher than Japan, and its objective seems to be to catch up with what the two other major space powers, the USA and the former Soviet Union, have achieved.

In this arena, China is not in direct competition with Japan

Apesar de expressamente afirmar que a política espacial chinesa é muito mais voltada para uma estratégia de soft power do que sua contraparte chinesa, o artigo acaba dando menos detalhes para a primeira do que para a segunda, meramente informando que o recurso em questão gera soft power para seu Estado e se omitindo em relação a todos os demais pontos.

5 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

135 Szostek (2014)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ucrânia; III. Quais as fontes? Participação acionária em veículos de comunicação em massa ucranianos; IV. Objetivo? Ausentes; V. Mecanismos causais? Ausentes, pois, embora demonstre como essa participação afeta positivamente nas notícias que são apresentadas a população ucraniana (recurso), não demonstra se isso se reflete nas visões dessa população sobre a Rússia (recurso transformado em soft power) ou como isso poderia ser instrumentalizado a favor de algum objetivo específico que não foi mencionado.

3 Citações:

135:1 p 2 in Szostek (2014)

Russia and the News Media in Ukraine:

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente

135:2 p 2 in Szostek (2014)

The mass media are closely associated with the concept of “soft power.” In Russia, as in the West, politicians believe that favorable foreign media coverage can facilitate their foreign policy success.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

135:3 p 2 in Szostek (2014)

It demonstrates that news providers in Ukraine that had a Russian shareholder or partner tended to be more restrained in their criticism of Russia than comparable news providers without such Moscow connections. Yet it also reveals diversity among Russia’s news exporters: some clearly served Kremlin inter-ests, while others were commercially driven and balanced demands from Moscow against the demands of their audience.

3 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

136 Szostek (2015)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Bielorrússia; III. Quais as fontes? Veículos de mídia; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Falho, dado que a lógica do soft power gerado por veículos de mídia é estes veículos moldarem o sentimento do público, o qual exerceria pressão no governo em prol da adoção de determinadas políticas desejáveis ao ator que exerce o soft power, porém, no caso bielorrusso, os veículos de mídia patrocinados pelo Kremlin são sujeitos a censura estatal, de modo que o conteúdo que chega a população é o que o governo da Bielorrússia permite.

2 Citações:**136:1 p 1 in Szostek (2015)**

This article investigates Russian media influence in Belarus during the second half of 2010, when an “information war” broke out between Moscow and Minsk. Samples of news content are analysed to reveal the varying portrayals of Russia generated by leading broadcasters and publishers; interviews with media professionals shed light on the forces which shaped the news. The article considers the outcomes of the information war and argues that the impact of Russian news exports lay more in their capacity to provoke than their capacity to “elicit attraction” as envisaged by the literature on soft power.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

136:3 p 10 in Szostek (2015)

Yet during the 2010 information war, the influence of Russian media exports came predominantly from their ability to elicit aggravation in the Belarusian leadership rather than attraction among the Belarusian public. Critical reports about Lukashenko were far more politically salient than sympathetic reports about Russia; the former prompted a furore that was disproportionately large in relation to the number Belarusians who actually saw the offending content. It is possible, if not provable, that favourable portrayals of Russia conveyed by Vremya, Vesti and Segodnya may be exerting a subtle long-term effect on audience attitudes in Belarus. However, the association between the mass media and soft power is based on the premise that public sentiments sway political decision-making (after the media have shaped public sentiments). This premise is problematic in authoritarian Belarus, where there are few mechanisms through which public attitudes can affect Lukashenko's choices.

Consequently, the notion that Russian news exports might contribute to Russian foreign policy success in Belarus in the manner envisaged by the literature on soft power is problematic. Constraints on the Russian media operating in Belarus also need to be taken into account. This article has shown that political pressure on the reporting of Russian-owned tabloids in Belarus comes more from the local context than from Moscow, while Russian-made TV bulletins are subject to direct censorship.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

137 Szostek (2016)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativa estratégica, formulada com base em elementos construtivos (Olimpiadas de Sochi, por exemplo) e combativos (anti-

americanismo), propagada por seus veículos midiáticos internacionais; IV. Objetivo? Genérico, na forma de se defender e contra-atacar narrativas ocidentais percebidas como prejudiciais à Rússia; V. Mecanismos causais? Inexistente, embora o governo russo controle veículos de mídia especificamente dedicados a divulgar sua narrativa pelo mundo, estes controlam fatias minúsculas dos mercados midiáticos regionais, totalmente inviabilizando a definição de pautas.

3 Citações:

137:2 p 2 in Szostek (2016)

Nation-branding practices, including state-funded ‘mega-projects’ like the Sochi Olympics, have contributed to the narrative by characterising Russia as a welcoming, attractive destination. However, a more salient feature of Russia’s strategic narrative is intense ‘anti-Western’ and ‘anti-American’ political and media discourse, formulated to defend against rival, threatening narratives projected from other countries.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

137:3 p 2 in Szostek (2016)

Proceeding from the belief that Western governments use Western media to attack and undermine Russia,² the Russian leadership has worked to develop appropriate means of defence and counterattack.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

137:4 p 19 in Szostek (2016)

Elsewhere, Russia’s strategic narrative is mediated by foreign journalists working for news outlets without any particular loyalty to the Russian state. Although the Russian state has some media of its own for delivering its narrative to foreign audiences (e.g., RT and Sputnik, which project more or less the same narrative as the sources studied in this article), their impact is limited by their low profile and market share relative to outlets carrying alternative and incompatible narratives about Russia.

2 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

138 Szostek (2017)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ucrânia; III. Quais as fontes? Contatos no nível pessoal reforçados por similaridades culturais; IV. Objetivo? Criar um consenso na população ucraniana em prol de uma aliança regional com a Rússia; V. Mecanismos causais? Falhos, a iniciativa ressoou apenas com uma parcela da população, sendo fortemente refutada por outra, resultando em uma polarização da população ucraniana que não era o objetivo russo.

3 Citações:

138:2 p 1 in Szostek (2017)

I suggest that support for the strategic narrative of a foreign government is more likely when there is social and communicative linkage at the individual level, i.e., when an individual maintains personal and cultural connections to the foreign state through regular travel, media consumption, religious attendance, and conversations with friends or relatives.

Nesse ponto o artigo oferece uma clara descrição de como funcionam os mecanismos causais por trás de certos recursos de soft power. Isto posto, mais a frente afirma que a estratégia russa foi fracassada.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

138:3 p 11 in Szostek (2017)

Since 2014, the Ukrainian authorities have worked hard to curtail flows of information and people from Russia (direct flights have been banned, as have many Russian entertainment programmes and the cable transmission of Russian TV channels).

Moreover, anti-Russian narratives are now the norm in mainstream Ukrainian journalism. Thus, despite extensive social and communicative linkage allowing wide dissemination of Russia’s narrative to the Ukrainian population, Russian strategic communication vis-à-vis Ukraine cannot be judged a success. Messages projected by the Russian government may have helped to polarise opinion in Ukraine, but polarisation was not, in fact, the original objective. Russia’s original strategic objective was to draw Ukraine consensually into structures of regional alliance, and this now seems like a very distant prospect indeed.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico / ● V. Mecanismo de conversão: Inexistente

138:4 p 1 in Szostek (2017)

The role of linkage is demonstrated in Ukraine, where a “pro-Russian, anti-Western” narrative projected from Moscow has been competing against a “pro-Western, anti-Russian” narrative projected from Kyiv.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente

139 Tsourapas (2018)

I. Quem exerce? Egito durante o governo Nasser; II. Audiência alvo? Oriente Médio e África Subsaariana; III. Quais as fontes? Subsídio para um programa de emigração temporária de trabalhadores especializados e fiéis ao regime egípcio para auxiliar no desenvolvimento dos países alvo; IV. Objetivo? Promover ideais de pan-arabismo e anti-imperialismo pelo mundo árabe, fortalecendo regimes aliados que subscrevessem a esses valores e enfraquecendo aqueles que se posicionassem contra; V. Mecanismos causais? É um caso interessante, dado que os recursos (profissionais egípcios, sobretudo professores) promoviam uma alteração cognitiva não apenas com relação ao Egito (impactando diretamente no soft power propriamente dito), mas também dos valores que se objetivava promover. Ao passo que o regime de Nasser se colocava como o principal promotor desses valores, foi criada uma relação de dependência mútua entre o soft power egípcio e a promoção desses valores, o que, em casos onde essa influência era vista como negativa pelo governo, foi respondido com a expulsão desses profissionais, reconhecendo a efetividade da estratégia.

4 Citações:

139:1 p 1 in Tsourapas (2018)

This article explores for the first time the soft power importance of high-skilled emigration from authoritarian emigration states. It finds that the Egyptian state under Gamal Abdel Nasser employed labor emigration for two distinct purposes linked to broader soft power interests: first, as an instrument of cultural diplomacy to spread revolutionary ideals of Arab unity and anti-imperialism across the Middle East; second, as a tool for disseminating development aid, particularly in Yemen and sub-Saharan Africa.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: Egito / ● II. Audiência: Presente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

139:2 p 13 in Tsourapas (2018)

the targeted, state-sponsored emigration of Egyptian teachers contributed to the spread of ideas of pan-Arabism, anti-Zionism, and anti-colonialism across the Arab world. Second, high-skilled professionals' emigration facilitated the dissemination of bilateral aid, particularly across African states and in Yemen.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

139:3 pp 8 – 9 in Tsourapas (2018)

How effective was the export of high-skilled Egyptians across the Arab world in constituting an effective strategy of cultural diplomacy under Nasser? The difficulty of accurately measuring both soft power and its effects is well-established. That said, one indication of its effectiveness – besides the archival and media sources previously cited – lies in local elites' responses. In Libya, King Idris reportedly attempted to identify Egyptian teachers engaging in the dissemination of pan-Arabism by using secret police agents disguised as students: ‘the planting of secret police in class-rooms in secondary schools may seem grotesque, but it is to be remembered that many of the twenty-one and twenty-two year old pupils are very grown up in appearance’ a British 1965 report argues, concluding that 80 Egyptian teachers were duly deported, with Libya bringing in Tunisians instead (‘Action against Egyptian teachers’, 1965). Iraqi elites employed similar strategies to counter Nasserism when 25 teachers were expelled in 1957, although this was ‘carried out with restraint’ and without 408 International Political Science Review 39(3) targeting higher education professionals ‘who are still needed’ (The New York Times, 17 May 1957).

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

139:4 p 10 in Tsourapas (2018)

Beyond Africa, Egyptian use of emigration as a form of development aid is most evident in the case of Yemen between 1962 and 1970. Despite Egyptians' political activism, the Yemeni leader, Imam Ahmad bin Yahya, found it very difficult to send them away for he relied on them for the country's development. Aiming for the institution of a revolutionary movement in Yemen that would align with Egypt, Nasser came into a protracted, direct conflict with conservative Arab leaders – particularly Saudi Arabia's King Faisal – who saw in this an attempt to destabilize the region and threaten their survival. The conflict in Yemen escalated into a proxy war between Egypt – or, as it was then called, the United Arab Republic – and Saudi Arabia (Dawisha, 1975). Beyond a heavy military engagement of over 60,000 soldiers, Egypt also organized the short-term emigration of thousands of professionals – teachers, engineers, doctors, nurses, and so on (Figure 2) – to the country.

Already in March 1958, Egyptian teachers had organized a crowd of 500 protesters, who marched to the Palace and demonstrated against the Imam. The extent to which these Egyptians constituted a form of soft power in the proxy war against Saudi Arabia became evident in Sana'a.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

140 Tsygankov (2006)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Ex-repúblicas soviéticas; III. Quais as fontes? Veículos midiáticos, economia, e similaridades histórico, culturais, linguísticas e religiosas; IV. Objetivo? Preservar sua influência e a estabilidade da região; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:

140:3 p 2 in Tsygankov (2006)

Soft power includes all aspects of Russia's attractiveness to foreigners: Russian mass media, a large and efficient economy, familiar language and religion, aspects of historical legacy, family ties, and electronic products.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

140:4 p 3 in Tsygankov (2006)

Russia cannot be denied its own political, military, and economic interests in the post-Soviet world, and Moscow's policies can be interpreted as an effort to preserve existing influence in the region for the purpose of its greater stabilisation, rather than imperial control

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

140:5 p 20 in Tsygankov (2006)

Even in the Caucasus the progress of building soft power has been notable. It has been especially visible in Russia's absorption of labour immigrants from the South Caucasus, providing markets for their goods, and transferring funds in the form of remittances rather than as foreign aid.⁵⁹ Moscow has also introduced measures of political reconstruction in Chechnya.

This article has also attempted to clarify motives of exploiting soft power behind Putin's foreign policy. Although these motives are hardly in line with the expectations of Westernisers, they also cannot be conclusively described as Imperialist. Rather than being involved in an empire-building project, the Kremlin seeks stability and security in the former Soviet region. Whether in Ukraine or Caucasus or Central Asia, Putin relies on informal diplomatic influences and soft power to negotiate what he sees as better conditions for Russia's security and economic modernisation, rather than to curtail the formal sovereignty of the newly independent states. With regard to the Caucasus, this approach is evident in Putin's drive to incorporate foreign labour and strengthen the new political framework in Chechnya

O artigo tem um evidente viés ideológico ao contra-argumentar enfaticamente que as atitudes da Rússia no antigo espaço soviético são desprovidas de qualquer natureza imperialista. Nisso, foca mais em listar os recursos do que em efetivamente explorar os mecanismos causais pelos quais eles funcionariam como base de uma estratégia de soft power efetiva.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

142 Tsygankov (2013)

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Eurásia; III. Quais as fontes? Valores e ideais russos da era pré-soviética e iniciativas multilaterais como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a Organização para Cooperação de Xangai; IV. Objetivo? Manter a estabilidade regional e reverter as revoluções coloridas na Ucrânia, Quirguistão e Geórgia; V. Mecanismos causais? Falhos, em decorrência da fragilidade econômica russa que enfraqueceu seu potencial de atuação na Eurásia e de suas próprias divisões internas.

5 Citações:

142:1 p 2 in Tsygankov (2013)

Today's system of values is still in the process of being formed, but it is increasingly based on reviving pre-Soviet, rather than Soviet, Russian ideas. These values have enjoyed strong appeal in Eurasia. In the process of building their empire, Russians relied not only on coercion, but also co-optation and coexistence.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / • III. Fontes/Recursos: Presentes

142:2 p 3 in Tsygankov (2013)

Externally, Russia has been attractive to others because Moscow has often used its dominant resources in ways that benefit the near abroad.

The disappearance of the Soviet Union created a security vacuum that contributed to several violent conflicts in the Russian periphery. Russia's neighbors, especially in Central Asia and the Caucasus, called for Russian assistance because there was no other entity able and willing to intervene. With the exception of the military conflict with Georgia in August 2008, Moscow has sought to play a diplomatic role in the region through multilateral security organizations, such as the Collective Security Treaty Organization (CSTO) and the Shanghai Cooperation Organization (SCO). In the process, Russia has also acted to further its own interests, including the preservation of stability on its borders, economic opportunities, and ties with ethnic Russians living in neighboring states.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / • III. Fontes/Recursos: Presentes

142:3 p 4 in Tsygankov (2013)

This leaves Russia a critically important regional power. Thanks to high oil prices, Moscow has strengthened its presence in neighboring economies and contributed to reversals of the "color revolutions" in Ukraine, Kyrgyzstan, and Georgia, which the Kremlin viewed as dangerous for Russia and destabilizing for the region. In all three countries, anti-Kremlin governments were replaced by ones in favor of stronger ties with Russia.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

142:4 pp 4–5 in Tsygankov (2013)

Russia's success in Eurasia has been limited by weaknesses of its economy and cultural values, as well as external factors. The global economic crisis in particular revealed the tenuous nature of Russia's influence in the former Soviet region has grown steadily.

Russia's regional influence and the frailty of its soft power base. The crisis hit Russia hard: GDP fell by around 8 percent in 2009. Not only did the Kremlin have to spend a considerable portion of its reserves to bail out domestic enterprises; it also was compelled to scale down its activist foreign policy in Central Asia and the Caucasus. In terms of cultural values, Russia remains divided between supporters of a strong-state developmental model and those favoring a European path, as the anti-Putin protests of the past two years show.

Embora a estratégia russa para a Ásia Central seja clara, tanto nos meios quanto nos objetivos (valores similares e política externa que favorece a boa relação com esses países / garantir a estabilidade e a manutenção de governos pró-Rússia em uma região relevante para a economia russa), a própria fragilidade econômica russa limita a capacidade da Rússia de atuar sobre a região.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

142:5 p 1 in Tsygankov (2013)

Russia's leaders recently have expressed a determination to develop soft power—international attractiveness—and to rely on it increasingly in their foreign policies.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia

144 Van Ham (2008)

Estudo comparativo entre União Europeia (enquanto organização) e EUA.

I. Quem exerce? União Europeia (organização); II. Audiência alvo? Sua própria população + "o mundo"; III. Quais as fontes? ideias e valores associados a UE; IV. Objetivo? Genérico, inspirar sua população e gerar atração no restante do mundo; V. Mecanismos causais? Ausentes.

I. Quem exerce? EUA; II. Audiência alvo? Não identifica; III. Quais as fontes? Democracia como valor político, promovida por veículos de mídia; IV. Objetivo? Não identifica; V. Mecanismos causais? Inexistente, "much of global anti-Americanism feeds on the image of the United States as a trigger-happy capitalist crusader".

4 Citações:**144:4 p 12 in Van Ham (2008)**

As a place brand, the EU stands for the idea of "Europe," which is associated with a wide variety of concepts and notions, ranging from Christendom and the Enlightenment to the Holocaust and football hooliganism.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: União Europeia (Organização) / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

144:5 p 12 in Van Ham (2008)

The European Union's task is to find a new, postmodern raison d'être that inspires its own populace and appeals to the wider world as well, which is where branding comes in

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

144:7 p 14 in Van Ham (2008)

In America's new quest for sympathy and support across the globe, media, public relations, and marketing specialists are no longer a sideshow to traditional, government-to-government diplomacy. The brand thinking and brand asset management that now dominate American life have come to affect the nature and dynamics of U.S. politics as well. Former U.S. Secretary of State Colin Powell famously defined American diplomacy as follows: "We're selling a product. That product we are selling is democracy"

4 Códigos:

- I. Quem exerce: EUA / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

144:8 pp 15 – 16 in Van Ham (2008)

It is little surprise, therefore, that much of global anti-Americanism feeds on the image of the United States as a trigger-happy capitalist crusader. The trend of mounting anti-Americanism within Europe, Asia, and other parts of the world is an element of that same process (Pew Global Attitudes Project 2007). Opinion polls conducted by the German Marshall Fund and the Pew Charitable Trusts (GMF Transatlantic Trends, <http://www.transatlantictrends.org>) indicate that America's image has declined precipitously in most European countries due to Washington's foreign policy conduct after 9/11. For example, more than 80 per- cent of the populations of Germany (83 percent), France (85 percent), and Spain (81 percent) disapprove of U.S. foreign policy—only in countries like the Netherlands (60 percent) and Poland (36 percent) is popular displeasure and distrust less pronounced.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

146 Wang (2008)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Não indica; III. Quais as fontes? política externa e cultura, destaque para as olimpíadas de 2008 e os institutos confucionistas; IV. Objetivo? genérico, "soft rise"; V. Mecanismos causais? Não indica;

4 Citações:**146:2 p 2, 212 × 40 in Wang (2008)**

Conteúdo

full use of the modern media. The peaceful rise/peaceful development policy in Chinese grand strategy has sought to integrate Chinese hard power and soft power to create a soft rise for China.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

146:3 p 9, 370 × 381 in Wang (2008)

Conteúdo

China is not without certain advantages in its public diplomacy. First, China's rapid economic and political development invites the interest and attention of the world. More and more countries now encourage and welcome China to be a responsible stakeholder in the international system; more and more people visit or live in China, including foreign media professionals. The Confucius Institute reports that an increasing number of foreigners are learning Chinese. At the same time, China has more resources to invest in public diplomacy; for instance, China's foreign aid budget in 2006 increased by 14 percent to \$1.1 billion.

Second, China has the advantage of a massive population. China can send out thousands of Chinese language teachers to teach at hundreds of Confucius Institutes around the world. China has also sent out thousands of police on United Nations peacekeeping missions. Of the five permanent members of the UN Security Council, China has contributed the largest number of troops to UN peacekeeping. In Liberia alone there are six hundred Chinese police serving UN peacekeeping troops. Besides the UN peacekeeping mission, Chinese police have volunteered to help the local people, winning the hearts and minds of Liberians (*The Economist* 2006).

Third, China has a strong government and abundant political, economic, and cultural resources. Since the government thinks highly of public diplomacy, one can be confident that China will organize effective public diplomacy sooner or later. In particular, China enjoys friendship with developing countries in Asia, Africa, and Latin America. The success of the China-African Summit of November 2006, which was attended by heads of government or their representatives from forty-eight of the fifty-three African countries, suggests that when China modifies its diplomacy from an export/FDI-orientated approach to an import/soft power-focused approach the world is receptive.

China plans to use both the Olympic Games in 2008 and the Shanghai World Expo in 2010 as opportunities to carry out public diplomacy and promote the China Brand. As Expo ambassador Zhou Hanmin declared in an interview, "What is public diplomacy? It is quite simple. There are two objectives in attracting other countries to attend the exhibition. One is to let more people know us. The other is to let people like us" (Hang 2002).

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

146:4 p 2, 226 × 42 in Wang (2008)

Conteúdo

In recent years, China has sought to supplement its traditional use of hard power with soft power, and thus the Chinese government has paid more and more attention to public diplomacy. Chinese governments have previ-

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Ausente

146:5 p 15, 362 × 110 in Wang (2008)

Conteúdo

The problems and challenges facing China in bolstering its international image require that the Chinese government take positive and effective public diplomacy steps and place the practice of public diplomacy at the heart of the national strategy. The long-term challenge for successful Chinese public diplomacy is to keep a balance between Chinese and Americanized/Westernized trends. That is, China should express itself in its own way but at the same time in the way that the world can understand and likes to hear. Compared to the United States, China needs an enduring and effective public diplomacy strategy and needs to improve its skills to make full use of the modern media and means to carry out its public diplomacy.

O mecanismo não chega a ser falho/inexistente pois o autor apenas sugere que a diplomacia pública chinesa enfrenta dificuldades. Entretanto, também não oferece considerações mais profundas sobre como superá-las para efetivamente converter recursos em soft power e resultados políticos. Mecanismos, portanto, ausentes.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

149 Wastnidge (2014)

I. Quem exerce? Irã; II. Audiência alvo? Estados Árabes e Europa; III. Quais as fontes? Cultura, através da promoção de centros culturais iranianos internacionalmente, e política externa, por meio de iniciativas multilaterais; IV. Objetivo? Genérico, na forma de reconstruir as relações com o mundo árabe e se reaproximar da Europa; V. Mecanismos causais? Ausentes,

3 Citações:**149:1 pp 1 – 2 in Wastnidge (2014)**

Following an explanation of soft power and its limitations as an analytical tool, the article provides a historical backdrop to Iranian soft power in the twentieth century. It then demonstrates how soft power projection has been enacted through culturally defined foreign policy approaches and initiatives, evidenced during the presidencies of both Mohammad Khatami (via his Dialogue among Civilisations initiative) and Mahmoud Ahmadinejad, as well as the work of Iran's 'Islamic Culture and Relations Organisation' (ICRO), through its network of Iranian cultural centres abroad.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Irã / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

149:2 p 5 in Wastnidge (2014)

Mohammad Khatami came to power in a surprise landslide election victory in 1997, promising to open up to the world through détente and dialogue, and improve the state of civil society at home as part of a reformist current that had been gaining strength in Iranian politics throughout the 1990s. In terms of détente, Iran was looking to rebuild relations with Arab world and promote rapprochement with Europe, while the dialogue aspect came via Khatami's concept of Dialogue among Civilisations.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

149:3 p 6 in Wastnidge (2014)

The importance of culture has been emphasised by former Minister for Culture and Islamic Guidance Ataollah Mohajerani, who when asked about the role of culture in Iran's foreign policy during the Khatami era stated: 'In that time culture was the main and the first element in Mr Khatami's government.

It was very clear, for example, that the Minister of Culture was so important, sometimes more important than the Minister of Foreign Affairs!'² Certainly Mohajerani played an active role in Iran's foreign diplomacy as the Dialogue among Civilisations spawned numerous cultural exchanges and workshops with other countries.

Citação evidencia um problema notado ao longo do artigo como um todo: há a afirmação de que os recursos culturais eram importantes, mas não demonstra de que forma eles afetavam positivamente os resultados da política externa iraniana. Mecanismos de conversão, portanto, ausentes.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente

152 Wilson (2015a)

Estudo comparativo entre Rússia e China.

I. Quem exerce? Rússia; II. Audiência alvo? Própria população e Estados da antiga área de influência soviética; III. Quais as fontes? Propagandas patrocinadas pelo governo; IV. Objetivo? Legitimação do regime e manutenção de sua autoimagem de grande potência; V. Mecanismos causais? Modelos econômicos e políticos projetados por Rússia e China são atrativos aos Estados da Ásia Central (recursos produzem soft power), os quais, ao replicar esses modelos, se aproxima das esferas de influência sino-russas e ajudam a legitimar esses modelos (soft power produz resultados).

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Própria população; III. Quais as fontes? Propagandas patrocinadas pelo governo; IV. Objetivo? Legitimação do regime; V. Mecanismos causais? Modelos econômicos e políticos projetados por Rússia e China são atrativos aos Estados da Ásia Central (recursos produzem soft power), os quais, ao replicar esses modelos, se aproxima das esferas de influência sino-russas e ajudam a legitimar esses modelos (soft power produz resultados).

6 Citações:**152:2 p 1 in Wilson (2015a)**

This article examines the Russian and Chinese perspective of soft power. It argues that Russia and China are not simply authoritarian states; rather they are authoritarian states of a specialised sub-category that share a joint legacy of adherence to a Communist experience which significantly informs their behaviour and sense of national identity.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

152:4 pp 10 – 11 in Wilson (2015a)

Although the West has been successful in instituting structures of global governance that conform to its ideological norms and values, it does not follow that either these structures or the values that underlie them have a universal appeal. External factors can also exercise a more limited regional influence. Jackson (2010) argues that Central Asian elites have found Russia's authoritarian mode of government appealing. Wibowo (2009) notes that the ASEAN states have shown considerable interest in China's developmental experience relative to the neoliberal agenda promoted by the global financial institutions, despite Beijing's reticence to project its economic performance as a source of national attraction. The CCP's famously non-judgmental approach – especially with respect to human rights – can also be seen as appealing to political elites in repressive regimes – notably in Africa (see Halper, 2010; Moyo, 2009, pp. 98–113).⁵

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Presente

152:5 p 6 in Wilson (2015a)

In the eyes of both the Russian and the Chinese leaderships, moreover, the maintenance of state sovereignty is interconnected to a simultaneous need to construct a civilisational alternative to Western norms and values. In this sense, cultural security is a prerequisite to national security. Chinese discourse has continuously stressed the conviction that a global competition is being played out in the cultural sphere, making it imperative to raise China's cultural soft power. The Russian National Security Concept (Concept of the National Security of the Russian Federation, 2000) explicitly states that preserving the national security of the Russian Federation requires the protection of its cultural spiritual and moral legacy as well as historical traditions and norms of life.

Esse artigo aponta algo interessante: as estratégias de soft power russas e soviéticas surgem como uma resposta ao soft power ocidental, o qual percebem como uma ameaça existencial.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

152:6 p 6 in Wilson (2015a)

As numerous analysts have noted, Chinese discourse on soft power explicitly employs it as a domestic construct

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

152:7 p 6 in Wilson (2015a)

Contemplation of soft power as a domestic construct is almost wholly absent in Russian discourse, either within the political elite or in academic and media circles. Nonetheless, as noted above, the perception of the soft power approach of the West as a threat has an impact on domestic policy. In addition, Russian soft power policy reflects the endogenous influence of the Kremlin's need to reconcile its foreign policy behaviour with its sense of civilisational self-identification, which also serves as a means to its legitimisation within the population. In one sense, this situation indicates the importance of domestic factors as determinants of foreign policy behaviour (see Tsygankov, 2006; 2011). But it also suggests, as Sakwa (2011, p. 959) notes, that Russia's political system and its attendant political identity reflects the interaction between domestic and international inputs. Thus, Russia's commitment to maintain influence in Ukraine is not simply a foreign policy priority, but rather, as Bogomolov and Lytvynenko (2012) argue, assumes the status of an existential imperative inasmuch as Ukraine is the geographical locus of symbols that constitute core beliefs – and myths – relating to Russian national identity. The Kremlin's efforts to project Russia as a great power indicate the continued impact of the Soviet era on Russian identity, but also serve as an important source of legitimisation for the Putin presidency. Russian foreign policy and the perceived need to promote an attractive image abroad is constrained, as Valentina Feklyunina (2008; 2010; 2012) has noted, by a simultaneous need to be perceived as a strong assertive power domestically.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: Rússia / ● II. Audiência: Presente

152:8 p 7 in Wilson (2015a)

The Kremlin and Beijing bear this structural legacy as well as the retention of communist era attitudes regarding the methods for projecting an attractive image. In the last several years, the Kremlin has identified *Rossotrudnichestvo* (the Federal Agency for the Commonwealth of Independent States, Compatriots Living Abroad and International Humanitarian Co-operation) as the main structure to institute a soft power policy, acting in co-ordination with other ministries. Plans to reconstruct the agency deliberately look to Soviet practices – in this case, the Soviet All-Union Society for Cultural Ties with Foreign Countries – as a model (Kosachev, 2013). The organisational inheritance is far less evident in China – a consequence of a convergent number of factors including the country's very limited presence on the international scene for much of the Maoist era, the impact of the Sino-Soviet split, and the chaos and extreme xenophobia of the Cultural Revolution decade. Both states, although China to a greater degree, display a propensity to resort to communist-era propaganda techniques in their dissemination of information. In China, a largely unreconstructed propaganda apparatus remains well entrenched and obstructs efforts to present a more nuanced message (see Edney, 2012; Shambaugh, 2013). In Russia, moreover, there are signs that the Kremlin is increasingly resorting to Soviet-era methods in its dissemination of information.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

153 Wilson (2015b)

Estudo comparativo entre Rússia e China.

I. Quem exerce? Rússia e China; II. Audiência alvo? Ausentes; III. Quais as fontes? Presente; IV. Objetivo? Ausentes; V. Mecanismos causais? Ausentes.

2 Citações:

153:2 p 2 in Wilson (2015b)

This article compares soft power as a normative and operational construct in the Russian and Chinese political context.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● I. Quem exerce: Rússia

153:3 p 7 in Wilson (2015b)

Five measures, which are generally regarded as standard indicators of soft power as a facet of state activity, are examined here for purposes of comparison: the establishment of language and cultural centres; the promotion of friendship associations; the enrolment of foreign students in institutions of higher learning; dispersing forms of foreign aid; and efforts to develop an international media presence.

O artigo tem um teor altamente descritivo. Lista cinco dimensões para medir soft power e compara o desempenho chinês e russo em cada uma delas, notando similaridades e diferenças. Não aborda com qualquer profundidade aspectos como audiências alvo, objetivos ou mecanismos causais envolvidos nas estratégias analisadas.

4 Códigos:

- II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

154 Winkler (2019)

I. Quem exerce? Japão; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Recursos culturais e aliança militar com os EUA; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:

154:1 p 2 in Winkler (2019)

The purpose of this article is to analyse how the seemingly natural fit between Japan and the soft power concept has been possible despite the notorious vagueness of the concept and what the consequences of soft power's reification are. By building on recent scholarship on concepts, expert knowledge and narratives, the article suggests that reification processes are best conceptualized as driven by concept coalitions. The article finds that soft power was narrated and nurtured into Japan's cultural diplomacy, Japan's relationship with the United States (US) and its security policy. The article, moreover, shows that the more soft power was understood, framed and accepted as benign and necessary, the more persuasive arguments about what Japan should do or be in order to wield soft

power became. This has legitimized narratives that suggest that Japan's 'proactive contribution to peace' as a responsible ally of the US constitutes an inevitable source of soft power.

Embora seja um estudo de caso sobre o soft power japonês, o foco do artigo recai sobre como o conceito foi adotado e instrumentalizado para justificar alterações em sua política cultural e securitária, além da manutenção de sua aliança com os EUA. Assim, embora chegue a listar os recursos que contribuem para esse soft power (culturais e a aliança com os EUA), se abstém com relação as audiências, objetivos e mecanismos por trás dessa estratégia de soft power.

4 Códigos:

- I. Quem exerce: Japão / ● II. Audiência: Ausente / ● IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

154:3 p 12 in Winkler (2019)

While the leveraging of soft power in the name of culture did much to familiarize Japan with the term, not everyone appreciated these developments.

Many people working in or with the cultural sphere eyed the effective politicization of culture with suspicion.²⁰ Some scholars also remarked that the government's meddling in the field might restrict Japan's soft power (Hayden 2012, chapter 3). Nonetheless, it became increasingly common for cultural policies to be undertaken and legitimized in the name of soft power, often in the vague hope that attraction to Japan's culture would result in an overall positive attitude to Japan.²¹ When Prime Minister Abe Shinzo memorably climbed out of a chimney dressed as Super Mario during the Olympics closing ceremony in Rio de Janeiro in 2016, it was precisely because he wanted to 'demonstrate the soft power of Japan' (Abe quoted in Takamoto 2016).

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

154:4 p 4 in Winkler (2019)

Second, the concept's reification has been encouraged with regard to the US–Japan alliance, where concept entrepreneurs have argued that Japan's contribution to the alliance lies in its soft power as well as the fact that the alliance itself is an indispensable source of Japan's soft power.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

155 Wojciuk, Michalek e Stormowska (2015)

Estudo comparativo entre China e Finlândia.

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Difusão de seu modelo educacional e programas de intercâmbio estudantil; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes.

I. Quem exerce? Finlândia II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Difusão de seu modelo educacional e programas de intercâmbio estudantil; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Parcialmente presentes.

3 Citações:

155:5 p 1 in Wojciuk, Michalek e Stormowska (2015)

A high quality education sector is one of the important factors that contributes to a country's soft power. Despite that, as shown in the article, education has not been adequately covered in the existing IR literature. The article addresses this lacuna by offering an attempt to conceptualise and operationalise the educational aspect of soft power. First, with cases from the People's Republic of China and Finland, it provides various examples of growing internationalisation of education, and analyses possible soft power gains from education.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● I. Quem exerce: Finlândia / ● III. Fontes/Recursos: Presentes

155:6 p 7 in Wojciuk, Michalek e Stormowska (2015)

For both countries, education is an important tool of modernisation. Our cases, being likely examples of educational soft power, vary a lot in other aspects – their background, scale, and level of development. Finland is a small wealthy state, and already perceived as extremely successful in the area of education. It attracted a lot of attention because of the successes of the Nokia company, which was a symbol of advanced technology resulting from the quality education in this country of 5.4 million residents. China, a major player in the global economy and a rising political superpower, must still

undergo numerous political reforms, yet it already actively improves the quality of its educational offerings. China is also famous for its long tradition of paying attention to education and perceiving it as a crucial source of progress. China also attracts many student migrants, which are likely to increase in the future. Finland is therefore a model of a strong performer whereas China is an example of a successful reformer in education among developing countries. An analysis of the two cases allows us to offer our own model of educational soft power relevant for both developed and developing countries, which elaborates on the general concept of Nye.

Em ambos os casos, o soft power educacional é tratado como tendo apelo global, portanto a audiência não é especificada.

1 Códigos:

- II. Audiência: Ausente

155:9 p 17 in Wojciuk, Michalek e Stormowska (2015)

The conceptualisation of educational soft power in IR shows that it works through three mechanisms, as shown in Figure 1. First, education builds soft power because it is a carrier of genuine values, which may be attractive to foreign audiences. Among the values identified in the cases above, the most important and resonating ones were modernisation, equality, good life, and competitiveness. Second, soft power is generated by the resources a country possesses, the ones particularly visible in the Finnish and Chinese cases are the quality of education offered by the given system or the level of its internationalisation. The third dimension of educational soft power can be found when a country uses education as a tool for achieving certain policy goals. For example, in cases of successful domestic development policies, based on knowledge and education or foreign development aid. In our view, the overall attraction coming from education is centred around the ideal of a good life and an orientation towards the future.

A partir da análise dos casos, os autores apontam vários meios pelos quais a educação pode ser usada para fortalecer o soft power de uma nação (recursos transformados em soft power). Já no que diz respeito a produção de resultados, limitam-se a dizer que "The third dimension of educational soft power can be found when a country uses education as a tool for achieving certain policy goals". Fica em aberto quais objetivos e como exatamente os recursos educacionais, ou o soft power por eles gerados, podem contribuir para esses objetivos serem alcançados.

2 Códigos:

- IV. Objetivo: Ausente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

157 Wuthnow (2008)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Embora sugira que a audiência é o mundo todo, cita os EUA e países do Sudeste Asiático como exemplos; III. Quais as fontes? Cultura (institutos confucionistas), política externa (liderança responsável e boa vontade diplomática); IV. Objetivo? Genérico, na forma de liderança entre os países em desenvolvimento e reassegurar os Estados que percebem a China como uma ameaça; V. Mecanismos causais? Inexistente por três razões: 1) muito cedo para a estratégia mostrar resultados, 2) A China tenta vender três imagens distintas ao mundo, e 3) líderes e populações estrangeiras também tem contato com os aspectos negativos do crescimento chinês.

4 Citações:

157:3 p 4 in Wuthnow (2008)

For the outside observer, the utility of examining the discourse is that it has subsumed a range of ideas related to non-coercive strategy. It has become a focal point for discussion of issues ranging from how to transmit traditional cultural values to foreign actors, to how to retain and enhance leadership in the developing world, to the ways in which anxious interlocutors (such as the United States and Southeast Asian countries) may be reassured even as China's economy and military grow at unprecedented rates.

1 Códigos:

- II. Audiência: Presente

157:4 p 9 in Wuthnow (2008)

Because the notion of "soft power" is vague, strategists have considered a wide range of resources and attendant strategies as elements of soft power. At times, they stick closely to Joseph Nye's definition of the term: i.e., soft power occurs "when one country gets other countries to want what it wants," via "intangible power resources such as culture, ideology, and institutions."²⁴ Elsewhere, they follow scholars, such as Joshua Kurlantzick, who focus on China's use of economic tools to gain leverage in places like Southeast Asia and sub-Saharan Africa.²⁵ Given this diversity of ideas, the discourse offers a valuable source of information on the ways in which analysts believe that soft power can facilitate China's grand strategy.

Specifically, three such mechanisms have appeared consistently throughout the discourse. First is the project of transmitting traditional Chinese culture to foreign actors, by means of Confucius Institutes and other activities; second is a focus on China's leadership in the developing world and, especially, the use of economic incentives to develop diplomatic goodwill; and third are means through which the PRC may be able to reassure neighboring states and others that its strategic intentions are benign and that it is behaving as a "responsible great power"

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

157:5 p 23 in Wuthnow (2008)

However, it is questionable that any programs that do not bear directly on other states' foreign policies, such as Confucius Institutes, involvement in peacekeeping operations, and initiatives to achieve more balanced growth within China, will have a salient impact on the ways in which others treat the PRC, at least in the short run.

Research to determine the causal mechanisms through which these sorts of programs actually affect the foreign policies of other states toward China should be continued.

Second is whether, and the extent to which, the various aspects of China's soft power are mutually compatible. In essence, the analysis has illuminated a desire to project three disparate images to the world: first, as an ancient civilization worthy of respect; second, as a leader of the developing world and the attendant emphasis on the norm of state sovereignty; and third, as a modern state that accepts and adheres to the Western-led international order. We have already noted an argument within the discourse that China's ability to market itself as a Confucian state is hampered by the infusion of Western values over the course of modernization. Perceptions of China as a responsible state are also troubled by its association with Third World states, such as Myanmar, Zimbabwe, and the Sudan, that have been the subjects of international opprobrium. Hence, analysts of Chinese soft power should assess how these multiple images, and the duties that correspond to them, can or cannot be reconciled.

Third is the broader question of whether China's non-coercive strategies may effectively blunt the global anxiety produced by its hard power development, especially its search for scarce resources, its growing economic prowess, and its rapidly modernizing military. Although strategists have identified ways in which this may be done, foreign leaders and publics are also exposed to information about the negative aspects of China's growth through intelligence collection, the media, commentators, and various other channels.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

157:7 p 1 in Wuthnow (2008)

This article provides an initial assessment of the discourse, covering the conceptualization of soft power development as a key component of China's grand strategy, as well as three particular means through which soft power resources are envisioned as useful in service of larger strategic objectives. These include culture transmission, leadership in the developing world, and reassurance to states that perceive China's rise as a threat.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● IV. Objetivo: Presente de modo genérico

158 Yang (2009)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Região do Pacífico Sul; III. Quais as fontes? Incentivos de ordem econômica, como ajuda direta, parcerias e imigração acompanhada de investimento nos países de destino. IV. Objetivo? Genérico, vai no sentido de favorecer seu processo de unificação e fortalecer a estratégia chinesa a longo prazo; V. Mecanismos causais? Falhos, profundas diferenças ideológicas e culturais, além da competição de empresas chinesas nos mercados nacionais e a associação de imigrantes chineses ao crime organizado, possivelmente fazem com que a China seja ainda mais mal vista pelas populações desses países.

4 Citações:

158:2 p 1 in Yang (2009)

there is no clear evidence to suggest that China's deepening involvement in the South Pacific is a calculated strategic move for its military security. The move can be strategic mainly in the sense that it has strong implications for China's reunification strategy and it serves China's long-term development strategy

Esse artigo é particularmente interessante no sentido de que o próprio autor parece sugerir que os objetivos no emprego do soft power possivelmente sejam um tanto genéricos.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

158:3 p 10 in Yang (2009)

While China's influence has subsequently increased, its 'soft power' remains weak as it has numerous image problems in the region.

First, ideological differences still exist between the South Pacific and China. The South Pacific nations' strong Christian traditions meant that during the Cold War the island countries implicitly formed part of the Western association of nations. Henningham (1991: 62) notes that 'strong Christian traditions encourage firm anti-Communism'. This observation is still valid as 'Communist China' frequently appears in local newspapers in the South Pacific. And according to Hoadley (1992: 20), in island countries 'there is a general acceptance of the Anglo-American and French ideals of respect for human rights and civil liberties'. This has put them at odds with China's poor record in this area.

Second, Chinese nationals and immigrants are doing much damage to China's image. Dobell (2007b) claims that 'Some of the new Chinese bring little credit on their homeland, venturing into forms of crime from passport scams to the smuggling of both people and drugs.' In 2002, Fiji's Commissioner of Police stated publicly that Asian (almost all Chinese) organized crime in Fiji was 'out of control' (Croccombe 2005). It is observed that the recent influx of Chinese immigrants is resented by local islanders because they compete with locals for jobs and are seen as corrupting local officials and politicians (ibid.: 28; Shie 2007: 317).

Resentment against ethnic Chinese business is another problem. A Congressional Research Service (CRS) report, released in July 2007, states that 'the ethnic-Chinese economic presence, while often welcomed by PIN [Pacific Island Nations] governments, has engendered some resentment among indigenous peoples'

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Inexistente

158:4 p 1 in Yang (2009)

China's influence in the South Pacific appears to be growing rapidly.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

158:5 p 10 in Yang (2009)

As mentioned above, many governments in the region welcome China's involvement in the South Pacific. These governments have adopted the 'look north' policy. What they are looking at, however, are the carrots like 'interest-free, no-strings-attached, open-ended style of financial support', major projects and red-carpet, expense-paid visits to Beijing. China's aid is appreciated in that 'aid is often essential to survival' and China offers an alternative to traditional aid donors such as Australia and New Zealand (Shie 2007: 315).

É debatível se esses elementos de fato seriam passíveis de serem associados a soft power, mas o autor os lista e trata como tal.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

159 Yang (2020)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? População chinesa; III. Quais as fontes? Estratégias de diplomacia pública e meios de comunicar essas estratégias para a população doméstica; IV. Objetivo? Ampliar a legitimidade do governo chinês; V. Mecanismos causais? A apresentação das estratégias de diplomacia pública chinesa para a população doméstica através dos veículos de comunicação em massa (recursos) ajuda a projetar uma imagem de uma China em ascensão sob o comando do Partido Comunista (soft power), o que amplia a legitimidade do partido frente à população (resultado).

2 Citações:

159:1 p 1 in Yang (2020)

Chinese public diplomacy not only tells China's story and communicates its voice to the world, but also shoulders the responsibility of accruing legitimacy for the country, both internationally and domestically. By looking at the news reports on the Confucius Institutes and China's National Image Film – two public diplomacy programmes implemented by the Chinese government – in the mainstream media in both the United States and China, this paper will assess how these influence

domestic perceptions of China and the Chinese government, and help enhance the legitimacy of the ruling party.

3 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente / ● IV. Objetivo: Presente de modo específico

159:2 p 3 in Yang (2020)

This paper argues that Chinese public diplomacy, in fact, works well when its strategy has been understood correctly. Despite Zhao's emphasis on its role in upholding political legitimacy, he does not address the mechanisms of how this works. This paper, therefore, examines how best to evaluate the effectiveness of Chinese public diplomacy programmes in enhancing the political legitimacy of the ruling party and, put simply, why it works. Based on these two research questions, this paper concludes that the domestic consumption of public diplomacy programmes through mass media helps communicate outputs of public diplomacy programmes to Chinese audiences, leading to a self-perception of a rising China under the leadership of the Chinese Communist Party (CCP) and thus increasing its political legitimacy at home.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Presente

161 Zhang (2007)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Região do Pacífico; III. Quais as fontes? Peso econômico, política externa multilateral e ajuda financeira atrelada a uma política de não interferência; IV. Objetivo? Genérico, especificamente argumentando que não há uma estratégia ou objetivos específicos para o Pacífico, com a região meramente se inserindo em uma estratégia global chinesa, a qual não é devidamente especificada; V. Mecanismos causais? Ausentes.

3 Citações:

161:1 p 3 in Zhang (2007)

there is no sufficient evidence to suggest that China has a clearly defined and well-coordinated strategy to fill a power vacuum in the Pacific. Setting my analysis of China's expanding influence in the Pacific in the broad context of China's global diplomacy in the South, I argue that the pattern of China's international behaviour in the Pacific, such as its assertive diplomacy to counter Taiwan's quest for international recognition, its economic diplomacy and its enhanced involvement with such regional organisations as the South Pacific Forum, is an integral part of its new global diplomacy. China's approach to the Pacific is no different from its broader diplomatic approach to other regions of the South such as Africa, Latin America and Southeast Asia.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo genérico

161:2 p 2 in Zhang (2007)

As China rises, it has become increasingly aggressive in applying its soft power in the Pacific.

2 Códigos:

- I. Quem exerce: China / ● II. Audiência: Presente

161:3 p 12 in Zhang (2007)

First, China provides an alternative to traditional donors for the Pacific island countries. This is a welcome addition, particularly when Australia has increasingly been criticised for its 'boomerang' aid and its behaviour in the region is perceived as domineering (AidWatch 2005). China also provides an option when financial packages offered by international organisations such as the Asian Development Bank, the World Bank and the International Monetary Fund are increasingly conditioned on anti-corruption, good governance and accountability measures.

Second, the aid package offered by China has no political strings attached (apart from recognising Beijing as the legitimate government of China). It does not attract a huge chunk of consultancy fees. Under the excuse of no interference in the internal affairs of the aid recipient countries, the Chinese ask no questions about internal corruption, governance and accountability.

Chinese aid provides another source of technical assistance for capacity- building, and China's aid projects are often finished on time and within budget.

Third, the China market also holds the key for Pacific island countries to fulfil their trade and investment aspirations. As discussed above, Chinese investment in Africa and Latin America has grown exponentially over the last few years, largely to secure energy and raw material supplies for China's economic growth.

In the aid package to the Pacific island countries, the Chinese government promised to 'set up a special fund to encourage Chinese companies to invest in the Pacific island countries'. In Premier Wen's words, 'China has funding and expertise. The island countries are rich in natural resource. Herein lies huge potential for bilateral cooperation' (China Daily, 6 April 2006).

But most important of all, China's engagement with the Pacific island countries offers new opportunities for economic growth and development in the region.

O autor não sugere qualquer mecanismo pelo qual os recursos alterariam a postura das audiências em relação a China, meramente listando os incentivos econômicos para a cooperação, o que não gera necessariamente qualquer soft power.

2 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes / ● V. Mecanismo de conversão: Ausente

162 Zhang (2012)

I. Quem exerce? China; II. Audiência alvo? Elites políticas dos Estados vizinhos; III. Quais as fontes? Construção discursiva de uma "ascensão pacífica", difundida por sua política externa e veículos de mídia; IV. Objetivo? Específico, na forma de proteger a ascensão econômica chinesa ao prevenir a criação de uma aliança militar anti-China; V. Mecanismos causais? Embora o texto demonstre como o soft power chinês tem sido usado para facilitar a ascensão política e econômica chinesa, além de apontar como esse soft power só parece efetivamente atuar sobre as elites econômicas de outros Estados, o texto se omite sobre como esse soft power é produzido a partir dos recursos disponíveis. O mecanismo de conversão está, portanto, apenas parcialmente presente.

7 Citações:

162:1 p 2 in Zhang (2012)

This study addresses the issue of the effectiveness of China's soft power.

1 Códigos:

- I. Quem exerce: China

162:2 p 21 in Zhang (2012)

The historical record since the end of the 1990s shows that Beijing's choice of soft-power tapping and projection has created a positive interactive process. Its continuous efforts to play the good-guy role by choosing cooperation and compromise with the international community have been reciprocated most of the time. The approval of a major realignment of quota shares by the International Monetary Fund in November 2010, making China the third-largest IMF shareholder, is a very positive and encouraging international response to the need of a rising power to have its newly acquired capability and status recognized (International Monetary Fund 2010)

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

162:3 p 6 in Zhang (2012)

Since the priority for China's leaders remains ensuring the country's continuous rise, which can only be realized in a peaceful international environment, Beijing knows it needs to take steps to diffuse international concerns (Bergsten, Freeman, Lardy, and Mitchell 2009). Preventing the formation of an anti-China military alliance or arms races with peer competitors is of the utmost importance to Beijing's leaders.

1 Códigos:

- IV. Objetivo: Presente de modo específico

162:4 p 8 in Zhang (2012)

Officially, the Chinese government makes unceasing efforts and employs a multitude of devices, including speeches from top state leaders, official policy statements, and national defense white papers, to publicize its peaceful and benign intentions. Beijing's main objective is to convince external audiences that China will always pursue a peaceful foreign policy, no matter how powerful it becomes in the future, in order to diminish worries about China's expanding hard-power assets.

O discurso de política externa pacífica não deixa de ser um dos recursos listados por Nye ("valores políticos"). Sua efetividade depende do quão crível o discurso é para as audiências alvo, mas isso se refere a etapa do mecanismo.

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

162:5 p 11 in Zhang (2012)

China also has intensified the use of its own media as a direct means for undertaking a charm offensive and promoting the country. In May 2011 China's official Xinhua News Agency moved its North American bureau to Times Square in New York, becoming a neighbor of international media giants such as Thomson Reuters and Conde Nast. China also launched its global English-language television service—CNC World—on July 1, 2010, which broadcasts English news programs twenty-four hours a day and covers breaking news and major political, economic, and cultural news around the globe (Xinhua News Net 2010). Both moves are expected by Beijing to strengthen China's voice and convey a Chinese perspective on world events, competing for audience with other influential news media such as CNN, BBC, and Al Jazeera (Troianovski 2010)

1 Códigos:

- III. Fontes/Recursos: Presentes

162:6 p 13 in Zhang (2012)

Beijing undoubtedly has achieved success so far if we measure soft-power efficacy against its high-level goals: dissipating the China threat theory and sustaining a peaceful international environment, especially around China's borders, that can facilitate China's continuous rise and economic expansion.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

162:7 p 18 in Zhang (2012)

If we look at the three components of Nye's theory, foreign policy has special features that separate itself from the other two: values and culture. While the audience of a country may be at multiple levels, only an elite group, the policymakers of a country, has the privilege to respond directly to China's or any other state's charm offensive. If China's soft power can make a positive impact upon this select group, it can be considered successful at the strategic level. The fact that neighboring countries have made no obvious effort to form a counterbalancing coalition against China, and that China's borders have been peaceful for quite some time, provides strong evidence of its policy triumph at this level. The mixed results of Beijing's charm offensive at the tactical level have a different nature, as reflected in the Pew data (Pew Research Center 2008; 2011). Different from the responses of the elite foreign-policy-making group, the Pew surveys reflect the opinions of a more diverse audience with respect to age, professions, and educational level.

2 Códigos:

- II. Audiência: Presente / ● V. Mecanismo de conversão: Parcialmente presente

163 Zhukova, Sundström e Elgström (2021)

I. Quem exerce? Canadá; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausente;

I. Quem exerce? França; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausente;

I. Quem exerce? México; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausente;

I. Quem exerce? Suécia; II. Audiência alvo? Ausente; III. Quais as fontes? Narrativas estratégicas; IV. Objetivo? Ausente; V. Mecanismos causais? Ausente;

2 Citações:

163:1 p 1 in Zhukova, Sundström e Elgström (2021)

Drawing on the IR theories of norm translation and strategic narratives, this article focuses on how states translate international norms to their own advantage by producing strategic narratives to advance their soft power ambitions abroad. Using the example of feminist foreign policy (FFP), the article compares Sweden, Canada, France, and Mexico in their attempts to translate international feminist norms into their countries' strategic narratives

7 Códigos:

- I. Quem exerce: Canadá / ● I. Quem exerce: França / ● I. Quem exerce: México / ● I. Quem exerce: Suécia / ● II. Audiência: Ausente / ● III. Fontes/Recursos: Presentes / ● IV. Objetivo: Ausente

163:2 p 2 in Zhukova, Sundström e Elgström (2021)

In doing so, we combine two International Relations (IR) theories – norm translation theory⁷ and strategic narrative theory.⁸ Norm translation theory has been used to show how individual states interpret norms of international organisations and global conventions into their domestic contexts. In

contrast, strategic narrative theory has been applied to demonstrate how states form and project soft power onto other states. Compared to the norm translation theory, which focuses on national appropriation of international norms, strategic narrative theory is about states telling stories to international audiences; stories that might not necessarily be about norms. Combining these theories can show how states translate international norms to their own advantage by producing strategic narratives to advance their soft power ambitions abroad. Bringing a norm perspective into the strategic narrative theory constitutes a novel contribution of this article. The comparative approach helps to demonstrate how a ‘package’ of international norms is related to by different states: by focusing on certain aspects and not others, states can help to further international norms and at the same time use them strategically for their own purposes.

Esse parágrafo resume a teoria por trás do artigo. Embora a premissa seja válida do ponto de vista teórico, a explanação de como esses mecanismos funcionam em cada caso é vaga.

1 Códigos:

- V. Mecanismo de conversão: Ausente